



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

FÁBIO DE SOUZA OLIVEIRA

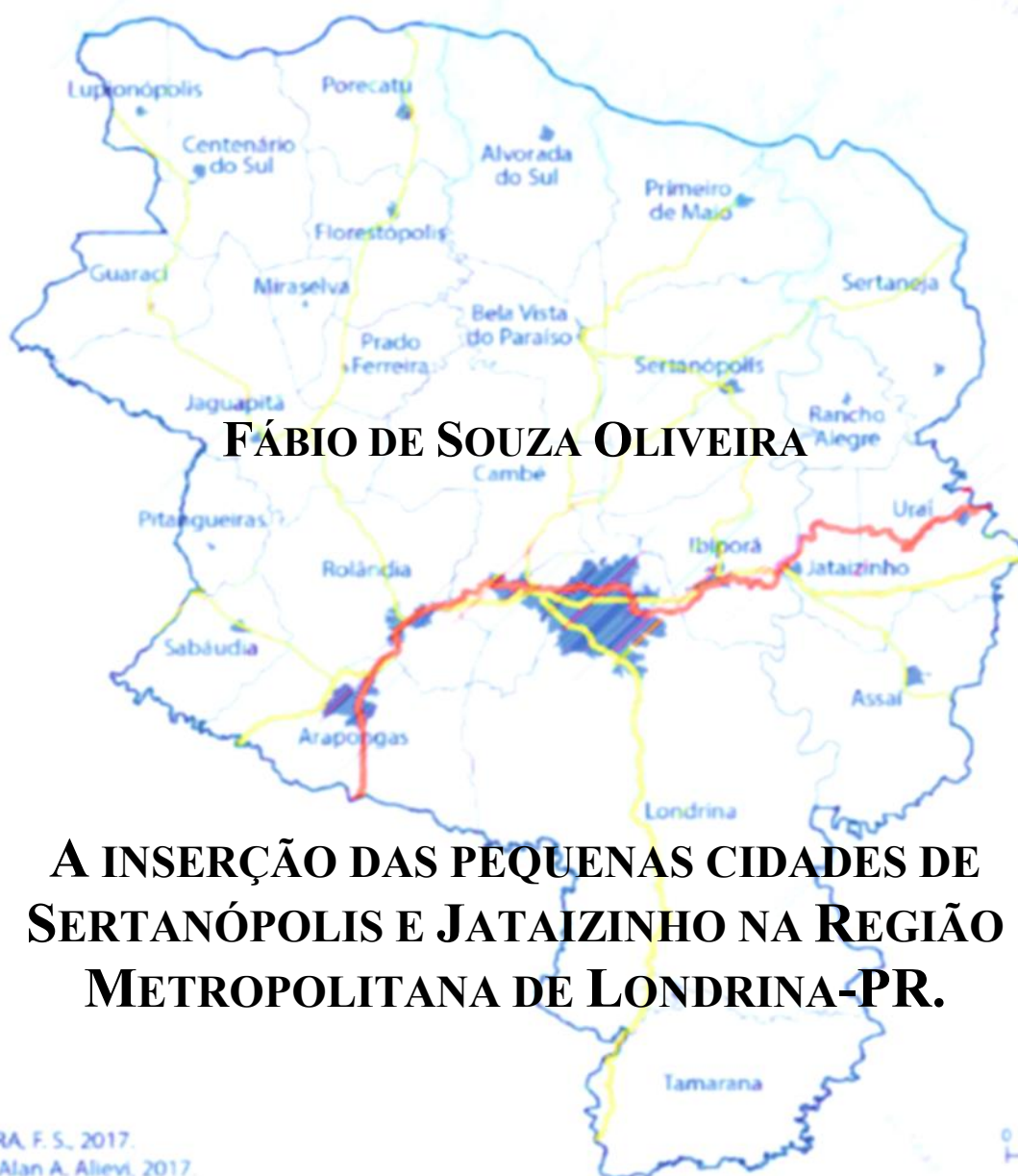
**A INSERÇÃO DAS PEQUENAS CIDADES DE
SERTANÓPOLIS E JATAIZINHO NA REGIÃO
METROPOLITANA DE LONDRINA-PR.**

LONDRINA
2017



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

Centro de Ciências Exatas
Departamento de Geociências
Programa de Pós-graduação em Geografia



Org.: OLIVEIRA, F. S., 2017.
Elaboração: Alan A. Alievi, 2017.

Londrina
2017

FÁBIO DE SOUZA OLIVEIRA

**A INSERÇÃO DAS PEQUENAS CIDADES DE
SERTANÓPOLIS E JATAIZINHO NA REGIÃO
METROPOLITANA DE LONDRINA-PR.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina como requisito à obtenção do título de Mestre em Geografia

Orientadora: Prof^ª. Pós-Dr^ª. Tânia Maria Fresca.

Londrina
2017

FÁBIO DE SOUZA OLIVEIRA

**A INSERÇÃO DAS PEQUENAS CIDADES DE SERTANÓPOLIS E
JATAIZINHO NA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA-PR.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina como requisito à obtenção do título de Mestre em Geografia

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Pós-Dra. Tânia M. Fresca.
Universidade Estadual de Londrina - UEL.

Prof. Dr. Fábio César Alves da Cunha
Universidade Estadual de Londrina - UEL.

Profa. Pós-Dra. Márcia da Silva
Universidade Estadual do Centro-Oeste -
UNICENTRO

Londrina, 04 de outubro de 2017.

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Oliveira, Fábio de Souza.

A inserção das pequenas cidades de Sertanópolis e Jataizinho na Região Metropolitana de Londrina-PR / Fábio de Souza Oliveira. - Londrina, 2017.
198 f. : il.

Orientador: Tânia Maria Fresca.

Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Exatas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2017.
Inclui bibliografia.

1. Pequenas Cidades - Tese. 2. Região Metropolitana - Tese. 3. Metropolização - Tese. 4. Metrôpole - Tese. I. Fresca, Tânia Maria. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências Exatas. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

*Dedico o resultado deste trabalho aos meus pais **Leila** Pontes de Souza Oliveira e **José** de Oliveira, os quais investiram todos seus recursos (emocionais, financeiros e materiais), para que eu pudesse concluir esta jornada com o corpo e a mente sãos, me tornando, enfim, Mestre em Geografia. Sem o suporte incondicional prestado por estas duas pessoas maravilhosas, jamais teria ousado chegar tão longe e nada disso seria possível.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a minha orientadora Tânia Maria Fresca, cujos esforços foram incansáveis durante toda esta jornada. Por vezes, devidamente, dando as broncas necessárias e me trazendo de volta para a realidade quando me perdia nas dúvidas e incertezas, ou, simplesmente, não sabia como ou por onde seguir. Contudo, foram nas horas de dificuldade e desespero que se mostrou indispensável para mim, pois trouxe calma e amparo quando necessário, mostrando que os obstáculos se põem para serem superados e que eu podia fazê-lo. Mostrou-me ainda, o quão nobre, embora árduo, é o caminho acadêmico que escolhemos e estamos seguindo. Não obstante, foi notável para mim o salto qualitativo acadêmico que pude alçar trabalhando com ela; foram diversos ensinamentos que levarei para toda a minha vida, com admiração e gratidão por seus incansáveis esforços.

Agradeço a toda minha família e, principalmente, seu núcleo mais central: meus pais José e Leila; meu irmão Niwton; e minha avó Silvia; estes tão responsáveis pela fundamental construção do meu caráter, valores e amores. Tenho grande carinho por todos meus familiares, cujos nomes não estão aqui citados, mas que são tão importantes para mim, principalmente pelos 12 anos que vivo longe e sentindo saudades. Seu carinho e preocupação comigo sempre me trazem acalanto, lembrando da minha importância para eles e que sou querido por estas pessoas. Refiro-me a tios, tias, primos, avós e madrinhas. Faço também uma homenagem póstuma a minha avó Rosinha, que certamente estaria feliz por mim e, com seu jeito Oliveira de ser, me deixou muitas saudades. Ainda no rol da família, agradeço a Mirianne, minha companheira, pelo amor, paciência e compreensão durante estes meses finais da minha dissertação.

Agradeço aos professores Fábio César Alves da Cunha e Cláudio Roberto Braguetto pelo auxílio na minha qualificação, cujas observações e críticas contribuíram no enriquecimento do meu trabalho. Agradeço todos meus professores da Graduação e da Pós-graduação em Geografia, que muito contribuíram na construção da minha carreira acadêmica e profissional. Agradeço a todos meus amigos da Pós-graduação, em especial os mais próximos: Anderson, Arthur, Claudia, Cris, Diego, Emerson, Franciele, Haroldo, Kleverson, Patrícia, Ricardo e Silas, pedindo desculpas a quem possa ter esquecido. Agradeço aos meus amigos do dia-a-dia, sejam os que conheci trabalhando, nos diversos colégios por onde passei; sejam os que conheci na faculdade e levei para a vida; sejam os que conheci nos bares e na maravilhosa noite londrinense. O fato é que são tantas pessoas queridas, cujos nomes não poderia listar num espaço tão curto. Gostaria de poder citá-los um a um, mas diante da impossibilidade, enfatizo a estes que tenho o prazer de chamar de amig@, inclusive os que estão longe por situações diversas, que sou grato pelos bons momentos que dividimos e pela bondade que recebi.

Senso Comum

É comum ouvir-se dizer: “o senso comum é muito raro”. Qual o significado dessa frase? Significa que em muitos homens a razão inicial é travada no seu progresso por alguns preconceitos. Devido a isso, esse homem, capaz de juízos perfeitos sobre determinado assunto, se enganará grosseiramente a respeito de outros. O árabe, que será um bom calculador, um sábio químico, um astrônomo exato, acreditará, no entanto, que Maomé tem metade da lua escondida na manga da vestimenta.

Quais motivos o impelirão a ir além do senso comum nas três ciências a que me referi, e a ficar a baixo do senso comum quando se trata da metade da lua? É que nos primeiros casos, viu com os próprios olhos, aperfeiçoou a inteligência. No segundo caso viu com os olhos de outrem, fechou os seus, perverteu o senso comum que existe nele mesmo.

Voltaire. **Dicionário Filosófico**. Tradução de Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2006.
OLIVEIRA, Fábio de Souza. **A inserção das pequenas cidades de Sertanópolis e Jataizinho na Região Metropolitana de Londrina - PR**. 2017. 180 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual de Londrina. Londrina.

RESUMO

No presente trabalho foi realizado um estudo sobre pequenas cidades no contexto da Região Metropolitana de Londrina-PR (RML), mais especificamente Sertanópolis e Jataizinho. O objetivo central do estudo foi entender as diferentes inserções dessas pequenas cidades na RML, ou seja, identificar como estes centros se articulam com outros do ente metropolitano através das suas atividades econômicas. No caso de Sertanópolis, evidenciou-se atividades relacionadas ao agronegócio da soja, milho e trigo, além de outros setores relevantes como indústrias do setor alimentício e confeccionista. No caso de Jataizinho, se tem ausência de atividades urbanas com maior relevância econômica na atualidade, destacando-se então o elevado número de habitantes que se desloca diariamente para outros centros da RML, seja em razão de trabalho, estudo ou motivações outras, como consumo de bens e serviços, lazer, etc. A diferenciação verificada entre estes dois centros, mostrou que as transformações ocorridas nas pequenas cidades durante as últimas décadas se realizam de maneira diferente em cada local. Neste sentido, Sertanópolis tornou-se uma cidade de fortes vínculos com o agronegócio, cujas atividades urbanas se adaptaram para atender as demandas do campo. Jataizinho, por sua vez, tornou-se uma cidade-dormitório, cuja principal articulação com outros centros se dá através dos deslocamentos pendulares que grande parte de sua população realiza para trabalho e estudo.

Palavras-chave: Região Metropolitana. Pequenas Cidades. Cidade-dormitório. Cidade do Agronegócio.

OLIVEIRA, Fábio de Souza. **The insertion of the small cities of Sertanópolis and Jataizinho in the Metropolitan Region of Londrina.** 2017. 180 f. Dissertation (Masters Degree in Geography) - State University of Londrina. Londrina.

ABSTRACT

This paper realized a study about small cities in context with Londrina metropolitan region (LMR), specifically Sertanópolis and Jataizinho. The main goal of this study was to understand the different relationships these small cities establish within LMR, in other words, identify how these urban centers articulate it selves with others within the metropolis through economic activity. Regarding Sertanópolis, it was evident activities related to soy, corn and wheat agribusiness, besides other relevant sections like food and clothes industries. Regarding Jataizinho, there is an absence of urban activities with major economic relevance nowadays, therefore reveling a significant portion of the population that commutes daily to other urban centers within LMR, for work, school or other motivations, like consume of goods and services, recreation, etc. The difference identified between both urban centers, demonstrated that the transformation occurred within the small cities in the last decades realized differently within each locality. In this sense, Sertanópolis became a city with strong ties with agribusiness, whose urban activities adapted to feed the countryside demand. Jataizinho, on the other hand, became a commuter town, whose main articulation with other urban centers happens with the commuting of a huge percentage of the population for work and school.

Key-words: Metropolitan region. Metropolis. Small cities Commuter Town.
Agribusiness City.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição percentual do valor da produção industrial do Brasil por alguns de seus principais Estados.....	29
Tabela 2 - PEA ocupada por setor econômico, população total e taxa de urbanização no Brasil.....	34
Tabela 3 - Regiões metropolitanas brasileiras instituídas até 2015.....	50
Tabela 4 - O quadro populacional, urbanização e densidade demográfica da RML, 2010.....	87
Tabela 5 - Estabelecimentos e trabalhadores dos municípios da RML, por Grandes Setores da Economia, 2014.....	90
Tabela 6 - Deslocamentos pendulares dos municípios da RML para trabalho ou estudo, 2000.....	92
Tabela 7 - Deslocamentos Pendulares dos municípios da RML para trabalho ou estudo, 2010.....	93
Tabela 8 - Evolução dos deslocamentos pendulares na RML entre os anos de 2000 e 2010.....	94
Tabela 9 - Transporte Coletivo Intermunicipal - Anual e média diária - DER-PR - 2011.....	99
Tabela 10 - PIB da RML por setores econômicos segundo o IBGE, 2013.....	106
Tabela 11 - Evolução da produção e área ocupada dos principais gêneros agrícolas entre 1960 e 2015 em Sertanópolis-PR.....	117
Tabela 12 - Evolução do número de estabelecimentos agropecuários por grupos de área total em Sertanópolis-PR, 1960 - 2006.....	118
Tabela 13 - Evolução do uso da terra em Sertanópolis-PR, 1960 - 2006.....	120
Tabela 14 - Número de trabalhadores e estabelecimentos por atividade, de acordo as subclasses da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAES 2.0) - Sertanópolis, 2015.....	143
Tabela 15 - Número de estabelecimentos e matrículas no ensino regular em Sertanópolis, 2010.....	150
Tabela 16 - Evolução da produção e área ocupada dos principais gêneros agrícolas entre 1960 e 2015 em Jataizinho-PR.....	163
Tabela 17 - Evolução no uso da terra em Jataizinho-PR, 1960 – 2006.....	164
Tabela 18 - Evolução do número de estabelecimentos agropecuários por grupos de área total em Jataizinho-PR, 1960 – 2006.....	165
Tabela 19 - Número de trabalhadores e estabelecimentos por atividade, de acordo as subclasses da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAES 2.0) - Jataizinho, 2015.....	168
Tabela 20 - Principais informações das empresas de comércio varejista em Jataizinho - entrevistas realizadas em outubro de 2016.....	169
Tabela 21 - Número de estabelecimentos e matrículas no ensino regular em Jataizinho, 2010.....	171
Tabela 22 - Médias do transporte coletivo metropolitano nas principais linhas entre Jataizinho e Londrina, 2011.....	174

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução dos setores econômicos segundo PIB e PEA ocupada no Brasil, 1920 a 2000.....	34
Gráfico 2 - Evolução do crescimento populacional e da taxa de urbanização no Brasil- 1920 a 2000.....	35
Gráfico 3 - Evolução no quadro de regiões metropolitanas no Brasil entre 1970 e 2015.....	53
Gráfico 4 - Evolução dos índices da renda por habitante e da desigualdade na distribuição pessoal da renda no Brasil (por Índice de Gini).....	54
Gráfico 5 - Evolução da população total, urbana e rural de Sertanópolis entre 1960 e 2010.....	115
Gráfico 6 - Evolução do Crédito Rural disponível no Brasil, 1999 - 2013.....	127
Gráfico 7 - Principais atividades na arrecadação de ICMS em Sertanópolis, 2014.....	144

Gráfico 8 - Evolução da população total, urbana e rural em Jataizinho-PR, 1960 - 2010.....	160
Gráfico 9 - Principais atividades na arrecadação de ICMS em Jataizinho, 2014.....	167

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Critérios para estabelecimento de áreas metropolitanas - GAM - IBGE - 1969.....	70
Quadro 2 - Critérios para definição de aglomerações urbanas - Davidovich e Lima (1975).....	73
Quadro 3 - Categorias das aglomerações urbanas - Davidovich e Lima (1975).....	73
Quadro 4 - Critérios para definição de aglomerações urbanas - IPEA 1996.....	75
Quadro 5 - Áreas de Concentração de População - IBGE - 2006.....	77
Quadro 6 - Estudos de referência para definição de áreas metropolitanas, aglomerações urbanas e áreas de concentração populacional.....	86
Quadro 7 - Marcas e produtos fabricados e comercializados pela Moinho Globo.....	139
Quadro 8 - Marcas e produtos fabricados e comercializados pela LCA Alimentos.....	141
Quadro 9 - Principais informações das empresas de comércio varejista em Sertanópolis - entrevistas realizadas em outubro de 2016.....	147

LISTA DE MAPAS

Mapa 1- Região Metropolitana de Londrina - 2016.....	81
Mapa 2: Inclusão de Municípios por lei complementar (número e ano).....	82
Mapa 3 - Sertanópolis, localização - 2017.....	113
Mapa 4 - Rede de logística, transbordo e comercialização de grão da empresa Seara Agronegócios.....	129
Mapa 5 - As diferentes inserções de Sertanópolis no território nacional.....	152
Mapa 6 - Fluxos de Passageiros do Transporte Coletivo Metropolitano a partir de Sertanópolis - 2011 (média diária – ida e volta).....	155
Mapa 7 - Jataizinho-PR, localização e caracterização geográfica.....	158
Mapa 8 - Fluxo de Passageiros do Transporte Coletivo Metropolitano a partir de Jataizinho - 2011 (média diária – ida e volta).....	175

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Evolução no percentual de deslocamentos pendulares na RML entre 2000 e 2010.....	96
Figura 2 - Evolução no número de deslocamentos pendulares na RML entre 2000 e 2010.....	97

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO E METROPOLIZAÇÃO NO BRASIL.....	20
1.1. O Papel do Estado e o Processo de Industrialização Articulados à Produção do Urbano no Brasil: breves considerações.	22
1.2. Do Processo de Metropolização a Institucionalização das Primeiras Regiões Metropolitanas Brasileiras.	38
1.3. O Processo de Metropolização Após 1980 e o Quadro Atual das Regiões Metropolitanas Brasileiras.....	43
1.4. A Retomada na Institucionalização de Regiões Metropolitanas, o Papel do Estado e o Quadro Metropolitano Brasileiro em 2015.....	51
1.4.1. Regiões Metropolitanas sem Metrôpoles.	60
2. ESTUDOS METROPOLITANOS NO BRASIL E A REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA-PR.....	64
2.1. A Construção Conceitual da Metrôpole	65
2.2. Estudos Metropolitanos e Região Metropolitana no Brasil.....	70
2.3 Região Metropolitana de Londrina.....	82
3. DIFERENTES INSERÇÕES DE PEQUENAS CIDADES NA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA.....	112
3.1. Sertanópolis: Uma Cidade do Agronegócio.....	123
3.1.1. As Transformações das Atividades Agrárias	127
3.1.2. As Atividades Urbanas	140
3.2.3. A Inserção de Sertanópolis na Região Metropolitana de Londrina.....	164
3.2. Jataizinho: Uma Cidade Dormitório	169
3.2.1. As Atividades Agrárias.....	177
3.2.2. As Atividades Urbanas	182
3.2.3. Os Deslocamentos Pendulares e a Inserção de Jataizinho na Região Metropolitana de Londrina.....	188
CONSIDERAÇÕES FINAIS	194
REFERÊNCIAS	198

INTRODUÇÃO

Este trabalho teve como objetivo discutir a inserção de pequenas cidades na Região Metropolitana de Londrina-PR. Especificamente buscou-se: a) discutir concepções de Região Metropolitana no Brasil nos anos 1970 e após a Constituição Federal de 1988; b) discutir o conceito de metrópole, região metropolitana e pequenas cidades; c) caracterizar as pequenas cidades da Região Metropolitana de Londrina-PR (RML); e d) caracterizar e discutir a inserção das pequenas cidades de Jataizinho e Sertanópolis na RML.

A pesquisa se justifica inicialmente por razões pessoais, tendo em vista o fato do autor ter vivido até os 20 anos de idade em Nova Granada, uma pequena cidade do noroeste paulista com população aproximada de 20 mil habitantes. Este centro local está inserido na área de influência da cidade de São José do Rio Preto-SP, um centro regional com população estimada em aproximadamente 450 mil habitantes em 2016 (IBGE, 2016b). A vivência do autor permitiu notar que esta pequena cidade também exerce relativa centralidade em relação a outros centros locais de seu entorno, principalmente a partir de atividades terciárias. Desde 2005 o autor reside em Londrina, cidade sede de uma região metropolitana, composta por diversas pequenas cidades. Essa vivência o permitiu identificar que as pequenas cidades dessa Região Metropolitana apresentam muitas particularidades e estabelecem diferentes relações na escala regional, a partir das quais se verificam diversos fluxos materiais e imateriais, seja entre as pequenas cidades, entre essas e Londrina ou entre essas e outras cidades de tamanhos distintos.

Neste sentido, Londrina se destaca no rol das sedes metropolitanas do interior brasileiro. Isto se dá por razões distintas: dentre as RMs instituídas após a Constituição Federal de 1988, Londrina está entre as maiores sedes metropolitas da atualidade em termos populacionais; a cidade se coloca também dentre os 50 maiores PIBs do país; exerce importante papel do ponto de vista da gestão do território, dentre outros qualitativos urbanos comuns a grandes centros urbanos de maior relevância. Estes elementos articulados à própria formação social regional e para as diferentes inserções das cidades na divisão territorial do trabalho, possibilitaram compreender a intensificação no nível de integração metropolitana, principalmente através dos deslocamentos pendulares.

Do ponto de vista da produção bibliográfica, o trabalho justifica-se ainda pelo fato de que, embora haja bibliografia sobre Regiões Metropolitanas e pequenas cidades, não existem muitos estudos analisando as pequenas cidades no contexto de regiões metropolitanas. A

recente fase de institucionalização de novas regiões metropolitanas, também tem levantado importantes discussões sobre critérios utilizados para tal.

Com relação à inserção das pequenas cidades em uma região metropolitana, entende-se como as funções e principais atividades econômicas desenvolvidas por cada cidade e como essas possibilitam articulações com outras cidades da região metropolitana. Envolve ainda a compreensão de articulações oriundas de fluxos populacionais vinculados ao trabalho, estudo e consumo. A Região Metropolitana de Londrina-PR (RML) foi escolhida também pelo fato de ser local de residência, estudo e trabalho do autor há mais de 10 anos. Neste sentido, a proximidade das cidades estudadas viabilizou a pesquisa em termos de logística e deslocamento a campo.

A escolha das cidades de Jataizinho e Sertanópolis para o estudo de casos, está relacionada às suas respectivas singularidades. Sertanópolis teve seu desenvolvimento econômico ligado à agricultura (café e, posteriormente, soja, milho e trigo); atualmente apresenta diversificação nas atividades econômicas, contando com a presença de indústrias, comércio e serviços variados, dentre os quais se destacam atividades voltadas para atendimento de demandas do campo, vinculadas ao agronegócio da soja, milho e trigo. Em outros termos, essa cidade foi estudada principalmente pela forte articulação que estabelece a partir dos agronegócios, sendo estes o percurso para o entendimento de sua dinâmica e inserção na RML.

Jataizinho apresentava uma situação distinta, motivando a pesquisa pelo fraco desenvolvimento econômico. Em outros termos, sua principal atividade econômica esteve ligada por muitas décadas, à indústria oleira; contudo, a partir da década de 1960/1970, mudanças estruturais e conjunturais acarretaram o sucessivo declínio dessas atividades. Desde então, outras atividades como industrial e comercial não foram implantadas ou dinamizadas. Tal situação resulta num elevado índice de deslocamentos pendulares para estudo e trabalho, haja vista de que, em 2010, mais de 40% da População Economicamente Ativa do município se deslocava diariamente para outros municípios da RML com tais motivações (IBGE, 2010).

Enfim, embora estejam na mesma região e tenham passado por um processo de formação econômica e socioespacial similar (Santos, 1982), atualmente tratam-se de duas pequenas cidades em situações muito distintas do ponto de vista das relações e articulações que estabelecem com outros centros da RML.

Ao discutir a inserção de Sertanópolis e Jataizinho na Região Metropolitana de Londrina, buscou-se compreender não apenas a inclusão legal das mesmas no ente metropolitano, mas, principalmente, as relações e articulações que estas passaram a estabelecer nas últimas décadas mediante transformações observadas na divisão territorial do trabalho (CORRÊA, 2011). Significa dizer, que se trata de um estudo das funções urbanas que caracterizam tais centros urbanos, suas heranças, potencialidades e as diferentes formas como tem se dado a participação destes no contexto metropolitano (CORRÊA, 2011). Por sua vez, tanto a função urbana como a participação dessas pequenas cidades no recorte espacial, se definem a partir das atividades econômicas realizadas em cada uma delas, ou seja, é o conjunto de atividades urbanas que permite caracterizar o papel de uma cidade no recorte espacial, bem como identificar o alcance e a intensidade das relações que a mesma estabelece com outros centros urbanos em diferentes escalas.

Com relação aos procedimentos metodológicos, foram realizados levantamentos bibliográficos sobre os principais temas e conceitos abordados no estudo, bem como das cidades que foram pesquisadas. Foi realizado levantamento de dados secundários junto a instituições e órgãos públicos, como: Ministério do Trabalho e Emprego, Departamento de Estradas e Rodagem do Paraná, Iparde, IBGE, Banco Central, Banco do Brasil, dentre outros. Também foram realizados trabalhos de campo em Jataizinho e Sertanópolis; nestas incursões foram feitas ainda diversas entrevistas para levantamento de dados e informações que permitissem a compreensão de aspectos ligados a dinâmica econômica e social de cada cidade. Foram entrevistados: representantes das prefeituras e secretarias municipais; proprietários de estabelecimentos privados de diferentes ramos e setores, como comércio varejista, indústrias e outras empresas; gestores e funcionários das principais empresas de agronegócio que atuam em Sertanópolis; além de diversos usuários do transporte coletivo intermunicipal a partir de Jataizinho. Neste sentido, buscamos identificar as diferentes relações que tais agentes estabelecem com outros centros urbanos na RML e para além dela. Através destes procedimentos, foi possível identificar diversos fluxos materiais e imateriais existentes não apenas no contexto metropolitano, mas também com diferentes alcances no contexto regional e nacional.

Discutir estas pequenas cidades envolve ainda uma reflexão conceitual, pois têm sido diversas as abordagens e interpretações do tema. Neste sentido, o maior desafio é identificar o que define uma cidade como pequena, seria o contingente populacional? O tamanho físico da cidade dentro do município? A dinâmica social e econômica local? A diversificação das atividades urbanas? Existem importantes estudos de referência sobre pequenas cidades, no

entanto cada autor possui uma abordagem diferente, seja em relação ao número de habitantes ou aos diversos elementos, características e relações que definem um núcleo urbano como pequeno.

Como já discutido, mediante processos gerais e a diferenciação regional - que resulta em desdobramentos específicos - as pequenas cidades têm passado por alterações. Assim, os elementos e características que definiam a pequena cidade num determinado período, após novos processos, passam por transformações, alterando também o conteúdo da pequena cidade e sua significação. Essas alterações são discutidas por Santos (1993), ao analisar a transição pela qual passaram as pequenas cidades no século XX. Antes do processo de industrialização nacional - que culmina na modernização e mecanização do campo - as pequenas cidades eram núcleos com funções urbanas administrativas, enquanto o comércio e serviços se voltavam para atender as necessidades básicas de uma população majoritariamente rural, além de outras demandas emanadas do campo.

Após todas as transformações que o Brasil passou no último século, envolvendo as estruturas social, econômica e política, temos como resultado um variado gama de situações no que tange a tipologia das pequenas cidades (CORRÊA, 2011). Mesmo tendo o urbano assumido uma posição de controle no território em relação ao campo, no caso das pequenas cidades, as relações com o campo e o que se faz (ou não) nele é preponderante para o tipo de desenvolvimento local. Santos (1993) observa que a cidade “no” campo se transforma numa cidade “do” campo; isso quer dizer que estes locais passam a controlar as atividades agrárias, pois são responsáveis pela articulação do campo com os sistemas urbanos, ou seja, essa função exige que a pequena cidade se adapte para responder as demandas que se criam no do campo, desenvolvendo atividades de suporte específicas, de acordo com as atividades agrárias implantadas e, alguns casos, até mesmo outras atividades e especializações funcionais para além da produção agrária.

Um dos primeiros estudos que discutiu em fase mais recente alterações na dinâmica econômica das pequenas cidades, foi realizado por Fresca (1990), tendo como estudo de caso duas pequenas cidades do interior paulista. Fresca (1990) demonstrou que, as duas cidades estudadas – Osvaldo Cruz e Inúbia Paulista - foram criadas no contexto da frente pioneira paulista na década de 1940, para cumprir papéis vinculados à captação, comercialização e transporte de produtos rurais, produção industrial, comércio varejista e prestação de serviços diversos. Inseridas na mesma formação socioespacial, estas cidades atingiram sua funcionalidade plena nos anos de 1950. No entanto, a partir dos anos de 1970 apresentaram

caminhos muito distintos de desenvolvimento, estes vinculados: ao peso da concentração fundiária; ao não reinvestimento de renda fundiária na própria cidade; a perda sucessiva de suas atividades econômicas; etc. Inúbia Paulista teve sua população gradativamente reduzida e tornou-se um centro local de atendimento de demandas muito básicas de sua população. Osvaldo Cruz, por outro lado, apresentou maior desenvolvimento e diversificação de atividades urbanas, estas vinculadas a atuação de diferentes agentes.

Segundo Corrêa (2011), as pequenas cidades podem apresentar as mais diversas realidades urbanas, em razão de sua gênese, momento de criação ou diferentes motivações, agentes sociais e fatores locais, relacionados a formação do núcleo de povoamento; processo que pode, ou não, preceder a formação da hinterlândia. Corrêa afirma ainda, que “[...] a pequena cidade pode ser melhor definida em termos de grau de centralidade do que de tamanho demográfico” (CORRÊA, 2011, p.7). Contudo, o autor reconhece que o fator demográfico está diretamente relacionado ao nível de centralidade das cidades; neste sentido, Corrêa (2011) não estipula um contingente específico para identificar pequenas cidades, mas ressalta que, no contexto brasileiro, dificilmente as pequenas cidades ultrapassam os 20 ou 30 mil habitantes.

Existem dissensos quanto ao critério populacional no estudo das pequenas cidades:

[...] Um dos critérios ainda mais utilizados para delimitar o recorte das pequenas cidades tem sido os dados populacionais. O IBGE (2008) ao analisar a rede urbana nacional estabelece a existência de 4473 centros locais, onde a centralidade é exercida predominantemente em seus limites municipais e caracterizados por terem população inferior a 10 mil habitantes. Mas qual seria o patamar populacional a partir do qual falar-se-ia das pequenas cidades? 20 mil? 50 mil habitantes? (FRESCA, 2010a, p.76).

Mesmo não havendo consenso e não sendo o único critério de análise, o contingente populacional nos importa na dinâmica das pequenas cidades, pois o crescimento populacional se relaciona com o desenvolvimento local, então, quanto maior for a população de um centro urbano, mais complexas e diversificadas tendem a ser as relações nele estabelecidas. Significa dizer, que a diversificação das atividades e funções urbanas está diretamente ligada a dinâmica demográfica (CORRÊA, 2011). No presente estudo, as cidades consideradas pequenas no quadro da RML não ultrapassam os 20 mil habitantes. Porém, apenas cidades com população superior a 50 mil habitantes, como Ibioporã e Rolândia, apresentam patamar mais elevado de desenvolvimento, não apenas pelo incremento populacional, mas em termos econômicos, diversificação das atividades econômicas e nível de centralidade exercido.

Classificar uma cidade como pequena é tarefa complexa, pois num quadro de realidades urbano-regionais distintas e diversas, as pequenas cidades apresentam diferentes configurações de forma e função, assim como diferentes proporções físicas e populacionais, o que torna difícil estabelecer critérios gerais para a delimitação conceitual destes centros urbanos. Antes e até mesmo durante a industrialização, quando se acelera o processo de urbanização brasileiro, o volume da população urbana e o número de cidades não eram tão expressivos como atualmente. Milton Santos (1993) foi um dos primeiros autores a discutir pequenas cidades no Brasil, chamando a atenção para o fato de que as pequenas cidades seriam locais, antes com populações menores que 20 mil habitantes. Atualmente as pequenas cidades, segundo o IBGE (2000), podem chegar até 100 mil habitantes, o que diverge da visão de alguns autores.

Isso ocorre porque cada autor opta por diferentes percursos teórico-metodológicos ao discutir pequenas cidades; para alguns importa mais o recorte populacional, enquanto, para outros, importa analisar aspectos como funcionalidade e centralidade urbana. Contudo, se considerados em conjunto, estes critérios permitem uma visualização mais completa do objeto. Dada a complexidade do quadro urbano-regional brasileiro, uma série de elementos devem ser considerados, como salienta Corrêa (2011) ao propor os “tipos ideais” para definição das pequenas cidades.

Corrêa (2011) identifica tipos ideais de pequenas cidades, os quais permitem melhor compreender e caracterizar as diferentes situações presentes no quadro urbano brasileiro em seu menor escalão. Ainda neste sentido, Fresca (2001) chama a atenção para a diferenciação regional brasileira quanto as dinâmicas econômica e social das pequenas cidades. Diante disso, o contexto de inserção da pequena cidade em determinada rede urbana ou região é importante no estudo das pequenas cidades:

Não deixa de ser interessante encontrarmos cidades cujas populações urbanas oscilam em torno de 2.000 habitantes e aquelas onde tal número chega próximo dos 50.000 habitantes e ambas sejam consideradas pequenas. Assim, queremos crer que a caracterização de uma cidade como sendo pequena, esteja muito mais vinculada a sua inserção em uma dada área, região ou rede urbana (Corrêa, 1989) e que nos permita entendê-la como tal. É preciso, pois, o entendimento do contexto sócio-econômico de sua inserção como eixo norteador de sua caracterização como forma de evitar equívocos e igualar cidades – com populações similares – que em essência são distintas (FRESCA, 2001, p.28).

Desta forma, estudos que abordam o tema das pequenas cidades como Santos (1993), Corrêa (1989, 1999, 2011) e Fresca (1990; 2001, 2005, 2010a, 2010b), convergem ao

ressaltar a complexidade do quadro urbano nacional. Outro ponto de convergência entre estes autores, são as profundas transformações pelas quais passaram as pequenas cidades desde a segunda metade do século XX; sendo este o principal fator relacionado a pluralidade do quadro urbano brasileiro atual. Com base nos estudos já discutidos, novos trabalhos têm sido realizados, avançando na discussão sobre pequenas cidades.

Soares e Melo (2005) trabalham com pequenas cidades no contexto da modernização agrícola, mais especificamente no estado de Goiás, atingido pela modernização do campo a partir de 1970. Se relaciona a formação de cidades em Goiás com a dinâmica geral de ocupação do território nacional e o contexto local, no qual as relações e atividades - desenvolvidas após a modernização do campo - conferem características singulares a cada lugar, alterando suas funções, formas e conteúdos (SOARES; MELO, 2005).

Bacelar (2005) discute a importância do estudo das pequenas cidades, a partir da noção equivocada, construída tanto pela academia quanto pela mídia e atores políticos, sobre o desenvolvimento regional do “triângulo mineiro”. Neste sentido, o autor chama a atenção para o fato de que o desenvolvimento regional não é homogêneo, assim como as realidades locais, pois, como já observado, cada lugar passa por diferentes processos econômicos e sociais, constituindo-se em realidades distintas e singulares, principalmente após as transformações ocorridas no contexto da industrialização nacional e modernização do campo.

Cidades que já foram dinâmicas econômica e politicamente no cenário regional, perderam seu brilho e não alcançaram o mesmo ritmo de crescimento econômico e social fomentado pelo discurso e pelos dados econômicos da região [...]. As pequenas cidades são pouco estudadas tanto pelos cientistas quanto pelo Estado. Elas não possuem o mesmo tratamento dado às médias e grandes cidades, especialmente aquelas inseridas no cerrado ou nos espaços recentemente modificados do cerrado brasileiro. Esta área, no coração do Brasil, possui alguns requisitos que merecem uma análise mais acurada por parte da Geografia, pois exemplifica um espaço rural alterado, que possui cidades com um alto grau de crescimento populacional e econômico e, ao mesmo tempo, uma decadência populacional e outros problemas sociais e ambientais importantes (BACELAR, 2005, p.1395).

Endlich (2006) trabalhou com pequenas cidades do Noroeste paranaense, criada a partir da frente pioneira nos anos de 1940/1950, tendo a produção cafeeira como atrativa e responsável pelo surgimento da densa rede urbana regional, constituída por diversas pequenas cidades. A discussão envolve a transformação destas pequenas cidades, com as mudanças ocorridas no campo, junto ao desenvolvimento industrial paranaense e outros processos gerais. Segundo Endlich (2006), os setores ou atividades que não acompanharam tais

transformações, entraram em declínio ou acabaram incorporados pelo grande capital. Por outro lado, as transformações econômicas e sociais na região conduziram a uma intensificação na divisão territorial e social do trabalho, que passa a ser fundamental “[...] para compreender a dinâmica demográfica no interior do território paranaense” (ENDLICH, 2006, p.133).

Estudar pequenas cidades na atualidade envolve, necessariamente, discutir as alterações ocorridas no campo após o avanço da industrialização e das diferentes etapas do capitalismo no país. Estas alterações são preponderantes para entender o contexto atual das pequenas cidades, pois são responsáveis pela transformação do seu conteúdo, mediante a inserção (ou não) de novas atividades econômicas e papéis urbanos.

É por isso, que as pequenas cidades estudadas, Sertanópolis e Jataizinho, apresentam quadros distintos em termos de dinâmica econômica e sociais; nota-se ainda, a diferenciação nas articulações que cada um destes centros estabelece com outras cidades da RML, ou seja, Sertanópolis se insere como cidade do agronegócio, enquanto Jataizinho se insere como cidade-dormitório.

1. O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO E METROPOLIZAÇÃO NO BRASIL

Discutir o processo de metropolização brasileiro, requer vinculá-lo a urbanização e ao processo de industrialização, ocorridos no contexto do século XX. Neste sentido, a industrialização é um elemento fundamental para a compreensão da metropolização, pois é a partir deste processo que se altera o perfil econômico e social do país, assim como a lógica vigente de produção do espaço no território nacional:

[...] o termo industrialização não pode ser tomado [...] como criação de atividades industriais nos lugares, mas em sua mais ampla significação, como processo social complexo, que tanto inclui a formação de um mercado nacional, quanto os esforços de equipamento do território para torna-lo integrado, como a expansão do consumo em formas diversas, o que impulsiona a vida de relações e ativa o próprio processo de urbanização. Essa nova base econômica ultrapassa o nível regional, para situar-se na escala do País; por isso a partir daí uma urbanização cada vez mais envolvente e mais presente no território dá-se com o crescimento demográfico sustentado das cidades médias e maiores, incluídas, naturalmente, as capitais de estados (SANTOS, 1993, p.27)

No Brasil, a formação do mercado interno nacional se consolida junto ao processo de industrialização. Anteriormente, na condição de país predominantemente rural, não havia um perfil econômico e sociocultural voltado para o consumo nos moldes capitalistas. É a partir das relações de produção, circulação, comercialização e consumo, estabelecidas durante o desenvolvimento industrial, que ocorre a intensificação do processo de urbanização e a rápida formação de um mercado consumidor urbano.

[...]. É desta natureza o grande crescimento das aglomerações urbanas em virtude do progresso industrial, que se constituem em núcleos de elevado nível econômico e grande potencial de consumo. É assim também com a remodelação, modesta embora, do aparelhamento comercial e de distribuição que se vai adaptando às novas contingências de um grande mercado interno PRADO JUNIOR (1981, p.220).

O processo de urbanização no bojo da industrialização culmina, para algumas cidades, na metropolização; enquanto as regiões metropolitanas são criadas posteriormente, vinculadas aos interesses do Estado e do capital. Neste sentido, esses processos são marcados por diferentes conjunturas políticas e econômicas. Assim, há de se considerar o papel do Estado, bem como a dinâmica da própria economia e sua evolução cíclica. Os ciclos econômicos ocorrem em diversas escalas e produzem efeitos para além das barreiras do território, inclusive com notada periodicidade:

A Revolução Industrial dos fins do séc. XVIII inaugurou os ritmos industriais de várias durações, principalmente os ciclos decenais (juglarianos) e os ciclos longos, de cinquenta anos (Kondratieff), cada ciclo

com fase expansiva (“a”) e fase depressiva (“b”). Marx e Engels constataram os decenais entre 1848 e 1857, e foram sistematizados estatisticamente por Juglar em 1860. Engels assinalou também a chamada “longa depressão do final do século XIX” e a sistematização estatística dos ciclos longos foi feita entre 1918-21 por N. Kondratieff [...] (MAMIGONIAN, 1999, p.152)

A economia brasileira, antes mesmo da industrialização, ainda com o perfil de país agrário exportador, já havia desenvolvido ciclos internos e sofrido efeitos de ciclos externos, como ocorreu no início da substituição de importações, quando uma fase recessiva da economia mundial (3º Kondratieff) impulsionou o processo de industrialização nacional. É este período, compreendido entre 1930 e 1970, que nos interessa a industrialização brasileira, como recorte temporal para entender a construção do edifício industrial nacional. Neste período ocorre toda uma reestruturação do país, não apenas de caráter urbano, produtivo e infraestrutural, mas também em termos de administração pública e atuação do Estado no desenvolvimento econômico e social.

Criava-se um setor industrial, que passava a ter seu próprio dinamismo, que se manifestava nos ciclos juglarianos brasileiros. Cada ciclo médio correspondeu a um degrau na escada da substituição de importações: indústria de bens de consumo simples, indústrias de materiais de construção, indústria de bens de consumo duráveis e indústrias químicas e mecânicas pesadas [...] Na passagem de um ciclo juglariano a outro foram necessárias medidas institucionais que facilitassem as substituições de importações, como o controle do câmbio, o confisco cambial do café, as reservas de mercado, as prioridades às importações de equipamentos não produzidos internamente, os incentivos fiscais e creditícios etc (MAMIGONIAN, 2000, p.12)

Neste aspecto o Estado teve uma atuação fundamental, pois foi responsável pela implantação, fomento e evolução do processo de industrialização, a outros estágios. Isso inclui a indústria leve e produtos de primeira necessidade, como alimentação e vestuário, até a indústria pesada, que permitiu a diversificação e emancipação efetiva do setor produtivo industrial brasileiro. A industrialização não se restringe apenas ao espaço urbano e aos grandes centros, altera também as dinâmicas econômica e social internas. A partir de Vargas, o Estado se volta para o desenvolvimento industrial, e o perfil econômico de país agrário exportador, passa a dar lugar ao perfil urbano-industrial:

Tais formas representam os primeiros passos de uma economia propriamente nacional, voltada para dentro do país e as necessidades próprias da população que o habita [...] O progresso desta nova economia em germinação é condicionado sobretudo pela constituição e ampliação de um mercado interno, isto é, o desenvolvimento do fator consumo, praticamente imponderável no conjunto do sistema anterior, em que prevalece o elemento produção [...] Outra circunstância que condicionará o desenvolvimento do mercado interno é o progresso tecnológico dos transportes e comunicações;

aliás o progresso industrial em geral, que tornará acessível às grandes massas consumidoras os mais variados artigos antes fora de seu alcance ou mesmo inexistentes (PRADO JUNIOR, 1981, p. 218).

Além da formação do mercado interno, os avanços tecnológicos nos setores de transportes e comunicações, também foram fundamentais para a evolução do processo de industrialização e concentração urbana, pois permitiram a intensificação do fluxo de pessoas e mercadorias e maior integração do território nacional. A progressiva transformação em país urbano e industrial, acarretou mudanças profundas no panorama político econômico e social brasileiro; a elite ruralista e os grandes comerciantes exportadores perderam poder e influência para dar lugar aos interesses dos industriais, banqueiros e diretores de grandes estatais. A cidade passa desempenhar um papel neste processo, sediando os principais interesses econômicos, setores produtivos, mercado consumidor e maior parte da força de trabalho nacional (ROMANELLI; ABIKO, 2011).

Neste estudo não se tem o objetivo de trabalhar, com a devida profundidade e complexidade, o processo de industrialização brasileiro. O que nos interessa é fazer a articulação deste processo ao processo de urbanização/metropolização; isso: a) pelo caráter indissociável dos dois processos no Brasil, e b) pelo fato de ser o principal caminho para entender o processo de metropolização, no contexto da urbanização.

1.1. O Papel do Estado e o Processo de Industrialização Articulados à Produção do Urbano no Brasil: breves considerações.

A ascensão de um novo pacto de poder no cenário político e econômico brasileiro - voltado para o desenvolvimento nacional via industrialização - inicia a substituição de importações aproveitando os influxos da economia mundial, em fase recessiva, para desenvolver gradativamente a autossuficiência nacional frente ao mundo industrial moderno. Assim, se inicia também a construção de uma sociedade urbano-industrial no Brasil (PRADO JUNIOR, 1981; OLIVEN, 1980; SANTOS, 1993; MAMIGONIAN, 2000). Esta fase inicial é marcada por acentuada setorialização e montagem gradual da indústria leve (RANGEL, 1985).

O novo pacto de poder criado em 1930 tratou de acelerar o processo de substituição de importações: 1) usando seletivamente os recursos cambiais, como já se sublinhou, 2) retirando as barreiras fiscais internas entre as unidades estaduais, 3) financiando a produção por intermédio do Banco do Brasil, colocado sob a direção dos industriais, como na ampliação das empresas Klabin (papel), Pignatari (cobre) etc., 4) instituindo reservas de mercado, como no exemplo do carvão, obrigando o uso obrigatório de 10% (1931) e depois de 20% (1937) do produto nacional sobre o total consumido por cada usuário brasileiro, etc (MAMIGONIAN, 2000, p 36).

O governo Vargas, sem dúvida, representa um marco na modernização da economia em que o país adentra de fato no processo de industrialização. Isso não envolve apenas a inserção da indústria no território nacional, mas toda uma estrutura necessária para que o país possa desenvolver tais tipos de atividades. A atividade industrial se vale de estrutura e relações sociais diferentes daquelas, presentes na produção agrário-exportadora. A industrialização é um processo notadamente urbano, que exige das cidades um conjunto de infraestrutura e força de trabalho, dos quais as cidades brasileiras ainda não dispunham. Até então, a população estava majoritariamente concentrada no campo, enquanto as cidades exerciam funções administrativas, estando limitada a prestação de serviços e atividades comerciais, ligadas a produtos manufaturados nacionais e artigos industrializados importados, bem como a exportação agrícola.

Em 1872 o nível de urbanização correspondia a apenas 5,9%, e a população total era estimada em 9,9 milhões de habitantes. No contexto urbano, três cidades possuíam população superior a 100 mil habitantes, Rio de Janeiro (274.972), Salvador (129.109) e Recife (116.671); abaixo dos 100 mil habitantes, apenas Belém (61.997) superava 50 mil habitantes. Mesmo a frente de imigrantes que chega ao país no século XIX, absorvida pelo setor agrário, vem a se instalar no campo; apenas com o avanço do processo de industrialização a partir do século XX, as cidades começam a se desenvolver num ritmo acelerado, ampliando suas funções e atraindo grandes fluxos populacionais (OLIVEN, 1980).

Esta industrialização nascente desde 1880 continuou a crescer nas fases de expansão do comércio internacional (1896-1921), pois o Brasil reagia positivamente aos estímulos do centro e também já contava desde os fins do século XIX com tarifas destinadas a atender às necessidades fiscais do Estado brasileiro, que funcionavam como barreiras protecionistas. [...] À medida que avançava, a industrialização ia gerando um centro dinâmico interno, que na década de 20 já era considerável, pois a indústria, principalmente o ramo têxtil, era o setor mais importante da economia brasileira após o café (MAMIGONIAN, 2000, p.12).

Embora a indústria preceda a era Vargas, e até mesmo já houvesse se inserido na dinâmica econômica nacional, é importante diferenciar essa indústria incipiente da indústria pós 1930. Neste período, a indústria permite a inserção de uma grande parcela da sociedade, que antes se encontrava à margem, no sistema produtivo nacional; porém, nas palavras de Prado Junior (1981, p.148), “não sairá tão cedo da sua mediocridade, e lutará com dificuldades que lhe limitam consideravelmente os horizontes. Também não resolverá por isso, de uma forma ampla, nenhuma das contradições e dos problemas econômicos e sociais do país”. Isso porque as condições vigentes, tais como a base da organização econômica

agrário-exportadora, e os interesses da estrutura de poder, iam em direção oposta as primeiras forças industrializantes (PRADO JUNIOR, 1981).

Assim, é a partir do século XX que, em um curto espaço de tempo, a industrialização promove profundas mudanças estruturais e conjunturais no Brasil. Para além das questões infraestruturais e urbanas, é através da divisão social trabalho que podemos visualizar a complexidade das novas relações estabelecidas. Por sua vez, estas relações e mudanças na estrutura social, econômica e produtiva do país, só se tornam possíveis a partir de mudanças no Estado e sociedade. Neste sentido, trata-se do Estado de caráter nacional desenvolvimentista iniciado por Vargas e que se manteve até o final do Regime Militar.

O papel do Estado estabelece um forte vínculo com a urbanização, segundo Oliveira (1982, p. 36):

As relações entre o Estado e o urbano podem ser vistas sob vários ângulos. Pelo lado da divisão social do trabalho, por exemplo, estas relações se tornam mais perceptíveis, e se toma a divisão social do trabalho no sentido mais lato entre cidade e campo [...] fica clara a forma pela qual o Estado utiliza mecanismos que são de criação e reprodução disso que é o urbano, enquanto que, se tomarmos do ponto de vista do campo nessa ampla divisão social do trabalho, a ação do Estado e, portanto sua interação são menos visíveis [...] Na experiência brasileira, a entrada do Estado na regulação das relações sociais de produção também é muito mais perceptível [...] na verdade, o Estado no nascimento delas, se nós tomarmos os anos 30 e a Revolução de 30 como a revolução burguesa no Brasil.

É preciso também adotar uma vertente de entendimento para o nacional desenvolvimentismo, pois esta caracterização do governo Varguista divide opiniões no meio acadêmico e político (BASTOS, 2006). Apesar de caracterizações ufanistas do nacional desenvolvimentismo, assume-se aqui, sua direta relação com o papel e atuação do Estado no desenvolvimento nacional via industrialização:

Contraposto à ideologia ufanista tradicional, o nacionalismo econômico varguista defendia intervenção para o desenvolvimento, ou seja, não era apenas nacionalismo, mas nacional-desenvolvimentismo [...] Dada esta definição geral dos interesses nacionais – desenvolver economicamente o país, diversificando atividades voltadas para o mercado interno e reduzindo a dependência frente ao comércio exterior – as formas e os objetivos particulares da intervenção nacional-desenvolvimentista mudariam ao longo da trajetória política de Vargas. Embora a ‘questão siderúrgica’ fosse central ao novo modelo de desenvolvimento [...] a ênfase na industrialização pesada, e na infra-estrutura de base, aumentou ao longo do tempo [...] Simultaneamente, as formas da intervenção do Estado necessária para implementar os objetivos do ideário nacional-desenvolvimentista também se ampliariam, desde a regulação, à distância, do mercado até a criação de empresas estatais [...] (BASTOS, 2006, p.242).

Vinculado ao processo de industrialização e urbanização, também há a construção do ideário de Estado nacional com atributos de potência a serem desenvolvidos, sobretudo através da industrialização (BASTOS, 2006). O governo assume a postura nacionalista, visando romper com a dependência e submissão econômica exercida pelos países do centro do sistema capitalista. Porém, o Brasil possuía inúmeros gargalos estruturais e conjunturais a serem superados; era preciso desenvolver a infraestrutura urbana; ampliar e modernizar o suprimento das matrizes energéticas; promover a formação de um mercado interno e a redistribuição das forças de trabalho; realizar investimentos em tecnologia e qualificação da mão-de-obra; atuar na regulamentação das atividades produtivas, etc. Tudo isso foi, gradualmente, instituído pela ação do Estado durante o nacional desenvolvimentismo, iniciado por Vargas, mas adotado sucessivamente pelos governos posteriores até meados da década de 1980.

As realizações¹ de Vargas representam o rompimento com algumas parcelas das forças políticas e econômicas vigentes; constituindo, então, um novo pacto de poder no país, através do qual se impõe uma postura diferente no relacionamento com mercado e capitais estrangeiros. Não seria possível operar tais mudanças sem entrar em conflito também com empresas estrangeiras ou países que exerciam domínio econômico sobre o Brasil. Neste sentido, as intervenções do Estado nacional-desenvolvimentista passaram por um forte enfrentamento com estes poderes, sendo o choque com interesses locais e externos, o maior entrave para a industrialização nacional tardia (BASTOS 2006).

Os setores considerados prioritários pelo governo Vargas rumo a modernização e desenvolvimento da economia nacional, foram a indústria siderúrgica pesada, o setor petrolífero e o setor de energia elétrica, onde já operavam com monopólio de empresas de capital norte-americano. Regular a atuação das empresas estrangeiras já consolidadas no país, embora fosse uma difícil tarefa, não era o maior desafio do Estado Varguista, pois se pretendia ainda promover a nacionalização gradativa dos setores considerados estratégicos para a economia nacional, sendo esta, uma característica marcante do desenvolvimento nacional idealizado por Vargas.

¹ Carteira de Trabalho; Constituição Federal de 1934; Departamento de Correios e Telégrafos; Instituto do Açúcar e do Alcool; Conselho Federal do Comércio Exterior; Conselho Nacional do Petróleo; Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP); Conselho de Águas e Energia Elétrica; Vale do Rio Doce (Mineração);

Fábrica Nacional de Motores (mecânica pesada); Fábrica Nacional de Álcalis (química); Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial; Comissão de Planejamento Econômico, Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq); Programa de Reaparelhamento Econômico; BNDE, atualmente BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), dentre outras.

Assim, o Estado assume uma postura econômica protecionista, voltada para a diversificação do mercado interno. A União passa a concentrar recursos e poder decisório em detrimento aos estados e municípios; são limitadas as remessas de lucros e reguladas as reservas cambiais, diminuindo a retirada e a margem de lucros de empresas estrangeiras. Os recursos passam a ser direcionados para o desenvolvimento de atividades econômicas urbanas - compreendidas pelos setores secundário e terciário - promovendo gradualmente a diversificação do mercado interno (BASTOS, 2006).

Ainda na década de 1930, o Brasil se posiciona contra as condições abusivas dos credores da dívida externa, decreta moratória e destina o capital referente para o financiamento de importações de máquinas e insumos industriais necessários para o desenvolvimento do setor produtivo nacional. Isso não significa dizer que, houve ruptura com o capital estrangeiro, pois o país não dispunha de recursos próprios suficientes para suprir todos os investimentos necessários ao desenvolvimento nacional, significa dizer que investimentos estrangeiros foram atraídos, porém sob as condições e direcionamento do Estado.

Neste sentido, são criados diversos órgãos e empresas estatais voltados para gestão, planejamento e desenvolvimento econômico via industrialização², para atuar em setores estratégicos da economia e garantir a soberania nacional frente ao mercado interno. Ao concentrar o poder decisório e a orientação dos recursos financeiros, o governo federal passa a consolidar um Estado nacional forte, estimulando profundas mudanças em direção a um perfil urbano-industrial.

No segundo mandato (1950-54), após um período conturbado, Vargas assume novamente a presidência e retoma seu projeto nacional-desenvolvimentista. Em relação a conjuntura interna, o “[...] Brasil enfrentava uma tendência inflacionária, derivada do aumento das divisas geradas pelos altos preços alcançados pelo café no mercado internacional, [...] (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2009, p.85). Outro problema era o endividamento resultante das importações massivas subsidiadas pelo governo como incentivo a industrialização; por sua vez, o rápido crescimento industrial ocorreu em descompasso com a desenvolvimento da estrutura energética e dos sistemas de transportes nacionais.

Este período é marcado pelo avanço na estatização de setores estratégicos da economia, política esta que encontrou severa resistência dos capitais internacionais, do

² Destaque para algumas empresas, órgãos públicos e legislação do primeiro mandato Vargas (1930-1945).

próprio governo norte-americano e, internamente, das bancadas liberais de oposição. Contudo, a determinação de Vargas conseguiu ainda salvaguardar interesses nacionais em detrimento a sanha privatista:

As pressões diplomáticas estadunidenses indicam a dificuldade de implementar um projeto estatizante que não controlava com autonomia os recursos financeiros necessários, dependendo da obtenção de recursos contingentes de uma barganha internacional em que os interlocutores controlavam a liberação de recursos exatamente para favorecer um projeto privatista. De todo modo, um certo compromisso se realizou: o lobby das filiais estrangeiras não impediu o financiamento de três empreendimentos públicos estaduais na geração de energia (CEERG, CEMIG e USELPA), uma vez que os três empreendimentos atenderiam regiões à beira do colapso energético, assegurando fornecimento de energia em áreas cuja distribuição estava sob controle de filiais estrangeiras — antecipando a separação de tarefas que se consolidaria na segunda metade da década de 1950 e na seguinte (BASTOS, 2006, p.268).

O legado de governo Vargas é tão amplo, que muitos de seus projetos e idealizações, bem como o caráter nacional desenvolvimentista, podem ser observados nos governos seguintes até meados da década de 1980; a exemplo temos a criação da Eletrobrás, os avanços trabalhistas, e o próprio Plano de Metas de Juscelino Kubitschek (JK), que englobava e se baseava em estudos e projetos iniciados na era Vargas.

Marco do governo JK, o Plano de Metas:

[...] tinha como objetivo maior elevar o padrão de vida dos brasileiros, constituindo-se de projetos de desenvolvimento que se distribuía em cinco grandes setores: energia, transportes, indústria de base, alimentação e educação. Cada um dos setores estava dividido em metas, que totalizavam 30. Era ainda parte do Plano a construção de Brasília, cujos projetos de transporte estavam especialmente articulados [...] O desenvolvimento de cada um dos setores seria alcançado através de grandes investimentos estatais e da orientação do investimento privado para os setores produtivos (CAPUTO; MELO, 2009, p.519).

Focado na otimização do desenvolvimento industrial, o governo JK eleva a produção da indústria brasileira em 80%, ampliando a infraestrutura e capacidade do edifício industrial brasileiro. Os setores mais beneficiados foram a indústria do aço, mecânica, elétrica, de comunicações e equipamentos de transportes. Notadamente nacional desenvolvimentista, durante o período JK, o Brasil atinge uma taxa real de crescimento econômico (1957-61) na casa de 7% ao ano, o que, em termos atuais, poderia ser comparado a performance da China, uma das economias industriais mais dinâmicas do mundo contemporâneo.

[...] o governo Kubitschek dentro da estratégia fundamentada na ideologia desenvolvimentista como forma de acelerar o crescimento econômico

brasileiro e o processo de industrialização pesada, criou condições especiais e favoráveis para a entrada do capital estrangeiro. Conforme Arend (2009) a mudança fundamental na forma de tratamento e na presença do capital estrangeiro na economia nacional conferiram condições essenciais para o processo de mudança institucional do governo Kubitschek [...] (CUNHA, 2012, p.16).

Ao final da década de 1950, o Brasil já havia consolidado um mercado interno e a economia mundial apresentava uma conjuntura favorável, o que colaborou na captação de capitais estrangeiros. A abertura planejada para investimentos privados, principalmente de capital estrangeiro, foi um dos acertos de JK na política econômica; estes investimentos eram orientados, estrategicamente³, para superar os principais gargalos do setor produtivo nacional, tais como transporte, energia e a produção de ferro e de aço (BRASIL, 2009).

O modelo de planejamento e gestão estatal, permitiu ao governo federal outro patamar no relacionamento entre o público e o privado. O desenvolvimento setorializado programado pelo Plano de Metas, se vale do Conselho de Desenvolvimento para articular órgãos estatais ao capital privado (interno e externo), orientando investimentos em setores estratégicos da economia nacional. Neste processo houve grande influência da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). O governo contava então com estes órgãos, para orientar a atuação do Estado, no sentido de otimizar a aplicação dos recursos públicos nos setores prioritários⁴.

Basicamente o plano automotivo do governo JK consistiu em fechar efetivamente o mercado para a importação através da fixação de taxas de câmbio e do racionamento cambial para produtos automotivos. As empresas que cumprissem as metas de nacionalização estariam aptas a receberem uma série de incentivos financeiros. As metas de nacionalização a serem cumpridas pelas montadoras seriam elevadas anualmente até atingir um índice de nacionalização de 90% para caminhões e veículos utilitários, enquanto que para jipes e carros este índice deveria atingir o valor de 95% [...]. Este plano seria supervisionado pelo GEIA (Grupo Executivo da Indústria Automobilística), o GEIA era um dos grupos que compunham as ações setoriais determinadas pelo plano de metas. O GEIA era composto por representantes de todos os órgãos e agências que de alguma forma possuíam gerência sobre o plano. O objetivo era facilitar e agilizar a tomada de decisões relativas aos índices de nacionalização e metas de produção (LOPES, 2006, p.127).

³ O resultado teve êxito por elevar os índices de formação bruta de capital fixo sinalizado por altas taxas de investimentos, crescimento do PIB, média de 8,1% ao ano e da indústria de bens de capital na ordem 26,4% ao ano, aumento na produção de bens intermediários e bens de consumo duráveis, além de outras metas específicas propostas pelo Plano de Metas (CUNHA, 2012, p.06).

⁴ Energia, transporte, e atividades industriais básicas (nas quais havia pouco interesse da iniciativa privada). Houveram estímulos, principalmente produção de equipamentos e insumos com alto potencial de captação e circulação de capital. Outras áreas como a indústria de base, alimentícia e a educação também foram contempladas como diretrizes do Plano de Metas.

O setor automobilístico foi assim amplamente desenvolvido no Brasil, onde grandes empresas multinacionais são atraídas para o parque industrial brasileiro, inclusive como forma de manter participação no crescente mercado interno, como fizeram as montadoras Ford, Volkswagen e General Motors. Estas multinacionais se concentraram na Região Sudeste, sobretudo no estado de São Paulo que, conforme mostra a tabela 1, apresentava a maior produção industrial do País; isso devido ao conglomerado industrial formado pela cidade de São Paulo e o denominado “ABC paulista” (Santo André, São Caetano e São Bernardo do Campo). No Sudeste, tem-se ainda o Rio de Janeiro que se constituía um importante centro industrial, e devido sua condição anterior de capital federal, já havia precedido São Paulo no centro da economia nacional (FURTADO, 2003).

A consolidação do mercado nacional - facilitada pela expansão dos sistemas de transportes, comunicação e informação - ocorrida 1930 e 1960, havia criado “[...] condições para uma crescente concentração espacial de capital. Isto aconteceu primordialmente em São Paulo [...], principalmente porque [...] tinha a maior concentração industrial do país [...]” (OLIVEN, 1980, p.66).

Tabela 1 - Distribuição percentual do valor da produção industrial do Brasil por alguns de seus principais Estados.

Estado	1907	1920	1938	1958	1965
São Paulo	16,5	31,5	43,2	53,2	57,6
Distrito Federal - Guanabara	33,1	20,8	14,2	11,2	9,3
Rio Grande do Sul	14,9	11	10,7	8,1	n.d.
Minas Gerais	4,8	5,5	11,3	5,7	n.d.
Outros Estados	30,7	31,2	20,6	21,8	33,1

Fonte: Oliven (1980, p.67). N. d.: não disponível.

São Paulo se constitui como grande mercado consumidor nacional, além do maior centro industrial do país, contando ainda com intensa concentração de outras atividades econômicas e população. Isso ocorre também com outros centros industriais de menores proporções; por outro lado, após a ampliação da integração do território e do mercado nacional, a urbanização não se restringe apenas aos centros industriais:

A urbanização, entretanto, [...] se torna muitas vezes relativamente independente do desenvolvimento industrial regional. O crescimento das cidades menos industrializadas apresenta um ritmo quase tão intenso como o das cidades mais industrializadas. (OLIVEN, 1980, p.68).

Neste ponto é preciso fazer algumas considerações sobre o processo de urbanização em relação ao processo de industrialização: a) a partir da consolidação e expansão da industrialização, a urbanização passa a se desenvolver para além da presença da indústria, ainda que em diferentes formas e escalas; b) a industrialização pode ser concebida em duas fases de acordo com a evolução do capitalismo no país, iniciando pelo movimento de concentração, e em seguida pelo movimento de dispersão e reconcentração industrial, que coincidem diretamente com a formação das primeiras metrópoles brasileiras, e posteriormente com o quadro metropolitano atual (GEIGER, DAVIDOVICH, 1974; OLIVEN, 1980; SANTOS, 1993).

Uma primeira consideração é a de que as linhas principais da organização atual do espaço refletem um sistema em que se estabelecem relações entre uma economia industrial e um poder oficial que sustenta o desenvolvimento de formas capitalistas no País. Nesse desempenho, a esfera governamental tanto assume atuação empresarial como política, no que faz valer prioridades e o instrumental do planejamento. A identificação de um sistema espacial do tipo centro-periferia no território nacional é reconhecida como inovação desencadeada pela industrialização. Vale dizer que, também no Brasil, esse processo importou em acumulação do capital, conduzindo à concentração geográfica de recursos e de atividades da população, cujos efeitos de repercussão levam à integração progressiva do espaço do País, rompendo com a antiga estrutura em arquipélago econômico (GEIGER; DAVIDOVICH, p.04, 1974).

Esse conjunto de condições, seriam responsáveis pela viabilização efetiva do processo de substituição de importações, através do qual “todo um arsenal financeiro, fiscal, monetário, serviria como base das novas relações sociais (incluído o consumo aumentado) que iriam permitir mais uma decolagem” (SANTOS, 1993, p.36). Desta forma, percebe-se a continuidade de um processo, durante o Regime Militar, quando ocorre a passagem para uma nova fase - dispersão e reconcentração - da metropolização brasileira, possibilitada pela modernização e difusão de capitais, tecnologias e formas de organização; porém isso será discutido mais a diante.

Nesse contexto, a década de 1960 se inicia com o final do mandato de Juscelino, a ser sucedido por Jânio da Silva Quadros. O breve governo de Jânio (1961) dura pouco mais de um semestre, em meio a fase recessiva de um ciclo interno curto na economia. A retração nos investimentos em face do cenário econômico recessivo, culminam num quadro de inflação que, somado ao aumento da dívida pública - principalmente junto aos credores estrangeiros - configuram situação de crise para o governo.

[...]. Neste sentido, a existência de déficits em transações correntes, que remontavam à década de 1950, apresentava forte empecilho à continuidade

do processo de desenvolvimento do País, pois impossibilitava a ampliação das importações de bens-de-capital e de insumos à indústria nacional. Por seu turno, a necessidade de constantes apelos a empréstimos internacionais, visando sanar a escassez de divisas do país, o tornava cada vez mais dependente de seus credores externos, e cada vez mais submisso a estes, no que tange à elaboração de suas políticas econômicas (MORAES, 2012, p.02).

Com políticas malsucedidas de austeridade fiscal (MONTEIRO, 1999), Jânio não consegue desempenhar uma política econômica eficaz; não apenas em prejuízo disso, perde a governabilidade, fica isolado politicamente e renuncia ao mandato. Sob instabilidade política e econômica, assume, o então vice-presidente, João Belchior Marques Goulart (Jango). Durante seu governo (1961-64), conturbado em aspectos políticos e econômicos, Jango estabelece um Plano Trienal com os seguintes objetivos:

[...] a) institucionalizar a planificação econômica, mas mantendo a livre iniciativa; b) fortalecer o papel do Estado, especialmente em setores estratégicos, como os de energia e riquezas minerais; c) continuar o processo de substituição de importações, focado no setor de bens intermediários e de capital; d) corrigir os desequilíbrios regionais; e) implementar reformas institucionais para melhorar o uso dos fatores de produção e gerar crescimento econômico com melhor distribuição de renda (FONSECA; MOREIRA, 2012, p.09).

Para atingir o controle da inflação e da dívida externa, foram adotadas medidas de austeridade econômica, voltadas para a redução do déficit público através da restrição ao crédito (MONTEIRO, 1999).

Não se pode entender, no entanto, este conservadorismo como uma guinada de Goulart contrária a suas idéias desenvolvimentistas, ou estruturalistas. Em nenhum momento o presidente deixou de citar, mesmo durante este período, sua defesa inarredável das Reformas de Base. Ocorre que no entorno das alterações constitucionais que permitiram a posse do presidente grande parte de seus poderes foram diluídos entre as outras esferas de comando da nação, o que tornava seu governo obviamente mais conservador do que seu próprio desejo o levaria a ser (MORAES, 2012, p.05).

Poucas reformas idealizadas por Jango (principalmente nos setores agrário, trabalhista e fiscal) se realizaram tal qual esperado. Reformas que colidem com interesses do capital encontram resistência também na esfera política, onde bancadas liberais defendem a abertura irrestrita do mercado interno e o fim da regulação da econômica exercida pelo Estado, que deve deixar de atuar também no setor produtivo. Apesar disso, Jango traz importantes contribuições, como a criação do Conselho Monetário Nacional, Banco Central, Eletrobrás (idealizada ainda na era Vargas), instituição do décimo terceiro salário e a nacionalização de empresas e concessões em setores estratégicos. Esse desenvolvimento, de base nacionalista,

além de se opor aos interesses conservadores da esfera política e econômica interna, também não agrada aos agentes do capital internacional, que se beneficiam dos recursos nacionais desde o período colonial. Assim, um panorama de crise engendrado pela recessão econômica, se soma a outros fatores complexos para viabilizar a intervenção militar.

Sob o regime militar (1964-1985) foi concluído o edifício industrial brasileiro e grande parte da integração do território nacional. Os militares contribuíram para o desenvolvimento nacional⁵ com grandes investimentos em infraestrutura, telecomunicações e transportes (destaque para o setor naval e aeroespacial); também desenvolvem o setor técnico e tecnológico do país, com a criação de órgãos estatais de fomento à pesquisa e suporte técnico para os setores produtivos, possibilitando outra etapa na modernização da produção brasileira.

O golpe de estado de 1964, todavia aparece como um marco, pois foi o movimento militar que criou as condições de uma rápida integração do País a um movimento de internacionalização que parecia irresistível, em escala mundial. A economia se desenvolve, seja para atender um mercado consumidor em célere expansão, seja para responder a uma demanda exterior. O país se torna um grande exportador, tanto de produtos agrícolas não tradicionais (soja, cítricos) parcialmente beneficiados antes de se dirigirem ao estrangeiro, quanto de produtos industrializados [...] A população aumentada, a classe média ampliada, a sedução do pobre por um consumo diversificado e ajudado por sistemas extensivos de crédito, servem como impulsão para a expansão industrial (SANTOS, 1993, p.36).

Desta forma, entre o final da década de 1960 e toda a década de 1970, o Brasil desempenha um crescimento econômico notável enquanto a industrialização atinge outro estágio no país. Este período fica conhecido como milagre econômico brasileiro:

[...] o ‘milagre’ econômico comprovou a força do dinamismo industrial brasileiro e o governo Geisel pôs a economia em marcha forçada para a nova substituição de importações, dos insumos básicos e dos bens de equipamentos pesados. Os dados econômicos mundiais, diferentemente das visões estagnacionistas, indicaram o extremo dinamismo da economia brasileira: de 14º PIB do mundo capitalista em 1965 (US\$ 19 bilhões), ela ascendeu à condição de oitavo em 1984 (US\$ 187 bilhões), registrando um crescimento de dez vezes, somente inferior ao do Japão (treze vezes) no

⁵ Órgãos, projetos e empresas criadas durante o Regime Militar: Escritório de Pesquisas Econômicas Aplicadas (EPEA, futuro IPEA); Conselho Monetário Nacional; Banco Nacional de Habitação (BNH); Embratel; Instituto Nacional de Previdência Social (INPS); Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG); Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED); Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer); Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais (CPRM); Planos Nacionais de Desenvolvimento (I e II PNDs), Plano de Integração Nacional; Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO); Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA); Companhia Brasileira de Tecnologia Nuclear (CBTN, futura NUCLEBRÁS); Telecomunicações Brasileiras S.A. (TELEBRAS); Programa Nacional do Alcool (Proálcool); Empresa Brasileira dos Transportes Urbanos (EBTU).

centro do sistema, tendo nesse período ultrapassando Holanda, México, Suécia, Espanha, Austrália e Índia (MAMIGONIAN, 2000, p.10).

Contudo, após desempenhar um contínuo e expressivo crescimento econômico por quase duas décadas, o ciclo econômico entra em outra fase recessiva, iniciada em 1973 com a denominada crise do petróleo. Segundo Rangel (1985), a crise se origina, neste caso, do próprio crescimento econômico de determinado setor, que ao atingir os limites do mercado, enfrenta automaticamente um período de estagnação ou ociosidade; com efeito, a superação da crise exige uma reestruturação tanto dos setores produtivos, quanto da dinâmica economia. A dinâmica econômica corresponde tanto a elementos da conjuntura interna, quanto externa, e isso envolve a relação entre postura e orientação de cada governo e os interesses exclusivos dos grandes capitais privados.

O modelo de desenvolvimento implementado durante o Regime Militar se esgota e as medidas adotadas não barraram o crescimento da dívida externa, nem controlam os índices inflacionários exorbitantes, levando a economia nacional a estagflação⁶. O PIB apresenta crescimento negativo, tornando cada vez mais escassos os recursos do governo, além de inviabilizar a contração de capitais estrangeiros. Nesse contexto, começa se configurar a crise fiscal que assolará o país na década de 1980, refletida diretamente no desenvolvimento industrial e econômico. A crise fiscal, somada às conjunturas política e social, culmina na derrocada do Regime Militar, iniciando um processo de abertura política e redemocratização no país.

Se encerra junto aos governos militares o ciclo nacional desenvolvimentista iniciado por Vargas, a conclusão do edifício industrial brasileiro e o maior período de crescimento da indústria nacional. Como se pode observar na tabela 2 e nos gráficos 1 e 2, o período entre 1940 e 1980 representa a maior curva de crescimento da indústria, tanto em termos de participação na economia, quanto ao aumento no número de trabalhadores ocupados em atividades industriais. O setor de comércio e serviços também acompanha esta curva, assim como o aumento da população e a concentração urbana; enquanto as atividades primárias entram em curva descendente, reduzindo rapidamente seu percentual na formação do PIB e captação de força de trabalho.

⁶ Situação econômica caracterizada pela conjunção de uma tendência à estagnação ou recessão seguida de inflação (ECONOMIABR, 2016).

Tabela 2 - PIB e PEA por setores econômicos, população total e taxa de urbanização no Brasil.

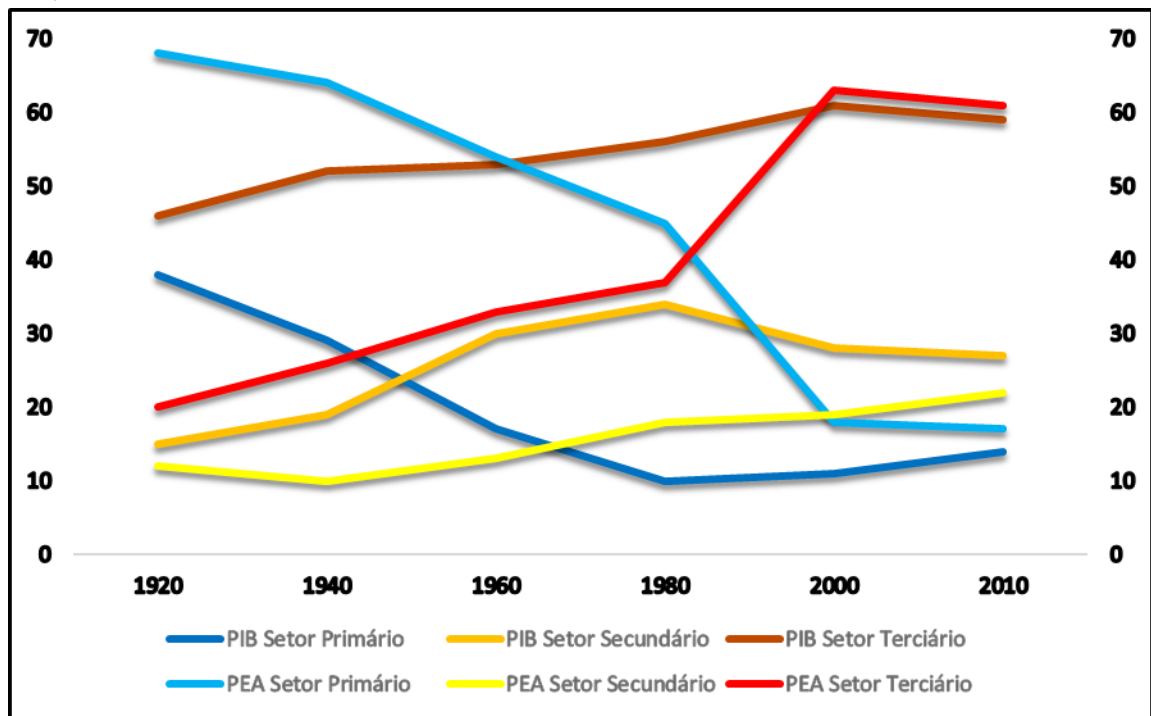
	1920		1940		1960		1980		2000		2010	
	PIB (%)	PEA* (%)	PIB (%)	PEA (%)	PIB (%)	PEA (%)	PIB (%)	PEA** (%)	PIB (%)	PEA (%)	PIB (%)	PEA (%)
Setor Primário	38	68	29	64	17	54	10	45	11	18	14	17
Setor Secundário	15	12	19	10	30	13	34	18	28	19	27	22
Setor Terciário	46	20	52	26	53	33	56	37	61	63	59	61
População Total (Em milhões)	31		41		71		119		170		190	
Taxa de Urbanização (%)	11		31		45		68		81		84	

Fonte: Oliven (1980); IBGE (2000, 2010, 2017); Costa (2014).

Org.: Oliveira, F. S.

Obs.: Foram usadas regras de arredondamento. PIB - produto interno bruto / PEA - população economicamente ativa e ocupada. * Números relativos ao ano de 1925 / ** Números relativos ao ano de 1970.

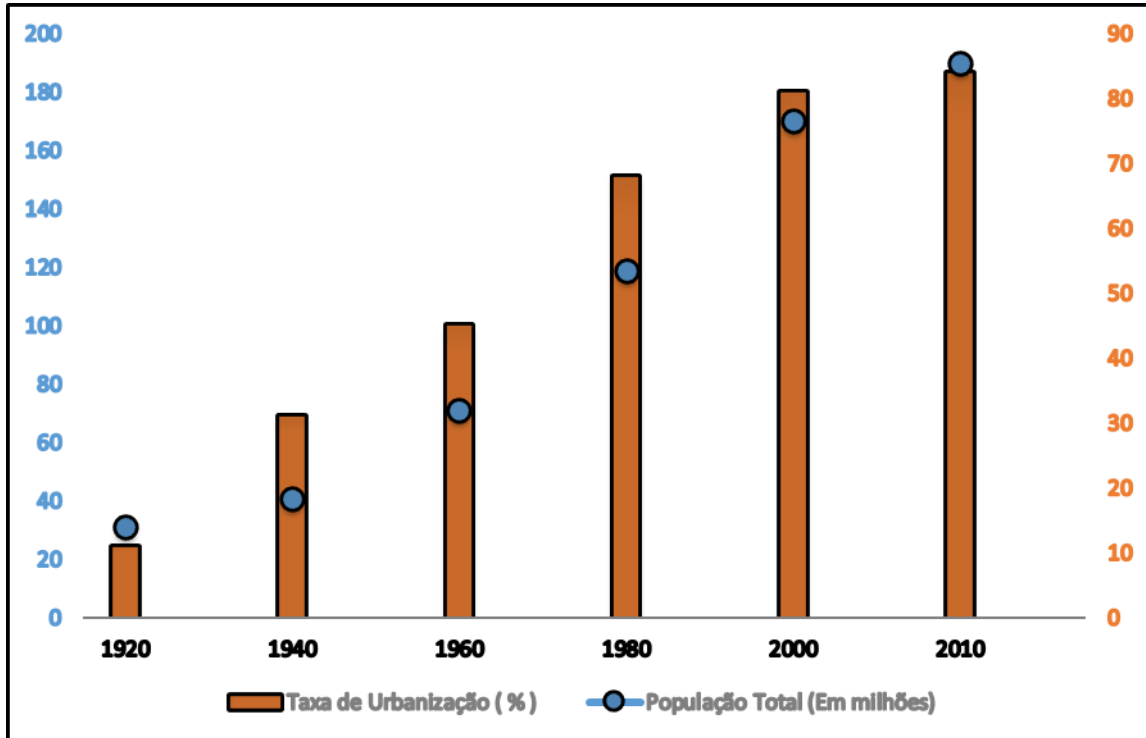
Gráfico 1 - Evolução (em porcentagem) dos setores econômicos segundo PIB e PEA no Brasil, 1920 a 2000.



Fonte: Oliven (1980); IBGE (2000, 2010, 2017); Costa (2014).

Org.: Oliveira, F. S.

Gráfico 2 - Evolução do crescimento populacional e da taxa de urbanização no Brasil- 1920 a 2000.



Fonte: Oliven (1980); IBGE (2000, 2010, 2017); Costa (2014).
Org.: Oliveira, F. S.

O desenvolvimento industrial atinge outro patamar entre 1960 e 1980; neste momento se intensifica a concentração populacional nos principais centros urbanos do país, onde a dinâmica econômica, o desenvolvimento urbano e o proeminente mercado de trabalho atraíam grande contingente populacional, expulso do campo. O grande volume de migrações contribuiu expressivamente para urbanização neste período, pois em 1970 o Censo indicava que aproximadamente um terço da população havia se deslocado para lugares diferentes aos de nascimento (OLIVEN, 1980).

Em relação ao dado populacional, Oliven (1980, p.65) afirma que a transformação da sociedade brasileira em uma população urbana, ocorre através dos seguintes processos:

O primeiro é constituído pela ainda incipiente penetração de relações capitalistas no campo, acarretando a proletarização dos camponeses e agricultores mais pobres que acabam migrando para as cidades em busca de trabalho [...] O segundo se manifesta pela pressão sobre a terra causada em certas áreas rurais, onde a introdução (através da cidade) de melhoramentos sanitários e higiênicos (vacinas, antibióticos, etc.) ocasiona uma diminuição da mortalidade infantil e um conseqüente aumento de população que não é absorvida por causa das limitações sociais e físicas do meio rural [...] O terceiro processo consiste na expansão das fronteiras agrícolas às quais pessoas atingidas pelos dois processos anteriores migram em busca de novas terras, atingindo assim frequentemente as já diminutas populações indígenas com conseqüências fatais para as últimas [...] Finalmente, o quarto processo

é representado pela atração que a cidade exerce sobre as populações rurais, através da expectativa de melhores condições de vida e trabalho, o que é fomentado pela constante difusão de imagens e valores urbanos através do país pelos meios de comunicação de massa.

Apesar da industrialização tardia, o Brasil se torna um país urbano-industrial num intervalo de 50 anos, um curto espaço de tempo se comparado aos primeiros países industriais, que haviam iniciado este processo desde o final do século XVIII. Em poucas décadas o país havia passado por mudanças profundas na estrutura econômica, social e político-institucional, as quais possibilitariam tomar forma o fenômeno metropolitano no Brasil. Os grandes centros urbanos se tornam o principal ponto de convergência das relações estabelecidas entre a produção, consumo e o território. Assim, a forma-metrópole surge como resultado das “economias de aglomeração” (DAVIDOVICH, 2003b).

As economias de aglomeração podem ser compreendidas como a aglomeração geográfica das atividades econômicas, de caráter urbano. A influência de fatores gerados a partir da concentração geográfica de agentes econômicos, otimiza a produtividade e a viabilidade dos negócios, contribuindo para a concentração espacial das atividades produtivas (GALINARI; LEMOS, 2007). As economias de aglomeração impulsionam também o desenvolvimento regional, e estão diretamente ligadas a formação das primeiras metrópoles brasileiras; cidades onde, por condições favoráveis e fatores determinantes, houve maior concentração de atividades econômicas. Estas metrópoles se caracterizam pela concentração de produção, distribuição, circulação e consumo, e realizam a articulação entre os mercados nacional e internacional.

É por isso que esse urbano se tornará rapidamente metropolitano, com grandes movimentos migratórios do campo para a cidade, e de regiões consideradas menos dinâmicas para aquelas em que se concentravam os esforços industrializantes. Somente entre 1960 e o final dos anos 70, o auge do ciclo, estima-se que saíram do campo em direção às cidades mais de 40 milhões de pessoas [...] Trata-se de um deslocamento populacional gigantesco num breve espaço de tempo, o que bem qualifica a dimensão das grandes transformações pelas quais passava a sociedade brasileira [...] o processo de urbanização no Brasil concentrou [...] grandes contingentes populacionais em um número reduzido de [...] grandes cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, além de [...] capitais regionais e sub-regionais (RIBEIRO; SILVA; RODRIGUES, 2011, p.183).

É importante observar que, uma vez estimulado pelo acelerado processo de industrialização, o processo de urbanização passa a se desenvolver para além da presença da indústria, e isso fica bem claro nos gráficos 1 e 2 onde, mesmo com recuo do crescimento industrial a partir de 1980, o contingente populacional, a urbanização e o setor terciário

continuam em curva ascendente. Neste momento, o desenvolvimento industrial entra em retração, assim como a própria economia nacional, em severa fase recessiva.

Compreendemos até aqui a articulação entre os processos de industrialização e urbanização, bem como o papel do Estado em relação a estes fenômenos, isto é, na construção do perfil urbano-industrial no Brasil. A industrialização e o modo de produção capitalista implicaram em diferentes formas de ordenamento territorial durante seu desenvolvimento no país; nesta esteira, dentro do processo de urbanização, a metropolização surge como resultado da evolução destes processos e, até o momento, pode ser dividida em duas fases distintas.

A primeira marca o início do processo, com a concentração urbana impulsionada pelo capitalismo industrial; este período se compreende entre 1930 e o final de década de 1970. Nesta fase cresce o número de cidades e da população urbana no país - principalmente na faixa litorânea - até restar superada a população rural; se consolidam também as metrópoles como principais centros da produção industrial e do mercado interno nacionais. Posteriormente, o Estado reconhece a singularidade das áreas metropolitanas do ponto de vista do planejamento e gestão pública, institucionalizando as primeiras Regiões Metropolitanas.

A segunda fase - a ser discutida em um item a parte - é marcada por um novo estágio do capitalismo no Brasil. A partir da década de 1980 a integração do território nacional permite a difusão da modernização para novas áreas, promovendo o reordenamento territorial, sob outra lógica de concentração urbana e divisão territorial do trabalho (SANTOS, 1993). Com o processo de redemocratização e a Constituição Federal de 1988, a metropolização inicia uma nova fase, marcada pela dispersão e reconcentração urbana. Do ponto de vista institucional, a exceção de sete regiões metropolitanas instituídas na década de 1990, a institucionalização de regiões metropolitanas através de legislações estaduais, se intensifica de fato a partir dos anos 2000, mostrando maior vigor ainda após 2010. Não por acaso, a atuação do Estado teve, novamente, um papel fundamental.

1.2. Do Processo de Metropolização a Institucionalização das Primeiras Regiões Metropolitanas Brasileiras.

Entende-se como metropolização, o processo de formação e consolidação das metrópoles nacionais; acompanha este processo a constituição de áreas de influência em torno de cada metrópole e, posteriormente a institucionalização de regiões metropolitanas. Enquanto ente institucional, a região metropolitana é uma unidade de gestão e planejamento,

formada por uma metrópole e sua área imediata de influência; no campo conceitual compreende uma região integrada por relações econômicas e sociais, que se estabelece a partir da centralidade exercida pela metrópole sobre essa área.

[...] O centro de categoria metropolitana passa a assumir a Região sob forma de reconstrução do espaço de sua área de influência, o que tem início no território mais imediato, onde se constituem áreas e regiões metropolitanas. Em nosso País esse processo vem, de certo modo, superpor-se à uma situação urbana tradicional, que é a da precedência da implantação da cidade sobre a elaboração da Região (GEIGER; DAVIDOVICH, 1974, p.04)

As metrópoles se constituem em “lugares aparelhados para dar suporte à acumulação e à circulação do capital, de bens e serviços, bem como à absorção de determinadas inovações tecnológicas” (DAVIDOVICH, 2001b, p.3), capazes de articular o mercado nacional ao mercado internacional. Os processos de urbanização e metropolização não se desenvolvem de forma homogênea pelo território, principalmente pela forma como o desenvolvimento capitalista se realiza em países periféricos, de industrialização tardia, nos quais se implanta um modelo de desenvolvimento desigual e combinado⁷.

[...] deve ser tentada uma pequena teoria da urbanização brasileira como processo, como forma e como conteúdo dessa forma. O nível da urbanização, o desenho urbano, as manifestações das carências da população são realidade a ser analisada à luz dos subprocessos econômicos, políticos e socioculturais, assim como das realizações técnicas e das modalidades de uso do território nos diversos momentos históricos (SANTOS, 1993, p.11).

Assim, a seletividade da metropolização articulada ao processo de urbanização, não é um processo isolado, mas resultado de fatores como: diferentes períodos históricos e conjunturas econômicas (de natureza interna e externa), condições e atributos naturais, formação econômica e social do espaço (SANTOS, 1977), orientação e atuação do Estado (OLIVEIRA, 1982), etc. A metropolização brasileira é fruto da intensificação do processo de urbanização, verificado em determinados núcleos urbanos, a partir do notável desenvolvimento industrial desempenhado durante o nacional desenvolvimentismo.

Neste contexto crescente de industrialização, as metrópoles passam, gradativamente, a concentrar geograficamente matrizes ou filiais de firmas junto as diferentes etapas do

⁷ Teoria formulada por Leon Trotsky para explicar o desenvolvimento em países atrasados ou de industrialização tardia. No caso brasileiro, Florestan Fernandes utiliza o liberalismo para explicar esta dualidade: “[...] em suas conexões ideológicas e utópicas com os interesses dos estamentos dominantes, servia como disfarce para ocultar a metamorfose dos laços de dependência colonial, para racionalizar a persistência da escravidão e das formas correlatas de dominação patrimonialista, bem como para justificar a extrema e intensa concentração de privilégios econômicos, sociais e políticos na aristocracia agrária e sociedade civil, que lhe servia de suporte político e vicejava à sua sombra (FERNANDES, 1967, p.27)”.

processo produtivo. Isso ocorria em função das “[...] interdependências técnicas e organizacionais das decisões de investimento que [...] realçam as tendências de aglomeração das atividades em uns poucos pontos do espaço geográfico” (DAVIDOVICH; LIMA, 1975, p.127). Nesse momento, os aspectos locacionais eram ditados pela indivisibilidade entre os processos de produção e as atividades de controle e gestão; assim, as interdependências tecnológicas e organizacionais supracitadas, são responsáveis pela “[...] formação, qualificação e perpetuação dos ‘clusters’ geográficos e setoriais, portanto de economias de aglomeração” (DAVIDOVICH; LIMA, 1975, p.128).

O desenvolvimento urbano desencadeado pelo processo de industrialização sob a égide do modo capitalista de produção, seja em países de industrialização pioneira, seja em países de industrialização tardia, tem seu início marcado pela formação de economias de aglomeração. No Brasil não é diferente, e essa etapa de concentração urbana em determinados núcleos, se deve a seletividade do capital e aos diferentes níveis de aparelhamento urbano de cada cidade, ou seja, locais em que o capitalismo se encontra em estágio mais avançado e se observa maior capacidade para absorver novas funções urbanas, serão mais vantajosos segundo os interesses do investidor capitalista.

Então, é desta natureza a formação das primeiras metrópoles nacionais. Os centros urbanos que já haviam desenvolvido certa dinâmica econômica, principalmente em relação a comércio e serviços, foram estrategicamente selecionados para desenvolver uma nova etapa do modo de produção capitalista, o capitalismo industrial. A montagem do parque industrial desencadeia no Brasil um intenso processo de urbanização, observado pelo grande fluxo populacional que passa a convergir para estes núcleos urbano-industriais, nos quais a lógica concentradora das economias de aglomeração, dará início à formação e consolidação das primeiras metrópoles nacionais.

[...] Trata-se de um sistema urbano-metropolitano complexo, organizado de forma multi-escalar que apresenta duas faces. De um lado, constitui-se em importante ativo para o nosso desenvolvimento, em razão das conhecidas sinergias entre a urbanização e o crescimento econômico em países que atingiram certos patamares de industrialização, como é o caso brasileiro. A outra face decorre da concentração nas grandes metrópoles brasileiras da questão social na forma de inúmeras e extremas desigualdades, carências de bens e serviços básicos e fundamentais à vida urbana, degradação ambiental, crise de mobilidade urbana, violência aguda, crescimento da taxa de habitação precária etc. (GARSON, 2009, p.06).

A diversificação funcional urbana e a modernização do território, garantem novos papéis ao Brasil na divisão internacional do trabalho (OLIVEIRA, 1982), enquanto a intensa

urbanização e crescente concentração demográfica leva o país aos primeiros estágios do processo de metropolização. Segundo Davidovich e Lima (1975, p.51):

O processo de metropolização, resultante da expansão de uma cidade central, dá origem a uma estrutura espacial característica, cujo traço dominante é a alta especialização do uso do solo urbano. Neste particular destaca-se a suburbanização de municípios contíguos, através da formação de núcleos dormitórios e núcleos industriais, estruturação espacial que pode comportar um distanciamento considerável entre local de residência e local de trabalho”.

Segundo Davidovich e Lima (1975), as aglomerações podem ser de nível metropolitano ou não. Abaixo do nível metropolitano existem diferentes tipos de aglomerações, que se definem pela gênese do processo; podem ser formadas a partir: de um espaço urbanizado (predominantemente contínuo); da expansão de uma cidade central; expansão simultânea de duas ou mais cidades (conurbação ou cidades geminadas); ou sem espaço urbanizado contínuo, quando a integração ocorre pela complementaridade funcional.

Este fenômeno exige do Estado um nível de gestão mais complexo, voltado para problemas comuns que extrapolam a escala local:

As aglomerações metropolitanas não constituem fenômeno de âmbito local, a ser equacionado isoladamente pelas autoridades municipais ou por entidades intermunicipais que venham a ser criadas. A magnitude dos problemas nelas encerrados, de natureza não só urbanística, mas econômica e social, vem exigindo maior participação do Governo Federal na criação de melhores condições para o encaminhamento de soluções cabíveis (GARSON, 2009, p.101).

As metrópoles e demais aglomerações urbanas, representam uma nova escala de gestão e planejamento, a ser implementada pelo Estado. Então, através dos órgãos competentes, o Estado mobiliza esforços para a identificação e delimitação de áreas metropolitanas, bem como aglomerações urbanas de menor nível, no intuito de desenvolver políticas de gestão e planejamento que correspondam a esta complexidade de estruturação espacial. São identificadas nove metrópoles no território nacional: três na Região Sudeste: São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ) e Belo Horizonte (MG); duas na Região Sul: Porto Alegre-RS e Curitiba-PR; três na Região Nordeste: Fortaleza (CE), Recife (PE) e Salvador (BA); e uma na Região Norte: Belém (PA).

Desde a Constituição Federal de 1967, existem disposições⁸ que permitem a União, mediante leis complementares, instituir regiões metropolitanas. Após estudos coordenados pelo IBGE e discussões no âmbito parlamentar, é sancionada a lei complementar nº 14/1973, estabelecendo oito regiões metropolitanas: São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. No ano seguinte, a lei complementar nº 20/1974, promove à fusão com do Rio de Janeiro com o Estado da Guanabara e institui a região metropolitana do Rio de Janeiro. A institucionalização destes nove entes metropolitanos ocorre durante a fase inicial da metropolização brasileira.

A lei estipula que, para cada ente metropolitano, deve haver um Conselho Deliberativo apoiado por um Conselho Consultivo; ambos são responsáveis pela elaboração, coordenação e execução de um “Plano de Desenvolvimento Integrado”, voltado para serviços de interesse comum metropolitano. O planejamento integrado envolve saneamento básico, uso do solo metropolitano, transportes e sistema viário, etc. É importante destacar que cidades do conjunto metropolitano que participam do planejamento integrado, tem prioridade na captação de recursos junto ao governo federal, como estímulo para o desenvolvimento regional; uma das vantagens em compor uma região metropolitana.

Segundo Davidovich (2003b), esta fase da concentração urbana corresponde ao impacto das políticas de substituição de importações asseguradas pelo capital estatal, através dos I e II Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs). Com isso se estruturaram importantes cadeias produtivas no país, e a organização centro-periferia, tanto no nível metropolitano como nacional. Este período foi o mais dinâmico em relação a atuação do Estado no desenvolvimento de áreas metropolitanas. Os PNDs promovem ações coordenadas entre os entes públicos (planejamento, execução e fomento), no sentido de dotar infraestrutura e atender as demandas sociais e econômicas de interesse comum metropolitano.

Essa fase da metropolização é caracterizada pela alta concentração de atividades econômicas e população, que consolidam as primeiras metrópoles. Quanto mais especializado e moderno o espaço urbano, maiores são os seus custos; neste contexto, as parcelas do setor produtivo com menor competitividade, seja de capital ou nível técnico, são repelidas para centros urbanos de menor custo, geralmente mediatos a metrópole; desta maneira se reproduz a metropolização com mesma “forma e função” (DAVIDOVICH; LIMA, 1975).

⁸ No artigo 157, parágrafo 10º.

1.3. O Processo de Metropolização Após 1980 e o Quadro Atual das Regiões Metropolitanas Brasileiras.

Neste item se discute a articulação de dois conjuntos de elementos. O primeiro diz respeito a dinâmica econômica nacional relacionada a metropolização; enquanto o segundo envolve o papel do Estado em relação a institucionalização de regiões metropolitanas. O período em questão remonta a mudanças ocorridas no país a partir de 1980.

Este período (década de 1980) foi marcado por uma profunda crise fiscal, que leva a estagnação da renda por habitante, em meio a um quadro de hiperinflação. Diante da recessão econômica e, principalmente em virtude das incertezas do mercado, ou do estado, a queda nos investimentos resulta no quadro inflacionário, que inviabiliza o crescimento econômico do país. Tratava-se de uma crise, além de econômica, do modelo de desenvolvimento, adotado pelo Estado desde a década de 1930.

Na espécie presente, enquanto o estado tiver alguma margem de manobra, ele prosseguirá no caminho da expansão do endividamento externo, do aumento da carga fiscal, da preservação dos sagrados direitos ao latifúndio, da sistemática sabotagem dos movimentos espontâneos da economia para a criação do novo e indispensável mercado de capitais, da manutenção das cidades no leito do Procusto que lhe fabricam a indústria automobilística e a construção residencial, etc., etc. (RANGEL, 1981, p.133).

O crescimento da dívida externa e índices inflacionários exorbitantes levam a estagflação⁹ da economia nacional. Com isso, ocorre também a retração do PIB e o esgotamento dos recursos do Estado, situação agravada pela dívida externa que inviabiliza a captação de recursos junto ao capital estrangeiro. Todo esse cenário desfavorável, somado às conjunturas política e social, culminam na derrocada do Regime Militar, e início do processo de redemocratização do país.

Do ponto de vista do papel estado e desenvolvimento econômico, o neoliberalismo começa a penetrar lentamente no Brasil desde a década de 1980, com a pauta de inserir o país na divisão internacional do trabalho, promover a reprimarização econômica e retirar as barreiras para a importações industriais e tecnologia avançada. Contudo, somente na década de 1990 - a partir do governo Fernando A. “Collor” de Melo (1990-92) e, principalmente, durante os governos Fernando Henrique Cardoso “FHC” (1995-2002) - que o neoliberalismo se torna uma política econômica dominante. A lógica do mercado internacional passa a ditar os rumos da economia nacional, sob colaboração do Estado neoliberal (NEGRÃO, 2016).

⁹ Situação econômica caracterizada pela conjunção de uma tendência à estagnação ou recessão seguida de inflação (ECONOMIABR, 2016).

Neste sentido, é preciso entender as mudanças conjunturais que eclodiam na economia mundial capitalista desde a década de 1970, quando passa a ocorrer também uma reestruturação do sistema produtivo, lastreada pela reestruturação das esferas política, social e econômica:

A profunda recessão de 1973, exacerbada pelo choque do petróleo, evidentemente retirou o mundo capitalista do sufocante torpor da ‘estagflação’ [...] e pôs em movimento um conjunto de processos que solaparam o compromisso fordista. Em consequência, as décadas de 70 e 80 foram um conturbado período de reestruturação e de reajustamento social e político [...]. No espaço social criado por todas essas oscilações e incertezas, uma série de novas experiências nos domínios da organização industrial e da vida social e política começou a tomar forma [...] os primeiros ímpetus da passagem para um regime de acumulação totalmente novo [...]. A acumulação flexível, como vou chama-la, [...] se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo [...]. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, [...] também envolve um novo movimento que chamarei de ‘compressão do espaço-tempo’ [...] no mundo capitalista - os horizontes temporais da tomada de decisão privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variegado (HARVEY, 1992, p.140).

Foi a partir da denominada acumulação flexível¹⁰ que novos fenômenos como a terceirização do trabalho e da produção, a dispersão industrial em diferentes nações e regiões – muitos dos quais ainda não haviam experimentado os efeitos da industrialização e das relações oriundas de tal processo – foi expandida. Segundo Harvey (1992) diversos impactos passaram a ser sentidos, principalmente pela classe trabalhadora, como o maior controle e pressão exercido por parte dos empregadores que, se beneficiaram do aumento do desemprego, da deflação e do enfraquecimento do poder sindical; tudo isso, fruto do novo regime de acumulação. Tal regime emergiu como resposta da evolução do próprio capitalismo frente ao longo período recessivo que assolava a economia capitalista, assim como se reinventa o liberalismo sob a égide do pensamento neoliberal, que se contrapõe ao keynesianismo.

No Brasil, os campos político e econômico, definidores do papel do Estado, vão influenciar diretamente no percurso do desenvolvimento urbano e da metropolização nacional. Na primeira fase do processo de metropolização, o Estado sob orientação nacional

¹⁰ O que Harvey (1992) denomina de acumulação flexível, tem origem no toyotismo desenvolvido no Japão e refere-se a um conjunto de inovações organizacionais na produção propriamente dita, na organização do trabalho, na atuação sindical, dentre outros aspectos (CORIAT, 1994).

desenvolvimentista, foi responsável, tanto pela montagem do edifício industrial, quanto pelo rápido avanço da urbanização na esteira do processo de industrialização. Já na segunda fase - considerando o governo Tancredo Neves/José Sarney (1985-1990), como transitório e sem expressividade do ponto de vista do desenvolvimento econômico e social - a modernização do capitalismo no Brasil, vai de encontro aos interesses do Estado neoliberal¹¹ dos governos Collor/Itamar e FHC. Após a crise fiscal e inflacionária, o capitalismo, até então lastreado pela atividade industrial, começa a convergir para uma financeirização, onde prevalece a atuação do capital especulativo.

A partir do governo Collor, se inicia a abertura econômica para o capital estrangeiro. O “Plano Collor”, com objetivos de conter a inflação, realiza o confisco provisório das poupanças, contas correntes e aplicações financeiras. As medidas de austeridade econômica, e o início da desregulação das leis trabalhistas, incidem com maior impacto na classe trabalhadora, reduzindo o consumo e fragilizando o mercado interno. Para reduzir os gastos públicos, se promove a extinção de órgãos públicos, demissão de trabalhadores e a privatização de inúmeras empresas públicas.

Sem o protecionismo do mercado interno com tarifas aduaneiras, ocorre um expressivo aumento das importações, agora incluindo supérfluos, principalmente eletroeletrônicos. Em consequência disso, a indústria nacional se torna pouco competitiva no mercado, a produção industrial e as exportações brasileiras caem rapidamente. O avanço da política neoliberal, resulta em recessão econômica, queda da produção industrial, aumento do desemprego, e redução do PIB. Após o *impeachment* e renúncia de Collor, é empossado o vice, Itamar Franco, que assume uma postura menos agressiva em relação ao projeto neoliberal; porém, seguem a redução do investimento público e as privatizações já em andamento, a exemplo da Companhia Siderúrgica Nacional, da Aço Minas Gerais, da Companhia Siderúrgica Paulista e diversas subsidiárias da Petrobras (BRASIL, 2009). Segundo Ferrer (2012), o ajuste fiscal implementado por Collor resultou na venda de mais de 30 empresas estatais até 1994.

¹¹ Em linhas gerais, o neoliberalismo postula: disciplina fiscal através da limitação dos gastos do Estado a arrecadação, com vista a eliminar o déficit público; reforma tributária com maior peso nos impostos indiretos e menor progressividade nos impostos diretos; liberalização total financeira, garantindo igualdade entre instituições financeiras internacionais e nacionais na economia nacional, sem a regulação do Estado; taxa de câmbio competitiva; eliminação de restrições ao capital estrangeiro e das barreiras protecionistas do mercado interno; privatização das empresas estatais e retirada do Estado do setor produtivo; e por fim, a desregulação econômica e dos direitos trabalhistas (NEGRÃO, 2016).

Ex-ministro da fazenda de Itamar, FHC se torna o próximo presidente do Brasil. É neste momento que se implementa de fato a reforma administrativa e previdenciária, consolidando uma das faces do Estado Neoliberal (BRASIL, 2009). A abertura total ao livre mercado, põe fim ao monopólio estatal em áreas antes consideradas estratégicas - como energia e telecomunicações - junto a privatização de importantes empresas estatais, como a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), Telebrás, e empresas telefônicas estaduais. Aberto aos mercados financeiros internacionais, o Brasil encontra uma conjuntura internacional desfavorável, sofrendo diretamente os efeitos das crises econômicas externas.

Com o desmonte do Estado, consolidado nos governos FHC (1995-2002), passa-se a transferir, gradativamente, o controle econômico e a capacidade de desenvolvimento nacional para o capital privado, obedecendo a lógica de mercado. A parceria público-privada ou transferência de setores públicos para iniciativa privada, deve ser apenas um paliativo, voltado para gargalos de desenvolvimento que o Estado ainda não possui capacidade ou competência de atuação, como já apontado por Rangel (1985). Porém, não se seguiu exatamente este preceito, o Estado não desenvolveu legislação ou aparelhamento institucional adequado para dividir funções ou atuar em parceria com o capital privado. Desta forma, ocorreu apenas a privatização desenfreada, através da qual setores estratégicos adquiridos pelo capital privado, nacional ou internacional.

Do ponto de vista do processo de industrialização, desde os anos 1980, ainda sob o nacional desenvolvimentismo, a indústria brasileira já sofria com as pressões externas para a abertura do mercado. Segundo Mamigonian (2004), o setor industrial brasileiro começou um processo de retração em detrimento ao dumping causado pelas massivas importações de equipamentos estrangeiros, cujo financiamento foi subsidiado pelo próprio governo como reflexo de uma política externa refém dos credores internacionais. Entre os anos 1980 e 1990, a economia e a política nacional se mostravam cada vez mais subservientes; assim, cumprindo aos interesses de entidades financeiras internacionais, se amplia ainda mais o endividamento externo e a fragilização do mercado interno, enquanto a indústria nacional se torna gradativamente obsoleta e menos competitiva, a começar pelo setor de equipamentos pesados. Com a agressiva abertura de mercado realizada durante os anos de 1990, o processo de estrangulamento da indústria nacional se aprofundou ao passo que o governo opta por trabalhar a serviço da dívida pública (principalmente a externa) e no combate à inflação, tomada como causa e efeito da crise econômica nacional (MAMIGONIAN, 2004).

Após a abertura e desregulação econômica neoliberal, o Brasil volta a se submeter a política imposta e produzida pelos atores globais. A retração da atuação e do poder moderador do Estado, fazem o país regredir econômica e geopoliticamente durante a década de 1990, reassumindo a condição de subserviência aos interesses do capital internacional. A indústria teve sua capacidade produtiva e competitividade no mercado externo reduzidos, o crescimento da economia ocorre em ciclos de curta duração, sem expressividade no PIB ou no poder de compra do mercado consumidor.

Ao fim do governo FHC, “[...] a dívida pública [...] tinha dobrado, e o déficit em conta [...] era duas vezes a média da América Latina, as taxas de juros nominais estavam acima dos 20%, e a moeda havia perdido metade do seu valor” (ANDERSON, 2011, p.24). Se por um lado o Brasil perde competitividade no cenário mundial, no território nacional a competitividade se acirra entre estados, regiões e lugares, para atrair os investimentos do setor privado, como único caminho - dentro da proposta neoliberal - para o desenvolvimento econômico e social. Deste tipo de relação, se beneficia o capital volátil ou especulativo. O acelerado processo de privatizações no governo FHC junto a mecanismos de livre mercado, como aquisições e fusões, levou ao enfraquecimento não apenas do Estado, mas também do capital privado nacional, com expressiva perda do controle acionário do empresariado brasileiro (FERRER, 2012).

Do ponto de vista do desenvolvimento nacional, durante as décadas de 1980 e 1990 não houve resultados positivos, como vinha se sucedendo desde 1930. Nesta conjuntura o capital industrial buscou lucro sem ampliar a força de trabalho; foram introduzidas tecnologias avançadas no processo produtivo, aumentando o nível de especialização do trabalhador. Obviamente a adoção da produção flexível não se trata de um processo que abarca a indústria nacional em sua totalidade, até porque nem todos empresários dispõem de capital financeiro ou humano para implantar tal sistema produtivo; se acrescente ainda há enorme diversidade de produções que não necessariamente adotaram esse modelo em sua completude. Contudo, no contexto da produção flexível, o trabalho passa a ser executado por equipes qualificadas que comandam sistemas de máquinas automatizadas; a produção em massa dá lugar a produção por demanda com estoque mínimo; e isso permite o controle do tempo de produção, armazenagem, transporte e a qualidade do produto final (FERRER, 2012).

As mudanças ocorridas no papel do Estado envolvem outros fatores importantes para além da orientação econômica. O Estado mínimo que a política neoliberal vinha implantando

no Brasil desde meados dos anos 1980 resultou numa alteração hierárquica e organizacional expressiva da administração pública nacional; impactando diretamente no desenvolvimento urbano e no processo de metropolização.

Neste sentido, o principal ponto a ser considerado foram as mudanças promovidas na Constituição Federal de 1988, a partir das quais os estados e municípios passam a se ter maior autonomia, inclusive para institucionalização, planejamento e gestão das regiões metropolitanas¹². Ocorreu assim, uma descentralização relativa do poder, pois, estados e municípios recebem mais encargos e responsabilidades do que benefícios de arrecadação fiscal; por outro lado, a União se desonera de certas responsabilidades, mesmo concentrando ainda grande parte da arrecadação tributária (CUNHA, 2014). Este cenário, atrelado a desregulação da economia, promove um contexto de grande competitividade entre locais, estados e regiões; o que se reforça ainda mais pela própria lógica de mercado na qual se sustenta o modo de produção capitalista.

Nota-se, então, que a segunda fase do processo de metropolização se inicia com profundas alterações econômicas e sociais no território nacional, mediante o avanço neoliberal e uma abertura abrupta e agressiva da economia, sem que o Estado e o setor produtivo estivessem em condições para realizar tal transição. Se intensifica o ambiente de competitividade entre os locais e as metrópoles assumem um novo papel frente ao mercado globalizado. Neste contexto, as regiões metropolitanas, do ponto de vista institucional, perdem visibilidade no cenário político e da gestão pública, frente à disputa em nível municipal e estadual que emerge da autonomia conferida para ambos, na Constituição Federal de 1988.

Essa abertura e flexibilização da economia nacional para o mercado internacional, remontam ao que Santos (1993) define como quarto momento na construção do papel e significação da metrópole, quando ocorre um “ajuste”, ou seja, após a expansão, se sucede a crise do mercado interno, que passa a ser mais segmentado, hierarquizado e articulado pelas empresas hegemônicas, nacionais ou estrangeiras, com o aval e apoio do Estado. “[...] Não é demais lembrar que mercado e espaço, ou, ainda melhor, mercado e território, são sinônimos. Um não se entende sem o outro” (SANTOS, 1993, p.89).

¹² Artigo 25º da Constituição Federal de 1988, parágrafo 3º: Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum (BRASIL, 1988, p.30).

No estágio contemporâneo da metropolização, emergem arranjos espaciais em contínua expansão [...] nos processos de reconfiguração territorial [...]. Desde o consagrado conceito de metrópole, formas complexas, particularmente decorrentes das novas relações do capital e da reestruturação produtiva, favorecidas por avançadas tecnologias de comunicação, endereçam a uma nova noção, a da metrópole transformada, ou até mesmo a do fim da era da metrópole. Pelo que trazem de singular ou de similar, são pertinentes à reflexão sobre os arranjos urbano-regionais [...] (MOURA, 2012, p.06).

A integração do território, adoção de novas tecnologias, dentre outros, são fatores de suma importância para o reordenamento territorial promovido pela desconcentração da produção moderna, e pelas novas funções da forma metrópole, cada vez mais ligadas a gestão e controle do que a produção propriamente dita. Se a primeira fase do processo de metropolização foi marcada pelas economias de aglomeração e alta concentração de pessoas e atividades em poucos locais, estrategicamente selecionados pelo capital, esta nova fase do processo marca a dispersão das atividades pelo território, sobreposta a lógica do mercado e divisão internacional do trabalho.

Mesmo em meio à crise econômica e um posterior, e longo, período de resseção econômica as metrópoles continuaram a crescer e absorver novas atividades e funções. A tendência de desconcentração industrial no processo de expansão e ocupação urbana, emerge como força inversa a concentração que moldara as metrópoles até então; isso leva ao surgimento de novos núcleos urbanos no entorno das grandes cidades ou na confluência das grandes vias de comunicação:

[...] um novo tipo de cidade, com uma morfologia difusa, seletiva, mais dispersa e fragmentada [...] uma rede de pequenos e médios centros resultante de uma forma evolutiva do modo de produção, associada à proliferação de pequenas e médias empresas e à consolidação de distritos industriais, sem migração, para alternativas de trabalho em outros setores da economia, dando início à urbanização difusa. [...] A cidade difusa, mais particularmente, é interpretada não como resultado da ‘difusão’, do *urban sprawl* ou da dissolução da cidade compacta, mas de um duplo processo de desdensificação dessa cidade e, em maior escala, da densificação do espaço agrário e a partir dele (MOURA, 2012, p.07).

Desta forma, enquanto a metropole assume a função de centro de gestão, planejamento e decisão, no território, estabelecendo relações cada vez mais complexas e atividades altamente especializadas; novos núcleos urbanos são inseridos na lógica de desconcentração do setor produtivo. Com maior integração do território nacional, uma nova lógica de ordenamento territorial - voltada para a dimensão urbano-regional - possibilita que pequenos e médios centros possam se desenvolver a partir das atividades secundárias e terciárias. Assim,

as relações e integração regional característicos a dinâmica metropolitana passam a se fazer presentes para além da metrópole.

Com a mudança do papel exercido pelo Brasil na divisão internacional do trabalho (DIT), após a década de 1990, cada vez mais a lógica global se impõe a local, impactando diretamente nas relações econômicas, políticas e sociais. Sob a lógica do mercado internacional, se instala um ambiente de competitividade entre locais, interesses políticos e agentes econômicos, no qual, apenas a metrópole possui instrumentos, para realizar essa articulação entre o local e o global. Em razão do desenvolvimento e poder econômico elevados, a metrópole, enquanto “ilha de excelência” (DAVIDOVICH, 2003b), reafirma sua importância no território.

[...] A retomada da concentração urbana se faz, assim, num contexto de matiz neoliberal e de acirramento da competitividade. A ênfase particular emprestada a processos de privatização e de parcerias entre órgãos públicos e a iniciativa privada representou, certamente, um freio à imagem de "involução" da metrópole [...] a reconcentração urbana envolveu, também, imperativos de recentralização do poder de decisões [...] como um confronto com o movimento de descentralização que diferentes posturas político-ideológicas esposaram (DAVIDOVICH, 2003b, p.02).

Sobre a noção de competitividade e seu impacto sobre o local, observa Milton Santos:

O que conduz a esse envelhecimento rápido do patrimônio técnico que nos cerca é a doutrina e a prática da competitividade. Esta induz a um uso acelerado, e rapidamente substituído, de novos objetos, de novas formas de organização. Esse resultado imperativo da competitividade faz com que equipamentos e lugares se tornem rapidamente envelhecidos e sejam declarados incapazes ou insuficientes para fornecer novos esforços úteis [...]. Não vem da técnica essa necessidade frenética de competitividade, mas da política. Não é a técnica que exige aos países, às empresas, aos lugares ser competitivos, mas a política produzida pelos atores globais, isto é, empresas globais, bancos globais, instituições globais (SANTOS, 1996, p.148).

Disso, concluímos que a fase atual da metropolização corresponde, dentre outros fatores, principalmente a abertura neoliberal, que inseriu o país na divisão internacional do trabalho, submetendo-o a força dos agentes econômicos internacionais e a penetração agressiva do capital internacional. Essa penetração pode ser observada em diversos setores da economia nacional, seja o produtivo, seja no comércio ou serviços.

É importante observar ainda, que a metropolização e o próprio processo de urbanização, passam a se desenvolver de maneira independente, para além das atividades secundárias ou do processo de industrialização. Isso se deve diretamente a separação geográfica entre a produção e atividades de gestão, planejamento, pesquisa e inovação; assim,

enquanto a produção se espalha para pequenos e médios centros urbanos, as atividades quaternárias (GOTTMANN, 1976) se concentram nas metrópoles, onde definem uma nova e imperativa função urbana.

1.4. A Retomada na Institucionalização de Regiões Metropolitanas, o Papel do Estado e o Quadro Metropolitano Brasileiro em 2015.

As mudanças ocorridas após a década de 1980, nas esferas política e econômica, levaram o país a um outro modelo de desenvolvimento, marcando um novo estágio do capitalismo no Brasil. Este cenário ajuda a explicar o diferente percurso da metropolização desde então, a evolução da metrópole e o arrefecimento na institucionalização de regiões metropolitanas (RMs). É preciso entender ainda, a lacuna existente entre as mudanças operadas via Constituição Federal de 1988 - durante um período em que já haviam se identificado, institucionalizado e se consolidado as metrópoles e RMs nacionais - e a retomada no processo de criação de RMs, desta vez sob um diferente prisma conceitual e realidade urbana. Então, levanta-se aqui duas questões: 1) qual a relação que se estabelece entre a atuação do Estado e a institucionalização de regiões metropolitanas? 2) A tabela 3 evidencia a criação de 62 RMs após a Constituição de 1988, mas o próprio IBGE (2008) reconhece apenas 12 concentrações urbanas de nível metropolitano no Brasil.

Tabela 3 - Regiões metropolitanas brasileiras instituídas até 2015.

UF*	Região Metropolitana	Cidades	População 2010	PIB** 2008	Ano de criação
AL	AGRESTE	17	477.569	1.652.387.000	2009
	CAETÉS	5	209.882	1.394.077.000	2012
	MACEIÓ	11	1.156.364	15.869.624.000	1998
	MÉDIO SERTÃO	9	150.638	475.716.073	2013
	PALMEIRA DOS ÍNDIOS	7	151.725	598.271.455	2012
	SÃO FRANCISCO	5	124.552	592.531.056	2012
	SERTÃO	7	151.869	497.278.582	2012
	VALE DO PARAÍBA	13	202.726	807.660.357	2011
	ZONA DA MATA	17	315.128	1.649.780.400	2011
AP	MACAPA	2	499.466	5.290.646.000	2003
AM	MANAUS	8	2.106.322	51.300.000.000	2007
BA	FEIRA DE SANTANA	6	673.637	9.456.903.000	2011
	SALVADOR	11	3.573.973	75.600.000.000	1973
CE	CARIRÍ	9	564.478	4.404.610.000	2009
	FORTALEZA	13	3.615.767	50.600.000.000	1973
ES	GRANDE VITÓRIA	7	1.687.704	51.860.000.000	1995
GO	GIOÂNIA	20	2.173.141	35.970.000.000	1999
MA	GRANDE SÃO LUIS	5	1.331.181	18.900.000.000	2008
	SUDOESTE MARANHENSE	8	345.873	2.571.453.000	2005
MT	VALE DO RIO CUIABÁ	13	833.766	14.800.000.000	2009
MG	BELO HORIZONTE	48	5.414.701	120.833.000.000	1973
	VALE DO AÇO	26	615.297	10.372.281.000	2006
PA	BELÉM	7	2.101.883	17.900.000.000	1973
	SANTARÉM	3	310.898	3.258.000.000	2012

	ARARÚNA	6	66.925	238.910.000	2013
	BARRA DE SANTA ROSA	8	77.573	327.554.000	2012
	CAJAZEIRAS	15	167.971	974.248.000	2012
	CAMPINA GRANDE	16	736.381	6.823.708.109	2009
	ESPERANÇA	9	134.085	721.882.000	2012
PB	GUARABIRA	18	193.671	1.070.041.000	2011
	ITABAIANA	12	135.487	683.421.000	2013
	JOÃO PESSOA	9	1.198.576	15.784.376.000	2003
	PATOS	24	224.550	1.284.372.000	2011
	SOUZA	9	116.093	792.464.000	2013
	VALE DO MAMANGUAPE	9	119.049	719.375.000	2013
	VALE DO PIANCÓ	17	140.761	681.518.000	2012
	APUCARANA	23	306.639	3.214.633.000	2015
	CAMPO MOURÃO	25	340.863	4.951.900.966	2015
	CASCAVEL	23	509.101	9.344.858.000	2015
PR	CURITIBA	29	3.223.836	94.400.000.000	1973
	LONDRINA	27	1.000.062	23.460.697.000	1998
	MARINGÁ	9	716.918	19.497.144.000	1998
	TOLEDO	18	382.642	3.977.055.000	2015
	UMUARAMA	23	290.752	3.020.244.086	2012
PE	RECIFE	14	3.690.547	61.400.000.000	1973
RJ	RIO DE JANEIRO	16	11.835.708	276.900.000.000	1974
RN	NATAL	10	1.351.004	16.700.000.000	2009
RS	PORTO ALEGRE	14	3.978.470	112.080.000.000	1973
	SERRA GAÚCHA	13	790.295	25.725.276.000	2013
RR	CAPITAL	2	298.215	4.236.588.000	2007
	CENTRAL	2	27.094	201.919.031	2007
	SUL DO ESTADO	3	21.633	168.737.784	2007
	ALTO DO VALE DO ITAJAÍ	28	269.424	3.281.746.234	2010
	CARBONÍFERA	10	550.206	6.091.484.414	2010
	CHAPECÓ	27	409.545	8.956.447.000	2010
	CONTESTADO	45	522.071	10.200.000.000	2010
	EXTREMO OESTE	48	336.261	5.774.973.170	2010
SC	FLORIANÓPOLIS	22	1.012.233	17.020.155.277	2010
	FOZ DO RIO ITAJAÍ	9	532.771	13.713.306.365	2010
	LAGES	23	350.532	4.975.822.953	2010
	NORTE/NORDESTE CATARINENSE	26	1.094.412	27.687.657.565	2010
	TUBARÃO	18	356.721	5.084.249.135	2010
	VALE DO ITAJAÍ	16	689.731	14.609.598.833	2010
	BAIXADA SANTISTA	9	1.664.136	52.364.700.000	1996
SP	CAMPINAS	19	2.797.137	105.398.470.000	2000
	SÃO PAULO	39	19.683.975	701.840.000.000	1973
	SOROCABA	26	1.867.260	48.393.257.000	2014
	VALE DO PARAÍBA E LITORAL NORTE	39	2.264.594	63.150.540.000	2012
SE	ARACAJÚ	4	835.816	8.614.356.670	1995
TO	PALMAS	16	446.737	4.762.214.689	2013
	GURUPI	18	188.063	2.676.004.363	2014

Fonte: Fenem (2015); IBGE (2010).

*Unidade Federativa. **Produto Interno Bruto.

Obs.: Estão em negrito as 9 RMs criadas nos anos 1970.

Então, como os novos entes metropolitanos caracterizam-se conceitualmente? Dada a diferente caracterização das RMs que emergem na fase atual do processo de metropolização, as mesmas se tornam mais complexas do ponto de vista conceitual e de gestão; não obstante, há de se considerar ainda os entraves referentes a coordenação interinstitucional (GARSON, 2009), porém, essa discussão está presente no capítulo seguinte que discorre sobre a Região Metropolitana de Londrina-PR¹³.

¹³ Na discussão sobre a RML é preciso justificar a ausência da RM de Maringá seja em termos comparativos ou na explanação do contexto regional Norte paranaense. Maringá é, notadamente, um importante centro urbano regional, estando também inserido no mesmo contexto de formação econômica e socioespacial que Londrina. Contudo, discutir uma RM de forma coesa exige um amplo levantamento de dados, incluindo pesquisa de campo, entrevistas e outras metodologias; desta forma, dada a proposta e o recorte da presente dissertação, não haveria tempo hábil para que tais tarefas fossem incluídas no cronograma da pesquisa. Em prejuízo dos fatos expostos, a RM de Maringá não foi abordada com maior profundidade na discussão deste trabalho.

Segundo Cunha (2014, p.183), os novos aspectos legais da Constituição de 1988 resultaram em:

Duas consequências [...]: a primeira, relacionada à significativa diminuição de recursos para essas institucionalidades, se comparada à fase de tutela federal; a segunda, expressa tanto pelo aumento dos números dessas institucionalidades em todo o país como pela inclusão de novos municípios que passam a fazer parte de determinadas regiões metropolitanas. [...]. Esse processo gera um descompasso entre a institucionalidade Região Metropolitana e uma espacialidade urbana mais complexa, que exige um planejamento diferenciado. Tal descompasso acaba por comprometer a própria gestão dessas regiões metropolitanas, principalmente nas áreas em que o processo de conurbação e aglomeração se intensifica.

Outro ponto importante, diz respeito a interesses políticos e eleitorais:

A inclusão de novos municípios nas institucionalidades leva a questionar quais seriam as vantagens de fazer parte de uma região metropolitana, como a RM de Londrina ou de Maringá, instituições que, mesmo depois de quinze anos, não conseguem se efetivar e ainda se apresentam sem orçamento, corpo técnico e espaço físico próprio (CUNHA, 2014, p.183).

Com relação a retomada do processo de metropolização, mesmo com competência legal sobre a gestão e criação de regiões metropolitanas, os estados não implementaram ações efetivas ou imediatas. Apenas em meados dos anos 1990, que se iniciam discussões para a adequação das leis estaduais no sentido de definir políticas de gestão e criação de entes metropolitanos sob a tutela de cada unidade federativa. Em 1995, Espírito Santo e Sergipe foram os primeiros estados a institucionalizar RMs, dando início a segunda fase do processo de metropolização brasileiro. A RM da Grande Vitória, sediada pela capital, Vitória-ES, conta com um corpo metropolitano de 7 municípios, totalizando mais 1,6 milhões de habitantes e um PIB superior a R\$ 51,8 bilhões - vide tabela 3; já a RM de Aracajú conta com 4 municípios, somando pouco mais de 800 mil habitantes e um PIB de R\$ 8,4 bilhões. Em 1996, o Estado de São Paulo cria a RM da Baixada Santista somando 9 municípios, mais de 1,6 milhões de habitantes e um PIB superior a R\$ 52,3 bilhões.

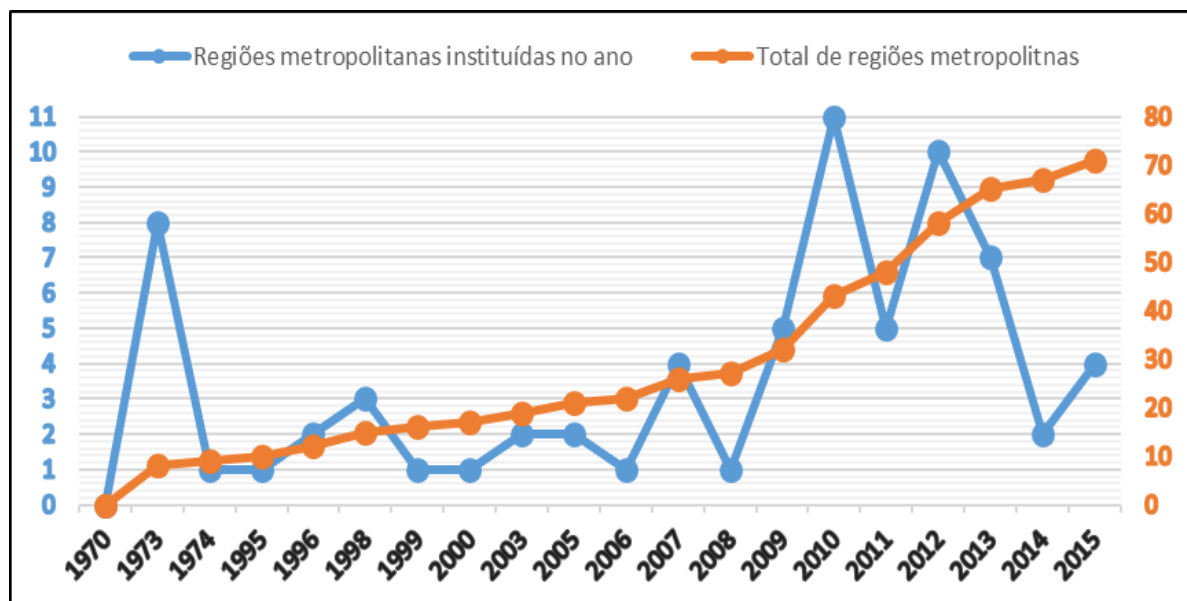
Pode-se notar até aqui, que estas novas RMs - a exceção da Baixada Santista - eram sediadas por capitais estaduais e cumpriam, ainda que parcialmente, aos parâmetros propostos pelos estudos metropolitanos de referência, como veremos no capítulo seguinte. Em 1998, no Paraná, são criadas as primeiras RMs do interior brasileiro fora das proximidades da capital paulista: a RM de Londrina que, num conjunto de 25 municípios, conta atualmente com pouco mais de 1 milhão de habitantes e um PIB superior a R\$ 23,4 bilhões; e a RM de Maringá, somando 26 municípios, mais de 700 mil habitantes e um PIB superior a R\$ 19,4

bilhões. No mesmo ano foi criada a RM de Maceió-AL, com 11 municípios, mais de 1,1 milhões de habitantes e um PIB superior a R\$ 15,8 bilhões. Assim, ao fim da década de 1990 foram criadas 7 novas RMs, saltando para 16 o número de RMs no país.

O processo de institucionalização de Regiões metropolitanas entre o ano 2000 e 2015, será o percurso para compreender o quadro atual de Regiões metropolitanas brasileiras. Com a mudança de governo em 2003, muda também o papel do Estado, marcando a retomada do desenvolvimento econômico e social de caráter nacionalista. Entre 2000 e 2009 foram instituídas 15 novas regiões metropolitanas: Campinas-SP em 2000; João Pessoa-PB e Macapá-AP em 2003; Sudoeste Maranhense-MA em 2005; Vale do Aço-MG em 2006; Capital-RR, Central-RR, Sul do Estado-RR e Manaus-AM em 2007; Grande São Luís-MA em 2008; Agreste-AL, Cariri-CE, Vale do Cuiabá-MT, Campina Grande-PB e Natal-RN em 2009. Com as RMs instituídas durante os anos 2000, ao todo, são 31 RMs institucionalizadas no Brasil.

Como mostra a tabela 3, é no período entre 2010 e o ano de 2015 que ocorre o maior número de institucionalizações de RMs no país. São criadas 40 novas RMs, mais que o dobro existente até então: 11 em Santa Catarina; 10 na Paraíba; 7 em Alagoas; 5 no Paraná, 2 em São Paulo; 2 no Tocantins; 1 na Bahia; 1 no Pará; 1 no Rio Grande do Sul. Podemos notar então, que o aumento expressivo no número de RMs ocorre durante os governos Lula e Dilma (Partido dos Trabalhadores), quando o Brasil salta de 17 RMs institucionalizadas para 71.

Gráfico 3 - Evolução no quadro de regiões metropolitanas no Brasil entre 1970 e 2015.



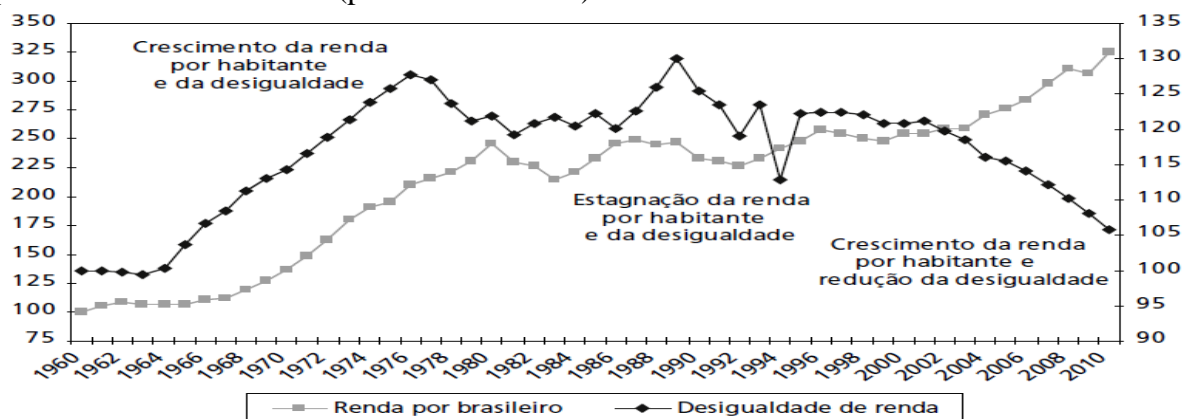
Fonte: Fenem (2015); IBGE (2010).
Org.: Oliveira, F. S.

Este é então o principal ponto a ser analisado neste item, a intensificação ocorrida na institucionalização de regiões metropolitanas a partir de 2003, conforme gráfico 3. Pode-se atribuir esse fato, aos avanços nas políticas de desenvolvimento econômico e distribuição de renda, implementadas durante os governos Lula e Dilma. Neste período, o Estado volta a mobilizar recursos e fazer investimentos estratégicos, voltados para o desenvolvimento social e econômico do país (SADER, 2013).

Tais incentivos, que não existiam na década anterior (CUNHA, 2014), passam a despertar o interesse dos estados, bem como de forças políticas regionais e locais, com relação as regiões metropolitas; isso se deve ao fato de que municípios pertencentes a conjuntos metropolitanos, tem prioridade na captação de recursos junto aos programas e demais órgãos de fomento do governo federal.

A curva ascendente entre 2008 e 2013, mostrada no gráfico 3, marca o período mais expressivo no processo de institucionalização de regiões metropolitanas no país. De acordo com o gráfico 4, isso também coincide com aumento da renda e diminuição da desigualdade, fruto das políticas implementadas ao longo dos dois governos Lula. Na retomada do crescimento econômico e social brasileiro, “[...] o Estado se apresentou como peça fundamental do reposicionamento do país no mundo, seja pela decisiva consolidação do gasto social com nova dinâmica econômica, seja pelo planejamento estratégico de coordenação dos investimentos no país” (POCHMANN, 2013, p.150).

Gráfico 4 - Evolução dos índices da renda por habitante e da desigualdade na distribuição pessoal da renda no Brasil (por Índice de Gini).



Fonte: Pochmann (2013, p.146).

Luís Inácio “Lula” da Silva, assume com um plano de governo focado em promover a distribuição de renda e “o ajuste definitivo das contas públicas” (ERBER, 2011, p.39). Neste contexto, o governo anterior (FHC), que antagonicamente havia aprovado a lei de

responsabilidade fiscal¹⁴, deixara as contas públicas do país em situação crítica e desfavorável economicamente, com finanças deficitárias, e uma dívida pública muito acima da média latino-americana (ANDERSON, 2011). O governo assume então uma postura de contenção e ajuste econômico, mas apenas em 2005 o Brasil atinge estabilidade econômica, com o controle da inflação e superávit primário, além da menor dependência de fatores externos (BRASIL, 2009). As políticas sociais também foram fundamentais para a sustentação da economia brasileira, e principalmente do mercado interno.

É importante observar o papel da melhoria na distribuição da renda para a ampliação do mercado consumidor brasileiro. Foi amplamente divulgado na mídia especializada e não especializada a importância do aumento do consumo das classes C e D como motor do crescimento dos gastos do consumo. Este efeito foi particularmente importante após a eclosão da crise financeira global em 2008, momento em que a manutenção dos gastos com consumo destas classes evitou uma retração mais profunda na demanda agregada [...] A ampliação do mercado consumidor - associada, em alguma medida, a melhoria na distribuição da renda - foi peça importante no processo de crescimento econômico do período (CURADO, 2011, p.94).

Lula implanta diversos programas sociais, criando o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Programas como o Fome Zero e o Bolsa Família (2003), promovem a transferência direta de renda, para as parcelas da sociedade caracterizadas em extrema pobreza; através do Programa Universidade para Todos (Prouni-2005) se amplia o acesso da população ao ensino superior, contribuindo para o aumento do nível de qualificação técnica e profissional no mercado de trabalho. No campo habitacional, o Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV-2009) promove o acesso a casa própria para famílias de baixa renda, alavancando o setor da construção civil e aumentando a geração de empregos.

No segundo mandato (2007-2010), continuando um projeto nacionalista de desenvolvimento, foi lançado o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com foco em cinco blocos prioritários: investimento em infra-Estrutura, melhora do Ambiente de investimento, medidas fiscais de longo prazo, desoneração e aperfeiçoamento do sistema tributário, e estímulo ao Crédito e ao Financiamento. Outro ponto importante foi o avanço no campo geopolítico com o fortalecimento da soberania nacional, pautado numa política externa bem-sucedida, promoção do Mercosul e a integração do BRIC¹⁵ (ANDERSON, 2011).

¹⁴ Lei complementar nº 101/2000. Disponível em: < [http://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicom/2000/leicomplementar-101-4-maio-2000-351480-norma-atualizada-pl.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicom/2000/leicomplementar-101-4-maio-2000-351480-norma-101-4-maio-2000-351480-norma-atualizada-pl.html) >. Acesso em: 09 fevereiro 2016.

¹⁵ Bloco diplomático intercontinental reunindo Brasil, Rússia, Índia e China. Após incorporar a África do Sul, se torna BRICS.

Lula foi sucedido por sua ex-ministra chefe da Casa Civil, Dilma Vana Rousseff, que também havia ocupado a pasta de Minas e Energia. Primeira mulher presidente do Brasil, Dilma enfrenta no primeiro mandato uma fase recessiva da economia nacional, reflexo também de um cenário econômico externo desfavorável, no qual as maiores economias do mundo sinalizavam uma grande crise internacional. De certa forma, se esgota também o modelo de política econômica adotado Lula, obrigando o governo a implementar medidas anticíclicas que, por sua vez, carece de ampliar a dívida pública até que se recupere o crescimento.

Os problemas do governo Dilma se intensificam após sua reeleição (2014). No início do segundo mandato o governo cede a pressão conservadora, e inicia um austero ajuste fiscal¹⁶. Quando a economia adentra a fase recessiva, ao contrário do que postulam as teorias econômicas conservadoras e o próprio neoliberalismo, não se pode desacelerar a economia e cortar investimentos, pois isso agrava a crise econômica:

É moeda corrente a hipótese [...] de que recessão e inflação são mutuamente antídotos: com um pouco mais de inflação poderíamos reduzir a violência da recessão, ou vice-versa [...] Tudo, pois, ficaria na dependência da opção que se fizesse: é a inflação ou a recessão ‘o inimigo número 1’ a combater [...] a inflação integra a síndrome da recessão, isto é, surge ou se exacerba *quando a economia se desaquece* e, inversamente, desaparece ou, pelo menos, tem sua intensidade reduzida quando *a economia se reaquece* (RANGEL, 1985, p.5).

O que podemos aprender com a história econômica, sob a égide do capitalismo, é que a recessão indica o esgotamento de um modelo de desenvolvimento, a ser substituído por outro grupo de atividades econômicas. Por isso, a despeito do ajuste fiscal, mais importantes são as medidas anticíclicas, no sentido de garantir os investimentos, porém, redirecionados para novos setores com potencial de desenvolvimento. Com esse movimento, cria-se um novo horizonte para o capital de poupança - como intermediação financeira - e para a capacidade ociosa dos setores já desenvolvidos (RANGEL, 1985).

O desafio dos governos Dilma, foi manter políticas sociais junto a medidas econômicas anticíclicas, como desoneração fiscal e incentivo ao crédito; tais medidas resultam na diminuição do fator de arrecadação da União e aumento da inflação. Porém, o governo não conseguiu a reação esperada do setor produtivo, que ao invés de investir em inovação e modernização do edifício industrial, optou em aderir a recessão, com retração da

¹⁶ Esse ajuste fiscal engloba: orçamento dos ministérios; benefícios sociais e trabalhistas; PIS/Cofins e Cide Combustíveis; IOF do crédito da pessoa física; desoneração da folha de pagamento; IPI de veículos e cosméticos; Imposto de Renda; exportações e PIS/Cofins de importações.

produção e dos investimentos. Isso trouxe impactos negativos ainda maiores, como baixo desempenho do mercado interno, aumento do desemprego, alta nas taxas de juros e desvalorização cambial.

Assim podemos entender, ao menos superficialmente, a natureza do problema inflacionário. Enquanto a economia está aquecida e os investimentos estão acontecendo, naturalmente, o mecanismo de preços acompanha essa escala ascendente; diante do período recessivo, quando se opta pelo corte de investimentos e retração do mercado, a inflação se expõe, mas não como efeito ou freio do crescimento, e sim como resultado do descompasso entre o ajuste do sistema econômico e a reorganização do setor produtivo.

O panorama de crise se acirra de fato em 2016, não apenas na conjuntura externa desfavorável - relativa a queda no preço das *commodities* e a crise na zona do euro - mas também nos cenários político e econômico internos. Após enfrentar problemas de ordem econômica e fiscal, Dilma acaba sucumbindo ao cenário de crise e isolamento político, articulado desde sua reeleição. Atualmente, setores conservadores da economia e da política nacional retomam o projeto neoliberal, após um processo de *impeachment* amplamente questionado do ponto de vista técnico e jurídico.

Importa aqui, mostrar como a atuação do Estado impactou na retomada do processo de institucionalização de regiões metropolitanas. Durante os governos Lula e Dilma houveram grandes investimentos no desenvolvimento de setores estratégicos da economia, em programas sociais e no incentivo e subsídio ao setor produtivo. Com a dinamização da economia nacional e ampliação da oferta de verbas estatais, fazer parte de um RM passou a ser interessante do ponto de vista da obtenção de recursos federais e estaduais; isso porque, municípios pertencentes a RMs tem prioridade nos programas e recursos disponibilizados pelo Estado¹⁷. Em razão disso, diversas forças políticas, para além de interesses eleitoreiros (CUNHA, 2014), têm visto na institucionalização de RMs uma possibilidade de desenvolvimento regional. Contudo, o acesso a tais benesses demanda interesse e mobilização política voltada para o desenvolvimento regional, o que dificilmente ocorre no Brasil; pois, a governança e gestão metropolitana observados no discurso político e no texto das leis, distam largamente das práticas vigentes nos entes e órgãos metropolitanos.

¹⁷ Essa prioridade é prevista na lei complementar federal nº 14 de 1973, artigo 6º: Os Municípios da região metropolitana, que participarem da execução do planejamento integrado e dos serviços comuns, terão preferência na obtenção de recursos federais e estaduais, inclusive sob a forma de financiamentos, bem como de garantias para empréstimos. Este artigo, por sua vez, responde ao artigo 25º da Constituição Federal, que discorre sobre a distribuição dos recursos federais para estados e municípios (BRASIL, 1973).

Podemos visualizar isso em algumas das justificativas que fundamentam projetos de lei onde se propõe a institucionalização de novas regiões metropolitanas; tais como:

[...] gestão regional; crescimento ordenado; planejamento integrado; valorização de culturas e tradições; e atendimento às necessidades do município. Em muitos casos salienta-se a economia, de base agropecuária, como fator de destaque para a proposição. Poucas justificativas enfatizam a integração econômica e social já existente e apenas uma menciona a perspectiva de obtenção de recursos ou financiamentos externos e internos para a execução de obras e serviços públicos (FIRKOWSKY, 2012, p.27).

Resta claro, atualmente, que há um descompasso entre o processo de metropolização e a institucionalização de regiões metropolitanas, ou seja, estes processos deixaram de ser complementares¹⁸ como haviam sido durante a década de 1970. Outra questão importante é caracterização dos entes metropolitanos criados pós Constituição de 1988, que também não correspondem aos mesmos critérios utilizados para identificar as primeiras regiões metropolitanas institucionalizadas na década de 1970.

Nesse sentido, com relação aos aspectos conceitual e legal-institucional, é importante observar que, das 71 regiões metropolitanas elencadas, a grande maioria não possui uma metrópole como sede e, em muitos casos, se quer é possível evidenciar quaisquer atributos de caráter metropolitano. São centros locais ou regionais, com maior ou menor dinâmica e desenvolvimento econômico, extrema diferenciação de forma, função, dinâmica socioeconômica e problemas comuns específicos. Se revela assim, falta de clareza conceitual no tange a definição, função e formalização do ente metropolitano, na atualidade. Neste contexto, as regiões metropolitanas sem metrópole passam a ser um dado bastante relevante, já que evidenciam o descompasso entre o processo metropolização e a atuação do Estado na gestão do território.

1.4.1. Regiões Metropolitanas sem Metrópoles.

Diversos estudos foram realizados sobre o fenômeno metropolitano, no intuito de explicar o processo segundo determinadas matrizes teórico-metodológicas e identificar áreas metropolitanas com problemas em comum. As primeiras metrópoles brasileiras surgem tanto a partir de pressupostos conceituais, quanto normativo-legais, que também não excluem o dado conceitual. Estas áreas metropolitanas são concebidas através de estudos, os quais

¹⁸ É preciso frisar que Belém e Curitiba, segundo Francisconi e Souza (1976), podem ser consideradas exceções neste rol pois não cumpriam plenamente aos pré-requisitos apontados pelos estudos de áreas metropolitanas que nortearam a classificação e institucionalização das primeiras RMs nacionais.

balizam também a formalização legal do ente metropolitano, em consonância com a Constituição Federal de 1967. Assim, a metrópole é, ao mesmo tempo, conceitual e institucionalmente, o elo material de causa e efeito entre o processo de metropolização e a região metropolitana. Significa dizer, *a priori*, que a região metropolitana pressupõe a existência de uma metrópole, pois trata-se de um conjunto de cidades no qual se apresenta um elevado nível de integração socioeconômica, estabelecido por relações emanadas a partir da metrópole (FIRKOWSKY, 2012).

Neste momento é necessário fazer distinção entre o processo de metropolização e o processo de institucionalização de regiões metropolitanas, pois até a criação das primeiras regiões metropolitanas na década de 1970, a institucionalização se deu em complementariedade ao processo de metropolização, em outros termos, ao verificar a consolidação de metrópoles no país, o Estado toma a iniciativa de promover estudos e criar um modelo de gestão e planejamento específico para áreas metropolitanas, além de destinar recursos para o desenvolvimento destas áreas. Porém, houveram inúmeras alterações após 1980.

A partir do momento que se confere aos estados facultar sobre a criação de regiões metropolitanas, cada estado passa a adequar a legislação aos seus interesses. Neste sentido, se abandona uma política nacional de âmbito metropolitano, sem, no entanto, adotar políticas bem definidas, o que leva “[...] à criação de regiões metropolitanas como única perspectiva da proposição de ações integradas e que extrapolem os interesses de um único município” (FIRKOWSKY, 2012, p.35).

A definição de critérios permite uma prevalência da discussão técnica sobre a política, na medida em que a criação de uma região metropolitana não depende exclusivamente da vontade e do interesse de grupos ou de políticos [...]. Aí reside uma das principais diferenças entre a institucionalidade e a espacialidade metropolitana. Enquanto a primeira se reveste, por vezes, de caráter político, da frágil compreensão do fenômeno metropolitano e da ausência de uma política regional consistente que faz da região metropolitana a única instância regional prevista na legislação, a segunda se caracteriza por sua dimensão de processo socioespacial, ou seja, um processo que está para além da vontade dos atores políticos e de seus interesses, mas que surge de uma dinâmica construída historicamente e por meio da inter-relação de distintos atores sociais, inclusive, mas não exclusivamente, os de natureza política (FIRKOWSKY, 2012, p.35).

Com relação ao processo de metropolização, desde a década de 1980 já se observava no Brasil, tendência à desconcentração industrial, ao mesmo tempo em que as metrópoles passavam a desenvolver novas funcionalidades através do desenvolvimento das atividades

que Gottmann (1976) denomina “quaternárias”. Esta nova fase do processo de metropolização é marcada pela possibilidade de separação geográfica entre a produção e os setores de gestão, controle, planejamento, pesquisa e inovação; nesta esteira, emerge nas metrópoles a função de centros de gestão e controle da produção, ou seja, o poder decisório do capital, de onde parte a orientação de investimentos e o controle do próprio mercado (FRESCA, 2012).

[...] pode ser [...] observada a relevância da crescente necessidade de contatos interpessoais e de proximidade de agentes econômicos diversos, no sentido de atender à escala assumida pela multiplicidade de negócios e de operações pertinentes, que somente a grande aglomeração é capaz de sustentar. Constitui-se, efetivamente, no ambiente propício à captação de informações que envolvem a cultura da empresa, como as das inovações em curso na tecnologia, ou seja, a metrópole enquanto meio que faculta a circulação de idéias, fora das restrições formais [...] é certamente ímpar o vulto atual da densidade e complexidade das interações entre diferentes etapas do processo produtivo e das transações entre atividades e serviços e destas com o mundo (DAVIDOVICH, 2003b, p.01).

Não obstante, “[...] apenas algumas cidades se constituíram em elos efetivos de articulação entre os mercados nacional e internacional, enquanto centros aptos a promover a acumulação e reprodução do capital” (DAVIDOVICH, 2003, p.01); é, então, pelo alto nível de especialização e capacidade de sediar atividades quaternárias, que a metrópole reafirma sua importância no território.

Quando o processo de institucionalização deixa de ser complementar ao processo de metropolização, passa a se desenvolver com outras características. As regiões metropolitanas instituídas a partir de 1990 têm majoritariamente suas sedes com população inferior a 500 mil habitantes, ou seja, segundo estudos metropolitanos atuais, estas cidades não atendem ao critério populacional que identifica a cidade principal como metrópole. Mas, isso não significa necessariamente que, não haja de fato integração metropolitana ou que estas RMs não respondam parcialmente aos demais critérios, mas levanta uma questão importante: como pode haver um ente institucionalizado, cuja denominação e o conceito estão ligados a atributos metropolitanos, sem que haja ali uma metrópole? Esta questão se torna ainda mais relevante após o período entre 2000 e 2015, pois, de 17 salta para 71 o número de RMs no Brasil.

Se observadas as legislações estaduais que instituem as regiões metropolitanas, são de certa forma bastante análogas ao texto da década de 1970, porém, os critérios utilizados para identificar estas áreas como metropolitanas, não correspondem ao que os estudos de referência brasileiros postulam sobre metrópoles e regiões metropolitanas. Garson et. al. (2010, p. 02) observa que, “[...] na maioria das vezes, não obedece a critérios claros, objetivos

e consistentes, tanto na sua institucionalização, quanto na definição dos municípios que as compõem”. Isso se vincula à grande diferenciação regional e os diferentes estágios de desenvolvimento em que cada um se encontra.

Com relação ao aspecto legal da institucionalização de regiões metropolitanas, apesar do IBGE trabalhar com novos conceitos e metodologias em seus estudos urbanos, como as “áreas de população concentrada” e os “arranjos populacionais”, o governo federal se volta novamente para a questão metropolitana e busca adequar as disposições legais ao quadro atual de regiões metropolitanas. Em 2015 foi aprovado pelo governo federal o Estatuto da Metrópole (BRASIL, 2015a), no qual se estabelecem novas concepções sobre aglomeração urbana, metrópole e região metropolitana:

Aglomeração urbana: unidade territorial urbana constituída pelo agrupamento de 2 (dois) ou mais Municípios limítrofes, caracterizada por complementaridade funcional e integração das dinâmicas geográficas, ambientais, políticas e socioeconômicas.

Metrópole: espaço urbano com continuidade territorial que, em razão de sua população e relevância política e socioeconômica, tem influência nacional ou sobre uma região que configure, no mínimo, a área de influência de uma capital regional, conforme os critérios adotados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Região metropolitana: aglomeração urbana que configure uma metrópole. Parágrafo único: Os critérios para a delimitação da região de influência de uma capital regional [...] considerarão os bens e serviços fornecidos pela cidade à região [...] (BRASIL, 2015a, p.01).

O Estatuto da Metrópole se baseia em pressupostos do IBGE e IPEA para estabelecer as diretrizes gerais de planejamento, gestão e execução de ações públicas que visam atender a problemas de interesse comum das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas. Estas normas gerais dispõem também sobre o plano de desenvolvimento urbano integrado, dentre outros instrumentos de governança.

Veja que a região metropolitana pode a ser considerada a partir do conceito de aglomeração urbana, admitindo cidades na condição de capital regional, como sede metropolitana. Isso, permite, ao menos do ponto de vista legal, que a região metropolitana preceda a consolidação da metrópole. O IBGE (2008, p.11), define as capitais regionais como:

[...] centros que [...] se relacionam com o estrato superior da rede urbana. Com capacidade de gestão no nível imediatamente inferior ao das metrópoles, têm área de influência de âmbito regional, sendo referidas como destino, para um conjunto de atividades, por grande número de municípios. [...] este nível [...] tem três subdivisões. O primeiro grupo inclui as capitais estaduais não classificadas no nível metropolitano e Campinas. O segundo e o terceiro, além da diferenciação de porte, têm padrão de localização

regionalizado, com o segundo mais presente no Centro-Sul, e o terceiro nas demais regiões do País.

Os três grupos se diferenciam pelo número de habitantes e relações que estabelecem:

a. Capital regional A – constituído por 11 cidades, com medianas de 955 mil habitantes e 487 relacionamentos; b. Capital regional B – constituído por 20 cidades, com medianas de 435 mil habitantes e 406 relacionamentos; e c. Capital regional C – constituído por 39 cidades com medianas de 250 mil habitantes e 162 relacionamentos (IBGE, 2008, p.11).

Sendo assim, uma RM pode ser um conjunto de municípios com dada integração regional, que somados, apresentam população superior a 250 mil habitantes. Essa alteração flexibiliza a concepção de região metropolitana, possibilitando que diferentes realidades urbano-regionais sejam incluídas no quadro metropolitano. Assim, o governo federal adequa a legislação, de modo a incluir áreas antes não contempladas nas políticas nacionais de desenvolvimento. A partir do quadro atual das regiões metropolitanas sem metrópole (FIRKOWSKY, 2012), vemos que escala regional vem emergindo dentro dos novos modelos de gestão territorial. Mesmo que se mantenham os problemas, e não necessariamente o Estado tenha a devida estrutura administrativa para cumprir as disposições legais, este modelo de gestão voltado para a região, pode apresentar novas possibilidades de desenvolvimento urbano.

Por outro lado, existe a crítica sobre o uso do termo metropolitano para conceituar uma realidade distinta a partir das mudanças ocorridas no Estatuto da Metrópole:

Nesse caso, resta-nos reconhecer a oportunidade do processo, mas alertar para o uso indevido do qualitativo metropolitano para as regiões que têm sido propostas [...] Assim, tendo em vista a pouca compreensão do real sentido da metrópole [...] aqueles que [...] trabalham com o tema não podem esperar uma repentina lucidez popular e mesmo dos políticos, de modo a resguardar a “pureza conceitual” da região metropolitana, quando o que se pretende parece ser um novo arranjo territorial, com a inserção de uma nova escala de intervenção: a região (FIRKOWSKY, 2012, p.37/38).

O principal problema da adequação legal presente no Estatuto da Metrópole, é o que o texto da lei esvazia toda a discussão conceitual que a precede, assim como abre precedentes e lacunas para interpretações dúbias ou equivocadas do fenômeno metropolitano, que passa a se distanciar dos pressupostos conceituais geográficos clássicos. Assim, para discutir e caracterizar a Região Metropolitana de Londrina, faremos um resgate conceitual sobre o tema metropolitano; entendendo que, dado o caráter geográfico do presente trabalho, se faz necessário abordar tanto os estudos metropolitanos nacionais de referência, quanto as escolas de geografia urbana estrangeira nas quais estes estudos se baseiam.

2. ESTUDOS METROPOLITANOS NO BRASIL E A REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA-PR

Antes de adentrar na discussão sobre os estudos metropolitanos, há de se realizar uma diferenciação conceitual entre fenômeno e objeto. Ao longo de suas etapas, os processos de industrialização e urbanização, articulados, culminam na metropolização, onde a formação da metrópole surge como principal produto. Neste sentido, a metropolização é o fenômeno que produz a metrópole como forma espacial característica. A região metropolitana, por sua vez, é uma área estabelecida por relações a partir da metrópole e com a mesma; do ponto de vista institucional, é um recorte espacial - normativo legal - que surge a partir da atuação do estado no território. Estes objetos estão em constante transformação, dada a fluidez e dinâmica dos processos que os realizam; por isso, seus conceitos são também fluidos no tempo (FRESCA, 2011) e, frequentemente se redefinem em forma e função.

Partimos da noção de que a metrópole se projeta através das relações que estabelece com outras cidades e são estas relações definidoras do seu nível de centralidade e área de influência (FIRKOWSKY, 2012). Por outro lado, a região metropolitana, a priori, é uma área que se define através da dinâmica metropolitana, caracterizada principalmente pela integração política, econômica e social entre um conjunto de cidades. Essa integração denota locais em estágios mais avançados de desenvolvimento do modo de produção capitalista, onde as atividades urbanas, secundárias e terciárias, despontam de tal forma, a ponto de transpor a escala local, atingindo o nível regional ou até mesmo nacional.

Este segundo capítulo traz uma discussão conceitual sobre metrópole e região metropolitana, para compreender a fase atual do processo de metropolização, quando se materializam novos tipos de regiões metropolitanas. Estas RMs, em sua grande maioria, são concebidas por força de lei sem, no entanto, que se verifique a consolidação de uma metrópole, ou efetiva dinâmica metropolitana e referente nível de integração regional (SOARES, 2004; GARSON, 2009; FIRKOWSKY, 2012). Por fim, apresenta-se a discussão sobre a Região Metropolitana de Londrina-PR (RML), realizando sua caracterização quanto a dinâmica metropolitana, dado populacional e atributos de integração regional.

2.1. A Construção Conceitual da Metrópole

Discutimos o processo de urbanização e metropolização já diretamente articulados ao processo de industrialização, pois é desta natureza o início do desenvolvimento urbano e socioeconômico do Brasil moderno. Porém, não se pode negligenciar o fato de que a

metrópole precede até mesmo a indústria, surgindo durante a fase mercantilista do desenvolvimento capitalista. Da mesma forma, pensar a metrópole em aspectos conceituais nos remete ao longo caminho que percorre a construção do urbano ao longo do capitalismo.

Como percurso teórico-metodológico para discutir a formação da metrópole, partimos do trabalho de Fresca (2011), que realiza uma análise da evolução conceitual de abordagens de diferentes escolas e autores relacionados aos estudos metropolitanos em diferentes temporalidades. A autora discute a construção e evolução da metrópole articulada ao avanço do modo de produção capitalista, que imprime ao processo de metropolização certa continuidade em termos de forma e conteúdo; por isso, no campo conceitual, ao longo do tempo, não se observam “rupturas essenciais” (FRESCA, 2011), mas se agregam novos elementos ao processo e aos estudos metropolitanos.

Dentre os diferentes estudos metropolitanos, segundo Fresca (2011, p.32) existem “dois enfoques predominantes: 1) os que analisam funcionalidade metropolitana, isto é, as atividades econômicas em suas diversas escalas de atuação, e 2) os que analisam os mais distintos aspectos da complexa produção do espaço urbano metropolitano”. Como se trabalha aqui com o recorte específico da Região Metropolitana de Londrina-PR em relação a inserção de pequenas cidades, a análise da funcionalidade metropolitana é o enfoque que se adota.

Desde o início dos estudos metropolitanos, o conceito de metrópole tem sido sistematicamente revisado por diferentes escolas e autores, como é o caso das matrizes norte-americana (escola de Chicago) e francesa (*aménagement du territoire - métropoles d'équilibre*). Independente da vertente teórica, os estudos metropolitanos surgem da complexidade que a metropolização impele na gestão urbana, quando problemas e necessidades comuns saltam da escala local para a regional; ou seja, tomam proporções que a estrutura do Estado ainda não contemplava, seja no âmbito legal, administrativo ou de gestão e planejamento.

A construção conceitual da metrópole envolve, antes de mais nada, estipular critérios a partir dos quais se possa identificar e definir o objeto como tal. Nesse sentido, no que tange o estudo da metrópole pela funcionalidade - enfoque adotado na presente discussão - alguns critérios se fazem presentes desde o início, podendo ser considerados a base do conceito de metrópole, respectivamente, o princípio da centralidade e área de influência. Estes elementos são gerados pela forte concentração de atividades econômicas e alto nível de especialização, que se desenvolvem em determinadas cidades na esteira do desenvolvimento capitalista;

especificamente em torno da produção, circulação e distribuição de bens e serviços (FRESCA, 2011).

Compreende-se então, que os processos de urbanização e metropolização estão atrelados ao modo de produção capitalista, e se desenvolvem na esteira de suas fases, desde a acumulação mercantilista, passando pelo período industrial, até chegar à fase financeira atual. A evolução do capitalismo acompanha avanços técnicos e tecnológicos da sociedade, pois, cada uma de suas etapas só foi possível a partir do surgimento de novas técnicas e tecnologias, as quais permitiram criar e recriar condições no espaço, para a produção e acumulação do capital.

Assim, em relação ao escopo conceitual da metrópole, como aponta Fresca (2011), os critérios que identificam e definem a metrópole não sofrem alterações substanciais ao longo do tempo. Porém, a inserção de novos elementos na dinâmica metropolitana - sistemas financeiros, mercado global, etc - torna os mecanismos que explicam a centralidade e área de influência mais complexos. Isso exige repensar a metrópole considerando os aspectos da sua contemporaneidade, assim como entender o conceito de acordo com esta realidade.

Não é objetivo deste trabalho discutir os diferentes conceitos de metrópole individualmente, mas é preciso construir um referencial sobre metrópole antes de buscar a compreensão sobre regiões metropolitanas. Por isso realizamos também a articulação entre os processos de industrialização e urbanização, para chegar a metropolização, processo entendido por Soja (2000) como terceira revolução urbana:

A terceira revolução urbana envolve, tanto o aumento no tamanho das cidades, como [...] da população urbana e urbanização, em escala nacional. Na Grã-Bretanha, por exemplo, a população [...] 80% rural em 1750 passa a ser mais de 80% urbana em 1900. Esta urbanização e modernização da sociedade [...] foi provocada [...] pela inclusão no espaço urbano, de milhões de representantes das duas novas as classes que definem o capitalismo urbano-industrial: o proletariado e a burguesia, cada uma como definitiva e pré-supostamente urbana, assim como o capitalismo industrial em si [...] Esta extraordinária migração em massa, reestrutura radicalmente distinções anteriores entre a cidade e o campo, o urbano e o rural [...] se institui uma nova ordem urbana, na qual a produção de um excedente social não só foi coordenado e controlado pela cidade, mas, pela primeira vez na história, também ocorreu predominantemente dentro da cidade propriamente dita, e em torno de um núcleo denso do espaço urbano (SOJA, 2000, p.77, tradução nossa).

A partir desta reorganização espacial, social e econômica do território, criam-se - através da necessidade de reprodução do capital - novas formas urbanas e espaços

industrializados emergentes. Nesta lógica, é a partir do urbano que se administra a reprodução espacial das relações capitalistas em diferentes escalas, dentre as quais a metrópole emerge como *locus* de articulação no território, principalmente entre o local e o global. Soja (2000), a partir das palavras de Iain Chambers, define a forma-metrópole como principal expoente da modernidade:

A metrópole tem invariavelmente atuado como figura privilegiada na modernidade... [Ela] representa a mais alta forma assumida pelas forças económicas e estéticas. A metrópole torna-se tanto um modelo de desenvolvimento económico e social, quanto uma metáfora da modernidade, uma realidade metafísica [...] em particular representa a alegoria da crise da modernidade, que aprendemos a reconhecer nas vozes de Baudelaire, Benjamin e Kafka [...] não é simplesmente a fase final de uma narrativa pungente, de apocalipse e nostalgia, é também o local das ruínas [...] em que diferentes histórias, línguas, memórias e vestígios, continuamente se entrelaçam e se recombinaem na construção de novos horizontes (SOJA, 2000, p.71, tradução nossa).

Na forma-metrópole se expressa, então, o embate entre o velho e o novo, marcado pela sobreposição de diferentes temporalidades, tal como as rugosidades e permanências de Santos (1982). É através desta sobreposição, que novas funções urbanas se desenvolvem na metrópole, reestruturando o ordenamento territorial e o próprio modo de produção, bem como as relações económicas e sociais. Por isso, o conceito de metrópole vem sempre passando por um elemento fundamental: o poder (FRESCA, 2011). Inegavelmente, a metrópole exerce poder sobre o território, desde a forma de controle de atividades comerciais, industriais, etc; até chegarmos na fase atual, em que os serviços denominados quaternários (GOTTMANN, 1976) dão outra dinâmica a este poder.

Isso se refere a formação de centros de gestão e controle na metrópole e a dispersão estratégica das atividades produtivas no território. Segundo Fresca (2011), Gottmann (1976) já observara desde o início do século XX a tendência de dispersão industrial. As pré-condições que possibilitam a separação geográfica entre as atividades de produção e gestão, são os avanços técnicos e tecnológicos, principalmente nos transportes e comunicações. Gottmann chega a esta conclusão analisando as mudanças ocorridas na divisão social e territorial do trabalho a partir da metrópole:

A evolução atual dos empregos, favorece uma separação geográfica entre a localização dos escritórios e laboratórios onde trabalham os empregados de escritório. Em qualquer país onde se processa a industrialização moderna, essa evolução leva, também, ao rápido aumento dos empregados de escritórios, mais que do número de operários, e à constante transformação de uma grande proporção de trabalho no que chamei de ocupações *quaternárias* (GOTTMANN, 1976, p.08).

Assim, enquanto apenas a metrópole está equipada para sediar atividades quaternárias, pois exigem um nível de desenvolvimento superior; as atividades produtivas, difundidas para outros centros, continuam passando pelo controle da metrópole. Fica claro desta forma, como as atividades quaternárias reafirmam o poder da metrópole atualmente. As metrópoles se tornaram os centros de gestão e controle do território, ou seja, *locus* de onde emana o poder de decisão no mundo moderno.

Na etapa atual, o capitalismo evoluiu para um modelo de acumulação financeiro, no qual a gestão remota de negócios intensifica a divisão internacional do trabalho. Neste cenário, o mercado global responde a uma lógica na qual “grandes empresas multilocalizadas [...] dominam a economia sendo [...] implementadoras de decisões locais e as maiores geradoras de fluxos de bens, serviços, capital e informações especializadas” (FRESCA, 2011, p.36).

O espaço reproduz a totalidade social na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas. Assim, o espaço reproduz-se, ele mesmo, no interior da totalidade, quando evolui em função do modo de produção e de seus momentos sucessivos. Mas o espaço influencia também a evolução de outras estruturas e, por isso, torna-se um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos [...]. Os objetos geográficos aparecem nas localizações correspondentes aos objetivos da produção num dado momento e, em seguida, pelo fato de sua própria presença, influenciam-lhes os momentos subsequentes da produção (SANTOS, 1982, p.18).

Esta fase do processo de metropolização se intensifica ao atingir o que Santos (1996) define como meio técnico-científico-informacional; neste caso, a fusão da técnica e da ciência permitem transpor o campo material através da informação, que se projeta como maior dinâmica e fluidez pelo território nos sistemas de comunicação. Neste sentido, não há exemplo melhor que o próprio sistema financeiro que, ao transformar capital em informação, torna sua fluidez pelo território muito mais dinâmica e abrangente. O sistema financeiro sediado na metrópole mantém não apenas o poder econômico, mas atrai com a mesma lógica os setores de gestão e planejamento das empresas, agregando à metrópole a função de centro financeiro e administrativo; ao mesmo passo em que repele para fora da metrópole, setores econômicos menos avançados e dinâmicos, incapazes de concorrer pelo espaço metropolitano mais sensível.

Entende-se que o estágio mais avançado da metropolização é marcado pela inserção de novas funcionalidades à metrópole. Neste contexto, a discussão conceitual sobre metrópole é retomada sob um novo prisma, com novos elementos para análise; entram em cena as

relações e fluxos estabelecidos a partir da atuação das empresas em nível internacional, realizadas através do setor quaternário.

Em primeiro lugar, as redes de cidades no capitalismo se desenvolveram mediante estabelecimento de princípios de competição e complementaridade, da qual emergia uma diferenciação entre as mesmas em termos de importância derivada de suas atividades econômicas – quantidade e domínio de mercado consumidor na escala mundial. Da mesma forma, elas estavam interligadas, só que por diferentes sistemas de comunicação, com intensidade e tempo necessário para a realização das mesmas, eram maiores que os atuais. Em segundo lugar, o domínio do sistema de comunicação e informação pela metrópole ocorre há muito tempo; o que mudou foi o sistema técnico de comunicação, fruto de avanços tecnológicos que permitiram reduzir em muito a velocidade da informação, comunicação, transmissão de dados, ideias, ordens, etc. Mas, estas continuam sendo dominadas pelas grandes corporações, sediadas em metrópoles, em favor de suas unidades interligadas mundialmente (FRESCA, 2011, p.42).

Assim, a característica invariável da metrópole é o poder, independente dos mecanismos que o garantam. A capacidade de absorver inovações técnicas e tecnologias, sediar atividades econômicas e estabelecer a partir de si novas funções urbanas, coloca a metrópole como ponto mais bem equipado do território; sendo este o motivo de sua importância dentro dos sistemas urbanos.

2.2. Estudos Metropolitanos e Região Metropolitana no Brasil.

A partir da década de 1960, articulada ao processo de industrialização, a urbanização avança para um novo estágio no Brasil, como pudemos observar no primeiro capítulo. Em pouco tempo o percentual de população urbana ultrapassa o rural e o país se torna predominantemente urbano, assim como o perfil agrário exportador, que dá lugar ao urbano-industrial. Algumas capitais do país apresentam forte incremento demográfico e a cidade de São Paulo se destaca, caracterizando o fenômeno metropolitano em estágio avançado em relação a integração com municípios de entorno e o nível de centralidade exercido sobre sua área de influência.

Os primeiros estudos metropolitanos brasileiros, realizados pelo IBGE nos anos de 1960, tiveram forte apoio nos estudos norte-americanos, vinculados as *Standard Metropolitan Areas* (SMA's). A SMA se forma a partir da integração econômica e social, estabelecida por uma cidade principal; isso pode ser verificado através do deslocamento diário de trabalhadores nesta região, onde a cidade principal exerce um papel central. Este conceito dá origem as *Standard Metropolitan Statistical Areas* (SMSAs), quando passam a definir área metropolitana a partir de critérios estatísticos mais precisos. Segundo os critérios das SMSAs,

a população na cidade principal deve ser superior a 50 mil habitantes, e toda a área metropolitana mais de 100 mil habitantes; com relação a dinâmica econômica, mais de 75% da população ocupada em atividades urbanas (secundárias e terciárias); por fim, o critério de integração exige que ao menos 15% da população total da área metropolitana esteja em deslocamento diário para o trabalho.

Os estudos brasileiros têm como marco a realização da 1ª CONFEGE (Conferência Nacional de Geografia e Cartografia), organizada pelo IBGE em 1968, onde ocorreu uma importante discussão sobre áreas metropolitanas. Absorvendo os pressupostos franceses, e principalmente os americanos, o município emerge como unidade político-administrativa básica, e se optam por critérios populacionais, econômicos e de integração, para realizar a identificação e delimitação da área metropolitana. O IBGE, através do seu Departamento de Geografia, cria o Grupo de Áreas Metropolitanas (GAM), composto pelos pesquisadores Marília V. Galvão, Speridião Faissol, Olga M. B. Lima e Elisa M. J. M. de Almeida, subsidiando aporte técnico e científico para a realização de estudos sobre o fenômeno metropolitano no Brasil (IBGE, 2015).

Em trabalho publicado em 1969, a equipe do GAM traz considerações sobre as condições do crescimento urbano brasileiro, relacionando tais condições a uma proposta para a delimitação de áreas metropolitanas. O papel e a centralidade da metrópole são parâmetros fundamentais para a caracterização de uma área metropolitana. Neste sentido, uma região metropolitana corresponde a um conjunto de cidades, com integração econômica e social estabelecidos a partir de uma metrópole. Assim, diferentes funções urbanas de uma dada área metropolitana, produzem uma estrutura particular de divisão social do trabalho que se materializa numa forma de organização espacial igualmente particular, permitindo a delimitação espacial da área metropolitana (GALVÃO *et al*, 1969).

O GAM considera que este conjunto de cidades compreende uma área de expansão que pode abarcar tanto espaços próximos ou contíguos fisicamente, quanto remotos, sendo este alcance determinante da amplitude da área de influência da metrópole. Nesta área se apresentam problemas de interesse comum, como ausência infraestrutural e demandas de ordem econômica e social. Então, o estudo do GAM aponta a necessidade da institucionalização de um ente para realizar a planejamento, organização e gestão destas áreas metropolitanas, haja vista o caráter complexo destes espaços, sua escala e hierarquia frente ao quadro urbano nacional.

Em razão das diferentes condições do crescimento urbano, no Brasil é preciso um contingente populacional ainda maior para se caracterizar a diversificação funcional em nível metropolitano, bem como uma área de influência com maior alcance:

No Brasil, onde o crescimento urbano acentuado é muitas vezes associado ao simples fato de repulsão do meio rural e atração da cidade como um local de condições físicas de vida mais adequadas, sem a oferta de empregos correspondentes, as cidades apresentam-se, muitas vezes, como cidades 'inchadas' com alta percentagem de população marginalizada e subempregada. Dadas estas características do crescimento demográfico das cidades, observa-se que aquele nível mencionado por DUNCAN¹⁹, no caso brasileiro, precisaria ser maior para realmente produzir a necessária diversificação funcional que diferenciaria a metrópole do núcleo urbano não metrópole [...] A eventual comparabilidade que precisa haver não é entre o tamanho das cidades das áreas metropolitanas, mas entre o volume populacional exigido para se adquirir o 'treshold' necessário a funções metropolitanas bem definidas (GALVÃO *et al.*, 1969, p.55).

Sob esta ótica, o GAM estabelece também pressupostos para identificam as áreas metropolitanas brasileiras, e a partir de seus estudos, propõe os seguintes critérios: Estes critérios, presentes no quadro 1, caracterizam a área metropolitana considerando as relações econômicas estabelecidas junto a aspectos funcionais. Compreendem-se nestes critérios, as articulações da metrópole com o território em diferentes escalas, e relações internas a área metropolitana, como a organização espacial, e estrutura ocupacional, ou seja, as relações sociais e econômicas que se estabelecem através do consumo e da divisão social do trabalho (GALVÃO *et. al.*, 1969).

Quadro 1 - Critérios para estabelecimento de áreas metropolitanas - GAM - IBGE - 1969.

Critérios	Características
Demográficos	I - A cidade central deve ter uma população mínima de 400.000 habitantes. II - A densidade populacional mínima da cidade central deve ser de 500 habitantes/km ² . III - A densidade de população dos municípios vizinhos deve ser no mínimo de 60 habitantes por km ² . IV - A variação da população no período 1950/1960 deve ser no mínimo de 45%, no município ou em um distrito contíguo.
Estruturais	I - Ao menos 10% da população potencialmente ativa do município deve estar ocupada em atividades industriais. II - Nos chamados núcleos "dormitórios" a percentagem é substituída por um índice de movimento pendular, igual ou superior a 20% da população, deslocando-se diariamente para qualquer ponto da área. III - O valor da produção industrial deve ser 3 vezes maior que o agrícola.

¹⁹ 300 mil habitantes para cidade principal.

Integração	<p>I - Ao menos 10% da população total deslocando-se diariamente, em viagens intermunicipais.</p> <p>II - O índice de ligações telefônicas para a cidade central deve ser superior a 80 por aparelho, durante um ano.</p>
-------------------	---

Fonte: GALVÃO *et. al.*(1969).

Pode-se perceber que, apesar de sugerir maiores contingentes populacionais, os critérios do GAM são bastantes análogos aos do norte-americano, pois envolvem aspectos demográficos, estrutura ocupacional e econômica da população, bem como os deslocamentos diários para trabalho como fator de integração. Por outro lado, deve-se notar também que devido as particularidades brasileiras, são incluídos novos indicativos a cada critério, como densidade demográfica, PIB por atividade econômica, o alcance e o nível de centralidade exercidos através da distribuição de bens e serviços.

A centralidade revela-se na oferta de bens e serviços dos quais a população do entorno necessita, tanto para uso diário como eventual [...]. Os diferentes níveis de centralidade correspondem aos distintos níveis de complexidade das funções e, também, das organizações sociais existentes nas cidades. Quanto maior a variedade de bens e serviços ofertados, maior o poder de atração que a cidade exercerá sobre seu entorno e maior será, também, seu alcance espacial [...]. Proporcional à centralidade exercida por determinada cidade será sua região de influência, ou seja, o alcance espacial das atividades de comércio e serviços nela fixados. Assim, serão gerados fluxos mais ou menos intensos e de alcance mais ou menos longo (FIRKOWSKI, 2012, p.23).

A partir destes critérios, são identificadas nove cidades como metrópoles brasileiras, sendo duas de escala nacional (São Paulo e Rio de Janeiro) e sete de escala regional (Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife e Salvador). Nestas cidades havia expressividade e densidade demográfica, denotando a diversificação funcional esperada pelo estudo de referência, além de extensa área urbanizada, variando de acordo com cada metrópole. Tanto assim que, havia grande diferença entre São Paulo, a maior metrópole nacional, e Curitiba, uma das menores metrópoles regionais do grupo.

A aplicação dos critérios apresentou dificuldades em quase todas as áreas, não só pela inexistência de dados como também porque muitos municípios da periferia das cidades centrais não atendiam a todas as características estabelecidas. Dada a natureza substitutiva e precária dos dados, foi muito difícil estabelecer um sistema de pesos e ponderações para os diferentes critérios. De um modo geral, como o objetivo preliminar era o de se definir uma área na qual se deverá fazer uma pesquisa especial no Censo de 1970, optou-se sempre por um limite mais amplo, que poderá ser restringido após a pesquisa à base dos dados preliminares do Censo (GALVÃO *et al.*, 1969, p.64).

Este estudo do GAM, maior referência para posterior institucionalização das primeiras Regiões metropolitanas, se deu em caráter preliminar, pois indicava a necessidade do avanço nas pesquisas e levantamento de dados pertinentes, que até então eram insatisfatórios ou inexistentes. Paralelamente as ações do IBGE, o governo federal cria, através do Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, o EPEA, um núcleo de estudos urbanos ligado ao desenvolvimento regional e social. Este órgão que se torna o IPEA, inicia estudos sobre áreas de grande concentração populacional a partir das metrópoles:

Para o IPEA, a aceleração do processo de urbanização teria levado à formação de aglomerações urbanas onde, em torno de uma unidade central – uma grande cidade – se reuniam núcleos urbanos que cresciam e se desenvolviam sob a influência do núcleo metropolitano, evidenciando carências a serem atendidas: sistemas de transportes deficientes, insuficiência de equipamentos básicos e de unidades habitacionais. Os problemas se acentuam devido ao fluxo migratório, que requeria a geração de novos empregos e a que os limites das jurisdições não mais coincidiam com sua área de influência econômica. Ficava claro que problemas desta ordem não poderiam ser tratados pelos governos locais de forma isolada, até pela fraca autonomia que detinham (GARSON, 2009, p.101).

Na mesma direção dos estudos do GAM, as constatações do IPEA também apontam a carência de um órgão de gestão que corresponda as demandas do espaço metropolitano, pois este transpõe as barreiras municipais, não dispondo os governos locais de estrutura política, técnica ou econômica, para desempenhar governança sobre a escala metropolitana. Não obstante, até então, a área metropolitana não se tratava de uma unidade administrativa ou de gestão, pois ainda estavam se consolidando os mecanismos para tal.

Na década de 1970, durante o primeiro PND, a CNPU (Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana) passa a desenvolver estudos metropolitanos através das pesquisadoras Fany R. Davidovich e Olga M. B. Lima. As autoras publicam, posteriormente, um trabalho no qual identificam aglomerações urbanas em intenso processo de urbanização. Junto aos estudos do GAM e do IPEA, este trabalho também se torna referência na discussão conceitual sobre tema metropolitano. Davidovich e Lima (1975) fazem importantes considerações, definindo como aglomerações urbanas²⁰ o resultado das economias de aglomeração no processo de urbanização, e que assim: “a) resultam da expansão de uma cidade central; b) apresentam estrutura espacial característica para os

²⁰ O processo de metropolização, resultante da expansão de uma cidade central, dá origem a uma estrutura espacial característica, cujo traço dominante é a alta especialização do uso do solo urbano. Neste particular destaca-se a suburbanização de municípios contíguos, através da formação de núcleos dormitórios e núcleos industriais, estruturação espacial que pode comportar um distanciamento considerável entre local de residência e local de trabalho (DAVIDOVICH; LIMA, 1975, p.51).

municípios vizinhos; c) possuem diferentes níveis de hierarquia; d) podem ser dos tipos metropolitano e não metropolitano” (IBGE, 2015, p.18).

Quadro 2 - Critérios para definição de aglomerações urbanas - Davidovich e Lima (1975).

Critérios	Descrição
Demográficos	a) aglomerações de categoria metropolitana: a cidade central deve ter no mínimo 300 mil habitantes. b) para aglomerações abaixo do nível metropolitano: I - Resultantes da expansão de uma cidade central: a cidade central deve ter no mínimo 100 mil habitantes. II - Formadas em torno de duas ou mais cidades-núcleos: a soma das populações das cidades-núcleos deve atingir pelo menos 75 mil habitantes. Densidade demográfica: mínimo 60 hab./km ² .
Estrutura Econômica	- A PEA ocupada em atividades urbanas (2º e 3º setor) deve atingir o mínimo 65% do total.
Integração	- População economicamente ativa: deve apresentar um número de residentes trabalhando fora ao menos na ordem de 10%. - População economicamente ativa ocupada nas indústrias de transformação e extração mineral. - Sugestões para aglomerações sem espaço urbanizado contínuo: Fluxos telefônicos, de mercadorias e capitais, e linhas de transporte coletivo.
Complementares	Crescimento populacional elevado: exigência de um crescimento demográfico relativo de pelo menos 45%. Permite a inclusão de municípios que não atendem ainda aos critérios de caráter urbano, mas denotam por seu dinamismo sinais evidentes de transformação.

Fonte: Davidovich; Lima, 1975.

Quadro 3 - Categorias das aglomerações urbanas - Davidovich e Lima (1975).

Entre o nível metropolitano e submetropolitano	
Metropolitanas	- Nacionais: São Paulo-SP e Rio de Janeiro-RJ. - Regionais: Recife-PE, Porto Alegre-RS, Belo Horizonte-MG e Salvador-BA.
Metropolitanas incipientes	- Curitiba-PR, Fortaleza-CE, Belém-PA, Goiânia-GO, Brasília-DF.
Submetropolitanas	- Santos-SP; Campinas-SP.
Abaixo do nível metropolitano	
Com uma cidade central	Aracaju-SE; Vitória-ES; João Pessoa-PB; São Luís-MA; Natal-RN; Teresina-PI; Florianópolis-SC; Sorocaba e Jundiá-SP.
Em processo de conurbação	Barra Mansa e Volta Redonda-RJ; Americana, Aparecida, Caçapava, Guaratinguetá, Jacareí, Lorena, Santa Bárbara d'Oeste, São José dos Campos, Taubaté e Tremembé-SP; Coronel Fabriciano, Ipatinga e Timóteo-MG.
Cidades geminadas	Petrolina e Juazeiro-PE.
Sem espaço urbanizado contínuo	
Itabuna, Ilhéus-BA; Pelotas e Rio Grande-RS; Juazeiro do Norte-RN; Crato-CE.	

Fonte: Davidovich e Lima (1975).

Como procedimento metodológico, nos critérios dos quadros 2 e 3 se destaca a caracterização de aglomerações, considerando: tamanho de cidade central; crescimento demográfico relativo; deslocamento da população que trabalha em outro município como fator de integração; impacto da industrialização no processo de urbanização; o estágio do processo de metropolização, segundo a proporção da PEA ocupada em atividades urbanas. Estes resultados sintetizam um quadro de aglomerações urbanas dividido em três categorias: metropolitana, abaixo do nível metropolitano e sem espaço urbanizado contínuo (IBGE, 2015).

Uma contribuição importante do estudo das aglomerações foi incluir tipos não metropolitanos, o que permitiu abordar um número maior de situações no estudo, ampliando o escopo de análise do quadro urbano brasileiro. Em relação ao processo de urbanização, apesar de trazer índices mais elevados, possui atributos similares aos do GAM (1969): tamanho de cidade central; estágio de evolução segundo o crescimento demográfico relativo; integração segundo o deslocamento da população que trabalha em outro município, peso da industrialização no processo de urbanização (PIB e PEA em atividades secundárias e terciárias).

Devido ao maior detalhamento proposto por Davidovich e Lima (1975), o estudo engloba um número maior de casos que o elaborado pelo GAM, no qual se consideram apenas nove áreas de nível metropolitano. Isso permite, com sucesso, identificar novas áreas em desenvolvimento e concentração urbana, porque a maioria das aglomerações elencadas, embora não se tornem regiões metropolitanas institucionalizadas já na primeira fase do processo de metropolização (1973-74), são, atualmente, muitas das regiões metropolitanas instituídas legalmente.

Davidovich e Lima (1975) identificam 11 aglomerações de nível metropolitano, com diferentes alcances no território. São Paulo e Rio de Janeiro são reconhecidas com as grandes metrópoles nacionais; Goiânia e Brasília são agregadas ao quadro metropolitano, enquanto Santos e Campinas se destacam como aglomerações submetropolitanas. Abaixo do nível metropolitano são identificadas 32 aglomerações de diferentes tipos, evidenciando a dinâmica acentuada do processo de metropolização, durante os anos de 1970. Apesar de Londrina ainda não ser admitida com aglomeração, se destaca no Norte do Paraná - junto a Apucarana, Araçongas e Maringá - a partir de um eixo regional agrícola, formado por municípios próximos e, não necessariamente contíguos, com notada interdependência.

Outro estudo ligado ao IPEA, este realizado nos anos de 1990, se torna também referência: “Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil”, apresenta fundamentos teórico-metodológicos e resultados do último estudo sobre regiões de influência das cidades brasileiras, realizado pelo Departamento de Geografia do (IBGE, 1993). O trabalho do IPEA é norteado pelo estudo de Davidovich e Lima (1975) sobre aglomerações urbanas, identificando aglomerações em diferentes estágios de desenvolvimento econômico, social e de forma urbana.

Em sua manifestação mais completa, as aglomerações atingem a escala metropolitana, constituindo nós de diferentes tipos de redes, com ampla complexidade de funções e, sobretudo, expressiva concentração populacional. Identificam-se, também, aglomerações urbanas nas quais a escala do processo de urbanização não atingiu o nível metropolitano, podendo ser até mesmo local, em função do sítio geográfico, a exemplo de aglomerações constituídas por dois pequenos centros urbanos separados por um rio, com funções complementares, englobando em seu conjunto população total pouco significativa, no âmbito nacional (IPEA, 1996, v.2, p.243).

Segundo o IPEA (1996), as aglomerações urbanas são áreas funcionalmente complementares, definidas por dois tipos: espaços urbanizados contínuos ou descontínuos. Aglomerações de espaço contínuo, podem acontecer por vias: expansão de um núcleo central, dois núcleos ou mais, ou por integração do sítio geográfico. Como aglomerações de espaço descontínuo, onde a integração se dá pela complementariedade de funções, pode-se usar o exemplo de Londrina, como já foi observado no estudo de Davidovich e Lima (1975). Os critérios que balizam a delimitação e diferenciação dessas áreas, permitem a definição tanto dos núcleos urbanos centrais quanto das áreas urbanas dos municípios que constituem o entorno, como podemos observar no quadro 4.

Quadro 4 - Critérios para definição de aglomerações urbanas - IPEA 1996.

Metropolitanas	Expansão de um núcleo urbano central - População mínima: 800 mil habitantes.	
Não Metropolitanas	Expansão de um núcleo urbano central - População mínima: 200 mil habitantes.	Expansão de dois ou mais núcleos urbanos - População mínima: 150 mil habitantes.
CARACTERÍSTICAS URBANAS E INTEGRAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO CONJUNTO METROPOLITANO		
Densidade demográfica mínima: 60 habitantes/Km ² .		
Predominância de atividades urbanas: ao menos 65% da população economicamente ativa ocupada nos setores secundário e terciário.		

Fonte: IPEA, 1996, p.244-245.

A partir destes critérios, o IPEA identifica 53 aglomerações sob algumas ressalvas, como o fato de que, ao desagregar áreas altamente urbanizadas dos conjuntos metropolitanos - para fins de pesquisa e levantamento de informações - como no caso de São Paulo e Rio de Janeiro, se observa que futuramente pode haver um território integrado mais amplo do que o definido até então. Outro problema apontando é a limitação referente a delimitação do entorno de cada aglomeração, pois a inclusão ou exclusão de municípios do conjunto metropolitano, depende de estudos sobre a integração que se pauta em dados, muitas vezes, inexistentes.

Dentro das aglomerações elencadas pelo IPEA, haviam 18 regiões metropolitanas institucionalizadas, sendo que todas decorrem da expansão de um único núcleo central, mesmo apresentando diferentes níveis de metropolização. Destas, apenas São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Fortaleza, Curitiba, Brasília e Belém, superam o patamar mínimo de 800 mil habitantes para o núcleo da aglomeração; as demais ainda se encontram em estágio de metropolização incipiente, com metrópoles ainda emergentes.

Com relação ao conjunto de aglomerações urbanas não institucionalizadas, totalizam 35, divididas em dois subconjuntos: aglomerações urbanas não definidas como metropolitanas por legislação própria e aglomerações urbanas não-metropolitanas (do tipo resultante da expansão de um núcleo urbano ou do tipo resultante do crescimento de dois mais núcleos urbanos). Naquelas não definidas por legislação própria, se enquadram apenas Goiânia e Campinas, formadas também a partir de um núcleo urbano central. Já as de nível não metropolitano formadas por um núcleo urbano se enquadram 17 aglomerações; enquanto nas formadas pelo crescimento de dois ou mais núcleos urbanos, se enquadram outras 16 aglomerações não institucionalizadas.

Posteriormente, o IBGE promove a II Confège em 2006, na qual emerge o conceito de “Áreas de Concentração de População” (ACPs). Trata-se de uma releitura de diversos estudos referência sobre a questão metropolitana.

O quadro de referência, identificado por Castello Branco (2003), ampliou os conceitos e critérios para definição das bases geográficas para fins estatísticos. A metodologia adotada pela autora utilizou os atributos demográficos (tamanho e densidade), contiguidade, atividade predominantemente urbana e integração com os municípios vizinhos por movimento pendular – deslocamento de pessoas para trabalho ou estudo. Para identificar os Espaços Urbanos, Castello Branco (2003) selecionou, primeiramente, o estrato superior da rede urbana (IBGE, 2015, p.19).

A seleção preliminar das cidades elencadas para o estudo utilizou dois critérios: tamanho relativo da população, desempenho econômico, rendimento por domicílios em 2000, número de agências bancárias, população economicamente ativa trabalhando em empresas e unidade locais destas empresas; o segundo critério é a centralidade, compreendida por ligações aéreas regulares. Esta seleção preliminar identificou 57 cidades centrais, cujos critérios estão no quadro 5.

Quadro 5 - Áreas de Concentração de População - IBGE - 2006

Crítérios	Descrição
Tamanho Relativo	Municípios com desempenho superior ao Estadual e do Brasil em pelo menos três dos seguintes atributos: População total; Rendimento dos responsáveis por domicílios em 2000; Número de agências bancárias; PEA ocupado nas empresas, e unidade locais das empresas.
Tamanho Absoluto	População dividida por classes com notas de 1 a 5.
Centralidade	Fluxos aéreos: passageiros total; carga total; correio total.
Gestão Urbana	Número de sedes das 500 maiores empresas do País em 2000, classificadas segundo oito classes, inclusive considerando 0 (zero).
Municípios Principais	Ser capitais estadual ou possuir população superior a 350.000 habitantes.
Demais Municípios	- Proporção de PEA em atividades urbanas igual ou maior que 81,5%; - Movimento pendular acima de 10% da população de 15 anos ou mais de idade que trabalha ou estuda.

Fonte: IBGE, 2015, p.19-20.

Esta proposta já não trabalha estritamente com o recorte metropolitano ou com o papel central de uma metrópole, mas mantém a idéia de concentração urbana em grande escala. Para isso, utilizam outros critérios para definir os parâmetros de centralidade e integração urbana. Mais recentemente, em 2015, o IBGE aprimora o conceito das ACP's, passando a trabalhar com o conceito de "Arranjos populacionais" em seus estudos:

Um arranjo populacional é o agrupamento de dois ou mais municípios onde há uma forte integração populacional devido aos movimentos pendulares para trabalho ou estudo, ou devido à contiguidade entre as manchas urbanizadas principais. A escolha dos critérios que formam um arranjo populacional está baseada na noção de existência de relacionamentos cotidianos por grande parte da população entre dois ou mais municípios. Os relacionamentos existem devido a fatores [...]. Considera-se, assim, o termo integração como o mais apropriado para sintetizar esses diversos contextos (IBGE, 2015, p.23).

Segundo esta concepção, o IBGE (2015) propõe como possibilidade em sua metodologia, a utilização, não concomitante, de três diferentes critérios para a identificação arranjos populacionais por critérios de integração: a) Forte intensidade relativa dos

movimentos pendulares para trabalho e estudo (\geq a 0,25 do índice de integração²¹ ou \geq 10.000 pessoas); b) Forte intensidade absoluta dos movimentos pendulares para trabalho e estudo (o volume absoluto de pessoas que se deslocam para trabalho e estudo, entre A e B, deve ser igual ou superior a 10.000 pessoas); c) Contiguidade das manchas urbanizadas (a distância entre as bordas das manchas urbanizadas principais de dois municípios deve ser de até 3 km).

A partir destes critérios, se classificam os municípios no contexto de cada arranjo de acordo com os seguintes parâmetros: a) Núcleo - indica se o município faz parte do núcleo do arranjo ou não; b) Distância entre as manchas urbanizadas - corresponde à distância da mancha urbanizada principal do município à mais próxima de outro município do mesmo arranjo; c) Mancha urbanizada contígua - distâncias de até 3 km; d) Intensidade da ligação - registra a intensidade dos fluxos para trabalho e estudo na ligação; e) Via - indica o município que não se relaciona diretamente com o município-núcleo, mas com um dos municípios do entorno; f) Nível - posição do município com o arranjo - no nível 1 o município está ligado diretamente ao arranjo; nível 2, o município está ligado via município de nível 1; nível 3, o município está ligado via município de nível 2, e assim por diante (IBGE, 2015, p.25).

O estudo identifica 294 arranjos populacionais no ano de 2010, totalizando 938 municípios, e um contingente superior a 100 milhões de habitantes, aproximadamente 55% da população total brasileira. Segundo o próprio IBGE, constatar que mais de 90% destes arranjos são constituídos por 5 ou menos municípios, aponta que “[...] o processo de aglomeração está se intensificando em centros de menor porte populacional nos últimos anos, devido ao aumento da mobilidade” (IBGE, 2015, p.31).

Ainda há outros estudos com diferentes propostas, principalmente no que tange a gestão do ente metropolitano com relação aos desafios de governança e demandas geradas pela concentração populacional urbana, como é o caso de Cunha (2014, p.194):

O que estamos propondo é a institucionalidade de uma escala de gestão e planejamento que viabilize a governança e o enfrentamento dos problemas metropolitanos ou de complexos espaços urbanizados. Por outro lado, não se

²¹ O índice de integração é obtido com a seguinte fórmula:

$$I_A = \frac{x_{AB} + x_{BA}}{x_A} \quad \text{e} \quad I_B = \frac{x_{AB} + x_{BA}}{x_B}$$

Onde: I_A = Índice de integração do Município A; I_B = Índice de integração do Município B; x_{AB} = Total de pessoas que moram no Município A e trabalham e estudam no Município B; x_{BA} = Total de pessoas que moram no Município B e trabalham e estudam no Município A; x_A = Total de pessoas que moram no Município A e trabalham e/ou estudam; e x_B = Total de pessoas que moram no Município B e trabalham e/ou estudam;

pode desconsiderar a Região Metropolitana já institucionalizada por dois motivos: primeiro, porque não podemos desconsiderar o direito adquirido dessas municipalidades que foram inseridas por lei nas regiões metropolitanas e, segundo, para não inviabilizar os subsídios, conquistados ou esperados, que essas municipalidades têm por direito, por fazerem parte de uma região metropolitana instituída.

O autor propõe que se identifique dentro das RMs, a partir de critérios específicos, quais municípios caracterizam de fato uma aglomeração urbana, denominada por Cunha (2014) como Aglomeração Urbana Central (AUC). Os critérios estabelecidos no estudo para delimitar uma AUC, propõe a existência de:

[...] área onde haja uma única mancha urbana contínua derivada do processo de conturbação, ou uma aglomeração urbana separada por áreas rurais que a fragmenta, não podendo tais áreas rurais ultrapassar cinco quilômetros ao longo de rodovias com pistas simples, e dez quilômetros para os casos onde existam rodovias duplicadas (CUNHA, 2014, p.194).

Segundo a proposta de Cunha (2014), uma vez que a maioria das RMs brasileiras não são majoritariamente formadas por espaços de fato metropolitanos, a delimitação da AUC permitiria concentrar esforços de gestão metropolitana para os problemas em comum gerados pela concentração, que é exatamente uma das principais características do atributo metropolitano. Assim, a identificação destes núcleos metropolitanos poderia facilitar e otimizar a gestão metropolitana, possibilitando a realização de políticas públicas adequadas a problemática específica; isso sem prejudicar, no entanto, o direito adquirido dos demais municípios agregados ao ente pela busca de recursos e possibilidade de integração ao desenvolvimento regional.

Estes diferentes estudos metropolitanos irão nortear a discussão do próximo item, sobre a Região Metropolitana de Londrina-PR. Para isso, foi realizada uma série de levantamentos, que nos permitirão visualizar o nível das relações estabelecidas pelo conjunto metropolitano, bem como a caracterização da RML em relação aos critérios discutidos até aqui.

2.3 Região Metropolitana de Londrina

A Região Metropolitana de Londrina, está situada no norte do estado do Paraná - conforme mostra o mapa 1 - uma região com desenvolvimento econômico historicamente ligado ao agronegócio. Desde as décadas de 1960-70, notava-se a dinâmica e o potencial de integração regional emanados pela centralidade de Londrina que, junto ao eixo de Maringá, já

aparecia nos primeiros estudos brasileiros sobre concentração urbana e delimitação de áreas metropolitanas.

Deve-se mencionar, também, a interdependência que se vem desenvolvendo, ao Norte do Paraná, entre cidades localizadas em municípios próximos, mas não necessariamente contíguos, permitindo indicar uma tendência a eixo em região agrícola, como o de Londrina-Apucarana-Arapongas-Maringá [...]. Várias cidades de tamanho populacional superior a 100.000 habitantes, de acordo com os critérios adotados, não chegaram ainda a constituir aglomerações. Contudo, em determinados casos, alguns dos municípios a elas contíguos já denotam sinais de integração. É o que ocorre com [...] Cambé e Ibiporã em relação a Londrina. Outras vezes, particularmente no caso de municípios muito extensos, a urbanização a partir da cidade núcleo já ultrapassou os limites do distrito sede, embora não ainda os do município (DAVIDOVICH; LIMA, 1975, p.63).

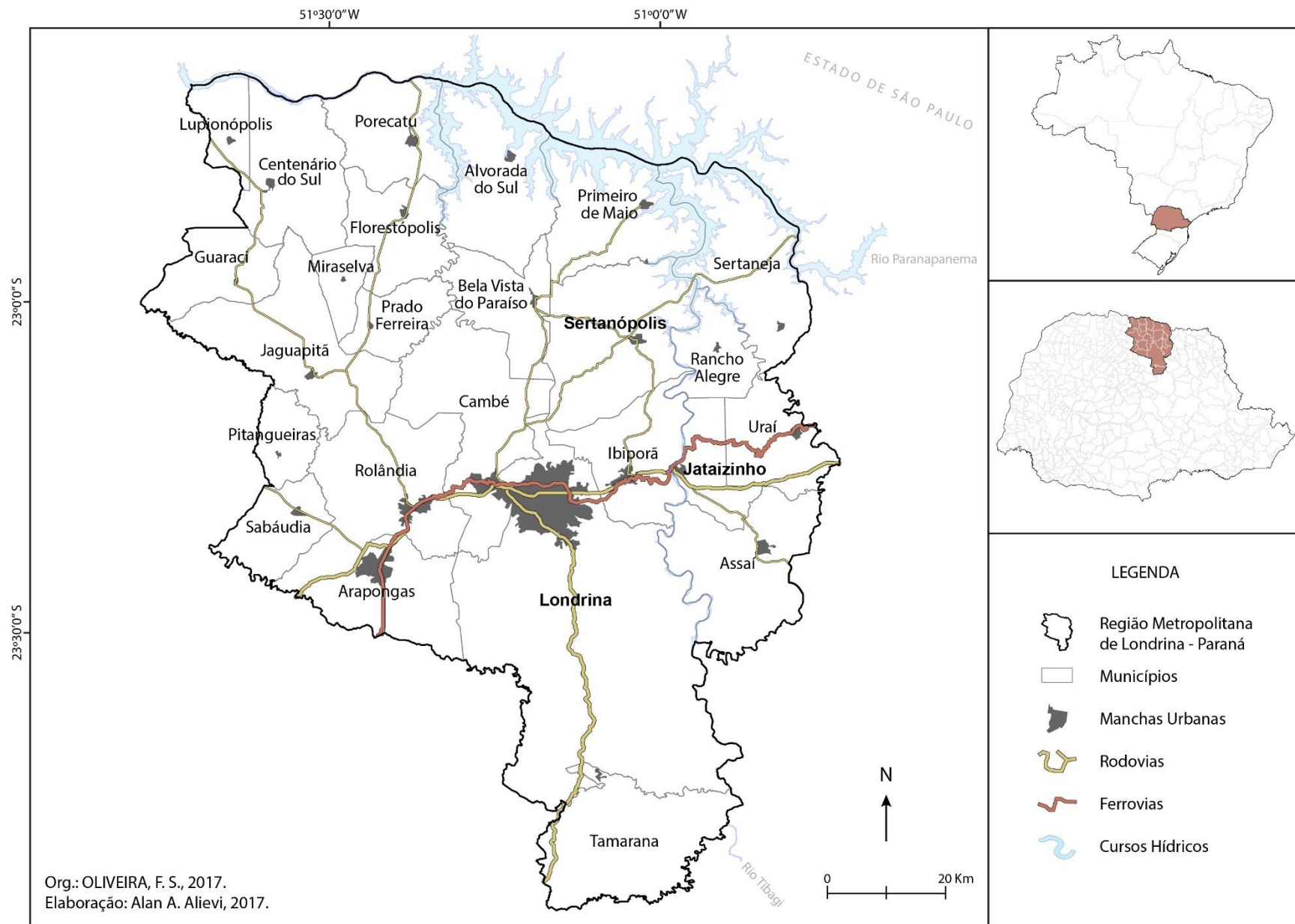
A modernização da produção agrícola que ocorre na esteira do processo de industrialização brasileiro, impacta diretamente na dinâmica econômica e demográfica do norte paranaense, contribuindo expressivamente para o processo de concentração urbana em determinados locais.

Mudanças estruturais, como a mecanização da agricultura e as cadeias mercantis vinculadas aos complexos agroindustriais, marcam um novo período no desenvolvimento regional entre as décadas de 1960-90; por sua vez, a intensificação do processo de urbanização e gradativa diversificação funcional, projetam Londrina como capital regional (CUNHA, 2005) e, posteriormente, como região metropolitana:

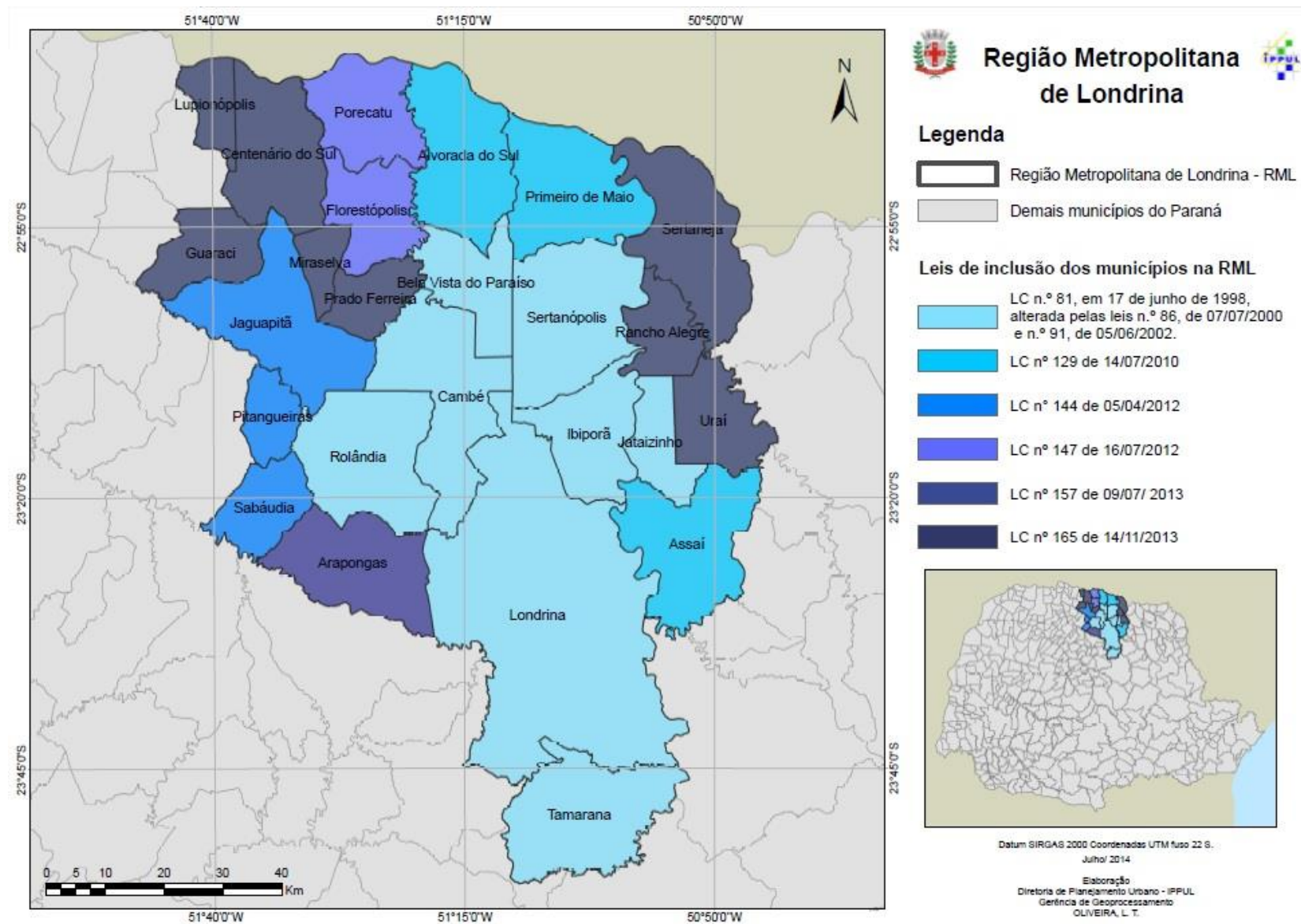
[...] Não deixou de ser alarmante o fato dos municípios da rede urbana norte-paranaense terem passado por um crescimento negativo da população no período 1970-1991, enquanto a taxa de urbanização elevou-se. Nesta nova redistribuição populacional, cidades que nos anos de 1960 já eram as maiores do ponto de vista da população, tiveram seu crescimento reforçado, gerando - incluso outros fatores econômicos-sociais - áreas de aglomeração físico territorial em Londrina e Maringá, transformadas em 1998, em regiões metropolitanas pelo governo estadual (FRESCA, 2005, p.03).

A criação da RML e a evolução no quadro de municípios possui dois períodos distintos até o momento. O primeiro ocorre entre 1998 e 2002, quando o governo do Paraná institucionaliza o ente metropolitano, um dos primeiros no interior brasileiro, precedido apenas pela RM da Baixada Santista (muito próxima à capital paulista); então, através da lei complementar n°. 81/1998 foi instituída a RML e, sendo alterada pelas leis n°. 86/2000 e 91/2002, ficou composta por oito municípios²².

²² Londrina, Cambé, Ibiporã, Jataizinho, Bela Vista do Paraíso, Rolândia, Sertãoópolis e Tamarana.



Mapa 1- Região Metropolitana de Londrina - 2016.



Mapa 02: Inclusão de Municípios por lei complementar (número e ano).
Fonte:

IPUL

(2014)

O segundo período inicia-se no ano de 2010, quando ocorrem inclusões de novos municípios. Como mostra o mapa 2, após 2010 foram incluídos 17 municípios e até a finalização deste estudo, ao todo, foram sancionadas dez leis complementares²³ alterando as disposições da RML com diferentes propósitos, como: inclusão de novos membros, alteração das disposições legais, do funcionamento institucional, etc. Composta por um conjunto de 25 municípios, em 2010 a RML já somava uma população superior a 1 milhão de habitantes e um PIB de aproximadamente R\$ 27 milhões em 2012 (IBGE, 2010, 2016b).

Do ponto de vista legal, a criação da RM exige também a criação dos conselhos Deliberativo e Consultivo, cujas funções envolvem a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da RM e a programação dos serviços comuns. A lei estadual complementar nº.81 de 1998, que cria a RML, compreende como serviços de interesse comum a RML: planejamento integrado do desenvolvimento econômico e social; saneamento básico (abastecimento de água, esgoto e limpeza pública); uso do solo metropolitano; transportes e sistema viário; aproveitamento dos recursos hídricos e controle da poluição ambiental (PARANÁ, 1998).

O Estatuto da Metrópole estipula que região metropolitana, enquanto instituto legal, compreende uma região formada por diferentes municípios - com interesses comuns - e integrada através de atividades de produção, circulação, distribuição e consumo de bens e serviços (BRASIL, 2015a). Assim, compete ao ente metropolitano sistematizar o desenvolvimento regional integrado, voltado para os problemas de interesse comum. Em levantamento realizado, foi possível notar que a RML conta apenas a Coordenação da Região Metropolitana de Londrina (COMEL), um órgão subsidiário da Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado do Paraná (SEDU). Desde sua criação em 1998, não foram instituídos os conselhos deliberativo e consultivo, como previsto em lei; isso se reflete na inexistência de dados agrupados ou estudos consistentes sobre a RML, os quais deveriam ser realizados pelos órgãos competentes.

Com relação a disponibilização de dados, a COMEL possui apenas uma página em rede social (Facebook®) e um link no *website* da SEDU; em ambos não constam dados sobre a RML, somente vagas informações sobre o quadro institucional. A COMEL funciona em algumas salas no prédio da Secretaria de Meio Ambiente de Londrina (SEMA). O

²³ Leis complementares estaduais: nº 81/1998; nº 86/2000; nº 91/2002; nº 129/2010 (inclui Alvorada do Sul, Primeiro de Maio e Assaí); nº 144/2012 (inclui Jaguapitã, Pitangueiras e Sabáudia); nº 147/2012 (inclui Porecatu e Florestópolis); nº 157/2013 (inclui Arapongas); nº 164/2013; nº 165/2013 (inclui Lupionópolis, Centenário do Sul, Guaraci, Miraselva, Prado Ferreira, Sertaneja, Rancho Alegre e Uraí); nº 167/2014.

coordenador deixou o cargo em maio de 2016 e, segundo a assessoria da COMEL, não havia ainda previsão de um substituto. Quem responde atualmente pela COMEL, é o seu assessor jurídico Carlos Alberto Maricato.

Aparentemente, não há atuação do órgão no sentido de fazer levantamentos e controle de informações referentes a realidade e funcionamento da RML. O único documento que apresenta dados e informações sobre a RML, é o “Perfil da Região Metropolitana de Londrina”, trabalho publicado anualmente pela Prefeitura Municipal de Londrina. O *website* da SEDU disponibiliza poucas informações sobre a COMEL, como ação e missão, programas e projetos, competências e contatos.

Este problema decorre, segundo Cunha (2014), do impasse na divisão de competência entre os estratos do governo, pois, do ponto de vista administrativo a Região não existe legalmente: “A [...] Constituição [...] estabelece apenas três esferas administrativas: a federal, a estadual e a municipal [...], a região metropolitana fica [...] à mercê do governo estadual, [...] por intermédio de uma determinada secretaria de governo” (CUNHA, 2014, p.192). Isso significa que não existem verbas recursos com destinação direta para as RMs como ocorre com as demais unidades administrativas como governo federal, estadual ou municipal; de modo que o órgão metropolitano depende de repasses controlados, pós Constituição de 1988, segundo os interesses do governo estadual. Assim, a inoperância da COMEL vincula-se muito mais a um problema de descaso político do que da incompetência do órgão propriamente dito.

Por um lado, a RML possui dispositivos legais abrangentes que, se efetivados, seriam capazes de cumprir com aspectos do desenvolvimento urbano e regional. Por outro lado, ao visitar o órgão, nota-se um quadro limitado de funcionários, sem a presença de técnicos ou profissionais para o tipo de atuação prevista nos itens acima. A questão é que, na prática, não existem recursos humanos e financeiros para a realizar as competências que dispõe a lei.

Mesmo não sendo desenvolvidos, segundo a SEDU, existem programas e projetos²⁴ sob a responsabilidade da COMEL. Estes programas e projetos estão listados, mas não existem informações sobre o seu andamento, equipe responsável ou transparência administrativa e fiscal. Isso revela aspectos importantes sobre o funcionamento institucional, ou não, da RML. A integração via transporte metropolitano, por exemplo, já é um impasse

²⁴ Integração do Transporte Metropolitano; Turismo; Agricultura; Trem Pé Vermelho; Arco Norte; Acquametrópole; Tratamento de Resíduos Sólidos.

político antigo, uma das principais dificuldades é a divisão das competências entre o governo do estado, esferas municipais e órgão metropolitano:

Um sistema de transporte integrado voltou a ser debatido em virtude do embate sobre o pagamento de subsídio do governo do Estado para o transporte público nas grandes cidades. Para o Sindicato das Empresas do Transporte Coletivo de Londrina (Metrolon), é possível implantar uma tarifa única, mas isso oneraria diretamente o sistema de transporte municipal, em virtude do aumento na quilometragem [...] ‘Realmente há uma dificuldade grande para se chegar a este valor, já que não podemos onerar ainda mais o custo do usuário da cidade polo’, explica o coordenador da Região Metropolitana de Maringá (RMM), João Carvalho Pinto [...] Falta de acordo entre municípios, custo operacional e ausência de órgão regulador são outros pontos que dificultam a integração (JORNAL FOLHA DE LONDRINA, 2013, p.01).

[...] a Região Metropolitana de Londrina (RML) cresceu no papel, mas a integração entre os municípios continua restrita ao discurso das autoridades e longe de chegar à vida real. Principalmente na questão do transporte coletivo, uma das mais importantes para que haja uma integração de fato [...] Sem um terminal metropolitano, os passageiros que chegam de cidades da região para Londrina ou que precisam passar pela cidade polo para chegar a destinos em outras cidades são ‘jogados’ nas calçadas próximas ao Terminal Urbano (JORNAL DE LONDRINA, 2014, p.01).

A despeito da falta de atuação institucional, a integração via transporte metropolitano se dá através da iniciativa privada, porém sem atender as disposições previstas em lei.

Hoje, a RML conta com duas empresas de transporte intermunicipal para fazer o deslocamento dos habitantes que integram esta região: a TIL (Transporte Intermunicipal de Londrina), responsável pelo transporte entre os municípios de Ibiporã-Londrina-Cambé e Ibiporã-Sertanópolis, e o Grupo Garcia Brasil Sul, este responsável pelo transporte dos passageiros aos demais municípios [...] da RML, principalmente, os que estão distante cerca de 40 a 60 km da cidade de Londrina (PAULA; CUNHA, 2015, p.06).

Se o número de municípios e habitantes cresceu, a estrutura da Coordenadoria da Região Metropolitana de Londrina (Comel) não acompanhou. Criada em 2007, a coordenadoria não tem estrutura e nem orçamento próprio para realizar a desejada integração. ‘Orçamento próprio dá agilidade e independência’, avalia o prefeito de Ibiporã [...] Para ele, ‘quando depende de decisões que estão fora das áreas de limite do interesse’, falta pressão sobre os governantes para o atendimento das demandas da região. ‘Se (a Comel) tivesse orçamento e estrutura seria mais produtivo e o interesse do município seria atendido mais adequadamente’, completou o prefeito (JORNAL FOLHA DE LONDRINA, 2013, p.01).

O aumento crescente nos deslocamentos pendulares entre as cidades da RML, como veremos adiante, ocorre numa dinâmica mais acelerada do que a atuação morosa do órgão metropolitano. Diante desta realidade, outros programas e projetos como os de turismo, agricultura e tratamento de resíduos sólidos, enfrentam problemas similares ao transporte,

como falta de acordos intermunicipais, problemas locacionais e ambientais, falta de recursos e não atuação da COMEL.

A segurança pública é a única esfera na qual se confere certa integração, envolvendo sete municípios da RML. Através de ações conjuntas, foi criado em 2009 o Consórcio de Segurança Pública e Cidadania (CISMEL), visando a captação de recursos junto ao Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI); os recursos foram usados, dentre outros fins, para investimentos e melhorias nas guardas municipais, com destaque para a de Londrina, criada em 2010 (JORNAL DE LONDRINA, 2014).

O que podemos identificar, é que existe uma grande lacuna entre as competências e disposições legais e o funcionamento efetivo dos entes públicos. Neste sentido, projetos existem, interesses existem, mas esbarram na inoperância da COMEL e falta de investimentos diretos. O desenvolvimento metropolitano depende da atuação do Estado no sentido de, disponibilizar recursos humanos e financeiros, implantar e subsidiar o órgão metropolitano e dar celeridade ao andamento dos projetos de interesse metropolitano.

O próximo passo após discutir o funcionamento institucional da RML, é analisar a RML em números para identificar relações de integração metropolitana entre as cidades; isto envolve caracterizar o dado populacional, estrutura de ocupação econômica e integração via deslocamentos pendulares. Para isso há de se estabelecer relações entre os dados levantados e os critérios utilizados pelos principais estudos metropolitanos de referência. É preciso salientar que não existe uma referência única sobre o tema, pois os estudos sobrepõem-se ou complementam-se ao longo de diferentes periodicidades, marcadas por diferentes dinâmicas espaciais, econômicas e sociais.

Com o intuito de trazer estas referências para a discussão, foram sintetizados no quadro 6, os principais critérios para definição de áreas metropolitanas e aglomerações urbanas, de acordo com os trabalhos de referência que balizam o presente estudo.

Quadro 6 - Estudos de referência para definição de áreas metropolitanas, aglomerações urbanas e áreas de concentração populacional.

	GAM (1969)	DAVIDOVICH e LIMA (1975)	IPEA (1996)
População da cidade principal	400.000 habitantes	300.000 habitantes	800.000 habitantes
População da cidade principal (abaixo do nível metropolitano)	-	100.000 habitantes	200.000 habitantes
Densidade demográfica (Demais cidades da RM)	60 Hab./Km ²	60 hab./km ² .	60 hab./km ² .

PEA ocupada em atividades urbanas	10%	65%	65%
Taxa de crescimento populacional (Critério complementar)	45%	45%	-
Deslocamentos pendulares (Trabalho e estudo)	10%	10%	-

Fonte: Galvão *et al* (1969); Davidovich; Lima (1975); IPEA (1996).
Org.: Oliveira, F. S.

A população é elemento relevante da metropolização e está diretamente relacionado aos fatores de concentração que se vinculam à metrópole e a região metropolitana, conforme quadro 6. As condições de desenvolvimento econômico e social do Brasil mudaram muito desde os primeiros estudos metropolitanos; atualmente, as relações entre o *threshold* populacional e a diversificação e especialização, como observou Galvão *et al* (1969), respondem a uma nova etapa do processo de metropolização e outra dinâmica de ordenamento territorial. As metrópoles se impõe nos sistemas urbanos através das atividades quaternárias, enquanto pequenos e médios centros urbanos absorvem boa parcela das atividades produtivas.

Dos 25 municípios que compõem a RML conforme tabela 4, 20 deles tem população inferior à 20 mil habitantes; deste grupo, 5 têm população abaixo de 5 mil. Assim, ao menos em termos populacionais, se supõe que a RML seja composta majoritariamente por pequenas cidades. Com relação ao crescimento populacional, as cidades da RML apresentaram entre 2010 e 2015, uma taxa média de aproximadamente 4,5%, com destaque para Arapongas (10,8%) e Tamarana (12%). Quanto a população urbana, em 2010 a RML apresentou uma taxa de urbanização de 85%, com 944.287 pessoas residindo no meio urbano. Nesse quesito se destacam Arapongas, Bela Vista do Paraíso, Cambé, Ibiporã, Londrina e Rolândia, com taxas de urbanização superiores a 90%; a exceção de Bela Vista do Paraíso, este último grupo se destaca também como o das cidades mais populosas.

Tabela 4 - O quadro populacional, urbanização e densidade demográfica da RML, 2010.

Cidades	População Urbana 2010	População Total 2010	Nível de Urbaniz. (%)	População Estimada 2015	Área Total (Km ²)	Densidade demográfica (Hab./Km ²)
Alvorada do Sul	7.338	10.283	71	11.057	424,250	24,24
Arapongas	101.851	104.150	97	115.412	382,215	272,49
Assaí	13.587	16.354	83	16.212	440,347	37,14
Bela Vista do Paraíso	14.196	15.079	94	15.612	242,689	62,13
Cambé	92.952	96.733	96	103.822	495,375	195,47
Centenário do Sul	9.334	11.190	83	11.312	371,834	30,09
Florestópolis	10.544	11.222	93	11.205	246,331	45,56
Guaraci	4.200	5.227	80	5.434	211,680	24,69
Ibiporã	45.895	48.198	95	52.330	297,742	161,88
Jaguapitã	10.380	12.225	84	13.174	475,004	25,74
Jataizinho	11.053	11.875	93	12.504	159,178	74,60
Londrina	493.520	506.701	97	548.249	1.652,569	306,52
Lupionópolis	4.079	4.592	88	4.859	121,066	37,93
Miraselva	1.430	1.862	76	1.885	90,294	20,62

Pitangueiras	2.040	2.814	72	3.073	123,229	22,84
Porecatu	11.442	14.189	80	13.973	291,663	48,65
Prado Ferreira	3.015	3.434	87	3.668	153,399	22,39
Primeiro de Maio	10.083	10.832	93	11.243	414,442	26,14
Rancho Alegre	3.470	3.955	87	3.990	167,646	23,59
Rolândia	54.749	57.862	94	63.316	459,024	126,05
Sabáudia	5.097	6.096	83	6.585	190,329	32,03
Sertaneja	5.105	5.817	87	5.724	444,492	13,09
Sertanópolis	13.711	15.638	87	16.373	505,532	30,93
Tamarana	5.858	12.262	47	13.730	472,155	25,97
Uraí	9.358	11.472	81	11.695	237,810	48,24
TOTAL	944.287	1.000.062	85	1.076.437	9.070,295	69,56

Fonte: IBGE (2016b).

Org.: Oliveira, F. S.

Os estudos de referência apontam como forte, o crescimento populacional acima de 45%; porém, este índice diz respeito a um período da metropolização marcado por intensa concentração populacional, ocorrido no Brasil entre as décadas de 1960 e 1980, o qual não se sustentou durante as décadas seguintes. Na atualidade, há uma tendência de crescimento inferior nos grandes centros urbanos e sedes metropolitanas em relação aos municípios de entorno; Londrina, como sede metropolitana, ao apresentar uma taxa de crescimento maior que os demais municípios da RM ainda se encontra num processo de concentração populacional; ao passo que as pequenas cidades da RML apresentam baixas taxas de crescimento populacional ou até mesmo taxas negativas.

Outro fator relacionado ao processo de concentração, é a densidade demográfica dos municípios de entorno. As referências sugerem taxa mínima de 60 habitantes por quilômetro quadrado (Hab./Km²). No caso da RML podemos identificar diferentes níveis de concentração populacional, desde municípios com pouco mais de 10 hab./Km² até Londrina com mais 300 hab./Km²; apenas 7 cidades atendem de fato ao critério de referência. Porém, com uma média de aproximadamente 69 hab./Km², a RML atende parcialmente ao critério de densidade demográfica, cabendo frisar não ser este o indicativo determinante da dinâmica da RML em relação as RMs brasileiras.

Em relação à população da cidade sede, há uma flutuação nos estudos de referência, onde os critérios variam entre 300 e 800 mil habitantes. Neste aspecto, Londrina não atende apenas ao estudo do IPEA (1996), que estipula em 800 mil habitantes. Por outro lado, com mais de 500 mil habitantes, Londrina figura muito acima das propostas de população absoluta para aglomerações abaixo do nível metropolitano, que flutua entre 75 e 200 mil habitantes. Então, mesmo não atendendo a este critério, Londrina se destaca no contexto das RMs institucionalizadas recentemente. Isso demonstra a enorme complexidade da discussão e dos critérios estabelecidos para o país, expressando as distintas situações da realidade.

Com relação a estrutura econômica e social da RML, a tabela 5 traz o quadro da população economicamente ativa ocupada por Grandes Setores da Economia. Assim, poderemos visualizar a dinâmica econômica dos municípios do conjunto metropolitano, bem como caracterizar, a partir da divisão social do trabalho, quais são as principais atividades econômicas estabelecidas na RML.

Os estudos de referência estipulavam, para metrópoles, uma percentagem mínima de 65% da PEA ocupada em atividades urbanas, enquanto o IBGE, em 2015, eleva este percentual para 81,5%. Londrina têm contemplado tal critério desde a década de 1960, apresentando atualmente mais de 98% da sua PEA ocupada em atividades urbanas.

Tabela 5 - Estabelecimentos e trabalhadores dos municípios da RML, por Grandes Setores da Economia, 2014.

	Total PEA 2010	Indústria		Construção Civil		Comércio		Serviços		Agropecuária		Trab. ocupados nos setores Secundário e Terciário (%)
		Nº. Estab.*	Nº. Trab.**	Nº. Estab.	Nº. Trab.	Nº. Estab.	Nº. Trab.	Nº. Estab.	Nº. Trab.	Nº. Estab.	Nº. Trab.	
Alvorada do Sul	4.879	24	313	16	33	91	365	67	661	94	235	85,4
Arapongas	57.754	621	18.599	169	444	1.410	8.180	1.035	10.136	169	882	97,7
Assai	8.155	45	1.265	12	15	167	697	98	1045	97	132	95,8
Bela Vista do Paraíso	7.798	30	439	16	57	160	618	127	931	83	197	91,2
Cambe	53.842	473	8.072	183	1.210	949	6.082	614	6.740	108	433	98,1
Centenário do Sul	5.595	17	160	11	24	109	302	74	602	51	570	65,6
Florestópolis	5.730	9	2.069	20	73	106	300	82	712	43	104	96,8
Guaraci	2.794	13	114	5	7	40	161	35	450	34	68	91,5
Ibiporã	23.728	197	4.089	92	523	446	2.497	319	4056	102	217	98,1
Jaguapitã	6.703	69	4.029	12	75	125	463	105	841	109	490	91,7
Jataizinho	5411	31	430	8	43	104	290	69	945	58	105	94,2
Londrina	275.978	1.859	26.832	1.283	8.623	7.332	44.844	7.485	93.534	801	3.119	98,2
Lupionópolis	2.477	14	147	3	2	42	174	25	347	22	90	88,2
Miraselva	992	2	19	1	4	13	31	19	197	18	18	93,3
Pitangueiras	1568	8	51	3	2	18	64	19	233	21	90	79,5
Porecatu	7.362	13	1285	10	17	133	501	124	1046	20	41	98,6
Prado Ferreira	1.734	12	345	5	6	44	109	19	212	23	50	93,1
Primeiro de Maio	5.044	19	280	4	16	95	375	61	591	90	125	91,0
Rancho Alegre	1.975	7	91	1	1	27	68	17	256	39	112	78,8
Rolândia	32.457	306	12.445	118	436	724	3.770	525	4.598	201	623	97,2
Sabáudia	3.527	62	1.154	6	7	91	366	73	1.266	57	332	89,4
Sertaneja	2.912	11	110	2	7	43	197	41	531	78	240	77,9
Sertanópolis	8.341	89	916	30	78	216	949	169	1.837	153	349	91,5
Tamarana	5.787	23	373	7	102	84	302	53	711	60	324	82,1
Uraí	5.935	22	214	20	35	107	383	75	667	96	263	83,2
TOTAL	538.478	3.976	83.841	2.037	11.840	12.676	72.088	11330	133145	2627	9209	89,9

Fonte: Brasil (2014); IBGE (2010). Modificado pelo autor.

* Número de Estabelecimentos. / ** Número de Trabalhadores.

A tabela 5 mostra que praticamente 90% da PEA ocupada dos municípios da RML, está inserida nos setores secundário e terciário, evidenciando a predominância de atividades urbanas. Em todos os municípios as atividades urbanas são majoritárias em relação a PEA ocupada; sendo que 16 deles essa taxa supera 90%; em 5 supera 80% e nos outros 4 gira em torno de 60 e 70%. Assim, quanto maior a presença de atividades secundárias e, principalmente terciárias, proporcionalmente maior será o nível de especialização, a diversificação funcional e a oferta de bens e serviços dos municípios.

O último critério a ser discutido, é o que nos permite melhor visualizar a dinâmica de integração metropolitana e dos fluxos existentes entre os municípios do conjunto metropolitano. A partir dos deslocamentos pendulares pode-se evidenciar também as diferentes centralidades presentes na RML, além das estabelecidas pela cidade principal.

[...] os deslocamentos pendulares exercem um papel importante com a ampliação da área construída e as transformações no trabalho. A incorporação de novas áreas residenciais, a busca por emprego ou serviços e a oferta de transportes mais eficientes são alguns dos elementos que favorecem a consolidação desse fenômeno (IBGE, 2015, p.15).

Há inúmeras bibliografias que discutem os deslocamentos pendulares no contexto das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, envolvendo discussões sobre os aspectos políticos de suas criações; dinâmica do ponto de vista de sua gestão e governança territorial; dos problemas de habitação, mobilidade e acessibilidade urbana; o processo de segregação residencial e mercado imobiliário; transformações na economia das cidades; os deslocamentos pendulares circunscritos aos municípios que a conformam, dentre outros. É exatamente este último aspecto que frequentemente ocorrem para além da região metropolitana institucionalizada, envolvendo processos de múltiplas ordens e denotando uma amplitude de articulação materiais e imateriais que não se circunscrevem aos limites institucionais (FRESCA, 2012, p.02).

Os deslocamentos pendulares, compreendem aos deslocamentos de pessoas entre os municípios de uma mesma área de influência, para trabalho, estudo, lazer, consumo, dentre outras motivações. São importantes indicativos de integração metropolitana, pois “[...] a ocorrência de fluxos intensos de deslocamento de pessoas para trabalho e estudo, entre municípios, coincide com a formação de arranjos populacionais com forte integração entre seus componentes” (IBGE, 2015, p.16). Este critério está presente desde os primeiros estudos metropolitanos, tendo sido utilizado internacionalmente nas discussões sobre rede urbana, aglomerações urbanas e áreas metropolitanas (IPEA, 1996).

De acordo com a tabela 6, no ano 2000 haviam mais de 38 mil deslocamentos diários para trabalho e estudo entre os municípios da RML; é preciso observar que em 2000 a maioria

destes municípios ainda não faziam parte institucionalmente do ente metropolitano, mas foram inclusos para possibilitar a comparação com os dados de 2010. Os critérios de referência - presentes no quadro 6 - estipulam que, para caracterizar integração de nível metropolitano, ao menos 10% da PEA total de cada município, esteja em deslocamento diário para trabalho e estudo. Os deslocamentos diários de toda RML, representam uma média de 11,8% da PEA total metropolitana. Com relação aos números individuais, 14 municípios já correspondiam ao critério de integração, superando a taxa de 10% da PEA em deslocamento diário; Cambé despontava com 31%, seguida por Jataizinho (23,5%), Lupionópolis (23,4%) e Ibiporã (21,5%); 12 municípios apresentavam percentuais abaixo do mínimo estipulado.

Tabela 6 - Deslocamentos pendulares dos municípios da RML para trabalho ou estudo, 2000.

Municípios de Residência	População residente					Trabalhavam ou estudavam em País estrangeiro
	Total da PEA*	Deslocamento para trabalho ou estudo				
		Trabalhavam ou estudavam no município de residência	Não trabalhavam nem estudavam	Trabalhavam ou estudavam em outro município do Paraná	Trabalhavam ou estudavam em outra Unidade da Federação	
Alvorada do Sul	4.450	3.900	2.321	339	110	-
Arapongas	44.401	41.046	20.736	1 294	249	45
Assaí	7.834	7.046	5.291	509	79	41
Bela Vista do Paraíso	7.455	6.180	3.821	659	296	4
Cambé	44.489	29.006	21.176	13 420	368	23
Centenário do Sul	5.295	4.427	3.223	531	293	5
Florestópolis	5.544	4.287	3.314	865	154	-
Guaraci	2.282	1.940	1.352	272	23	-
Ibiporã	21.151	15.118	10.953	4 236	309	8
Jaguapitã	5.318	4.827	2.836	244	35	23
Jataizinho	5.109	3.669	3.011	1 153	47	-
Londrina	231.145	219.809	103.554	5 138	1 912	385
Lupionópolis	2.046	1.482	1.225	371	107	-
Miraselva	1.112	921	428	102	-	-
Pitangueiras	1.323	1.109	428	114	81	-
Porecatu	7.301	6.399	4.506	268	384	-
Prado Ferreira	1.666	1.395	695	145	32	8
Primeiro de Maio	5.074	4.500	3.040	252	107	-
Rancho Alegre	2.160	1.743	1.125	121	74	-
Rolândia	25.684	22.946	11.404	1 911	157	-
Sabáudia	2.739	2.407	1.377	185	6	-
Sertaneja	3.185	2.525	1.858	239	176	6
Sertanópolis	7.751	7.093	3622	307	98	-
Tamarana	4.353	3.834	2.436	217	10	13
Uraí	5.730	4.910	3.258	515	78	8

Fonte: IBGE (2000).

*População Economicamente Ativa.

Tabela 7 - Deslocamentos pendulares dos municípios da RML para trabalho ou estudo, 2010.

Municípios da Região Metropolitana De Londrina	Pessoas ocupadas na semana de referência / Pessoas que frequentavam escola ou creche										
	Local de exercício do trabalho principal / Local da escola ou creche que frequentavam										
	Total PEA*	Município de residência					Trabalha em outro município	Estuda em outro município	Trab. em outro país	Estuda em outro país	Trab. em mais de um município ou país
		Total de pessoas que trabalham	Total de pessoas que estudam	Trabalha no domicílio de residência	Trabalha fora do domicílio de residência	Estuda no município de residência					
Alvorada do Sul	4.879	3.706	2.775	599	3.106	2.410	737	365	-	-	107
Arapongas	57.754	51.750	26.117	9.772	41.978	24.070	1.978	2.047	10	-	1.359
Assaí	8.155	6.924	4.467	1.414	5.510	4.030	633	433	6	4	73
Bela Vista do Paraíso	7.798	5.484	3.801	624	4.860	3.332	1.574	469	-	-	369
Cambé	53.842	32.817	25.912	7.166	25.652	21.241	17.251	4.671	-	-	1.247
Centenário do Sul	5.595	3.379	2.873	605	2.774	2.567	1.800	305	-	-	51
Florestópolis	5.730	4.095	3.288	630	3.465	2.932	1.201	356	-	-	73
Guaraci	2.794	1.926	1.375	172	1.754	1.250	706	126	-	-	77
Ibiporã	23.728	15.928	14.054	4.357	11.572	12.380	5.651	1.674	13	-	444
Jaguapitã	6.703	5.842	3.151	956	4.886	2.799	338	352	-	-	243
Jataizinho	5.411	3.071	3.429	559	2.512	3.144	1.839	285	6	-	107
Londrina	275.978	247.624	148.480	66.340	181.284	143.033	10.256	5.340	21	108	4.030
Lupionópolis	2.477	1.871	1.287	153	1.718	1.160	400	127	-	-	27
Miraselva	992	599	536	136	463	481	276	55	-	-	73
Pitangueiras	1.568	1.090	807	24	1.066	737	341	70	-	-	92
Porecatu	7.362	5.670	4.013	1.055	4.616	3.669	1.106	345	5	-	108
Prado Ferreira	1.734	1.195	1.381	247	947	1.107	415	271	-	4	44
Primeiro de Maio	5.044	4.271	2.630	350	3.921	2.293	496	337	-	-	86
Rancho Alegre	1.975	1.399	1.084	299	1.100	931	354	153	-	-	80
Rolândia	32.457	27.256	17.268	7.094	20.162	15.024	2.936	2.244	-	-	625
Sabáudia	3.527	2.699	1.629	326	2.373	1.420	628	208	-	-	17
Sertaneja	2.912	2.321	1.700	355	1.966	1.418	362	282	-	-	37
Sertanópolis	8.341	7.214	4.066	989	6.225	3.517	582	549	-	-	175
Tamarana	5.787	5.178	3.734	1.999	3.179	3.175	349	556	5	3	68
Uraí	5.935	4.919	3.284	849	4.070	2.716	507	567	10	-	94

Fonte: IBGE (2010).

Org.: Oliveira, F. S.

*População Economicamente Ativa

Tabela 8 - Evolução dos deslocamentos pendulares na RML entre os anos de 2000 e 2010.

	2000		2010	
	Número de deslocamentos diários	Deslocamentos em relação a PEA (%)	Número de deslocamento diários	Deslocamentos em relação a PEA (%)
Alvorada do Sul	449	10,1	1.210	24,8
Arapongas	1.543	3,5	5.384	9,3
Assaí	588	7,5	1.138	14,0
Bela Vista do Paraíso	955	12,8	2.412	30,9
Cambé	13.788	31,0	23.169	43,0
Centenário do Sul	824	15,6	2.157	38,5
Florestópolis	1.019	18,4	1.629	28,4
Guaraci	295	12,9	909	32,5
Ibiporã	4.545	21,5	7.769	32,7
Jaguapitã	279	5,2	933	13,9
Jataizinho	1.200	23,5	2.231	41,2
Londrina	7.050	3,1	19.625	7,1
Lupionópolis	478	23,4	554	22,4
Miraselva	102	9,2	404	40,8
Pitangueiras	195	14,7	504	32,1
Porecatu	652	8,9	1.558	21,2
Prado Ferreira	177	10,6	730	42,1
Primeiro de Maio	359	7,1	918	18,2
Rancho Alegre	195	9,0	586	29,7
Rolândia	2.068	8,1	5.805	17,9
Sabáudia	191	7,0	853	24,2
Sertaneja	415	13,0	681	23,4
Sertanópolis	405	5,2	1.305	15,7
Tamarana	227	5,2	972	16,8
Uraí	593	10,3	1.169	19,7
Total	38.592	11,8	84.605	25,6

Fonte: IBGE (2000, 2010).

A partir da tabela 8 é possível observar que, no ano 2010, houve um aumento expressivo dos deslocamentos pendulares na RML, seja em termos percentuais - vide figura 1 - ou numéricos - vide figura 2. Em 2010, os deslocamentos diários se ampliaram mais de 119% em relação ao ano 2000, saltando de 38,5 mil para 84,6 mil. Cambé se destaca, deslocando mais de 23 mil pessoas diariamente, aproximadamente $\frac{1}{4}$ do total metropolitano. Londrina desloca apenas 7,1% de sua PEA diariamente, mas este percentual corresponde a mais de 19 mil pessoas, mostrando como são relativos os dados, se não contextualizados. Segundo a tabela 8, em 2010, Londrina, Cambé e Ibiporã, foram responsáveis por aproximadamente 60% dos deslocamentos diários da RML.

Com relação a Londrina, é preciso considerar também que a cidade é o principal sentido dos fluxos de deslocamento diário, de modo que não é estranho o fato do seu percentual de deslocamentos ser inferior aos municípios de menor população situados nas proximidades da sede metropolitana. Não obstante, temos a diferenciação nos tipos de

deslocamento, pois Londrina tende a deslocar mão-de-obra com maior nível de qualificação - como professores, técnicos e profissionais de diferentes áreas acadêmicas - enquanto as pequenas cidades tendem a deslocar, majoritariamente, profissionais que se inserem em funções que exigem menor grau de escolaridade ou formação profissional, como mostraram as entrevistas realizadas em Jataizinho e discutiremos adiante no capítulo 3.

Já com relação as pequenas cidades, a tabela 4 mostrou que 12 municípios da RML possuem menos de 20.000 habitantes e outros 7 são ainda menos populosos, possuindo 5.000 habitantes ou menos. Desta forma, numa análise comparativa, os deslocamentos diários de Londrina são superiores a população total da maioria dos municípios da RML, assim como sua diversificação de atividades econômicas e da própria função urbana. Então, seja do ponto de vista populacional ou das atividades urbanas, as pequenas cidades não podem ser discutidas segundo os mesmos critérios que os médios e grandes centros, pois possuem dinâmicas econômica e social adversa; sendo locais, dada a diferente escala, dotados de sua própria complexidade.

Quanto a porcentagem, em 2010 a RML atinge uma taxa média de 25,6% da PEA em deslocamento diário, mais que o dobro do ano 2000 também. Segundo as tabelas 7 e 8, apenas Londrina e Arapongas não atendem ao critério de integração, mas como já discutido, isso não significa um baixo número de deslocamentos - vide figura 2. Outro fato relevante é a intensificação considerável que ocorre em alguns municípios, onde os deslocamentos diários chegam a superar 40% da PEA, como Cambé (43%), Prado Ferreira (42,1%), Jataizinho (41,2%) e Miraselva (40,8%); outros passam os 30% - Centenário do Sul (38,5%), Ibiporã (32,7%), Guaraci (32,5%), Pitangueiras (32,1%) e Bela Vista do Paraíso (30,9%); enquanto os demais possuem taxas entre 10 e 30%.

Os níveis de integração e o caráter de inserção metropolitana de cidades (da RML), devem ser analisados levando em consideração suas singularidades e particularidades, haja vista de que cada um destes municípios se caracteriza de forma heterogênea com relação a função urbana, divisão territorial do trabalho, especialização produtiva, rol de atividades econômicas, etc.

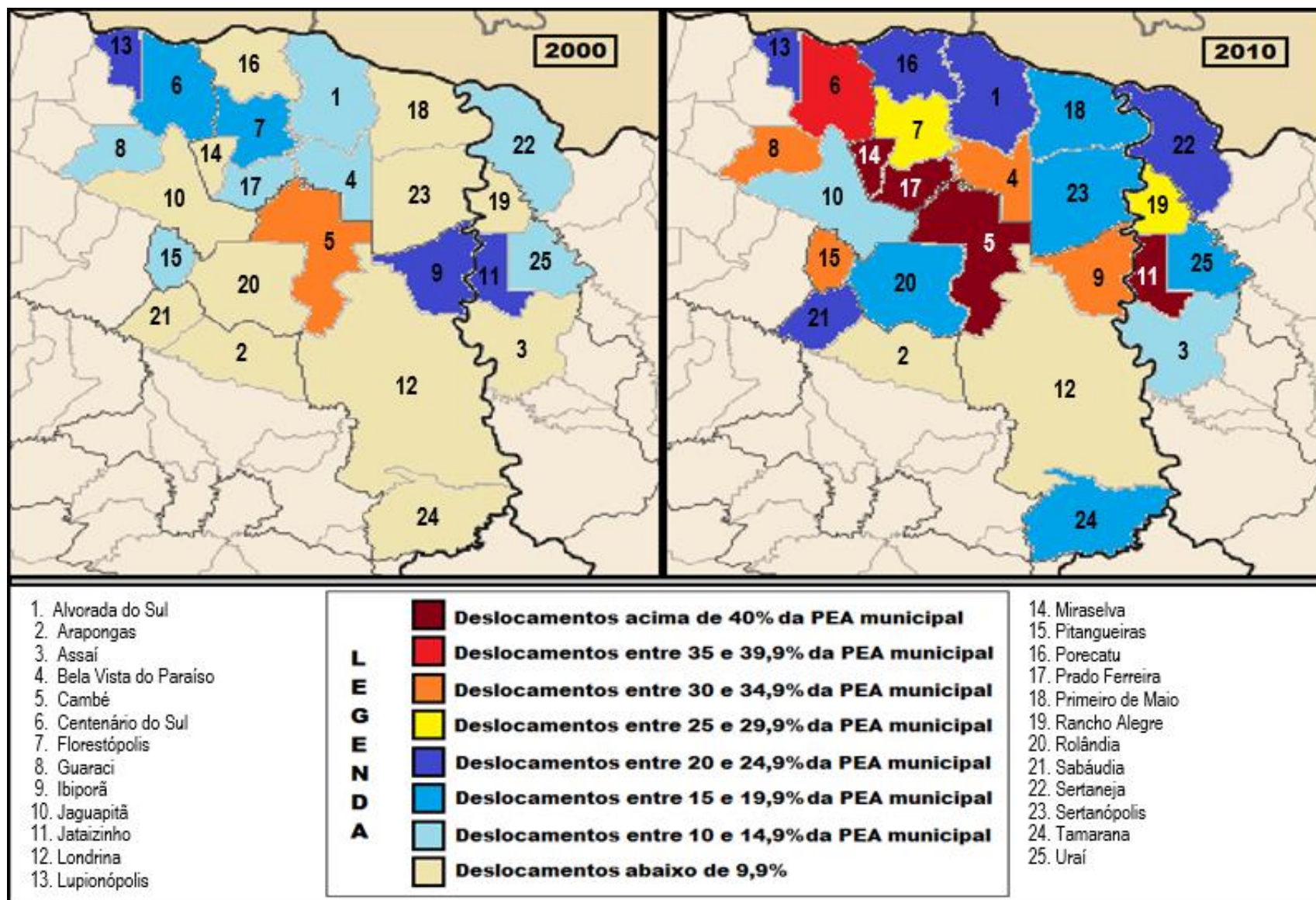


Figura 1 - Evolução no percentual de deslocamentos pendulares na RML entre 2000 e 2010.

Fonte: IBGE (2000, 2010).

Org.: OLIVEIRA, F. S.

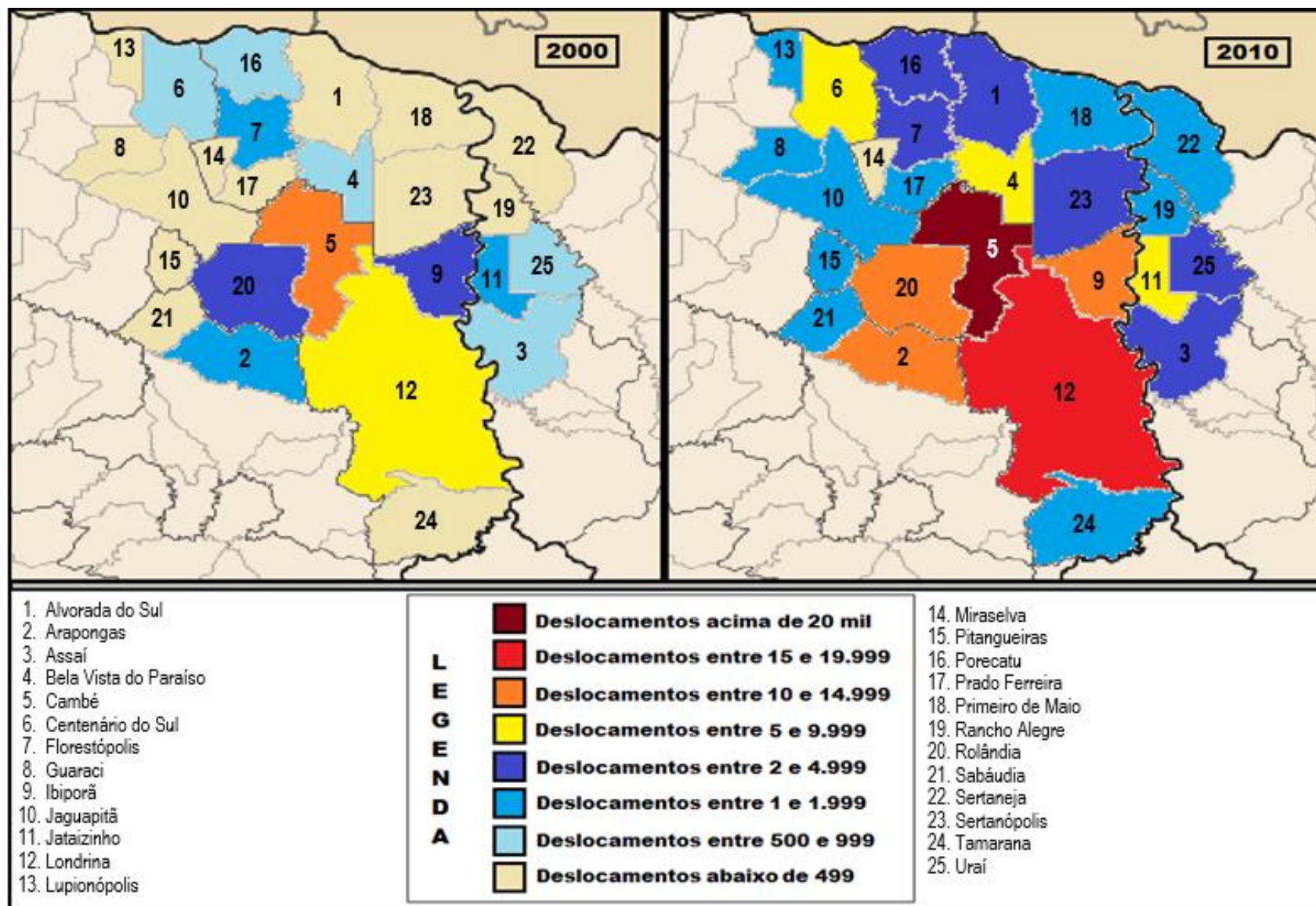


Figura 2 - Evolução no número de deslocamentos pendulares na RML entre 2000 e 2010.

Fonte: IBGE (2000, 2010).

Org.: OLIVEIRA, F. S.

Muitas vezes, o volume de pessoas que se desloca para outro município ou que é recebido por outro município é relativamente pequeno. Porém, ele pode representar uma proporção elevada do total da população que trabalha e/ou estuda, portanto, sinalizar municípios evasores, ou que não dispõem de atividades capazes de absorver sua mão de obra ou seus estudantes; ou, no caso dos receptores, não possuir mão de obra suficiente para as atividades que realiza, ou, ainda, abrigar atividade de importância regional em termos de atratividade para trabalhadores. Em síntese, não só os deslocamentos revelam manchas de municípios que se articulam espacialmente em função de atividades complementares e da disjunção moradia/trabalho ou moradia/estudo, como sugerem os diferentes papéis assumidos por eles: seja de municípios dependentes de atividades ou funções externas, municípios ‘dormitórios’, municípios com funções específicas de forte atratividade etc (CINTRA; DELGADO; MOURA, 2012, p.18).

No caso da RML podemos observar um crescente aumento na mobilidade urbana via deslocamentos pendulares, o que indica uma dinâmica de intensa circulação entre municípios próximos a sede metropolitana, principalmente os de território contíguo, como Cambé e Ibiporã. Novos municípios vêm se juntando ao eixo principal, como é o caso de Rolândia e Arapongas, que já apresentaram no Censo IBGE 2010 deslocamentos de forte intensidade. Com relação ao processo, se os deslocamentos dobram (em números e percentuais) desde o ano 2000, a dinâmica apresentada em 2010 indica que este quadro tende a se intensificar ainda mais; a exemplo de Jataizinho e Bela Vista do Paraíso, onde os deslocamentos diários evoluíram consideravelmente no período acima.

De acordo com o estudo do IBGE (2015), Londrina e Maringá posicionam-se como arranjos populacionais de integração alta e média-alta com os municípios do seu entorno [...]. Na formação dessa espacialidade, a influência das rodovias é protagonista, sobretudo como indutora do processo de conurbação, [...]. Apucarana e Arapongas, por outro lado, são considerados municípios isolados pelo IBGE, embora componham a ocupação linear [...] no entorno da BR-369 e contribuam, para além desse arranjo populacional, com importantes valores no deslocamento populacional (POLIDORO, 2016, p.146).

É preciso salientar que existem outras centralidades e convergências de fluxos que envolvem municípios não pertencentes ao ente metropolitano ou que não estão relacionados diretamente à sede metropolitana; são fluxos relacionados à subcentros, de menor escala hierárquica, que atendem as necessidades básicas ou imediatas de outros municípios mais distantes de Londrina e não dispõem determinados produtos ou serviços. Para além dos deslocamentos para trabalho e estudo, existem outros fluxos diversos, que podem estar ligados a lazer, comércio ou serviços (principalmente médicos e de saúde). Estes deslocamentos são difíceis de mensurar pois ainda não estão inseridos nos Censos IBGE.

Mas os deslocamentos não se realizam apenas para trabalho e estudo, porque envolvem a busca por outros serviços, além do consumo, que se amplia. Da

mesma maneira, a análise deve considerar aspectos como o percurso entre moradia e lugar de trabalho em termos de tempo e espaço, aspectos da vida cotidiana como frequência, duração, distância, formas de deslocamento, e acima de tudo, as motivações para os deslocamentos [...] No que tange a este último aspecto, não se trata mais de compreender a tomada de decisão como ato individual, porque incorpora família, comunidade, redes sociais, aspectos culturais, dentre outros [...] os deslocamentos articulam-se também ao movimento da economia e da sociedade: ora expansiva criando maior oferta de emprego e salário, ampliando os deslocamentos para determinados municípios seja para trabalho, consumo de bens e serviços; ora recessiva com implicações diretas nos fluxos cotidianos (FRESCA 2012, p.07 apud JARDIM, 2011; OLIVEIRA, 2011).

Além do IBGE, outra fonte que fornece dados sistematizados sobre fluxos intermunicipais, é o Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná (DER-PR). A partir dos dados de deslocamentos do DER-PR - presentes na tabela 9 - via transporte coletivo intermunicipal, pode-se notar que aproximadamente 8,1% da PEA da RML deslocava-se diariamente, através de transportes coletivos em 2011; isso corresponde a mais de 44 mil pessoas em deslocamento diário, número expressivo que reflete a dinâmica dos deslocamentos regionais.

Tabela 9 - Transporte Coletivo Intermunicipal - Anual e média diária - DER-PR - 2011.

Linha	Viagens Realizadas 2011	Passageiros transportados 2011	Média de viagens diárias*	Média de passageiros diários*
LONDRINA - CAMBE	155.845	3.731.528	649	15.548
CAMBE - IBIPORA	60.557	3.747.030	252	15.613
LONDRINA - ROLANDIA	24.101	1.122.059	100	4.675
LONDRINA - IBIPORA	22.595	607.301	94	2530
LONDRINA - JATAIZINHO	16.816	771.348	70	3.214
LONDRINA - BELA VISTA DO PARAISO	7.706	328.089	32	1.367
LONDRINA - SERTANOPOLIS	3.422	114.949	14	479
LONDRINA - TAMARANA	3.308	88.717	14	370
SERTANOPOLIS - PRIMEIRO DE MAIO	3.326	63.378	12	233
BELA VISTA DO PARAISO - PORECATU	2.190	44.901	9	187
LONDRINA - ASSAI	712	47.452	3	198
LONDRINA - SERTANEJA	730	24.079	3	100
PORECATU - LONDRINA	608	17.642	3	74
LONDRINA - URAI	336	6.062	1	25
LONDRINA - PRIMEIRO DE MAIO	122	3.107	1	13
Totais	295.666	10.577.181	1.232	44.072

Fonte: DER-PR, 2011.

Org.: OLIVEIRA, F. S.

* As médias foram calculadas pela lógica de 4 semanas/mês com 5 dias úteis/semana, totalizando 240 dias/ano.

Sobre os transportes coletivos intermunicipais na RML:

[...] as ligações via transporte metropolitano são realizadas desde o final dos anos de 1980, entre as cidades de Londrina, Cambé, Ibiporã e Jataizinho, mas, havia uma linha entre Cambé e Ibiporã, significando deslocamentos que não partiam da cidade principal. Estas ligações antecederam em uma década a criação da RML, evidenciando a condição precípua de suas instalações: número de passageiros que diariamente realizavam deslocamentos entre as cidades referidas, mas demonstra ainda que as ligações não eram unidirecionais. Havia, portanto, fluxos populacionais entre as cidades de Ibiporã e Cambé, que não partiam da cidade principal, o que é indicativo de intensa divisão social do trabalho. A implantação de outras linhas metropolitanas foi intensificada após 1998 como aquelas entre Londrina e Rolândia e Londrina e Bela Vista do Paraíso. Neste momento a implantação da linha entre Apucarana/Arapongas – Rolândia, destaca o fato da primeira não estar inclusa na RML e se articular com última, a partir da qual, os passageiros podem deslocar-se para outras cidades da RML (FRESCA, 2012, p.13).

O fato de existirem fluxos diversos, além dos polarizados por Londrina como afirma Fresca (2012), evidencia a intensificação da divisão social do trabalho, o que agrega a RML maior diversificação funcional através de relações e atividades mais complexas. Ainda cabe observar o caso de Apucarana, que não compõe a RML, porém estabelece relações diretas e indiretas com Londrina e outras cidades da RML; isso indica que a região de influência de Londrina extrapola o recorte institucional da RM, desvelando a complexidade das relações presentes entre os municípios metropolitanos, uma vez que as relações podem ser mais intensas entre Londrina e um município alheio a RML, do que alguns municípios pertencentes a RML.

Segundo a tabela 9, no ano de 2011 mais de 10 milhões de pessoas se deslocaram entre os municípios da RML, somando quase 300 mil viagens em todas as linhas de transporte coletivo. Estes números indicam uma intensa circulação de pessoas dentro da região metropolitana, mesmo sem incluir a circulação de veículos particulares. A partir da discussão sobre os deslocamentos pendulares, podemos concluir que, do ponto de vista da integração metropolitana, a RML apresenta uma dinâmica acentuada de circulação; isso indica intensa divisão social e territorial do trabalho, além de diferentes níveis de centralidade e especialização urbana.

Londrina vem se desenvolvendo em escala ascendente desde o início da sua construção territorial, quando rapidamente se consolida com capital regional na década de 1950. Com uma dinâmica econômica intensa, a priori ligada ao agronegócio, em apenas duas décadas amplia seu nível de centralidade, chegando a centro submetropolitano. Analisando o dado populacional, econômico e a dinâmica dos deslocamentos pendulares, é possível

visualizar Londrina para além de sua escala submetropolitana, e reconhece-la como aglomeração urbana de grande porte (FRESCA, 2012).

A partir dos critérios analisados, não fosse o quesito populacional, ou seja, caso tivesse mais de 800 mil habitantes, Londrina seria uma metrópole regional. Porém, de acordo com as disposições recentes do Estatuto da Metrópole, a discussão ou a importância de ser ou não uma metrópole, cai por terra do ponto de vista legal/institucional; já que a área de influência de uma capital regional pode pleitear, de acordo com os critérios legais, o *status* de região metropolitana. Contudo, mesmo do ponto de vista conceitual, devemos considerar que em 2010 tanto Londrina, como os demais municípios da RML, atenderam aos critérios pela predominância de atividades urbanas, deslocamentos diários para trabalho e estudo, e parcialmente a densidade demográfica. Isso significa, que a RML não carecia da adequação legal presente no Estatuto da Metrópole para ser considerada uma RM de fato, seja legal ou conceitualmente.

Assim, mesmo que a maioria das novas RMs corresponda a um processo desconexo ou em descompasso (FIRKOWSKY, 2012; CUNHA, 2014) com a metropolização propriamente dita, a RML corresponde de fato a um processo de integração e desenvolvimento regional com fortes características metropolitanas, cuja dinâmica já era verificada nos primeiros estudos metropolitanos nacionais, realizados ainda durante a primeira fase do processo de metropolização brasileiro. Vimos que se estabelecem relações e atividades complexas na RML, evidenciando o avançado nível de desenvolvimento e integração regional (IBGE, 2015; POLIDORO, 2016). Londrina apresenta elevado nível de desenvolvimento econômico e social, além de intensa articulação com outras cidades do Norte paranaense, do interior e com a capital paulista, e das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Por estes motivos, Londrina e sua RM se destacam no quadro metropolitano nacional, mesmo estando situada no interior à relativa distância das grandes capitais nacionais.

3. DIFERENTES INSERÇÕES DE PEQUENAS CIDADES NA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA

Embora haja muitos estudos sobre regiões metropolitanas e pequenas cidades, poucos são aqueles que analisam pequenas cidades de regiões metropolitanas. Estudos sobre pequenas cidades, inclusive da própria Região Metropolitana de Londrina, têm discutido as alterações em suas atividades urbanas, principalmente através da especialização funcional ligada ao setor industrial e aos serviços.

Moreira Junior (2014), trabalha com pequenas cidades na Região Metropolitana de Campinas (RMC); no caso, definidas a partir do tamanho demográfico, ou seja, são consideradas pequenas as cidades com população inferior a 50 mil habitantes. O autor busca “[...] identificar as características e interações particulares nas configurações inter e intra-urbana associadas à dinâmica demográfica, econômica e de produção do espaço das cidades pequenas” (MOREIRA JUNIOR, 2014, p.271). Apesar de identificar relações similares entre pequenas cidades de áreas metropolitanas e não metropolitanas, o autor aponta que o processo de metropolização imprime certas particularidades nas pequenas cidades. Neste sentido, o estudo converge para o fato de que as pequenas cidades de RMs e suas particularidades estão atreladas ao quadro regional específico no qual estas se inserem.

Com relação a RMC, Moreira Junior (2014) constata a tendência de queda no ritmo de crescimento de várias cidades em período recente. Mas, identificou pequenas cidades onde o desenvolvimento de determinadas atividades urbanas e agrárias dinamizou a economia local, resultando também num maior crescimento demográfico relativo. Trata-se das cidades de Paulínia (polo petroquímico), Engenheiro Coelho (agronegócio) e Holambra (turismo e agronegócio). Atribui-se uma parcela do desenvolvimento dessas pequenas cidades ao fato de integrarem a RMC, bem como à sua localização num eixo rodoviário bastante importante, no caso da capital paulista. Nos casos de Engenheiro Coelho e Holambra, em relação ao crescimento demográfico, o autor salienta que, embora estas cidades apresentem uma taxa de crescimento demográfico superior aos verificados para Campinas e São Paulo, devido ao seu baixo contingente populacional este percentual não representa um grande número de pessoas, servindo mais como indicativo de desenvolvimento.

No capítulo anterior do presente trabalho, evidenciou-se o predomínio de pequenas cidades na RML, além de uma complexa dinâmica que apresenta similaridades à metropolitana. Isso se deve a transformações ocorridas no contexto do processo de industrialização e do próprio desenvolvimento capitalista (BRAGUETO e CUNHA, 2002;

BRAGUETTO, 2007; FRESCA, 2010; FRESCA; VEIGA, 2011). Estas transformações estão relacionadas a diversos fatores: em caráter regional, dizem respeito a modernização e a mecanização do campo ocorridas após 1970; expansão da industrialização, expansão das atividades agrárias para a exportação e consumo alimentar interno; expansão das atividades comerciais e prestadoras de serviços que atendem demandas da população e da produção, dentre outros.

No entanto, estas transformações não ocorrem de forma homogênea no território, pois estes processos ocorrem em diferentes momentos e de acordo com as particularidades de cada região:

[...] estas transformações vão ocorrer de formas distintas no tempo e no espaço. Logo, as tendências gerais do processo de desenvolvimento capitalista vão se manifestar de formas diferentes em cada território, em função de como e quando este território se integra ao espaço nacional (e/ou internacional) ao longo das sucessivas divisões do trabalho. Assim sendo, as diversas particularidades, nas quais as tendências gerais se manifestam, também vão exercer papel importante na divisão territorial do trabalho (BRAGUETTO; CUNHA, 2002, p.31).

No quadro urbano brasileiro, conforme se realizam transformações gerais, o processo de urbanização imprime uma tendência à complexificação nos diferentes escalões urbanos, como observa Santos (1993):

Aumenta o número de cidades locais e sua força, assim como os centros regionais, ao passo que as metrópoles regionais tendem a crescer mais que as próprias metrópoles do Sudeste [...] regiões metropolitanas passaram a constituir áreas onde se diversificam e se avolumam as relações interurbanas, com o aumento da divisão do trabalho que conduz ao apressamento e aprofundamento de uma série de processos econômicos e sociais (SANTOS, 1993, p.121).

O aumento de cidades locais não é apenas quantitativo, mas qualitativo também, pois a complexificação do conteúdo urbano amplia a diferenciação entre os centros urbanos de menor escalão. No caso da RML, estas transformações vão se manifestar efetivamente a partir dos anos de 1990, quando, além de Londrina, alguns centros locais passam a desenvolver novas atividades econômicas e funções urbanas. Para Fresca (2005, p.5555), a

[...] rede norte-paranaense atual [...] passou por uma complexificação, vinculada a intensificação dos processos de produção, circulação, distribuição e consumo. Na medida que processos gerais foram incidindo na rede urbana, emergiu uma heterogeneidade que antes não estava presente e onde o que mais se ressalta é a continuidade da diferenciação e redefinição dos lugares.

A heterogeneidade observada por Fresca (2005), também pode ser evidenciada na RML através de outros estudos sobre pequenas cidades. A partir destes estudos é possível entender como algumas dessas pequenas cidades desenvolveram outras potencialidades e como novas atividades econômicas levam a diferentes inserções na divisão territorial do trabalho.

Para cada uma destas produções instauradas diante da complexificação da divisão territorial do trabalho, relações econômico-sociais específicas foram desenvolvidas, como a inserção de áreas em nexos econômicos estabelecidos em escala internacional mediante comercialização de commodities, quer seja por uma estrutura cooperativa, por escritórios de transnacionais ou mesmo por agroindustriais de capital nacional (FRESCA, 2005, p.5555).

Segundo Santos (1993), há uma diferenciação composta por espaços agrícolas e espaços urbanos. Nas áreas onde predominam atividades urbanas, as áreas rurais passam a se adaptar as demandas urbanas; de maneira inversa, nas áreas onde há predomínio de atividades agrárias, as áreas urbanas passam a se adaptar as demandas rurais. Contudo, as atividades agrárias passam, necessariamente, pelo controle emanado da cidade, que “[...] torna-se o locus da regulação do que se faz no campo. É ela que assegura a cooperação imposta pela nova divisão do trabalho agrícola [...]” (SANTOS, 1993, p.52). Neste contexto as pequenas cidades adquirem maior importância, pois através delas que se realiza uma articulação entre o rural e o urbano de modo mais direto (CORRÊA, 2011).

Diante da enorme diversidade regional existente no Brasil, Corrêa (2011) propõe diferentes tipologias para definir as pequenas cidades. Neste esforço, são elencados cinco “tipos ideais”: a) lugares centrais; b) centros especializados; c) reservatórios de força-de-trabalho; d) centros que vivem de recursos externos; e) subúrbios-dormitório. Observa ainda que, em muitos casos, estes tipos podem se apresentar de maneira combinada, porém, com algumas características menos acentuadas em razão da própria limitação funcional da pequena cidade.

Os lugares centrais, menor escalão urbano, correspondem a centros locais e em alguns casos menos frequentes, a centros de zona (CORRÊA, 2011). São locais cuja origem estava ligada às atividades agrárias e após a modernização e mecanização do campo, desenvolveram novas atividades econômicas, sejam elas vinculadas ao agronegócio ou a determinada especialização produtiva industrial. Existem ainda, os casos de centros urbanos que ficaram à margem destes processos e não tiveram outras potencialidades desenvolvidas, permanecendo como possibilidade para o desenvolvimento de novos processos e funções.

Com o avanço do capitalismo e sua realização diferenciada no território nacional, incorpora-se a lógica da produção industrial às atividades agrárias, que passam a constituir um sistema amplo e complexo de produção, circulação, distribuição e consumo. Isso não significa, no entanto, que todos os lugares serão incluídos neste processo, pois a seletividade do capital e as diferenciações regionais resultam em realidades locais distintas e muito diversificadas. Em regiões de fraco desempenho econômico, por exemplo, são comuns os locais onde a modernização agrícola ainda não está completa ou é restrita a determinado segmento e seus agentes; ou simplesmente não se faz presente (SANTOS, 1993). Por outro lado, nas regiões mais dinâmicas da economia nacional onde há maior densidade técnico-científica, a modernização agrícola tende a ser mais completa.

Um dos principais expoentes da articulação entre o rural e o urbano, bem como da inserção do modo de produção capitalista no campo, é como se realiza atualmente o agronegócio. Segundo Capitani *et al* (2011), o conceito de agronegócio se explica uma estrutura complexa de atividades rurais e urbanas ligadas a produção agrícola, que pode ser entendida a partir de três etapas: a primeira compreende atividades que antecedem a produção agrícola (financiamento da produção, compra de insumos e implementos agrícolas, dentre outros); a segunda etapa envolve a produção rural propriamente dita (preparação de solo, plantio e colheita, dentre outros); a terceira etapa diz respeito a atuação dos setores ligados a recepção e comercialização da produção para diversos fins (mercado varejista ou atacadista, matéria-prima para a indústria, exportação, etc.).

O setor agropecuário está integrado aos demais setores econômicos de diferentes maneiras, envolvendo a atuação do Estado, de instituições financeiras, empresas de agronegócio, produtores agropecuários, intermediários comerciais ou agroindústrias, mercado consumidor final, dentre outros. Se desdobrando em etapas, o agronegócio se realiza em diferentes setores e atividades; por isso, é a totalidade destas etapas e das complexas cadeias produtivas que definem o agronegócio enquanto conceito (CAPITANI *et al*, 2011).

As transformações apontadas até aqui foram significativas para os municípios da RML, culminando em diferentes processos e resultados:

O processo geral de modernização da agricultura brasileira ao atingir a rede provocou uma diversidade produtiva, tendo como uma de suas expressões, a implantação de complexos agroindustriais submetidos à lógica da produção e reprodução do capital industrial. Internamente à rede, áreas foram incorporadas à produção de soja-trigo, à pecuária, à produção sucroalcooleira e outras tantas produções de menores representatividade de área ocupada e valor gerado, enquanto outras ficaram à margem deste processo.

Estas áreas estão à espera do momento em que suas potencialidades sejam valorizadas pela incidência de outro conjunto de processos, que gerarão outras singularidades. É o que recentemente vem ocorrendo na porção noroeste da rede urbana em estudo, antes ocupadas por pastagens e agora tornando-se área produtora de soja (FRESCA, 2005, p.5555).

Cidades da RML como Alvorada do Sul, Bela Vista do Paraíso, Primeiro de Maio, dentre outras, exercem atividades urbanas ligadas ao agronegócio da soja, trigo e milho. Nesses municípios há uma participação mais expressiva da agropecuária no PIB, conforme mostra a tabela 10. Em Primeiro de Maio a agropecuária representa aproximadamente 35% do PIB municipal; em Alvorada do Sul 34%, enquanto Sertanópolis e Bela Vista do Paraíso, respectivamente 19% e 18% do PIB são oriundos da agropecuária. Nas cidades destes municípios, uma parcela significativa dos setores terciário e secundário, também está relacionada direta ou indiretamente às atividades agrícolas presentes, seja no financiamento da produção por entidades financeiras ou por cooperativas agrárias e de crédito; comércio de insumos e equipamentos; prestação de serviços técnicos (agrônomos, veterinários, etc); beneficiamento e transformação da produção agropecuária ou outras atividades complementares, atualmente indispensáveis para os agronegócios.

Tabela 10 - PIB da RML por setores econômicos segundo o IBGE, 2013.

	Administração, Saúde e Educação públicas e Seguridade Social	Agropecuária	Indústria	Serviços
Alvorada do Sul	36.479	61.908	9.851	70.551
Arapongas	340.705	154.466	1.461.803	1.460.275
Assai	55.845	93.413	77.048	131.047
Bela Vista do Paraíso	47.230	54.980	20.192	180.051
Cambe	313.679	147.116	640.611	1.470.362
Centenário do Sul	33.823	46.322	9.728	51.369
Florestópolis	36.158	38.283	32.653	52.264
Guaraci	20.205	30.967	7.197	19.469
Ibiporã	172.052	64.387	306.452	1.135.450
Jaguapitã	47.325	64.160	168.109	164.250
Jataizinho	38.999	26.854	19.980	60.752
Londrina	1.767.324	275.092	2.684.764	8.893.145
Lupionópolis	18.595	14.492	6.752	27.674
Miraselva	10.202	8.702	1.373	7.081
Pitangueiras	13.067	31.674	5.637	13.052
Porecatu	46.461	25.202	21.581	103.456
Prado Ferreira	13.762	20.283	21.914	23.530
Primeiro de Maio	36.951	77.361	12.374	88.540
Rancho Alegre	14.020	44.414	6.512	18.348
Rolândia	187.171	125.159	672.394	779.934
Sabáudia	22.846	44.121	101.238	111.940
Sertaneja	22.118	105.334	15.696	86.335

Sertanópolis	55.447	88.117	118.102	202.522
Tamarana	42.295	84.073	30.976	66.294
Uraí	37.327	50.342	17.677	69.406
TOTAL	3.430.086	1.777.222	6.470.614	15.287.097

Fonte: IBGE, 2016b.
Org.: Oliveira, F. S. (2017).

Com relação à Alvorada do Sul, Dias (2014) a caracteriza como cidade voltada para o agronegócio, com a presença também de atividades relacionadas ao turismo e lazer em razão da proximidade do Rio Paranapanema. Dias (2014) observa que inúmeras empresas se desenvolveram prestando serviços para estas atividades, principalmente no tange a produção de soja. Não por acaso, as atividades primárias e terciárias se destacam significativamente na composição do PIB municipal. Com relação as atividades terciárias, o autor destaca ainda, a atuação de cooperativas e empresas privadas por meio de filiais - Belagrícola²⁵ e Cocamar²⁶ - além de outras empresas locais, como a Unicampo, que dão suporte aos produtores do plantio até a colheita; prestando serviços como o monitoramento da lavoura, venda e aplicação de insumos, estocagem e comercialização da produção, etc.

Insumos, equipamentos e assistência técnica, de grande demanda por parte do mundo agrário, são oferecidos por empresas locais, fortemente articuladas às grandes empresas nacionais ou de ação global. Bens e serviços para a população agrícola e do próprio lugar central são também oferecidos [...] Trata-se, conforme sugerido por Milton Santos, da “cidade do campo”, lugar central de uma hinterlândia agrária moderna, capitalista. Este lugar central deve ser considerado como parte integrante do Complexo Agro-Industrial, reflexo, meio e condição deste quadro geográfico (CORRÊA, 2011, p.11).

As pequenas cidades vinculadas à produção agrária moderna e ao agronegócio, são consideradas por Santos (1993) “cidades do campo”, entendidas como cidades onde as atividades agropecuárias definem as dinâmicas econômica e social. O controle da produção agrícola e das demais atividades complementares, exige da pequena cidade “[...] se afeiçoar as exigências do campo, respondendo às suas demandas cada vez mais prementes [...] tudo isso faz com que a cidade local deixe de ser a cidade no campo e se transforme na cidade do campo” (SANTOS, 1993, p.52).

²⁵ Empresa de agronegócio com sede em Londrina que atua campo como provedora de soluções (preparo de solo e plantio; monitoramento da lavoura; fornecimento e aplicação de insumos; colheita, armazenagem e comercialização de safra). Atualmente a área de atuação abrange a Região Norte do Paraná e Sudoeste do estado de São Paulo (BELAGRÍCOLA, 2016).

²⁶ Cooperativa Agroindustrial com sede em Maringá. Ligada a produção de soja, milho, trigo, café e laranja, tem atuação no agronegócio bastante similar à da Bela Agrícola e de outras empresas do ramo. A empresa está presente no Norte e Noroeste do Paraná, Oeste paulista e Sudoeste do Mato Grosso do Sul (COCAMAR, 2016).

É preciso considerar ainda que a modernização do campo não resulta necessariamente em desenvolvimento local. Algumas pequenas cidades acabam se transformando em “reservatórios de força de trabalho” (CORRÊA, 2011). São pequenas cidades que se caracterizam como:

[...] locais de concentração de ‘peões’, como áreas integradas ao complexo agroindustrial como, por exemplo, o Oeste paulista. A concentração da propriedade da terra é característica fundamental [...]. Constituem pobres e tristes núcleos de povoamento, mais agrários do que urbanos, locais de existência e reprodução de uma força-de-trabalho expulsa do campo seja porque este foi submetido à industrialização, seja porque tornou-se decadente ou estagnado. As relações entre o urbano e o rural se fazem também por serem esses núcleos focos de atividade política em torno das condições de trabalho no campo (CORRÊA, 2011, p.11).

Características similares as colocadas por Correa (2011) podem ser verificadas em Florestópolis, discutido por Broietti (1999) e Guaraci, discutido por Souza (2008). Estas pequenas cidades estão vinculadas ao agronegócio da cana-de-açúcar e aos efeitos econômicos e sociais desse tipo de produção.

Em Florestópolis a produção de cana-de-açúcar absorve grande parcela da força de trabalho local, definindo a dinâmica econômica e social do município (BROIETTI, 1999). Neste contexto, se destacam os boias-frias, trabalhadores rurais assalariados que residem na cidade e realizam suas atividades no campo. Casos como o de Florestópolis corroboram com as observações de Corrêa (2011), quando o autor justifica a estagnação econômica e social por fatores como a concentração de terras e o uso do solo:

Outro problema encontrado para uma melhora sócio-econômica significativa dos bóias-frias foi, sem dúvida alguma, o reordenamento na forma do uso do solo e, posteriormente, de exploração da área agrícola em estudo, gerando uma territorialização monopolista. [...]. Tal processo não acontece isoladamente, trata-se de múltiplas determinações articuladas, onde a construção de agroindústrias, neste caso, pautadas na monocultura da cana, tem no seu eixo central dois aspectos: o rearranjo das relações de produção e o desenvolvimento das forças produtivas. No primeiro caso, as empresas se modernizam, visando aumentar sua produtividade e alterar a forma de arregimentação dos trabalhadores. Com isso, o intermediário perde força e o bóia-fria se vê enfraquecido para negociar com a empresa capitalista. No segundo, as forças produtivas se desenvolvem através do processo concentracionista da estrutura fundiária, bem como de uma forma mais eficaz de obtenção da mais-valia dos trabalhadores (BROIETTI, 1999, p.149).

O estudo de Souza (2008) sobre Guaraci mostra outra pequena cidade da RML ligada ao setor sucro-alcooleiro. Guaraci apresenta situação análoga à problemática exposta por Broietti (1999). Nesses municípios, a dinâmica econômica não apresenta outra perspectiva

além do trabalho no campo. Outro fato relevante é a dependência que estas cidades têm em relação a outros centros próximos para estudo, obtenção de bens e serviços, além daqueles indispensáveis à sobrevivência.

Por outro lado, a modernização do campo e o próprio desenvolvimento capitalista permitem que alguns centros locais desenvolvam ou expandam atividades industriais, alcançando inclusive especialização produtiva em diferentes ramos, como observa Fresca (2005) sobre pequenas cidades no Norte do Paraná:

Do ponto de vista da produção propriamente dita, outras emergiram ou foram ampliadas para cidades da rede urbana, como a produção industrial. Se em momentos anteriores as cidades da rede caracterizavam-se por uma restrita produção industrial vinculada a sua participação na divisão do trabalho, basicamente como localidades centrais, no final do século XX ocorreu um aumento desta produção, gerando inclusive cidades com especialização em dadas produções industriais [...] Simultaneamente a uma outra densidade produtiva instaurada na rede urbana, ocorreu ainda a melhoria geral da circulação, enquanto etapa necessária entre produção, distribuição e consumo. As estruturas para a circulação, passaram por avanços permitindo maior fluidez e flexibilidade à circulação de pessoas, mercadorias, capital, idéias, valores [...]. Com estes elementos, observa-se que houve uma substancial mudança no papel e nas funções da rede urbana (FRESCA, 2005, p.5556).

As cidades de Assaí e Jaguapitã, além de estarem ligadas particularmente ao agronegócio de soja e frango, são centros especializados em produção industrial. Assaí tem destaque no setor metalúrgico e mecânico e em Jaguapitã a fabricação de mesas de bilhar (VEIGA, 2007; ALMEIDA, 2011). Ao desenvolver um tipo de atividade econômica específica, a pequena cidade adquire singularidades relacionadas a esta especialização funcional.

Dentre as pequenas cidades da RML, vide tabela 10, Jaguapitã é a que apresenta o maior valor gerado pelas atividades industriais. Isso se deve, principalmente, a dois ramos de atividades específicos: a produção especializada no ramo de mesas de bilhar, que vem se desenvolvendo desde o final da década de 1960 e início dos anos 1970 (VEIGA, 2007), e a agroindústria avícola implantada após os anos de 1990 (VEIGA e ALIEVI, 2012). Este exemplo é significativo do ponto de vista da alteração funcional das pequenas cidades frente a modernização do campo, pois, a produção de mesas de bilhar foi introduzida em Jaguapitã no contexto das transformações que ocorriam no setor agrário do Norte paranaense. Neste sentido, houve a transferência de capitais e força de trabalho para outro setor inexistente no local (VEIGA, 2007).

Jaguapitã é um dos casos apontados por Corrêa (2011), onde a pequena cidade pode combinar diferentes tipologias urbanas. Além da especialização produtiva, Jaguapitã possui ainda um segundo ramo representativo, a agroindústria avícola (VEIGA; ALIEVI, 2012). Existem desde a década de 1990, duas agroindústrias avícolas no município, a Jaguafrangos e a Avebom. Esta última, recentemente adquirida pelo grupo JBS (dono da marca Friboi) (PORTAL JAGUAPITÃ, 2016), foi fruto do reinvestimento dos lucros das mesas de bilhar. Ao ser incorporada pela JBS, a Avebom insere Jaguapitã numa rede produtiva de escala nacional, permitindo ao município relações econômicas em outra escala. Estas empresas movimentam toda uma estrutura produtiva local, incluindo pequenos e médios produtores, além dos empregos diretos e indiretos que são gerados.

No caso de Assaí, o trabalho de Almeida (2011) mostra como a cidade se especializou nos setores industrial metalúrgico e mecânico. Segundo Brasil (2014), o setor industrial de Assaí ocupava mais de 1.200 trabalhadores, aproximadamente 24% da PEA local; com relação a participação da indústria na economia, segundo a tabela 10, o setor foi responsável por 21% do PIB municipal em 2013.

Assaí vem gestando uma especialização produtiva que vem influenciando e intensificando sua vida socioeconômica e espacial. Tal especialização industrial instalada na cidade teve sua gênese em investimentos locais de uma pequena empresa, a Tornotécnica Jumbo, fundada no auge do ciclo do algodão no município, oferecendo pequenos serviços de manutenção e torno para equipamentos utilizados nessa cultura. A partir de reinvestimentos do lucro obtido na própria empresa associado à visão de mercado de seus administradores, a mesma foi se aprimorando, expandindo serviços e área de atuação, já se apresentando como uma empresa de alcance estadual na década de 1990 (ALMEIDA, 2011, p.9).

Ao ampliarem a produção industrial, estes centros passaram a ter maior geração de empregos e aumento da arrecadação de impostos. Mesmo não participando do controle do mercado e estando sujeito a ele, os centros especializados são representativos para a produção regional e nacional (FRESCA; VEIGA, 2011). Ainda com relação a Assaí, Almeida (2011) aponta os reflexos da transferência de uma empresa multinacional do setor metalúrgico para Londrina no final dos anos 1990. A Atlas Schindler produz elevadores, escadas e esteiras rolantes; antes localizada em São Paulo, ao se transferir para Londrina e atuar na RML, a empresa passa a estabelecer relações com a Jumbo de Assaí, que se torna um de seus principais fornecedores.

Isso foi representativo para o setor metalúrgico de Assaí, pois segundo Almeida (2011), das seis unidades industriais que atuavam no ramo em 2010, cinco prestavam serviço

a Atlas Schindler. Segundo o IBGE (2000), gerando 16,5 milhões no ano 2000, o setor industrial representava 19,8% do PIB municipal; em 2010 essa participação havia aumentado para 26%, quando o valor gerado no PIB atingiu cerca de 69 milhões (IBGE, 2010). Na tabela 10, observa-se que o valor gerado pelas atividades agrárias em Assaí também é expressivo em função da presença do agronegócio relacionado a soja e o milho.

Além destas pequenas cidades que desenvolveram novas atividades econômicas e funções urbanas, existem as que ainda estão à margem destes processos. São cidades em situação de fraco desempenho econômico, onde existe um grande déficit na oferta de empregos e limitado leque de atividades econômicas. Para Corrêa (2011), estas cidades podem ser de dois tipos²⁷: “subúrbios-dormitório”, cujas características discutiremos mais adiante, e “centros que vivem de recursos externos”, que:

[...] constituem [...] antigos e decadentes lugares centrais localizados em áreas agrícolas decadentes ou estagnadas, nas quais o processo migratório é notável. Com hinterlândias esvaziadas econômica e demograficamente e sem condições de desenvolver atividades especializadas, esses centros vivem de recursos externos, a saber: minguadas sobras de recursos monetários enviados aos familiares por aqueles que emigraram, aposentadorias e pensões pagas pelo funrural e recursos do governo federal por intermédio do Fundo de Participação que é distribuído a todos os municípios [...]. As relações com o campo estão longe de lembrar o que fora no passado. A região Nordeste, tanto na Zona da Mata, no Agreste como no Sertão, constituem as áreas onde este tipo ocorre de forma majoritária (CORRÊA, 2011, p.11).

Pequenas cidades como essas podem estar em distintas regiões brasileiras. A partir da tabela 10, pode-se identificar algumas cidades na RML com fraco desempenho econômico e pequena população (até 5 mil habitantes), que estão também mais distantes de Londrina, como Lupionópolis (102,7 Km), Miraselva (69,6 Km), Prado Ferreira (59 Km), Pitangueiras (61,5 Km), Rancho Alegre (50,3 Km), dentre outras. Ainda não foram realizados estudos sobre essas cidades, mas de acordo com o IBGE (2016b), os recursos federais e estaduais representam, em média, mais de 30% do PIB municipal. São cidades que não contam com atividades que dinamizam a economia local, onde os recursos federais e estaduais são imprescindíveis para manter os serviços básicos e a maioria dos empregos se concentra na administração pública (BRASIL, 2014).

A discussão realizada até aqui permite verificar como as pequenas cidades da RML, têm sido alteradas através da expansão de determinadas atividades econômicas, na esteira dos

²⁷ É importante remeter ao fato de que as características dos tipos “ideais” referenciados por Corrêa (2011) podem estar presentes conjuntamente em uma mesma cidade, ainda que em diferentes níveis.

processos gerais e transformações ocorridas no Brasil e no Norte do Paraná. Neste contexto, em razão dos interesses e da seletividade do capital, alguns centros urbanos são preteridos em detrimento a outros. Assim, alguns centros se tornam mais dinâmicos do ponto de vista econômico e social, diversificando suas atividades urbanas, enquanto outros apresentam fraco desempenho econômico, pouca diversificação de atividades e limitado mercado de trabalho.

Mas, se observa que as pequenas cidades da Região Metropolitana de Londrina apresentam diferentes inserções econômicas e sociais no contexto regional, seja através do agronegócio e/ou especialização produtiva industrial, assim como existem centros que apresentam economia menos dinâmica. Contudo, verificam-se fluxos e relações estabelecidos entre municípios da RML e para além deles, indicando que se trata de uma região onde há intensa divisão territorial do trabalho.

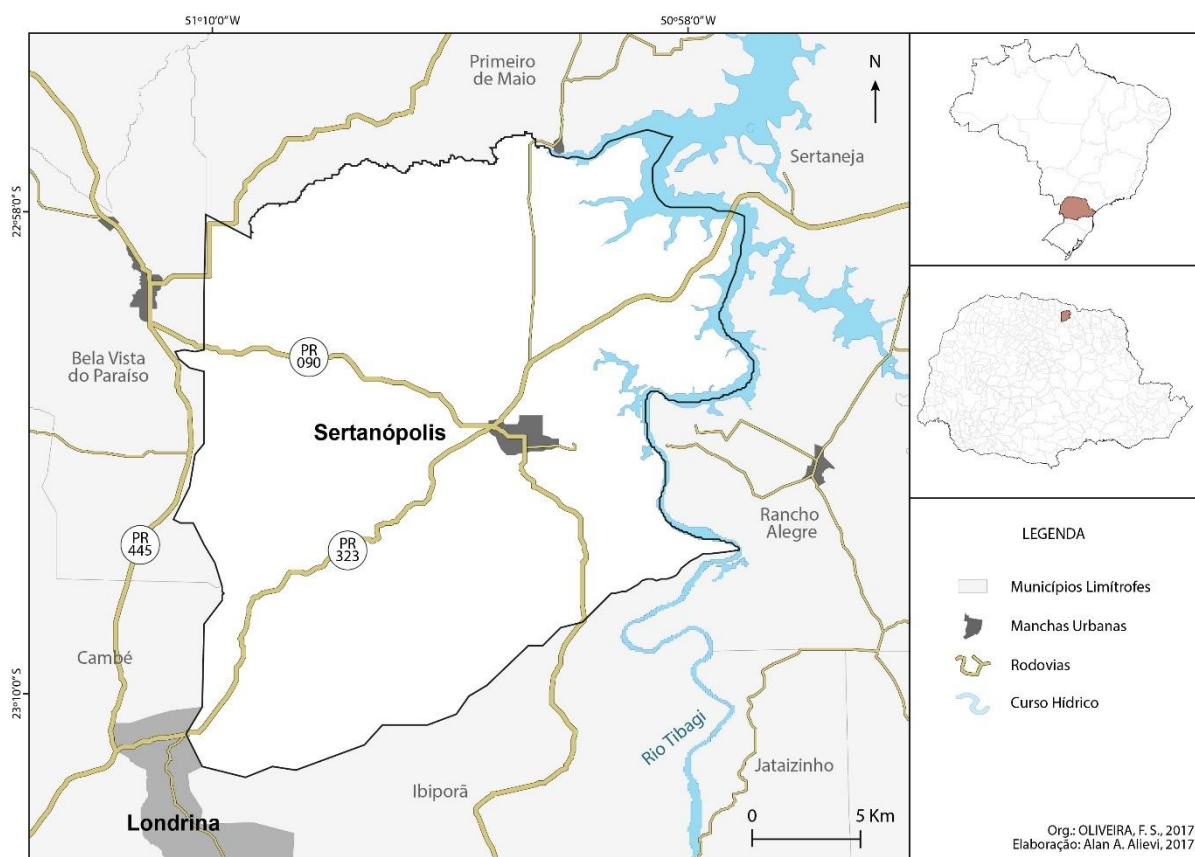
Apesar de estarem inseridas na mesma formação socioespacial (FRESCA, 2004), atualmente as pequenas cidades da RML constituem quadros urbanos diversificados. Os estudos sobre pequenas cidades da RML apontam que algumas delas constituem centros com dinâmica econômica própria, não tendo seu desenvolvimento necessariamente vinculado a centralidade de Londrina (FRESCA, 2014). Este fato nos permite evidenciar outras centralidades importantes para além da sede metropolitana, as quais não se restringem apenas às cidades com maior população como Arapongas, Cambé, Rolândia e Iporã; mas envolvem também pequenas cidades, como as citadas anteriormente. Sendo o escalão majoritário dentre as cidades da RML, as pequenas cidades são responsáveis também por grande parte dos fluxos e relações nela estabelecidas, ou seja, contribuem diretamente com o desenvolvimento econômico regional, participando ativamente da divisão territorial do trabalho.

3.1. Sertanópolis: Uma Cidade do Agronegócio

A cidade de Sertanópolis teve o início do seu povoamento a partir 1918, mediante concessão pelo governo do Estado ao coronel Leopoldo de Paula Vieira, proprietário da Companhia Colonizadora Tibagi de 50 mil hectares. O loteamento rural realizado pela empresa resultou em divisão das terras em pequenas e médias propriedades (PELLEGRINI, 2014). A ocupação efetiva do território foi realizada, majoritariamente, por famílias de imigrantes (portugueses, italianos e espanhóis) de segunda ou terceira geração, oriundas do Estado de São Paulo²⁸.

²⁸ A ocupação do Norte do Paraná conta com vasta bibliografia tais como CTNP (1975), Fresca (2004), Fresca; Carvalho (2007), dentre outras.

O mapa 3 mostra a localização do município, podendo verificar que está ao norte de Londrina e tem o Rio Tibagi como um dos divisores municipais em sua porção leste.



Mapa 3 - Sertanópolis, localização - 2017

O município foi formalmente criado em 1929 por decreto estadual, quando Sertanópolis possuía 500 habitantes, contando com 5 casas comerciais, duas hospedarias, farmácia, distritos policial e judicial, além de uma máquina de beneficiar arroz. A crise de 1929 e a revolução nacional de 1930, junto a outros fatores como geadas, longos períodos chuvosos e a dificuldade de acesso à região, culminaram no retrocesso de Sertanópolis à categoria de distrito em 1932; a condição de município foi retomada somente em 1934.

Entre a década de 1940 e meados de 1950, Sertanópolis apresentou uma importante expansão urbana e rural. Das 50 moradias existentes no final dos anos 1920, em 1955 a cidade contava com 900 construções urbanas e uma população total de aproximadamente 35 mil habitantes e mais de 2 mil proprietários rurais já haviam se instalado (PELLEGRINI, 2014), cultivando café, gêneros alimentícios e matérias primas. Quanto a cidade e suas atividades urbanas, contava com:

[...] duas fábricas de guaraná [...] dois cinemas!, uma destilaria de cana [...] quase 200 casas de comércio, três máquinas de café, um laticínio, três agências bancárias, dez olarias!, um ginásio estadual, um grupo escolar e

uma Escola Normal [...] Tinha até o Aero clube com dois aviões de treinamento [...] hospital, posto de saúde, sete farmácias, cinco dentistas e até banda de música [...] alimentando tudo isso com “emprego e renda” como se diz hoje, tinha 100 milhões de pés de café! (PELLEGRINI, 2014, p.08).

A cultura cafeeira foi fundamental para o desenvolvimento de todo o Norte paranaense, sendo representativo na formação econômica e socioespacial da região e respectiva rede urbana:

[...] naquele momento - os anos 1950 e 1960 - [...] a inserção da rede na divisão territorial do trabalho apresentava relativa fraca heterogeneidade produtiva, caracterizada fundamentalmente pela produção agrícola destinada ao mercado externo - com café, produto pelo qual ocorria a inserção na divisão internacional do trabalho - e ao mercado interno nacional com gêneros alimentícios e matérias-primas ao setor industrial, concentrado sobretudo em São Paulo. Com tal inserção, as cidades apresentavam-se como localidades centrais cuja essência era a distribuição de bens e serviços - correlacionada a produção, circulação, consumo - além daquelas funções vinculadas à produção propriamente dita como a coleta, transformação, comercialização e transporte. Do desempenho destas funções emergia uma diferenciação hierárquica entre as cidades muito mais pautada na quantidade do que na qualidade das funções desempenhadas (FRESCA, 2005, p.5555).

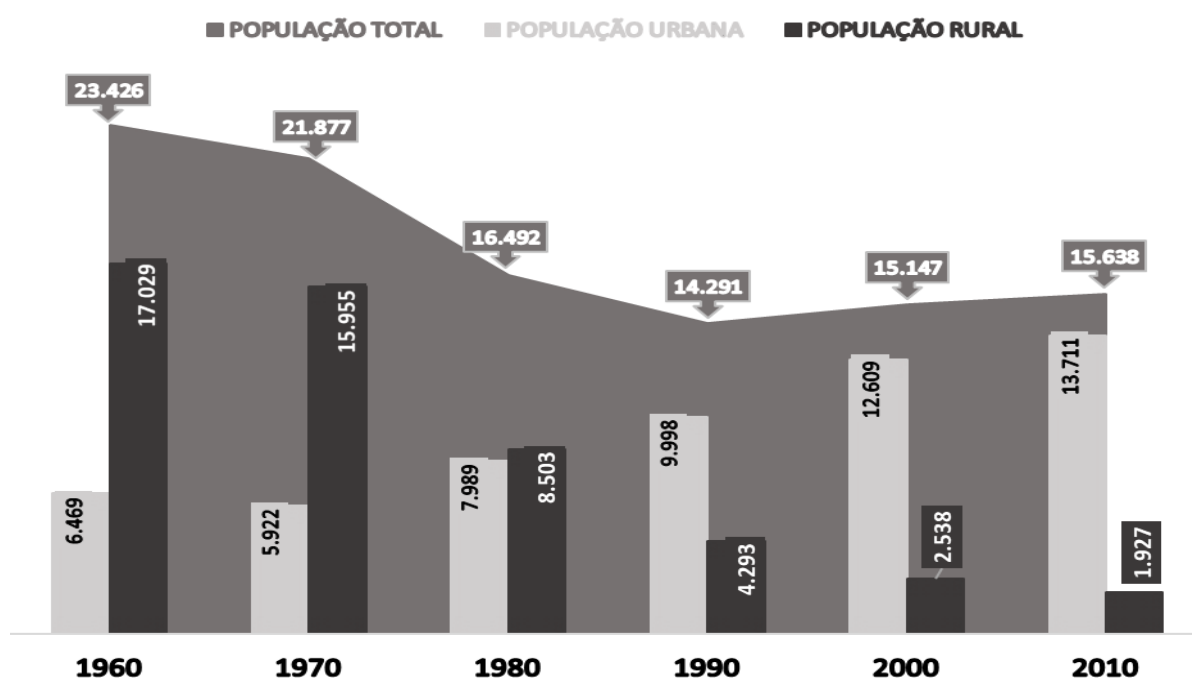
O desenvolvimento econômico gerado pelas atividades agropecuárias, lideradas pelo café, possibilitou que outros setores e atividades econômicas se desenvolvessem. Tanto que, ainda nos anos 1950, se iniciaram muitos negócios familiares que gerariam as maiores empresas de Sertanópolis na atualidade, como a Seara Agronegócios e o Moinho Globo. A expansão em curso permitia à cidade desenvolver uma gama diversificada de atividades urbanas para atender as demandas do campo e de sua população.

A família Venturelli, criadora do Moinho Globo, fora significativa para a diversificação das atividades econômicas locais, não apenas pela instalação do primeiro moinho de trigo da cidade, mas também pela inserção do cultivo do cereal, antes inexistente no município. Também representativa, a família Zanin (criadora da Seara) inicia seus negócios a partir do reinvestimento dos lucros e rendas a partir do café na comercialização secos e molhados, passando posteriormente a compra e venda de cereais, além do empacotamento e comercialização de açúcar.

Foi a partir da década de 1960 que Sertanópolis começou a passar pelas transformações vinculadas a processos gerais que se realizavam no Brasil. Segundo Fresca (2005), dois aspectos devem ser considerados em relação a estas transformações: o primeiro diz respeito a inserção da rede urbana Norte paranaense na divisão territorial do trabalho.

Neste sentido, a modernização do campo promoveu uma série de mudanças no setor produtivo, resultando na inserção de novas atividades urbanas e agrárias em cada município. Isso alterou também a dinâmica social e econômica, estabelecendo outro conjunto de relações; no caso de Sertanópolis, a introdução da produção de soja, milho e trigo, marcou uma nova fase do desenvolvimento. O outro aspecto apontado por Fresca (2005) e também relacionado a modernização do campo foi a alteração da dinâmica populacional, na qual o êxodo rural passou a ser intenso, gerando esvaziamento demográfico do campo e contribuindo para o aumento da população urbana nas maiores cidades do Norte paranaense. As tendências apontadas por Fresca (2005) podem ser observadas no gráfico 5, onde podemos acompanhar as mudanças ocorridas na dinâmica populacional de Sertanópolis entre 1960 e 2010.

Gráfico 5 - Evolução da população total, urbana e rural de Sertanópolis entre 1960 e 2010.



Fonte: Séries Históricas IBGE, 2016; IBGE, 1960.

Org.: Oliveira, F. S.

De acordo com o gráfico 5, em 1960 Sertanópolis apresentou significativa redução populacional em relação a década anterior; dos mais de 35 mil habitantes observados em 1950, a população do município caiu para pouco mais de 23 mil habitantes, ou seja, houve um decréscimo de aproximadamente 35% da população. Neste momento, mesmo diante da expansão urbana, a população rural era predominante (72,6%), enquanto o índice de urbanização era de 28,4%.

Entre 1960 e 1990 se manteve o processo de esvaziamento demográfico em Sertanópolis, confirmando os apontamentos de Fresca (2005) sobre as transformações ocorridas no Norte paranaense. Após sensível diminuição em 1970, em 1980 a redução da população total foi mais expressiva (24,6%). Por outro lado, a partir de 1980 podemos observar que se inicia um processo de expansão urbana, culminando na inversão da representatividade da população urbana (51,5%) e rural (48,5%).

No caso do Norte paranaense, as mudanças observadas não estão vinculadas apenas a processos gerais, mas também ao esgotamento das frentes de ocupação do território regional:

A partir dos anos de 1970 [...] a multiplicação dos municípios e também a ocupação do Paraná apresentam um novo quadro, isto é, não se observa o mesmo dinamismo na formação regional como também um crescimento exponencial da população, pois as frentes pioneiras já tinham atingido as barrancas do Rio Paraná [...] (FERREIRA; PANTALEAO, 2009, p.37).

A partir de 1990, a tendência de queda populacional dá lugar a pequenos índices de crescimento enquanto a expansão urbana tem se mantido como tendência, apresentando aumento progressivo até 2010, quando o nível de urbanização já chegava a 87,6%.

É importante frisar que as mudanças e processos gerais discutidos não culminam apenas em redução populacional ou aumento no nível de urbanização das pequenas cidades. Conforme já apontado, ocorre também a diversificação das funções urbanas e de pequenas cidades. Neste sentido, Sertanópolis também sente os efeitos destes processos no espaço urbano e rural, passando a se destacar na RML como centro local ligado ao agronegócio. A inserção de novas atividades agrárias e urbanas marca uma nova fase do seu desenvolvimento, principalmente através do agronegócio da soja, milho e trigo. Assim, discutir estas transformações é fundamental para compreender a atual inserção desta pequena cidade, tanto no contexto da região metropolitana, quanto na divisão territorial do trabalho.

3.1.1. As Transformações das Atividades Agrárias

Desde o início do processo de ocupação até o início da década de 1970 o café se apresentou como principal produto econômico em relação ao desenvolvimento de Sertanópolis. Porém, mudanças conjunturais que vinham ocorrendo no Brasil e no mundo, reduziram gradativamente a importância do mesmo na dinâmica econômica nacional. Além das sucessivas crises pelas quais passara a atividade cafeeira, o país havia adentrado um novo momento de sua história econômica, social e política. O processo de ocupação e desenvolvimento do Norte paranaense também apresentava arrefecimento; assim,

transformações no sistema produtivo eram iminentes, o que impactaria também em mudanças na dinâmica econômica e social da região:

A partir da década de 1950, as terras disponíveis se esgotaram rapidamente no Norte Novo de Londrina, da mesma forma que no Norte Novíssimo de Umuarama e Paranaíba, na década seguinte. E o ciclo cafeeiro começa a dar sinais de decadência [...] vários fatores influenciaram este processo de esgotamento, em destaque as superproduções nas safras dos anos de 1950 e o confisco cambial dos exportadores efetuado pelo Governo de Juscelino Kubitschek. Contudo, as fortes geadas do final dos anos de 1960 e início da década de 1970 foram determinantes para a erradicação de extensas áreas de cafezais [...] O café representava, em 1969, mais de um terço das exportações brasileiras, ao passo que, em 1975, após a geada “negra” que atingiu fortemente as regiões produtoras de Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo e principalmente o Norte do Paraná, as exportações de café não superavam 7% da pauta brasileira. (OLIVEIRA, 2009, p.07)

A redução da produção cafeeira pode ser observada em Sertãoópolis a partir dos anos de 1970, conforme mostra a tabela 11. Mesmo havendo oscilações, a tendência observada é de queda expressiva, haja vista que em 1960, foram produzidas mais de 18 mil toneladas, enquanto em 2015 se produziu apenas 40; isso indica que houve redução de 99,8% na produção de café no período analisado. A área ocupada pelas lavouras de café segue a mesma tendência da produção, apresentando queda progressiva entre 1970 e 2015; ao fim do período analisado observa-se a redução de 99,7% da área ocupada pelo café em relação a 1960.

Tabela 11 - Evolução da produção e área ocupada dos principais gêneros agrícolas entre 1960 e 2015 em Sertãoópolis-PR.

		1960	1970	1980	1995/96	2006	2015
Soja	Área Ocupada (ha)	-	1.443	14.977	23.000	23.960	29.500
	Produção (t)	-	2.333	38.591	57.500	57.443	101.500
Milho	Área Ocupada (ha)	4.453	7.083	2.656	19.500	16.593	27.020
	Produção (t)	3.156	11.724	6.503	50.550	44.141	162.120
Trigo	Área Ocupada (ha)	25	1.381	12.952	7.800	4.894	2.400
	Produção (t)	19	963	16.409	15.444	5.375	5.800
Café	Área Ocupada (ha)	16.781	8.705	6.077	960	601	66
	Produção (t)	18.753	4.056	4.086	30	872	40

Fonte: IBGE (1960b, 1970, 1980, 1996, 2006, 2017).
Org.: Oliveira, F. S.

A tabela 11 mostra ainda, que a partir de 1970 a soja foi introduzida entre os principais gêneros agrícolas em Sertãoópolis; assim como começa se ampliar a produção de milho e trigo. Dentre os três cultivos, a soja e o milho são atualmente os principais em termos de

produção e área ocupada, tendo apresentado um crescimento exponencial durante o período analisado. Entre 1970 e 2015, a soja teve sua produção ampliada de 2,3 mil toneladas para 101,5 mil (t) (um aumento de 4.250%), enquanto a área ocupada cresceu 1.944%; no mesmo período, a produção do milho saltou de 11,7 mil (t) para 162,1 mil (t) (um aumento de 1.282%), enquanto a área ocupada cresceu em 281%. Já o trigo, em termos de volume, teve crescimento menos significativo, saltando de 963t para 5,8 mil (t) (um aumento de 502%).

Vinculado as transformações na agropecuária, a estrutura dimensional dos estabelecimentos rurais de Sertanópolis também apresentou mudanças, conforme tabela 12.

Tabela 12 - Evolução do número de estabelecimentos agropecuários por grupos de área total em Sertanópolis - PR, 1960 - 2006.

	1960		1970		1980		1995/96		2006	
	Est	Área (ha)	Est	Área (ha)	Est	Área (ha)	Est	Área (ha)	Est	Área (ha)
Menos de 50 (ha)	612	13.164	1.321	17.714	558	11.543	491	9.951	446	8.434
De 51 a menos de 100 (ha)	113	7.959	77	5.463	110	7.795	103	7.392	93	6.828
De 101 a menos de 200 (ha)	54	7.239	47	6.212	75	10.295	63	8.694	71	10.323
De 201 a menos de 500 (ha)	30	8.179	24	7.110	29	8.579	33	9.760	29	8.865
Mais de 501 (ha)	3	1.699	4	5.327	7	3.692	9	6.469	6	4.439
Total	812	38.240	1.473	42.126	779	44.555	699	42.266	646	38.889

Fonte: IBGE (1960, 1970, 1980, 1995/96, 2006).

Org.: Oliveira, F. S.

De acordo com tabela 12, os pequenos estabelecimentos, aqueles com até 100 ha, predominam em Sertanópolis em termos numéricos em todos os anos, enquanto a área apresentou redução desde 1980, mas ainda representando mais de 39% da área ocupada em 2006. Nesse grupo, os estabelecimentos com até 50 ha, apresentou a maior redução em termos de número e área. Os médios estabelecimentos – com área entre 101 e 500 ha – apresentaram aumento em termos de número, enquanto a área ocupada também apresentou aumento comparativo a 1960, representando 49,3% do total. Mas, é no grupo de área entre 101 e 200 ha, que se tem a maior concentração de números e área: representou 10,9% e 26,5% respectivamente e o que apresentou o mais importante crescimento positivo no período considerado em termos de área ocupada. Os grandes estabelecimentos, acima de 501 ha, apresentaram aumento em termos de número e área ocupada, representando 11,4% em 2006.

A tendência geral dessa evolução da estrutura dimensional dos estabelecimentos rurais foi de concentração, sobretudo nos grupos com área até 100 ha, com redução de 25% no

número de estabelecimentos. No entanto, ainda se verifica importante participação do grupo de pequenos estabelecimentos; são esses proprietários de pequenos estabelecimentos que trazem dinâmica econômica e social para Sertanópolis, pois tendem a residir no município, a investir rendas obtidas no próprio lugar, bem como realizar consumo de bens e serviços na cidade.

É importante retomar a discussão sobre a expansão da produção de soja, trigo e milho, que se deve ao contexto moderno da agricultura brasileira e do mercado global na qual a mesma se insere; em razão disso, as atividades agrárias passaram a contar com alto grau de mecanização e suporte técnico-científico, fatores que permitem otimizar a produção, garantindo maior rendimento por área plantada e valor agregado no mercado:

Na agricultura brasileira, foram particularmente relevantes as transformações concomitantes e datadas no seu apogeu dos anos 1970, quando convergiu intenso processo de agroindustrialização, tanto na produção de insumos e máquinas (Kageyama, 1990) como no processamento de produtos agropecuários (Belik, 1994), associados à modernização agropecuária com intensa mudança na base técnica (Gonçalves, 1999). Fechou o processo a profunda transformação da estrutura de mercado com reflexos nos processos de formação de preços [...]. Em termos de conteúdo tecnológico, a agricultura brasileira configura uma realidade de liderança em tecnologias da agricultura tropical. Desde a primeira super-safra de grãos no final dos anos 1980 até o momento, a área agrícola tem crescido substancialmente menos que a produção. Tem se intensificado o conteúdo tecnológico da produção e, conseqüentemente, das exportações para as quais se orientam as lavouras e as criações mais dinâmicas (GONÇALVES; SOUZA; VICENTE, 2005, p.45).

A implantação do cultivo da soja nos anos 1970 em Sertanópolis, se deve a grande viabilidade produtiva e econômica que o gênero vinha apresentando dentre as atividades agrárias brasileiras; tudo isso possibilitado pela modernização da agricultura nacional:

À medida que se constatavam as excelentes possibilidades para a cultura no sul do País, intensificaram-se as pesquisas. A produção foi impulsionada nos anos 1960/70 [...]. Assim, de uma participação de apenas 0,5% da produção mundial em 1958, o Brasil atingiu 16% em 1976 e, atualmente, produz em torno de 25% do volume mundial de grãos de soja. Isto somente foi possível graças ao elevado valor da soja no mercado internacional e ao intenso trabalho de experimentação sobre os mais variados aspectos da cultura, desenvolvido por instituições nacionais de pesquisa. Conseqüentemente, agricultores conseguiram atingir produtividades agrícolas comparáveis aos obtidos nos países de maior tradição no cultivo da soja (CÂMARA, 2011, p.03).

Antes de discutir o agronegócio e as cadeias produtivas da soja, milho e trigo, é importante observar como as transformações apontadas refletiram na dinâmica do uso do solo para atividades agrárias em Sertanópolis.

Tabela 13 - Evolução do uso da terra em Sertanópolis-PR, 1960 - 2006.

	1960		1970		1980		1995/96		2006	
	Info*	Área Ocupada (ha)	Info*	Área Ocupada (ha)	Info*	Área Ocupada (ha)	Info*	Área Ocupada (ha)	Info*	Área Ocupada (ha)
Lavoura Permanente	732	17.809	1.066	11.526	490	8.619	223	1.044	91	955
Lavoura Temporária	422	3.592	1.098	11.044	643	18.304	632	25.549	574	27.272
Pastagem	729	10.418	817	15.866	568	13.835	426	12.033	222	5.576
Matas e/ou Florestas	357	3.913	360	2.259	395	1.981	352	2.236	280	3.570
Outros**	208	1.828	152	747	37	276	26	187	290	1.509
Total	2.448	37.560	3.493	41.442	2.113	43.015	1.659	41.049	1.457	38.882

Fonte: IBGE (1960b - 1970 - 1980 - 1995/96 - 2006).

Org.: Oliveira, F. S.

* Número de Informantes. / ** Área plantada com forrageiras para corte; sistemas agroflorestais; tanques, lagos, açudes e/ou área de águas públicas para exploração da aquicultura; construções, benfeitorias ou caminhos; terras inaproveitáveis para agricultura ou pecuária (pântanos, areais, pedreiras, etc.).

A partir da tabela 13, observa-se que a agricultura tem predominado todo o período analisado, enquanto as pastagens mostraram considerável retração²⁹ no período. Em 1960 as pastagens ocupavam 27,7% da área total, ampliando-se para 38,2% em 1970; porém, nas décadas seguintes a área ocupada passou a diminuir gradativamente: 32,1% em 1980; 29,3% em 1995/96; chegando a apenas 14,3% em 2006. A tabela mostra ainda que, com a ascensão da soja, milho e trigo, houve alterações no uso da terra. Até a década de 1960, quando o café era a principal produção agrária em Sertanópolis, a lavoura permanente predominava em 47,4% da área total do município, enquanto as lavouras temporárias ocupavam apenas 9,5% em relação ao todo. O que se observa então, é que a partir de 1970 a lavoura permanente passou a ser cada vez mais reduzida, enquanto a lavoura temporária era expandida, ocupando em 2006, 70,1% da área total.

A ascensão da soja como principal produto de exportação brasileiro se deve a fatores estruturais e conjunturais, tanto internos como externos³⁰. Com base nas tabelas 11 e 13, nota-se que as mudanças apontadas, se devem a inserção do cultivo da soja vinculado ao milho e trigo. Isso ocorre porque a soja é uma cultura de verão que compõe um sistema de plantio

²⁹ Como as cadeias produtivas relacionadas a pecuária não serão discutidas em razão do recorte proposto pelo estudo, é preciso ao menos relativizar a relação entre diminuição da área ocupada e a importância econômica/volume dos rebanhos e de produção; haja vista de que, atualmente, novas técnicas e insumos permitem que através da pecuária intensiva os animais sejam criados em área reduzida com maior aproveitamento (GONÇALVES, SOUZA; VICENTE, 2005).

³⁰ Estes fatores são discutidos em Gonçalves (2005, 2011); Câmara (2011); Cunha; Espíndola (2016); Valarini (2010); dentre outros.

rotativo, ou seja, durante as entressafras é combinado a outros cultivos como o trigo e, principalmente, o milho:

Trigo, aveia, crambe, nabo forrageiro e canola são boas opções para fazer a diversificação de culturas, segundo o pesquisador da Embrapa Agropecuária Oeste, Cesar José da Silva. 'O produtor pode optar pelas oleaginosas de inverno para fazer rotação de culturas com soja e milho safrinha' [...] Um dos benefícios da adoção dessas culturas de inverno é a possibilidade de utilizar a mesma estrutura de máquinas, equipamentos e pessoal que as culturas de soja, 'reduzindo o impacto dos custos fixos e de oportunidade sobre a cultura de verão'. 'Outra vantagem é que, se bem posicionadas tecnicamente, todas as culturas de inverno dão maior renda líquida que o pousio invernal ou milho safrinha plantado após o período de plantio recomendado pelo zoneamento de risco climático' complementa o especialista (SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA, 2014, p.01)

Essa racionalização da produção em termos de otimização dos lucros, é apenas um dos reflexos da incorporação da lógica de mercado às atividades agrárias. Segundo Gonçalves (2005), é comum explicar os avanços na agricultura apenas como reflexo da industrialização, porém, trata-se de um processo muito mais amplo e complexo:

A análise produtivista desse processo conduz ao equívoco de contemplá-lo tão somente sob a ótica da maior relação entre agricultura e indústria com a intersecção produtiva crescente implementada pelo processo de industrialização derivado da Segunda Revolução Industrial. Em economias continentais como a brasileira, [...] essa transformação conforma-se como um autêntico processo de agroindustrialização. [...] Esse ângulo da realidade representa com fidedignidade as transformações nas estruturas de mercado das cadeias de produção dos agronegócios, a nova face integrada do complexo produtivo da agricultura. A agropecuária consolida-se como um elo da produção de riqueza multiplicada por segmentos emancipados do antigo complexo rural para formar os estratégicos segmentos da agroindústria de insumos e máquinas, das agroindústrias processadoras e das agroindústrias de alimentos e vestuários (GONÇALVES, 2005, p.07).

Nesta esteira, além dos avanços científicos e tecnológicos que permitem a mecanização do campo, uso de insumos industrializados e a formação de grandes cadeias produtivas comuns à indústria, as atividades agrárias passam a demandar um sistema produtivo complexo que comanda e depende de diversas atividades urbanas, tais como: financiamento, planejamento e racionalização da produção; prestação de serviços técnicos e suporte ao produtor; complementariedade com a agroindústria; complexas e extensas redes de logística para comercialização e consumo, atuação de agentes dos mercados interno e externo (CAMARA, 2011; GONÇALVES, 2005). Esse complexo sistema produtivo emanado das atividades agrárias é o que se denomina atualmente como agronegócio.

Como o agronegócio da soja está vinculado principalmente às exportações, se trata de uma cadeia produtiva que interage diretamente com o mercado internacional de *commodities*, ou seja, responde a um cenário altamente competitivo e por isso carece de constante aprimoramento (CUNHA; ESPÍNDOLA, 2016). Isso explica as transformações ocorridas no espaço agrário brasileiro observado durante as últimas décadas:

Dada a crescente importância da produção da soja, verifica-se até hoje uma busca de ingresso ao mercado cada vez mais acirrada. Para tanto, crescem as estratégias competitivas em busca de reduções de custos da commodity para obter níveis elevados de eficiência produtiva, tanto em qualidade quanto em quantum, atendendo adequadamente às necessidades do mercado interno e obtendo resultados positivos no mercado externo, frente à competitividade, que gera a busca incessante do aumento de produtividade (VALARINI, 2010, p.01).

É essa lógica do modo de produção capitalista e, respectivamente, do mercado, que estruturam o agronegócio enquanto fenômeno. Por isso é preciso discutir este conceito, entendendo o conjunto de relações e atividades que o mesmo estabelece em torno de determinada produção agrária. No caso de Sertãoópolis se trata especificamente do agronegócio da soja, milho e trigo; assim, é pertinente que a discussão se dê a partir deste exemplo. Isso inclui também as culturas de milho e trigo, comumente presentes em conjunto com a soja, devido a complementariedade produtiva entre estes cultivos.

Segundo dados do Ministério da Indústria, do Comércio Exterior e Serviços (2017), a soja é na atualidade, além do produto mais exportado pelo Brasil, uma das principais *commodities* em circulação no mercado internacional. Segundo o DERAL-PR (2014) com base nos dados do Departamento de Agricultura Norte Americano (USDA), na safra 2014/15 a produção mundial de soja foi de aproximadamente 312,3 milhões de toneladas, com uma área ocupada de 117,8 milhões de hectares. Os EUA, maior produtor mundial de soja, teve produção estimada de 107,7 milhões de toneladas, enquanto o Brasil, 2º maior produtor, teve uma produção estimada de 94 milhões (t); os dois países são responsáveis por mais de 60% da produção mundial. Em 2016 a soja e seus derivados totalizam cerca de 1/5 das exportações (20,8%) brasileiras, correspondendo a mais de US\$ 4 bilhões na balança comercial do país.

O novo padrão de produção da agricultura brasileira é a expressão da aplicação das conquistas da ciência moderna na agricultura e das novas formas de organizar a produção agrícola. [...] Delgado (1984), Dall'Agnol (2008) e Campos (2010) sublinham a atuação efetiva do Estado brasileiro, sobretudo, na política tecnológica, com ênfase a partir da criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e do Sistema Nacional de Inovação (SNI), por meio da introdução de inovações, como a adaptação e a introdução de novas cultivares em diversas regiões, a genética e a biotecnologia, entre outras. Essas pesquisas ajudaram no crescimento da

produção de grãos especialmente a soja e no processo de expansão nas regiões de cerrado, com destaque para o Centro-Oeste (Mato Grosso), Matopiba1 (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia) e, posteriormente, para as áreas úmidas da Amazônia (Roraima e Rondônia) (CUNHA, ESPÍNDOLA, 2016, p.88).

Os esforços e investimentos do governo brasileiro, no sentido de desenvolver a produção de soja nas últimas décadas resultou em avanços técnico-científicos (papel da Embrapa Soja por exemplo) que permitiram disseminar o cultivo para áreas antes impróprias em termos de clima ou solo. Neste sentido, a ampliação da cadeia produtiva da soja

[...] gera uma nova mobilidade geográfica no território brasileiro que é influenciada pelos novos fronts agrícolas, e estes caracterizam regiões altamente modernizadas e especializadas, produtoras de commodities (sobretudo soja) [...] A ocupação de novas áreas como os cerrados do Centro-Oeste, Triângulo Mineiro, Rondônia, Oeste da Bahia, e sul do Maranhão e do Piauí, além de mobilizar todo um aparato tecnológico para a produção (novos cultivares, técnicas de manejo do solo, maquinário e insumos agrícolas), tem provocado uma profunda transformação na organização do território, sobretudo em termos de transportes e comunicações (VALARINI, 2010, p.08).

Atualmente, a maior produção nacional de soja se concentra no Mato Grosso (27,2%); em 2016 o cultivo superou 26 milhões de toneladas em uma área plantada de 9,1 milhões de hectares. O Paraná é o segundo maior produtor com 17,6%, o que equivale a mais de 16 milhões de toneladas em uma área plantada de 5,4 milhões de hectares (CONAB, 2016). A região Centro-Oeste é onde mais se produz soja no país (45,8%) enquanto a região Sul é a segunda maior produtora (36,8%), onde, além do Paraná, temos o Rio Grande do Sul com a terceira maior produção nacional (16,9%), superando 16 milhões de toneladas em uma área plantada de 5,4 milhões de hectares. É importante observar ainda que a soja também tem sido introduzida em outras regiões com sucesso, como mostra Cunha; Espíndola (2016) no caso do Sul do Maranhão.

Além de sua importância para a balança comercial, a soja tem sido fundamental para o desenvolvimento do agronegócio em geral no Brasil:

A soja, inicialmente auxiliada pelo trigo, tem influenciado o ressurgimento da agricultura comercial no Brasil após o período do ciclo do café, contribuindo com as modificações e evoluções do sistema econômico e social do país [...] aceleração da mecanização das lavouras brasileiras, na profissionalização e incremento do comércio internacional [...] e na tecnificação de outras culturas (destacadamente a do milho) (VALARINI, 2010, p.08).

Conforme já pontuado, o agronegócio configura um sistema produtivo complexo, que envolve atividades de diferentes ramos e setores. Contudo, é preciso ter-se a noção de que para além da modernização do campo, o agronegócio está principalmente relacionado ao avanço do capitalismo financeiro. Atualmente as atividades agrárias se realizam vinculadas ao processo de financeirização do setor.

Com as mudanças estruturais da agricultura brasileira, [...] é preciso ter claro que isso representou a irradiação, por todo espaço produtivo setorial, da lógica da reprodução ampliada do capital lastreada na ação tipicamente capitalista de aplicar dinheiro (D) na produção de mercadorias (M) com o objetivo de obter mais dinheiro (D'). [...] Essa nova condição é a única compatível com a ação de produção especializada em produtos e processos, o que por si só já implica numa interdependência do agente econômico com outras instâncias dos mercados. Mais ainda, cada vez mais o capital assume a sua condição de capital em geral, deixando submersas adjetivações, tais como: capital produtivo, capital agrário e capital industrial, para assumir a sua forma desenvolvida de capital financeiro (GONÇALVES, 2005, p. 08).

Nesse sentido, começamos pelo fato de que o crédito é o elemento primordial desta cadeia, pois o mesmo precede o processo produtivo; sendo preciso captar recursos para tal, nada acontece até que haja a atuação dos agentes financeiros. A atividade agrícola envolve investimento prévio em insumos indispensáveis, como sementes, adubos e defensivos. Além disso, é necessário suporte e acompanhamento técnico da lavoura desde o plantio até a colheita, bem como dispor de maquinários específicos, seja para o preparo do solo e plantio ou para realizar a colheita e o posterior escoamento da produção.

Então, são as instituições financeiras que viabilizam a produção agrária, seja através do Estado via Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) ou pela iniciativa privada, através de bancos públicos e cooperativas de crédito. Neste aspecto, muitas vezes, o público e privado atuam em complementariedade, dependendo do local e das instituições ali presentes. Ainda é preciso observar que empresas ligadas ao agronegócio comumente também atuam em parceria com instituições financeiras, captando recursos tanto para produção própria como para clientes e terceiros, através do financiamento de safra.

O Estado brasileiro começou a implantar o crédito rural em 1964, com a criação do SNCR (lei federal nº. 4.595); a pauta avançou rapidamente e crédito rural foi institucionalizado em 1965 (lei federal nº. 4.829). Este período marca a primeira fase do processo de financeirização do setor agropecuário (GONÇALVES *et al*, 2005). Atualmente o crédito rural se divide em três modalidades de recursos: para custeio; para investimento; e para comercialização. O SNCR, além do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central, é composto por uma rede de bancos públicos, privados e cooperativas de crédito. Os recursos

para custeio são direcionados para financiar despesas ligadas ao ciclo produtivo, enquanto os de investimento destinam-se a aquisição de bens ou serviços e os de comercialização visam assegurar a circulação da produção. O crédito é obtido diretamente nas instituições financeiras ligadas ao SNCR, como bancos e cooperativas de crédito (GONÇALVES *et al*, 2005; LOPES; LOWERY; PEROBA, 2016).

Marcando uma nova fase do crédito rural (GONÇALVES *et al*, 2005), foi criada em 1994, através da lei federal nº 8.929, a Cédula de Produto Rural (CPR). A CPR consiste em utilizar o próprio produto como moeda para o custeio de gastos ligados a produção; assim, tendo o produto como garantia, o crédito é liberado na forma da CPR para pagamento a *posteriori*, podendo ser utilizada diretamente pelo produtor ou cooperativas. O contratante do financiamento pode optar pela forma de pagamento já citada ou realizar a compensação financeira em dinheiro. A CPR viabiliza a operação denominada *Barter*, uma transação direta entre produtor, fornecedores, *tradings*³¹ ou a própria indústria. Neste caso, o produtor emite a CPR para adquirir insumos junto ao fornecedor, que repassa a cédula para a *trading* ou indústria com interesse no produto específico representado na CPR, ou seja, a empresa recebe o produto diretamente do produtor e realiza a compensação financeira junto ao fornecedor de insumos.

Segundo Gonçalves *et al* (2005, p.70), a CPR é uma modalidade de crédito direto e versátil que têm tido sucesso, “[...] estruturando o alicerce para evolução do mercado financeiro do agronegócio [...]”, principalmente porque:

[...] Pode ser negociada em bolsas e outros mercados desde que registrada e avalizada no sistema bancário mediante pagamento de comissão. O Banco do Brasil realiza leilões das CPRs que recebem seu aval e opera com CPR Exportação para vendas de produtos no mercado internacional com entrega física (GONÇALVES *et al*, 2005, p.70).

Vemos que CPR trouxe importantes inovações para o sistema de crédito rural, impulsionando os mercados agropecuários; por isso, se tornou em curto prazo um dos principais mecanismos de crédito rural, tendo contribuído diretamente para a financeirização do setor agropecuário. Nesse contexto de intensa financeirização teve expansão, segundo Gonçalves *et al* (2005), com a criação da CPR financeira em 2001 (Lei Federal nº. 10.200), um título com liquidação em dinheiro. A CPR financeira é mais flexível que a CPR física,

³¹ As *trading companies* são empresas comerciais exportadoras. Suas atividades caracterizam-se pela aquisição de mercadorias no mercado interno visando a exportação, ou seja, realizam a ligação entre o produtor e mercado externo através do seu *know how* e estrutura específicos, voltados para as exportações (CARLOS, 2009).

permitindo que o produtor rural e suas associações ou cooperativas tenham mais opções e poder de negociação no mercado, ampliando as possibilidades de obtenção de lucros.

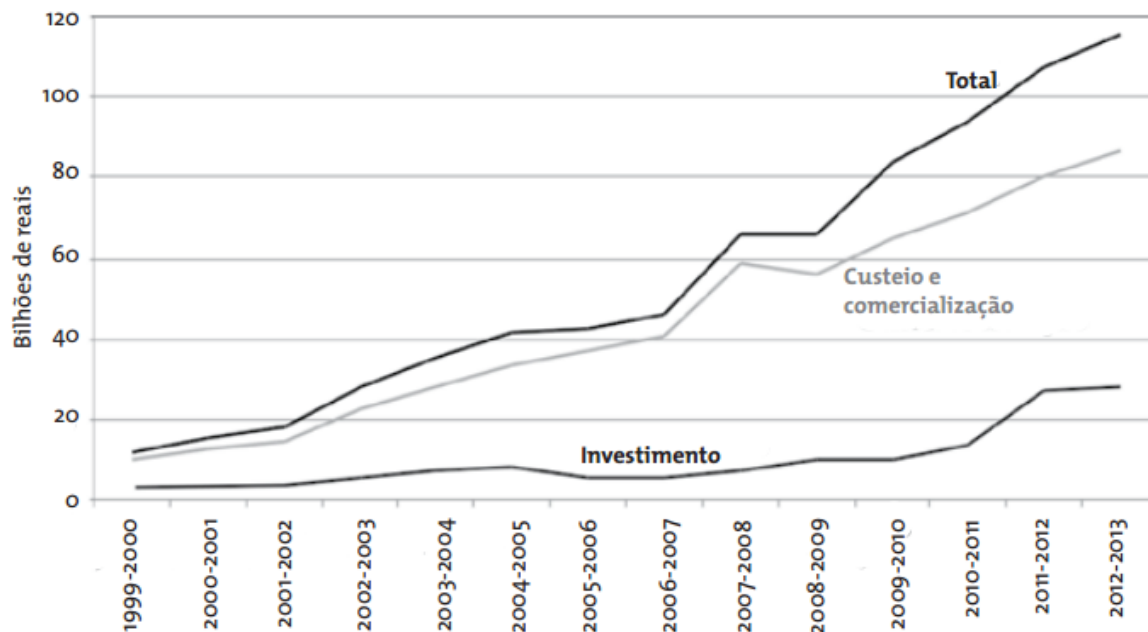
É preciso pontuar que existe o crédito rural exclusivamente privado, a exemplo da Nota Promissória Rural e a Duplicata Rural. São títulos financeiros de crédito emitidos por entidades por instituições privadas, sem ligação com os programas públicos ou subsídios do governo. Estes títulos são utilizados desde a década de 1960 e também visam mediar transações entre produtores rurais e compradores; de acordo com Gonçalves *et al* (2005, p.67),

[...] lastreiam transações entre agropecuaristas e compradores (comerciantes ou agroindústrias). São a Nota Promissória Rural (NPR) e a Duplicata Rural (DR), [...] títulos de crédito emitidos para a compra e venda de produtos agropecuários e extrativistas, sendo a NPR emitida pela agroindústria, beneficiador ou empresa comercial e o DR pelas cooperativas, beneficiador de sementes ou mesmo um produtor. Trata-se de promessa de pagamento representativa de um determinado produto na sua comercialização. Ambos os títulos são objeto de desconto por parte dos agentes financeiros para antecipar ao produtor ou à cooperativa o valor de sua venda a prazo. Normalmente esses títulos são emitidos para solucionar necessidades de recursos no curto prazo, dada a elevada taxa de juros embutidas nessas transformações [...].

É importante frisar ainda que as instituições privadas têm maior participação no setor de crédito rural, pois além da liberação de recursos via SNCR, estas instituições possuem também linhas próprias de crédito privado. Segundo dados de 2003 referentes ao financiamento da agricultura no Brasil, o SNCR foi responsável por 28% do total de recursos investidos, enquanto a parcela majoritária de 72% adveio de outras fontes³² (LOPES, LOWERY; PERBO, 2016). Contudo, durante os governos Lula e Dilma, houve um aumento expressivo nos recursos liberados pelo governo, conforme mostra o Gráfico 6.

³² Fundos próprios dos produtores; empréstimos de familiares; manufaturadoras de insumos; processadoras; *traders*; e bancos privados (LOPES, LOWERY; PERBO, 2016)

Gráfico 6 - Evolução do Crédito Rural disponível no Brasil, 1999 - 2013.



Fonte: LOPES; LOWERY; PEROBA (2016).

Uma resolução do Conselho Monetário Nacional (criada em 1967) obriga o direcionamento de parte dos depósitos à vista no sistema bancário para o crédito rural. O percentual inicialmente estipulado foi de 10%, mas com a ampliação do crédito rural durante os governos Lula e Dilma, este direcionamento chegou a 34% em 2015 (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2016). Segundo Brasil (2015c), entre junho de 2015 e junho de 2016, o orçamento do crédito rural foi de aproximadamente 216,6 bilhões, dos quais 13,3% destinados a agricultura familiar e 86,7% para agricultura empresarial, que absorve a maior parcela destes recursos³³.

De acordo com o Banco Central do Brasil (2016), o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2016) e o Banco do Brasil (2016), em 2015, os recursos liberados para as instituições financeiras que operam o crédito rural, tiveram a seguinte origem: Poupança Rural (40,7%); recursos obrigatórios (36,4%); BNDES (10,2%); Fundos Constitucionais (6,6%); recursos livres (3,8%); e Funcafé (1,6%). Com relação aos repasses para o produtor, o Banco do Brasil tem atuação majoritária, que corresponde a 65% do valor das transações de crédito realizadas através do SNCR; o restante se divide entre outros bancos e cooperativas de crédito. Os recursos disponibilizados pelo SNCR se dividiram na seguinte

³³ As contradições e desigualdades presentes no campo não tangenciam os objetivos do presente trabalho, no entanto, cabe observar que, embora tenha se ampliado os subsídios para o crédito rural nos governos Lula e Dilma, a agricultura familiar ainda não tem uma participação muito pequena na obtenção destes recursos.

proporção entre as regiões: Sul (36,9%); Sudeste (27,3%); Centro-Oeste (22,2%); Norte (5%); e Nordeste (8,6%).

Outro ponto importante a ser discutido, é como a financeirização do setor agropecuário impõe a lógica de mercado ao produtor rural através da concessão de crédito rural:

Para a concessão do crédito rural, são exigidos a apresentação de orçamento, plano ou projeto, exceto em operações de desconto de nota promissória rural ou de duplicata rural; oportunidade, suficiência e adequação de recursos; observância de cronograma de utilização e de reembolso; fiscalização pelo financiador; e idoneidade do tomador [...]. Também é necessária a apresentação de garantias para a obtenção do financiamento, sendo livremente pactuadas entre o financiado e o financiador, [...] podendo ser utilizado penhor agrícola, pecuário, mercantil, industrial ou cedular; alienação fiduciária; hipoteca comum ou cedular; aval ou fiança; bilhete de mercadoria; warrants; caução; ou outros que o Conselho Monetário Nacional admitir [...] Cabe ao produtor decidir a necessidade de assistência técnica para elaboração de projeto e orientação, salvo quando considerados indispensáveis pelo financiador ou quando exigidos em operações com recursos oficiais (MARTINS, 2010, p.02).

Os pré-requisitos para obtenção de crédito transforma o agricultor em agente capitalista. O planejamento ou plano de negócio - que deve ser apresentado pelo produtor rural - exige conhecimentos técnicos integrados, como o contábil e o agrônomo, dentre outros. Isso explica, em parte, a atuação das empresas de agronegócio no sistema de produção vinculado à soja no Brasil.

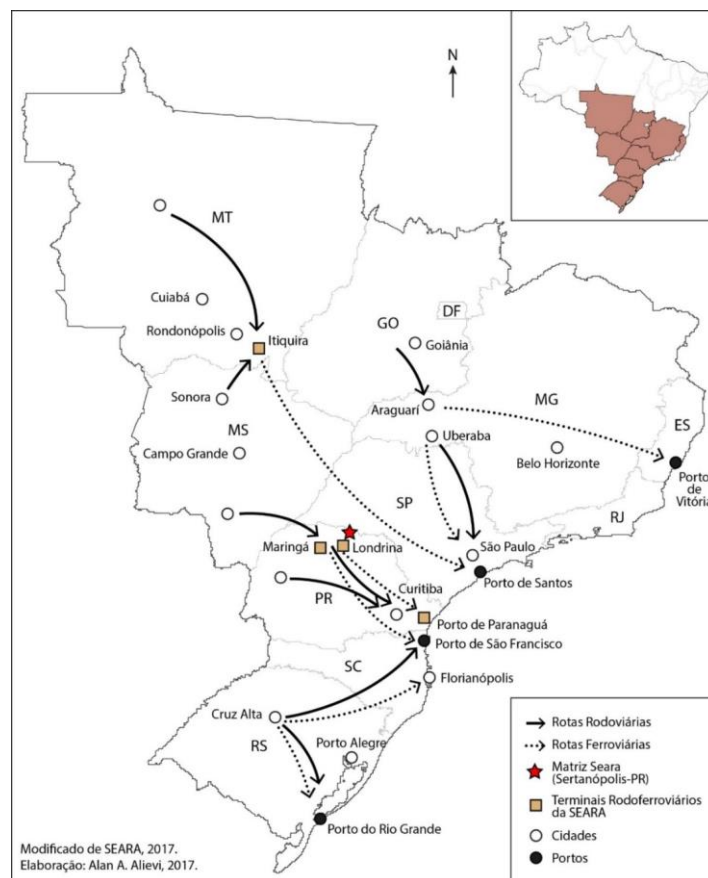
3.1.2. As Atividades Urbanas

Discutir as atividades urbanas em Sertanópolis envolve compreender a importância do agronegócio para o atual estágio de desenvolvimento da cidade, tal como foi possível entender até o presente. O agronegócio compreende um conjunto de atividades agrárias e urbanas, constituindo cadeia produtiva. Através da complementariedade entre diferentes setores e ramos de atividades, o agronegócio realiza a articulação entre o rural e o urbano.

Da mesma forma atuam as grandes empresas de agronegócio, ramificando suas atividades de modo a abranger a maior parcela possível da cadeia produtiva e assim controlar também maior parte do mercado. Em Sertanópolis existem diversas empresas com este tipo de atuação característica, dentre as quais se destaca a Seara Agronegócios, uma das maiores empresas de comercialização e transporte de grãos do Brasil.

A Seara Agronegócios é uma empresa com origem e sede em Sertanópolis, o que a torna ainda mais relevante. Em 2015, de acordo com pesquisa do jornal “Valor Econômico” (Valor 1000), dentre as mil maiores empresas do país, a Seara aparecia em 154ª do *ranking*. Com uma receita líquida superior a 340 milhões de reais e uma média de 3,5 milhões de toneladas exportadas ao ano, a Seara subiu 35 posições no *ranking* nacional entre 2014 e 2015 (188ª). Este acelerado crescimento está atrelado a complexa cadeia produtiva de soja estabelecida pela empresa, além do diversificado leque de atividades agroindustriais e comerciais no qual a mesma se insere. Segundo o *website*, a Seara emprega em sua cadeia produtiva, ao todo, 648 trabalhadores diretos e 1.500 indiretos, atuando em nível nacional e internacional.

O mapa 4 mostra como se configura territorialmente a cadeia de negócios da Seara no Brasil. A empresa possui mais de 60 unidades atuando nas regiões Sul (PR, SC e RS), Sudeste (SP, MG) e Centro-Oeste (MT e MS). Não por acaso, se estende pelas áreas onde se concentra a maior parte da produção de soja do país, constituindo uma complexa rede de escoamento de grãos que, através de diferentes rotas e transportes multimodais, articula áreas produtoras até os principais portos do país, de onde se realizam as exportações.



Mapa 4 - Rede de logística, transbordo e comercialização de grão da empresa Seara Agronegócios.

Fonte: Seara Agronegócios.

É preciso elucidar que as unidades desempenham diferentes papéis dentro da estrutura organizacional da empresa e a partir delas podemos entender as atividades da Seara. Através das informações disponibilizadas no *website* e a entrevista realizada na empresa em outubro de 2016, foi possível identificar as diferentes funções das unidades, bem como elas se articulam formando uma cadeia de agronegócio.

As unidades classificadas como filiais são majoritárias dentre os outros tipos, sendo que mais de 10 estão no Paraná, das quais, 4 em municípios da RML. As filiais atuam diretamente com a produção, prestando suporte ao produtor desde o plantio à colheita através de serviços de consultoria e assistência técnica, além da venda de insumos e sementes. Outra atividade importante exercida pelas filiais é a originação de grãos, ligada a compra da produção de soja e milho. A originação consiste no recebimento, classificação, secagem, limpeza e armazenamento dos grãos, que posteriormente são encaminhados para as unidades denominadas terminais de transporte.

Os terminais de transporte também realizam a originação de grãos e, assim como as filiais, são equipados com silos para armazenagem, porém com capacidade muito maior. Segundo informações obtidas junto a Seara, cada terminal tem capacidade para armazenar 5 milhões de toneladas ao ano, sendo que a movimentação anual de cada um gira em torno de 2,5 milhões de toneladas. Estrategicamente distribuídos em Itiquira-MT, Londrina, Maringá e Paranaguá-PR, os terminais de transporte têm por função coletar a produção regional, seja diretamente do produtor ou a partir das filiais. Os terminais de transporte agregam sistemas multimodais que atuam em complementariedade (transbordo), conectando redes rodoviárias, ferroviárias e fluviais, como é o caso de Porto Murinho-MT.

A estrutura de transporte da Seara conta com 200 carretas bitrem e 1.500 vagões de carga de propriedade da empresa, além de 1.500 caminhões agregados por terceirização. A partir da articulação realizada pelos pontos de referência, as cargas de grãos são enviadas para os terminais portuários, responsáveis pelas exportações, que tem como principal destino os mercados europeu e asiático.

As diferentes funções das unidades são complementares e articulam de modo a otimizar processos, reduzir custos e obter a maior margem de lucros possível. Neste sentido, as unidades classificadas como ponto de referência são responsáveis pelo planejamento logístico estratégico da empresa. Nos pontos de referência atua o setor de vendas e logística, que depende de informações, orientações e diretrizes emanadas da matriz; estas unidades realizam as operações de venda dos grãos e definem as rotas específicas para deslocamento da

produção a partir dos terminais de transporte, de acordo com o preço do frete. O controle do escoamento dos grãos consiste em decidir, a partir do porto de destino, o terminal de transporte de onde sairão os grãos, além do meio de transporte e rota que apresenta o menor custo. Existem ainda unidades que cumprem a função de escritório, responsáveis pela emissão de notas, trâmite de documentos, contabilidade, suporte jurídico, dentre outras atividades administrativas e burocráticas.

A matriz, por sua vez, é responsável pelas decisões da empresa, como investimento de capital, expansão e novas frentes de negócio, planejamento estratégico e articulação com o mercado financeiro. Da matriz emanam todas as decisões empresariais. Na matriz, além do setor estratégico de negócios, existe também uma “ilha de telecomunicações” conectada diretamente ao sistema da BM&FBOVESPA, de onde uma equipe de profissionais acompanha as oscilações no preço das *commodities* nas bolsas de valores, permitindo definir o melhor momento para se realizar transações de compra e venda.

[...] essas empresas, que tem sob seu comando parcela de atividades de cadeias mercantis globais (ESPÍNDOLA, 2015) de soja, milho, trigo, leite, café, dentre outros, impõem decisões aos produtores rurais em termos de continuidade ou não de determinadas produções; impõem preços aos produtos agrícolas – evidente que articulados à dinâmica das bolsas de valores mundiais; realizam expressivo controle da comercialização de grãos. Nesta última etapa, empresas de capitais internacionais como a Cargill, Bunge, Louis Dreyfus, etc. não tem importância, já que aquelas de capital nacional e atuação regional têm controle do mercado. Em linhas gerais, o norte do estado do Paraná tem papel relevante na produção de soja, milho, trigo; criação e processamento de frangos, leite e derivados e sucroalcooleiro; além de outras produções agropecuárias que tem menor destaque em termos de área, trabalhadores e receitas [...] (FRESCA, 2016, p.37).

Segundo Fresca (2016) as relações estabelecidas por estas empresas através de amplas atividades ligadas aos agronegócios, às tornam importantes do ponto de vista da divisão territorial do trabalho, pois ao expandirem suas atividades no território, elas projetam determinada cidade ou região em nível internacional. No caso Sertanópolis, a cidade está inserida num importante eixo de produção agrária, a região norte paranaense. Com sua formação econômica e socioespacial ligada historicamente ao desenvolvimento agrário, o Norte do Paraná sedia atualmente diversas empresas, de diferentes ramos do agronegócio, como explica Fresca (2016).

A Seara se consolidou como grande empresa porque foi capaz de se adaptar as transformações ocorridas no Brasil em face dos processos de industrialização e urbanização.

A empresa passou por diferentes fases de desenvolvimento, acompanhando as alterações ocorridas na estrutura produtiva do setor agropecuário nacional em seus diferentes aspectos.

Criada nos anos de 1950³⁴ como negócio familiar, a Seara esteve ligada a atividade cafeeira até iniciar o comércio de cereais e secos e molhados. Posteriormente, com novos sócios, a empresa estendeu suas atividades para a comercialização de insumos e açúcar, além da compra e venda de cereais. Em nova expansão, se insere no setor agroindustrial a partir do processamento de açúcar e derivados de milho, mistura de fertilizantes a partir de matéria-prima importada e nacional (NPK³⁵).

Sob esta lógica a Seara continua expandindo suas atividades até se projetar no mercado internacional. Para se lançar no ramo de exportações, a empresa inicia a montagem de uma rede de compra e venda de cereais a partir do Paraná, com expressivos investimentos em transporte rodoviário. Depois do Paraná, a empresa passa a atuar nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, instalando unidades de armazenagem. Londrina e Maringá se tornam os primeiros pontos estratégicos para escoamento da produção. Além de comercializar, a Seara possui também produção própria de soja e milho. No Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, junto a produção de cereais a empresa implantou a atividade pecuária através do gado de corte. É utilizado um sistema integrado de lavoura/pecuária, desenvolvido em parceria com a Escola de Agronomia da USP (ESALQ), que engloba uma cadeia de produção, industrialização e comercialização.

No período mais recente foram implantados três novos terminais rodoviários (Itiquira-MT, Paranaguá e Marialva-PR), além de novas unidades no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo. Constantemente realizando novos investimentos, a empresa se inseriu também no mercado alimentício, rações e nutrição animal, instalada em Ibiaporã no ano de 2014, cuja planta agroindustrial foi orçada em 30 milhões de reais (JORNAL O BONDE, 2014). Com foco na área de *pet food*, a Seara criou a marca Serpet Nutrition, lançando a linha de rações premium PerCarne para cães e gatos, que já possui 5 produtos voltados para cães. A Seara possui atualmente, entre rações e nutrição animal, um total de 57 produtos no mercado para bovinos, equinos, ovinos e cães.

³⁴ O histórico da empresa está disponível no *website*, contudo não disponibiliza as datas de cada etapa de desenvolvimento com exatidão.

³⁵ Os adubos e fertilizantes são compostos por macronutrientes (necessários em maiores quantidades) e micronutrientes (necessários em menores quantidades). Os macronutrientes são fundamentais para a planta em todas as etapas, desde o crescimento, até o florescimento e frutificação; os principais macronutrientes são o nitrogênio (N), o fósforo (P) e potássio (K) - por isso NPK - dentre outros como o cálcio (Ca), magnésio (Mg) e enxofre (S) (AGEITEC, 2016).

No setor alimentício, segundo o website, a planta industrial de Ibiporã também realiza beneficiamento e fabricação de açúcar e derivados do milho. A marca Zanin, conta com 12 produtos derivados do milho (canjica amarela, canjiquinha fina e media, cuscuz flocão, fubá médio, fubá mimoso, fubá pré-cozido, gérmen de milho, gritz, milho picado e polenta). No ramo de açúcar, realiza o beneficiamento, ensacamento e comercialização através das marcas Super Sucar, Cristal Doce e Durano.

Outro segmento comercial importante da empresa é o de defensivos, sementes e fertilizantes. Defensivos e sementes (soja, milho, feijão, sorgo e trigo) são fornecidos em parceria com grandes empresas especializadas no ramo, tais como Du Pont, FMC, Adama Brasil - sediada em Londrina e com controle de 60% pertencente ao Grupo Chem China (FRESCA, 2016) - dentre outras. Os fertilizantes são produzidos pela empresa a partir da mistura de macronutrientes prontos para o preparo, fornecidos por empresas nacionais e estrangeiras do ramo químico. A Seara atua também indiretamente, através de representantes comerciais nas regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste, ou seja, os negócios da empresa estão presentes em quase todo o território nacional.

Assim, vemos que a Seara controla um amplo conjunto de negócios que se estende por várias regiões do país e se articula ao mercado internacional através da cadeia produtiva da soja. Como a gestão da empresa é realizada a partir de Sertanópolis, a Seara é responsável pela inserção desta pequena cidade na divisão territorial do trabalho através do agronegócio, projetando a cidade no contexto regional, nacional e internacional.

Com relação as outras empresas que atuam no agronegócio da soja-milho-trigo em Sertanópolis, apenas a Cocamar (Maringá) tem sede fora da RML, enquanto Agro 100 e Belagrícola, com sede em Londrina, reforçam a expressividade dos fluxos estabelecidos pelo agronegócio a partir da RML, assim como seu impacto nas dinâmicas econômica e social do Norte paranaense. Agro 100 e Belagrícola, apesar de atuarem no mesmo ramo, não possuem uma cadeia de negócios tão diversificada quanto a da Seara. Segundo Fresca (2016, p.36), estas empresas se caracterizam

[...] como provedora de soluções em todas as etapas da agricultura: preparo de solo e plantio; monitoramento da lavoura, fornecimento e aplicação de insumos de alta tecnologia; colheita, armazenagem e comercialização de safra, dentre outras [...]

De acordo com a entrevista realizada em outubro de 2016, a filial Agro 100³⁶ de Sertanópolis tem 21 funcionários, realizando atividades de originação de grãos, venda de insumos e prestação de serviços ao produtor rural. A originação de grãos é 70% oriunda do próprio município e 30% regional, sendo que a venda de grãos da empresa é destinada em 80% para exportações (com destaque para a China), enquanto o restante se distribui regionalmente e parte para o estado de São Paulo. Pudemos levantar ainda, que a matriz de Londrina concentra o setor de vendas, logística, distribuição de insumos para as filiais, administrativo, marketing e verbas.

A Belagrícola³⁷ se faz presente, além de Sertanópolis, em outros municípios da RML. Segundo entrevista realizada na filial de Sertanópolis (outubro de 2016), a unidade conta com 25 funcionários e realiza a originação de grãos (recepção, padronização, segregação e armazenagem), além de prestar serviços ao produtor rural (comercialização de insumos e assistência técnica profissional). Com foco na soja, milho e trigo, a unidade atende, além de Sertanópolis, outros municípios próximos. O gerente local estima que, de todo o montante da empresa, 70% dos grãos são destinados à exportação, tendo como principal destino o mercado asiático - com destaque para a China. Os demais 30% são comercializados regionalmente, com destaque para a IMCOPA - empresa especializada em esmagamento e fabricação de derivados de soja - que fornece matéria prima para a cervejaria Petrópolis. Ainda segundo o gerente, os setores de logística, administrativo, jurídico e *marketing* estão concentrados na matriz de Londrina, o que explica sua importância do ponto de vista de gestão do território, como aponta Fresca (2016).

A unidade da Cocamar³⁸ de Sertanópolis, segundo entrevista realizada com o gerente local - em outubro de 2016 - realiza recebimento de grãos, classificação, secagem, limpeza,

³⁶ Criada em 1996, possui atualmente com 450 colaboradores e 22 filiais distribuídas entre Paraná (17 unidades), Mato Grosso do Sul (3 unidades) e São Paulo (2 unidades); as filiais se concentram majoritariamente em municípios da RML. Com o início das atividades de originação, comercialização e exportação de grãos, a empresa se consolidou no mercado nacional. A Agro 100 também criou outra marca, a Sementes Boa Nova (2013); voltada para o mercado de sementes, a empresa produz e multiplica sementes de soja em parceria com TMG e Monsoy, e trigo em parceria com Biotrigo e Coodetec. A empresa possui ainda, na cidade de Rolândia, um grande terminal rododiferroviário, equipado para transbordo e armazenamento de grãos e fertilizantes. Em parceria com a Ricolog, a empresa realiza o escoamento de grãos e farelos para o Porto de Paranaguá, de onde partem suas exportações. A estrutura de logística envolve 160 vagões de carga, 3 tombadores para bitrem e capacidade para a acomodação de 300 bitrens; com relação aos fluxos de exportação (grãos e farelo) e importação (fertilizantes), a capacidade de embarque e desembarque é de 600 toneladas/hora (FRESCA, 2016).

³⁷ Criada em 1985, a Belagrícola iniciou seus negócios com a comercialização de fertilizantes, defensivos e sementes em Bela Vista do Paraíso. Em 1995 a empresa inicia sua expansão regional, começando por Londrina. A partir de 2011 entra para o mercado de grãos, capacitando a unidade de Bela Vista do Paraíso para originação de grãos. Atualmente, segundo Fresca (2016), a empresa possui 54 unidades e a matriz está em Londrina.

³⁸ Sediada em Maringá, esta empresa do agronegócio de grãos é importante em termos de gestão do território, pois insere Sertanópolis indiretamente em uma cadeia produtiva de escala internacional. Assim como a Seara, a

armazenagem de grãos, comercialização de insumos e prestação de serviços ao produtor rural. Com 25 funcionários, a atuação da unidade abrange o município de Sertanópolis e outros municípios próximos. Os setores de logística, administrativo, comercial, jurídico e *marketing*, estão concentrados na matriz em Maringá, que controla também as exportações.

Ao discutirmos a articulação da cadeia produtiva destas diferentes empresas de agronegócio, foi possível observar como elas estabelecem poder no território através de suas atividades, relações e interações (CONTINI *et al*, 2006; SPÍNDOLA, 2015; FRESCA, 2016). Elas controlam parcelas expressivas do mercado nacional e internacional da soja, milho e trigo; também controlam os preços das mercadorias e o que vai ser produzido nas regiões onde atuam.

São empresas cuja atuação centrada em produtos e processos para a agropecuária, realizam a gestão do território de modo muito amplo em vários aspectos, não apenas pelos assalariados externos. Para este último elemento ocorre importante drenagem da mais valia, direcionados para a sede, a partir da qual se tomam decisões de novos investimentos produtivos, de expansão de área de atuação, abertura de novas atividades, dentre outros. Na realidade essas empresas, que tem sob seu comando parcela de atividades de cadeias mercantis globais [...] impõem decisões aos produtores rurais em termos de continuidade ou não de determinadas produções; impõem preços aos produtos agrícolas – evidente que articulados à dinâmica das bolsas de valores mundiais; realizam expressivo controle da comercialização de grãos (FRESCA, 2016, p. 37).

A cadeia produtiva destas empresas não se restringe a sua própria atuação, direta e indiretamente elas impulsionam outras relações que envolvem outras empresas e setores econômicos. Além dos parceiros que atuam diretamente em suas atividades, outras empresas aproveitam os nichos criados pelo agronegócio, como: casas do produtor rural, que oferecem serviços e produtos similares aos das grandes empresas; lojas de implementos agrícolas (tratores e maquinário), que suprem demandas de equipamentos; técnicos e engenheiros agrônomos, veterinários e outros profissionais autônomos que dão suporte ao produtor; instituições e agentes financeiros, como bancos e cooperativas de crédito que oferecem aporte de capital para produtor; além de empresas que operam junto ou administram as bolsas de valores, obtendo lucros a partir do mercado de *commodities*, etc.

Cocamar têm aparecido no *ranking* da Valor 1.000 - 194º posição em 2014 e 166º em 2015. A Cocamar foi criada em 1963 na cidade de Maringá (PR) por um grupo de 46 investidores do ramo de café. Inicialmente atuava com o café, até diversificar suas atividades através da soja, milho, trigo e laranja. Atualmente possui mais de 60 unidades distribuídas no Norte e Noroeste paranaense, Oeste paulista e Sudoeste do Mato Grosso do Sul, agregando 13 mil cooperados.

A forma como estas empresas se desenvolvem está vinculada às exigências e competitividade impostas pelo próprio mercado (GONÇALVES, 2005; GONÇALVES *et al*, 2005; CÂMARA, 2011). São relações que se estabelecem a partir da articulação do global ao local, gerando fluxos em ambos os sentidos, uma vez que o global impõe demandas ao local enquanto o local responde ao global através de suas particularidades e demandas próprias. Uma prova disso é controle que estas empresas exercem sobre determinadas parcelas do mercado em diferentes escalas.

Além do agronegócio da soja, a cadeia produtiva relacionada ao trigo também é relevante para a dinâmica econômica e social de Sertãozinho. Neste sentido, é preciso discutir a atuação da família Venturelli na cidade, que foi pioneira tanto na moagem de trigo, como na introdução do cultivo no município (PELLEGRINI, 2014). Na década de 1950, já atuavam no ramo de panificação através da padaria Globo, que mais tarde daria origem ao atual Moinho Globo. Mesmo na atualidade, o Brasil não é autossuficiente na produção de trigo, dependendo majoritariamente de importações; isso motivou o patriarca Ciro Venturelli, junto a sua família, a iniciar uma produção própria de trigo para abastecer o moinho recém-instalado em 1953:

‘Mas, quando o moinho ficou pronto, foi uma grande evidência do que todos sabiam: para o moinho moer, não havia trigo plantado no Norte do Paraná. Então nosso pai fez o óbvio corajoso, começou a plantar trigo, pioneiro dos pioneiros da triguicultura’ (PELLEGRINI, 2014, p.23).

O Moinho Globo começa a operar em 1954, aumentando gradativamente sua produção e investindo em novos maquinários; além de, mediante a compra da produção, incentivar os produtores locais a plantarem trigo. Entre 1967-1990, a moagem do trigo para produção de farinha passou a ser rigorosamente controlada pelo Estado, provocando mudanças no sistema produtivo nacional:

No período de comercialização efetivamente estatizada (1967/1990), vigorou uma política estável na comercialização e industrialização do trigo. No que diz respeito às políticas de produção, ocorreram mudanças nos processos tecnológicos e nos níveis de financiamentos da cultura e dos preços aos produtores, servindo simultaneamente de estímulo e desestímulo à produção. [...]. Ao mesmo tempo que havia redução da produção e a aquisição passava a não ser mais intermediada pelo governo, as indústrias passaram a exigir trigo de melhor qualidade industrial. A partir de 1990, a pesquisa concentrou maior atenção no desenvolvimento de variedades de maior potencial genético e de melhor qualidade industrial. Desse modo, os produtores que utilizavam de maneira integral as tecnologias preconizadas pela pesquisa agropecuária continuaram obtendo rendimentos acima da média para os padrões brasileiros (COLLE, 1998, p.12).

Como a quantidade produzida era controlada e restringida pelo Estado no período em questão, a expansão da empresa foi contida e os lucros eram reinvestidos em propriedades rurais (PELLEGRINI, 2014). Uma das soluções encontradas pelos Venturelli para continuar crescendo durante este período, foi a aquisição de moinhos com cotas de produção já liberadas pelo governo. Foram incorporados 3 novos moinhos, um em Medianeira, outro em Toledo (que seria transferido para Sertanópolis) e um terceiro em Londrina, este em parceria com o Moinho Araçongas. Ainda neste período, ocorreu a aquisição por um grupo de proprietário de moinhos, das cotas do Moinho Matarazzo (de São Paulo), as quais foram divididas entre os mesmos. Ao final dos anos de 1980, a capacidade de moagem do Moinho Globo alcançou 40 t/dia.

Ao mesmo tempo, a cadeia produtiva do trigo passou por um processo gradativo de modernização e maior competitividade, o que exigiu uma adaptação das empresas as mudanças em curso, principalmente após a desregulamentação ocorrida nos de 1990:

Também após a desregulamentação, as articulações na cadeia se modificaram impondo novas variáveis determinantes da competitividade. Modificaram-se as relações intra e intersetoriais com a abertura da economia brasileira e com a intensificação comercial do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). A Argentina passou a ser a principal fornecedora de trigo em grão para o Brasil e, por consequência, um dos principais concorrentes. [...] Como resultado, a cadeia produtiva do trigo, que possui determinados grupos de interesse representados principalmente pela indústria de insumos, máquinas e equipamentos, produtores, indústria moageira, indústria de transformação e consumidores, se tornou menos competitiva e, conseqüentemente, os produtos importados passaram a ser introduzidos no mercado brasileiro a preços menores. Neste contexto, a perfeita articulação da cadeia produtiva é fundamental para que o produto consumido pelos brasileiros seja, na sua maior parte, produzido internamente [...]. Esta articulação dos diferentes elos da cadeia produtiva é necessária para ampliar a competitividade, aumentar o consumo de derivados e, dessa forma, elevar a produção do trigo em grão no Brasil (COLLE, 1998, p.13).

Neste momento, o Moinho Globo já estava sob comando da segunda geração da família Venturelli, os filhos Mario, Orlando e Ardo. A modernização e ampliação da empresa se deu através da iniciativa de Mario e seu sobrinho Giancarlo (filho de Orlando) (PELLEGRINI, 2014):

‘Em 1988 minha família morava em Nova Iorque e aproveitei para conhecer maquinários para a peneiração e micronização de farinhas, fabricados pela Great Western, de LeavenWorth no Kansas. Consultei o melhor técnico moleiro e o empresário Heinz Becker de Mineápolis, visando a ampliação do nosso moinho Globo. [...]. Sua estratégia era vender máquinas novas e receber as velhas, trocadas como parte do pagamento. No mesmo ano Gian foi nos visitar, pois tinha ido fazer curso de moagem em North Dakota e Minnesota. [...] A partir de 1990, o primeiro moinho novo foi construído [...]

aumentando a produção para 150 toneladas, contando ainda com um moinho velho, [...] depois desativado para a construção de mais um moinho [...], saltando então a moagem para 220 toneladas/dia. Fomos conhecer e comprar as melhores máquinas na Itália e na Suíça, que possuem tecnologia e eficiência' (PELLEGRINI, 2014).

A Moinho Globo diante de um ambiente de maior competitividade realizou investimentos em tecnologia, importando novos maquinários e técnicas de produção. Todo o longo processo de expansão realizado durante os anos de 1990 foi realizado com recursos próprios e empréstimos, primeiro junto a bancos de desenvolvimento de diferentes estados, e posteriormente junto ao Bradesco. Ao final deste processo a empresa atingiu a capacidade de moagem de trigo que mantém atualmente, 450 t/dia (PELLEGRINI, 2014). Em 1993, já consolidada no mercado, a Moinho Globo expandiu suas atividades produtivas e passou a fabricar derivados do trigo, tendo como primeiro produto diferenciado a pré-mistura para pão francês.

Durante seu desenvolvimento a Moinho Globo passou por várias mudanças estruturais, sendo mais recente a administrativa, através da qual a empresa passou a se organizar por setores, incorporando dirigentes para cada um deles. Existe atualmente um conselho de administração, “[...] formado dois dirigentes de cada uma das duas holdings familiares, mais um conselheiro independente, focando proteção do patrimônio, avaliação de qualidade da gestão e estratégias futuras [...]” (PELLEGRINI, 2014, p.73). A sucessão dos dirigentes familiares é decidida pelo conselho de acionistas das *holdings* (Totti/Venturelli e Biolink/Venturelli); em 2012 o conselho elegeu Paloma Venturelli (filha de Mário) como vice-presidente da empresa, ao lado de Giancarlo, atual presidente.

A gestão profissional, realizada a partir da matriz em Sertanópolis, é dividida entre gerentes - os quais realizam atividades operacionais - e dirigentes familiares, responsáveis pelas decisões estratégicas. A maior parte dos serviços utilizados pela empresa são de origem local, sendo contratados em Londrina, serviços jurídicos (escritório de marcas e patentes, etc.) e de *marketing* (empresa de propaganda). Segundo entrevista realizada na empresa - em outubro de 2016 - e dados disponíveis no *website*, a empresa atualmente cerca de 300 funcionários e trabalha com diversas linhas de produtos entre consumo doméstico e industrial:

Quadro 7 - Marcas e produtos fabricados e comercializados pela Moinho Globo.

Marca	Linha industrial	Linha doméstica
Globo	<ul style="list-style-type: none"> - Farinha de trigo (25 e 50 kg). - Farinha de trigo Mais Pães Ouro (25 e 50 kg). - Farinha de trigo integral (25 kg). - Farinha de trigo puríssima (5, 25 e 50 kg). - Farinha de trigo superiore (25 e 50 kg). - Melhorador Globopan para pão (5 kg). - Semolina de trigo (5 e 50 kg). - Mistura para bolo cremoso (4 tipos): chocolate, maracujá, aipim e fubá (5 kg). - Mistura para bolo (17 tipos): chocolate, laranja, côco, baunilha, pão de ló natural e chocolate, banana com canela, cenoura, leite condensado, maçã com canela, milho verde, abacaxi, neutro, aipim, fubá, limão e maracujá (5 kg). - pré-Mistura para pão (4 tipos): Superiore, Globomix ouro, pão doce e pão francês, (25 kg). - Linha Mais Sabor - mistura para pão (17 tipos): foccacia, chia light e tradicional, linhaça, centeio, soja com girassol, milho, batata, panetone com gema e tradicional, francês com fibras, integral light e tradicional, soja light, 7 grãos, brioche, pão fofinho e croissant. - Misturas especiais (3 tipos): nhoque do papa e mistura 3 3m 1 (pão de forma, hambúrguer e hot-dog), farinha para pizzas e salgados. 	<ul style="list-style-type: none"> - Farinha de trigo: embalagem de papel (1 e 5 kg), embalagem plástica (1 kg). - Farinha de trigo Superiore (1 e 5 kg). - Farinha de trigo com fermento (1 kg). - Mistura para bolo (8 tipos): abacaxi, aipim, baunilha, cenoura, chocolate, côco, laranja e limão (400 g).
Família Venturelli	Não trabalha com o segmento.	<ul style="list-style-type: none"> - Farinha de trigo gourmet (1 kg). - Farinha de trigo integral (1 kg). - Farinha de trigo puríssima (1 e 5 kg). - Mistura para bolo de micro-ondas (4 tipos): baunilha, chocolate, côco e laranja (400 g). - Mistura para bolo cremoso (4 tipos): aipim, chocolate, fubá e maracujá (450 g). - Mistura para pão (3 tipos): chia, integral e linhaça e aveia (1 kg).

Fonte: www.lcaalimentos.com.br

Através das marcas Globo e Família Venturelli, a Moinho Globo oferece - entre farinha de trigo, misturas para massas, diferentes tamanhos de embalagens, sabores e texturas - 85 opções de produtos no mercado. Existe ainda, incorporada aos negócios do Moinho Globo, a distribuidora de Açúcar Globo. O principal mercado consumidor da empresa se concentra na região Sul e Sudeste (Norte do Paraná, Curitiba, MG, RJ, SP e ES), sendo o interior de São Paulo o mais representativo de todos.

Em 2015 a Moinho Globo, através de empréstimos junto ao BNDES, iniciou nova expansão da planta industrial (25.000 m²), onde estará a sede e toda a estrutura industrial da empresa; com a conclusão prevista para 2017, a capacidade produtiva atingirá 600 t/dia. Além dos moinhos e misturadores, a estrutura contará com um laboratório para controle de qualidade do trigo e uma cozinha experimental, onde serão testados os produtos em uso. Fora de Sertanópolis existem três filiais: em Curitiba, São Paulo e Rio de Janeiro; estas unidades atuam como centros de distribuição logística para o mercado consumidor. Existem ainda representantes comerciais atuando em diversos estados brasileiros (AC, ES, GO, MT, MG, PR, RJ, RO, SC e SP).

Assim como as empresas de agronegócio já discutidas, a Moinho Globo tem seguido a mesma lógica de expansão, buscando ampliar sua cadeia produtiva dentro do ramo agroindustrial através da diversificação de atividades. Do ramo de panificação a empresa agrega novas atividades industriais, através do beneficiamento de trigo e fabricação de farinha, e agrárias através da cultura de trigo e do estímulo aos produtores locais para plantar trigo. Posteriormente, a empresa se insere no setor de misturas e base para massas, passando a atuar também como distribuidora de açúcar através de marca própria. A partir de investimentos estratégicos, a empresa foi absorvendo gradativamente maiores parcelas do processo produtivo e do próprio mercado no qual se insere.

No mesmo segmento do Moinho Globo em Sertanópolis, existe a LCA Alimentos. Essa empresa teve sua origem a partir da dissolução de sociedade entre membros da família Venturelli, sendo criada em 1988 pelos irmãos Aldo, Ciro e Luciano Venturelli. Segundo o *website*, a empresa iniciou suas atividades com a produção de trigo para quibe, passando a atuar no segmento de farinha de rosca com a construção da segunda unidade em 1990. Outra expansão ocorreu em 2004 com a inauguração de um moderno moinho de trigo, através do qual a empresa ampliou sua capacidade produtiva para 230 t/dia. Expandindo novamente em 2009, a LCA chegou a capacidade produtiva de mais de 500 t/dia.

Segundo entrevista realizada na empresa em outubro de 2016, o diretor da LCA afirmou que a mesma é líder nacional nos segmentos de trigo para quibe, onde detém 80% do mercado consumidor, e de farinha de rosca; além disso, a empresa também fornece estes produtos para outras empresas que os embalam e revendem com suas marcas. No mercado de farinha de trigo, liderado pela empresa J. Macedo (sediada em Fortaleza - CE), a LCA e a Moinho Globo estão entre as maiores do país, projetando Sertanópolis nacionalmente neste segmento. A farinha de trigo é o principal produto da empresa, representando 50% de sua receita, enquanto o trigo para quibe gera 12% e a farinha de rosca 8%. Outro produto importante, fruto da diversificação mais recente das atividades produtivas da empresa, é a linha de misturas (mix), que representa atualmente 30% da receita.

A maior parte do trigo utilizado no país é importado da Argentina, Uruguai e Canadá. Com relação a matéria prima nacional, além da produção própria dos donos da empresa, o montante comprado no mercado interno é adquirido através dos leilões da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), órgão ligado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Essas transações se dão por meio de leilão eletrônico, através do Sistema de

Comercialização Eletrônica da CONAB, articulado às Bolsas Nacionais de Cereais e Mercadorias.

Em Sertanópolis a LCA possui três unidades de produção: a primeira, fundada em 1988, produz trigo para quibe e tem capacidade produtiva de 40 t/dia; a segunda, fundada em 1990, produz farinha de rosca e tem capacidade produtiva de 25 t/dia; a terceira, fundada em 2004 e ampliada em 2009, produz farinha de trigo com capacidade de 500 t/dia. Existe ainda um laboratório próprio de controle de qualidade e um setor de manutenção com oficinas metalúrgica, mecânica e elétrica. O maquinário da empresa é de origem alemã, fora a manutenção própria da empresa tem suporte técnico especializado prestado a partir do estado de Santa Catarina. Em Londrina, a LCA contrata serviços de recursos humanos e saúde para seus funcionários, serviços jurídicos e busca serviços públicos e federais. Em São Paulo são contatados serviços jurídicos ligados a importação de trigo, além do *marketing*.

Quadro 8 - Marcas e produtos fabricados e comercializados pela LCA Alimentos.

Marca	Linha profissional	Linha doméstica
Tia Ofélia	<ul style="list-style-type: none"> - Creme confeiteiro (1 kg). - Farinha de trigo (25 e 50 kg). - Farinha de trigo integral (40 kg). - Mistura para pães (5 kg). - Mistura para bolo (14 sabores - 5 kg). 	<ul style="list-style-type: none"> - Farinha de trigo: embalagem de papel (1 e 5 kg), embalagem de plástico (1 kg). - Farinha de trigo com fermento (1 kg). - Farinha de trigo para pizza e salgados (5kg).
Ofélia	<ul style="list-style-type: none"> - Farinha de rosca (5 kg). - Farinha de trigo t1 plus (25 kg). - Linha boulangerie: <ul style="list-style-type: none"> - Melhorador para massa de pães (10 kg) - Massa para pão (11 tipos) - caseiro, francês, integral, ciabatta, multigrãos, centeio, milho, aveia, batata, brioche e baguete (5 kg). - Mistura para bolo: milho, aipim (5 kg). - Trigo para quibe (5 kg). 	<ul style="list-style-type: none"> - Farinha de rosca (500 g). - Farinha de trigo T1 Plus (1 e 5 kg). - Mistura para pão (4 tipos): caseiro, integral, centeio e batata (450 g). - Trigo para quibe (500 g).
Marrocos	<ul style="list-style-type: none"> - Farinha de rosca (5 e 25 kg). - Trigo para quibe (5, 25 e 50 kg). 	<ul style="list-style-type: none"> - Farinha de rosca (500 g). - Trigo para quibe (500 g).
Marrakech	<ul style="list-style-type: none"> - Farinha de trigo (50 kg). 	<ul style="list-style-type: none"> - Farinha de trigo (1 kg).

Fonte: Website da LCA Alimentos, 2017.

Como mostra o quadro 8, a LCA possui 4 marcas próprias através das quais comercializa seus produtos em dois segmentos: consumo doméstico (linha doméstica) e panificação (linha profissional). Entre farinha de trigo, farinha de rosca, trigo para quibe, misturas para massas, diferentes tamanhos de embalagens, sabores e texturas, a LCA Alimentos oferece 58 opções de produtos no mercado.

Segundo entrevista, a LCA Alimentos emprega 270 funcionários remunerados segundo o piso sindical (R\$1.233,00). O principal mercado consumidor da LCA se concentra nos estados de São Paulo (30%), Paraná (25%), mas também abrange Rio de Janeiro, Minas

Gerais, Centro-Oeste e Nordeste. Para atingir este alcance em território nacional, a LCA possui uma rede de logística e comercialização estabelecida a partir de 3 centros de distribuição, situados em Diadema-SP, Belo Horizonte-MG e Rio de Janeiro-RJ.

Não é raro como aponta Fresca (2016), o reinvestimento de rendas de o agronegócio ser direcionado para diferentes ramos de atividades. Inicialmente ligada a produção e moagem de trigo, a LCA Alimentos deu origem, em 2009, à LCA Empreendimentos, uma empresa ligada ao setor imobiliário e de construção civil que emprega atualmente 35 funcionários. Ao diversificar novamente suas atividades, os donos da LCA se lançam em outro ramo de negócios e iniciam a construção de um conjunto habitacional com 200 casas (2 e 3 quartos) voltado para os funcionários da empresa, sendo esta a primeira atuação da LCA Empreendimentos. O conjunto habitacional foi um empreendimento realizado com recursos federais, adquiridos junto à Caixa Econômica Federal através do programa Minha Casa, Minha Vida. Posteriormente, a LCA empreendimentos passou a atuar no ramo de loteamentos, começando com 4 empreendimentos em Sertanópolis e depois expandindo os negócios para os municípios de Bela Vista do Paraíso, Cornélio Procópio, Ibioporã, Jaguapitã, Primeiro de Maio e Leopólis.

A discussão sobre a atuação e a cadeia produtiva das empresas levantadas até aqui, reforça a forte influência que o agronegócio (da soja, milho e trigo) exerce sobre as principais atividades urbanas de Sertanópolis e sua inserção no contexto regional. Assim, enquanto o agronegócio se desenvolvia no Brasil - e se realizavam as transformações discutidas anteriormente (SANTOS, 1993; CORRÊA, 1989, 2011; FRESCA, 1990, 2001) - as atividades da cidade se adaptaram para atender as novas demandas do campo. Eis uma perspectiva das cidades do campo que Santos (1993) explicava no contexto do meio técnico científico informacional.

Assim, relações locais na esfera econômica, política ou social são impulsionadas ou interagem de alguma forma com o agronegócio. Exemplo disso é o restaurante Baiano's situado próximo a Seara, que tem como principal clientela, os funcionários da Seara, Cocamar, LCA e outras. Também se pode citar empresas como a Ludwig Agropecuária e Zanin Agropecuária, que notoriamente prestam serviços de administração agrícola e pecuária, além de outras casas agropecuárias de pequeno porte que comercializam insumos, rações e outros produtos relacionados.

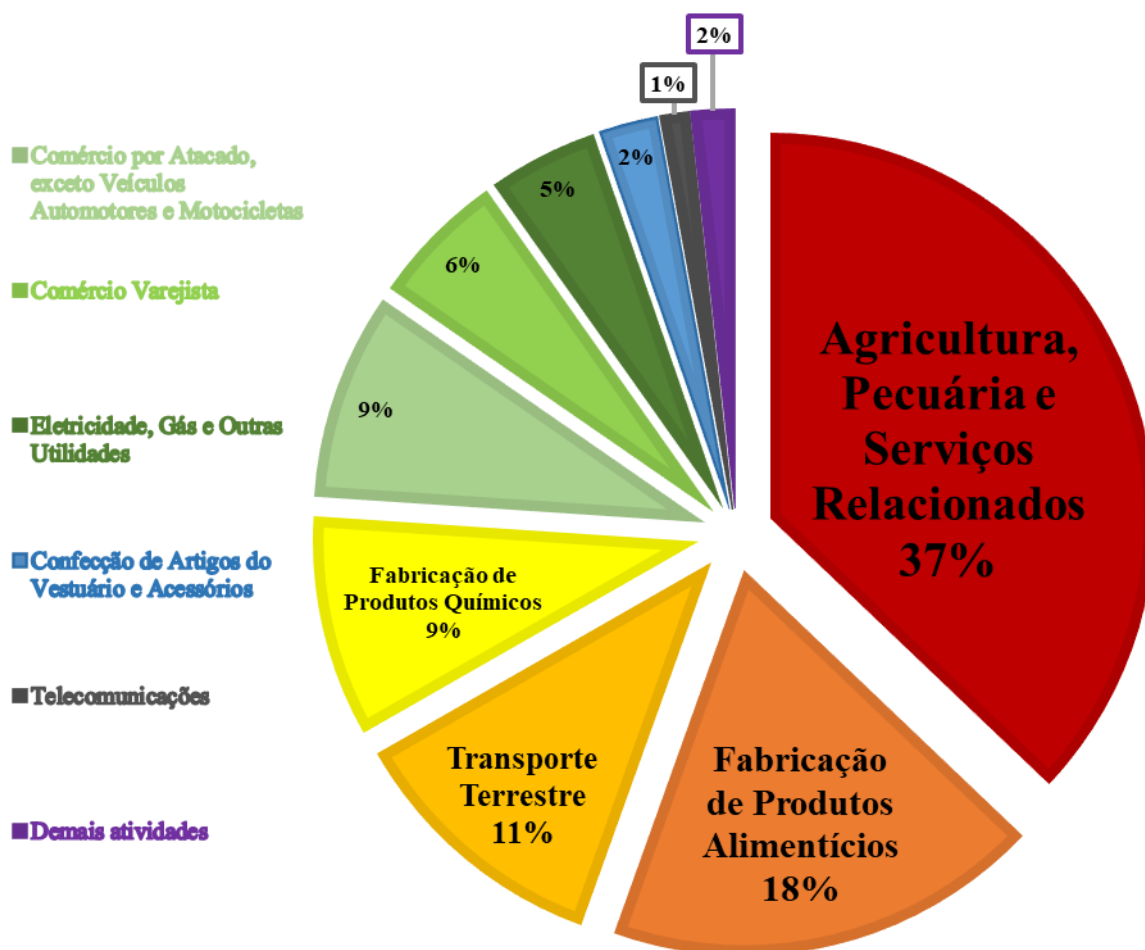
A importância do setor agropecuário e do agronegócio fica mais clara ainda ao analisarmos a tabela 14 e o gráfico 7. Neles podemos visualizar quais os tipos de atividades que mais empregam e geram renda no município.

Tabela 14 - Número de trabalhadores e estabelecimentos por atividade, de acordo as subclasses da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAES 2.0) - Sertanópolis, 2015.

	Nº. Trab.	Nº. Estab.
Atividades de organizações sindicais	592	3
Administração pública em geral	463	2
Moagem de trigo e fabricação de derivados	397	4
Cultivo de soja	232	99
Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida	167	9
Comércio atacadista de cereais e leguminosas beneficiados	163	4
Transporte rodoviário de carga intermunicipal, interestadual e internacional	121	42
Atividades de associações de defesa de direitos sociais	102	10
Comércio varejista de produtos alimentícios em geral	101	6
Educação infantil - pré-escola	82	2
Fabricação de biscoitos e bolachas	66	3
Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores	66	18
Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	63	25
Construção de edifícios	49	10
Fabricação de móveis com predominância de madeira	48	13
Restaurantes e similares	47	12
Atividades de contabilidade	47	7
Confecção, sob medida, de peças do vestuário, exceto roupas íntimas	40	1
Fabricação de outros produtos alimentícios não especificados anteriormente	38	2
Comércio varejista - supermercados, minimercados, mercearias e armazéns	61	16
Moagem e fabricação de produtos de origem vegetal não especificados anteriormente	34	2
Cultivo de outros cereais não especificados anteriormente	33	13
Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores	31	8
Bancos múltiplos, com carteira comercial	29	4
Atividades de organizações associativas patronais e empresariais	28	2
Comércio atacadista de soja	26	2
Comércio varejista de materiais de construção não especificados anteriormente	26	7
Comércio varejista de móveis	26	9
Comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas	24	9
Atividades de apoio à agricultura não especificadas anteriormente	23	8
Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo	23	2
Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário	22	4
Atividades de organizações religiosas ou filosóficas	22	5
Captação, tratamento e distribuição de água	20	1
Comércio atacadista de açúcar	20	1
Padaria e confeitaria com predominância de revenda	20	10
Demais atividades com até 19 trabalhadores informados por subclasse	747	300
Total	4099	675

Fonte: RAIS - Relação Anual de Informações Sociais, Ministério do Trabalho e Emprego, 2015.
Org.: OLIVEIRA, F. S.

Gráfico 7 - Principais atividades na arrecadação de ICMS em Sertanópolis, 2014.



Fonte: IPARDES (2014).

Na tabela 14, os dados referentes a 2015 mostram que mais de 25% dos empregos locais estão ligados diretamente ao agronegócio, incluindo as empresas já citadas e outras atividades que discutiremos a seguir, como o setor de transporte terrestre de cargas, máquinas e equipamentos, dentre outros. O gráfico 7 mostra também que o setor agropecuário e de serviços relacionados, é responsável por 37% da arrecadação de ICMS em Sertanópolis, sendo o que mais gerou renda em 2014.

As empresas ligadas ao agronegócio da soja estabelecem volumosos fluxos através de logística e transporte de mercadorias. Por isso, sendo um elemento fundamental desta cadeia produtiva, o setor de transporte rodoviário de carga (intermunicipal, interestadual e internacional) é bastante representativo em Sertanópolis. Esta atividade é a 7ª colocada na geração de empregos e a 3ª em arrecadação de ICMS no município.

A venda e manutenção de máquinas e implementos agrícolas é outra atividade presente em Sertanópolis ligada ao agronegócio. Neste ramo podemos citar a Barbieri

Agrícola, criada em 2003. A empresa iniciou suas atividades prestando serviços de colheita e vendendo máquinas agrícolas usadas. Posteriormente, como representante regional da New Holland, abriu uma loja especializada na comercialização de peças novas para reposição em plantadeiras, tratores, pulverizadores e outros implementos; esta unidade conta ainda com oficina especializada em manutenção de máquinas e implementos agrícolas. Além da unidade de Sertanópolis, um estabelecimento de 24.000 m² e 3.000 m² de área construída, que opera como matriz, existe uma filial em Londrina. Além da Barbieri, existem algumas empresas de pequeno porte que prestam serviços metalúrgicos e mecânicos relacionados a maquinário e implementos agrícolas.

Devido a importância do financiamento para as atividades agropecuárias, os principais bancos ligados ao crédito rural estão presentes em Sertanópolis: Banco do Brasil; Caixa Econômica Federal; Itaú; Bradesco; HSBC; além das cooperativas de crédito Sicoob e Sicredi. Estas agências prestam - além do atendimento comum à população - serviços de crédito e auxílio à produção. Em Sertanópolis, tendem a trabalhar com linhas de crédito rural, seja vinculado ao SNCR ou não, como é o caso da CPR e dos financiamentos de caráter privado. É preciso destacar ainda, que conforme avança a financeirização do campo e o setor primário aumenta sua importância na balança comercial - através do agronegócio - os bancos privados voltam cada vez mais suas atenções para o crédito rural:

Bancos privados e grandes cooperativas de crédito avançam no financiamento ao agronegócio, um dos poucos setores da economia em crescimento [...]. Além do Banco do Brasil, responsável por quase 60% do crédito rural do Plano Safra 2015/16, Bradesco, Itaú e Santander têm procurado estreitar as relações com o campo na oferta de linhas para custeio com juros controlados (mais baratos). [...] O objetivo é buscar uma fatia maior de financiamento que ainda está concentrada nas mãos de bancos públicos. [...] De olho nos negócios do campo, o Santander, que reúne 85 mil clientes da cadeia do agronegócio, prevê oferecer este ano 20% a mais em recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e recursos livres (captados pelo próprio banco) na comparação com 2015. [...] No ano passado, a carteira de financiamentos do banco para clientes da cadeia do agronegócio aumentou 10%, de R\$ 40 bilhões para R\$ 44 bilhões. [...] Assim como o Santander, o Itaú BBA, que atua no atacado e pertence ao grupo Itaú Unibanco, vem aperfeiçoando ao longo de dois anos um trabalho de corpo a corpo no campo. Ambas as instituições estão contratando agrônomos para contato direto com os produtores para se adequar às particularidades do agronegócio e ganhar cada vez mais espaço (JORNAL ESTADO DE MINAS, 2016, p.01).

Indiretamente, empresas como a Seara Agronegócios, Agro100, Cocamar e Belagrícola, oferecem financiamento de safra vinculado a instituições financeiras, que celebram contratos através dos mecanismos de crédito rural. O financiamento de safra

consiste em oferecer ao produtor rural todo o suporte necessário para a produção; isso inclui consultoria, assistência técnica (agrônomos, veterinários, etc.), insumos (sementes, fertilizantes e defensivos), terceirização de maquinário, dentre outros.

Existem ainda outras formas de atuação destes bancos, como programas de investimentos (poupança, títulos de capitalização, etc.) e linhas de crédito especiais para empresas. Em Sertanópolis podemos citar os exemplos do Moinho Globo, que realizou uma expansão financiada pelo HSBC (PELLEGRINI, 2014); e da LCA Empreendimentos, que iniciou seus negócios junto à Caixa Econômica Federal com recursos liberados pelo PAC - criado no governo Lula - mais especificamente o Minha Casa, Minha Vida³⁹.

A partir dos dados do gráfico 7 e da tabela 14, além de informações levantadas *in loco*, foi possível identificar também outros setores produtivos importantes para a dinâmica econômica e social da cidade. Neste rol, podemos apontar duas empresas do setor alimentício (Biscoitos Andriolli e Luggi Alimentos) e outra no setor de confecção de vestuário (Di Hoffmann Camisaria).

A Luggi Alimentos foi criada em 1989, por dois irmãos descendentes da família Venturelli, sem relação direta com a Moinho Globo, mas com o passado ligado também a agricultura. A empresa fabrica salgadinhos de milho, trigo e batata chips, estando indiretamente ligada a cadeia produtiva da soja, milho e trigo. Segundo entrevista - realizada em outubro de 2016 - a Luggi possui uma unidade produtiva que emprega atualmente 27 pessoas, oferecendo 29 opções de produtos no mercado, entre diferentes tipos e sabores.

Quanto a matéria prima, o milho e o trigo são adquiridos em Sertaneja, enquanto o óleo de soja é comprado junto a Cocamar em Maringá e as essências em São Paulo. As vendas são realizadas localmente - com um caminhão próprio que realiza as entregas - e através de distribuidoras que compram e revendem seus produtos. Segundo ordem de importância, o mercado consumidor da empresa abrange os estados do Paraná, Rio Grande do Sul, Rondônia, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e São Paulo. Os serviços jurídicos, administrativos e contábeis são de ordem local, enquanto o *marketing* é contratado em Londrina. O maquinário é parte nacional - procedente de São Paulo - e parte importado - procedente da China.

³⁹ Neste caso vale resgatar o fato de que cidades como Sertanópolis tem prioridade na captação destes recursos do governo federal, como os provenientes do PAC, por pertencer a uma região metropolitana, tal como já discutido.

Ainda no setor alimentício, a Biscoitos Andriolli, criada em 1999, também se destaca na cidade de Sertanópolis. Segundo entrevista - realizada em outubro de 2016 - a empresa possui uma unidade produtiva com 45 funcionários em Sertanópolis, tendo como foco a produção de alimentos à base de polvilho, milho e trigo. São 5 linhas de produtos e duas marcas (Andriolli e Kadilac), num total de 44 opções entre tipos e sabores.

Quanto a matéria prima, o óleo de soja é comprado junto a Cocamar de Maringá e a Liza de Ponta Grossa, o milho de Goiás, enquanto o trigo e a soja são de origem local. A Biscoitos Andriolli contrata serviços de distribuidoras terceirizadas para a comercialização seus produtos nas cidades de Londrina, Curitiba, Arapongas, Apucarana, Maringá, Cornélio Procópio, Bandeirantes e Sertanópolis. Existem ainda, segundo o *website*, 5 mil pontos de vendas no país, com representantes comerciais nos estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo, Rondônia, Mato Grosso e Mato grosso do Sul. Os serviços jurídicos são contratados localmente e em Londrina, onde também são contratados serviços de marketing e *web designer*. O maquinário da empresa é nacional, comprado em São Paulo pela mesma empresa que realiza a manutenção dos equipamentos.

Ainda no setor industrial, a Di Hoffmann Camisaria é uma empresa de Sertanópolis que vem crescendo e se destacando no mercado nacional de vestuário. Segundo entrevista realizada - em outubro de 2016 - a empresa possui uma unidade local que emprega 80 funcionários, tendo como foco a produção de camisas masculinas. Quanto a matéria-prima, o tecido pronto e aviamentos (botões, etiquetas, linhas, etc.) são adquiridos, segundo ordem de importância, em Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais e também importados. O serviço de lavanderia é realizado em Londrina por uma empresa que realiza a coleta em Sertanópolis. O *marketing* é idealizado pela própria dona, enquanto a parte técnica como *website* e propaganda é contratada em Londrina e São Paulo. Os serviços jurídicos são contratados em Londrina. O mercado consumidor da empresa abrange os estados de Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Tocantins, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Acre, Rondônia, Pará, Bahia, dentre outros. No comércio varejista foram entrevistados 7 estabelecimentos de diferentes ramos.

Quadro 9 - Principais informações das empresas de comércio varejista em Sertanópolis - entrevistas realizadas em outubro de 2016.

Empresa	Ramo	Origem das mercadorias	Mercado Consumidor	Número de funcionários
Puro Jeans (2 unidades)	Roupas masculinas, femininas, adulto e infantil	São Paulo, Minas Gerais e Goiás	Local, Primeiro de Maio, Bela Vista do Paraíso e Sertaneja.	Entre 10 e 15

Big 1,99	Utilidades domésticas	São Paulo e Paraná	Local, Primeiro de Maio, Bela Vista do Paraíso, Londrina, Ibiporã e Sertaneja.	2
Utilitar	Utilidades domésticas	Minas Gerais (objetos de metal p/ cozinha), São Paulo	Local, Primeiro de Maio, Bela Vista do Paraíso, Londrina, Ibiporã e Sertaneja.	2
Rose Calçados	Calçados	Matriz de Bela Vista do Paraíso	Local e Primeiro de Maio	4
Fortaleza Calçados	Calçados	São Paulo, Rio Grande do Sul, Ceará, Santa Catarina e Minas Gerais	Local, Primeiro de Maio, Bela Vista do Paraíso, Londrina, Ibiporã e Rancho Alegre	5
Sandra Store	Cama, Mesa, Banho e Confecções	Santa Catarina (C, M, B), São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais	Local, Primeiro de Maio, Londrina e Sertaneja	4

Fonte: Entrevistas realizadas pelo autor nas empresas, outubro de 2016.

Com base no quadro 9, é possível notar que a cidade de Sertanópolis exerce relativa centralidade em relação a algumas pequenas cidades da RML através do comércio varejista, atraindo clientes, principalmente de Primeiro de Maio e Sertaneja, mas também de Bela Vista do Paraíso, Ibiporã e até mesmo de Londrina, que segundo as entrevistas, são clientes que possuem residência nas duas cidades ou se mudaram para Londrina e ainda possuem família em Sertanópolis. Segundo Fresca (2011), centralidade:

[...] corresponde a um processo de concentração de atividades que garantem o cotidiano historicamente estabelecido (comércio); de serviços sejam eles de atendimento de demandas dos consumidores ou aqueles de controle exercido pelo estado e pelos diferentes capitais; de controle e imposição de valores diversos para uma sociedade historicamente determinada (FRESCA, 2011, p.148).

No comércio atacadista é preciso destacar ainda a rede de supermercados de origem local, Almeida Mercados. Criada em 1974, pelos irmãos José Bernardino Almeida e João Batista Almeida, a empresa iniciou suas atividades como armazém de secos e molhados, comercializando alimentos e produtos de higiene e limpeza. A empresa sempre foi destaque na cidade de Sertanópolis nos segmentos de secos e molhados (ALMEIDA MERCADOS, 2017). Segundo entrevista realizada em outubro de 2016, a empresa possui duas unidades em Sertanópolis, totalizando 92 funcionários e atende principalmente a clientela local, mas eventualmente clientes de outras pequenas cidades próximas também.

Quanto as mercadorias, a Almeida Mercados trabalha com poucos fornecedores diretamente em Sertanópolis, como as empresas de salgadinho e alguns produtores rurais. Os produtos de hortifrutigranjeiros são procedentes do CEASA de Londrina, enquanto os demais produtos o gerente da unidade entrevistada não soube precisar, pois são adquiridos a partir do centro de distribuição (Cambé), de onde se gerencia a maior parte das compras para toda a rede. Atualmente a matriz da empresa se encontra em Cambé junto ao centro de distribuição e administração. Além das duas unidades de Sertanópolis, ainda existem: duas em Cambé; uma

em Londrina; uma em Ibiporã; e um em Primeiro de Maio. Totalizando 7 lojas e um centro de distribuição, administração e formação profissional, a empresa agrega 455 funcionários (ALMEIDA MERCADOS, 2017).

Existem também atividades ligadas ao turismo e principalmente a pesca esportiva, no caso o Pissoloto Resort Hotel e a Ponte Caída. O Resort se encontra na área urbana da cidade junto ao lago da cidade e oferece 19 suítes. Um dos principais atrativos é o lago para pesca, mas o Resort está equipado para receber eventos como casamentos, aniversários, formaturas, confraternizações de empresas, etc (PISSOLOTO RESORT HOTEL, 2017). A Ponte Caída é uma atração turística situada na área rural junto ao lago formado pelo rio Tabocó, afluente do Rio Tibagi. Este local é conhecido regionalmente pela atividade de pesca e possui pequenos estabelecimentos como restaurantes e pousadas que atendem turistas, principalmente aos finais de semana.

Com relação aos serviços públicos, na área da saúde Sertanópolis possui conselho, plano e fundo municipal de saúde (GEMPAR, 2015). Foram levantados dados quadrimestrais junto à Secretaria Municipal de Saúde (SERMUSA), os quais apontam a existência de um hospital e três unidades básicas de saúde (UBS), que oferecem atendimento nas áreas de clínica geral, pediatria, ginecologia, gastro, cardiologia, ortopedia, psiquiatria, psicologia, nutricionismo, fisioterapia, assistência social e enfermagem.

Entre maio e agosto de 2016, segundo o relatório da SERMUSA, as três UBSs (Paulo R. Martins, Maria C. Favoreto e Romildo Rossato) realizaram mais de 27 mil atendimentos - uma média superior a 6.700 atendimentos mensais - e mais de 14 mil atendimentos e procedimentos de enfermagem - uma média de 3.500 atendimentos mensais; além das farmácias de cada UBS, onde foram atendidos mais de 17 mil usuários (uma média superior a 4.200 atendimentos mensais). O hospital São Lucas está equipado para atendimentos e internamentos de clínica médica, pediatria e cirúrgico, partos normais, suturas, exames bioquímicos-biológicos e radiológicos, e SAMU. No hospital, foram realizados no período em questão, um total de 156 internamentos, mais de 6.900 atendimentos referentes a observação hospitalar e consultas (com ou sem procedimento hospitalar), 3 partos normais, 168 suturas, 922 exames bioquímicos-biológicos, mais de 1.800 exames radiológicos e 256 atendimentos via SAMU.

O programa de saúde da família, que visita famílias carentes e da zona rural, conta com uma equipe formada por médico, enfermeira, técnico de enfermagem e assistente social, tendo realizado mais de 19 mil atendimentos no quadrimestre de referência, uma média

superior a 4.700 atendimentos mensais. O setor de endemias visitou mais de 15 mil imóveis durante o período de referência, além de 200 pontos estratégicos, realizando também 12 palestras na comunidade, 12 levantamentos de índice rápido para *aedes aegypti* e 6 ciclos de visitas domiciliares cobrindo 80% dos imóveis locais. No setor de saúde mental (CAPS) foram realizados mais de 400 atendimentos entre psiquiátrico, psicológico, grupos focais, vulneráveis e LGBT, intervenções involuntárias, palestras, dependentes químicos e transtornos mentais. Os serviços de saúde que o município não dispõe, como determinados exames e especialidades são realizados em Londrina e estes fluxos serão discutidos adiante.

No setor de educação, conforme mostra a tabela 15, Sertanópolis oferece serviços de creche e ensino pré-escolar municipal e particular; ensino fundamental municipal, estadual e particular; e ensino médio estadual e particular, não oferecendo ensino de nível superior e técnico. A cidade conta com um conselho municipal de educação, mas não possui plano municipal de ensino e fundo municipal de educação. Quanto ao nível de instrução, Sertanópolis se encontra relativamente próxima da média nacional (IBGE 2010), tendo 55,7% da população com ensino fundamental incompleto (nacional 50,2%); 15,5% com ensino médio incompleto (nacional 17,3%); 20,7% com ensino superior incompleto (23,4%); 7,4% ensino superior completo (8,3%); e 0,5% indeterminado (local e nacional) (GEMPAR, 2015).

Tabela 15 - Número de estabelecimentos e matrículas no ensino regular em Sertanópolis, 2010.

Nível		Matrículas			Estabelecimentos		
		Público	Privado	Total	Público	Privado	Total
Infantil	Municipal	210	419	629	-	-	-
	Estadual	-			-		
Creche	Municipal	66	177	243	1	2	3
	Estadual	-			-		
Pré-escolar	Municipal	144	242	386	4	4	8
	Estadual	-			-		
Ensino Fundamental	Municipal	767	404	1.769	4	2	7
	Estadual	598			1		
Ensino médio	Municipal	-	155	823	-	2	3
	Estadual	668			1		
		2.453	1.397	3.850	11	10	21

Fonte: IBGE (2010).

Org.: Oliveira, F. S. (2017).

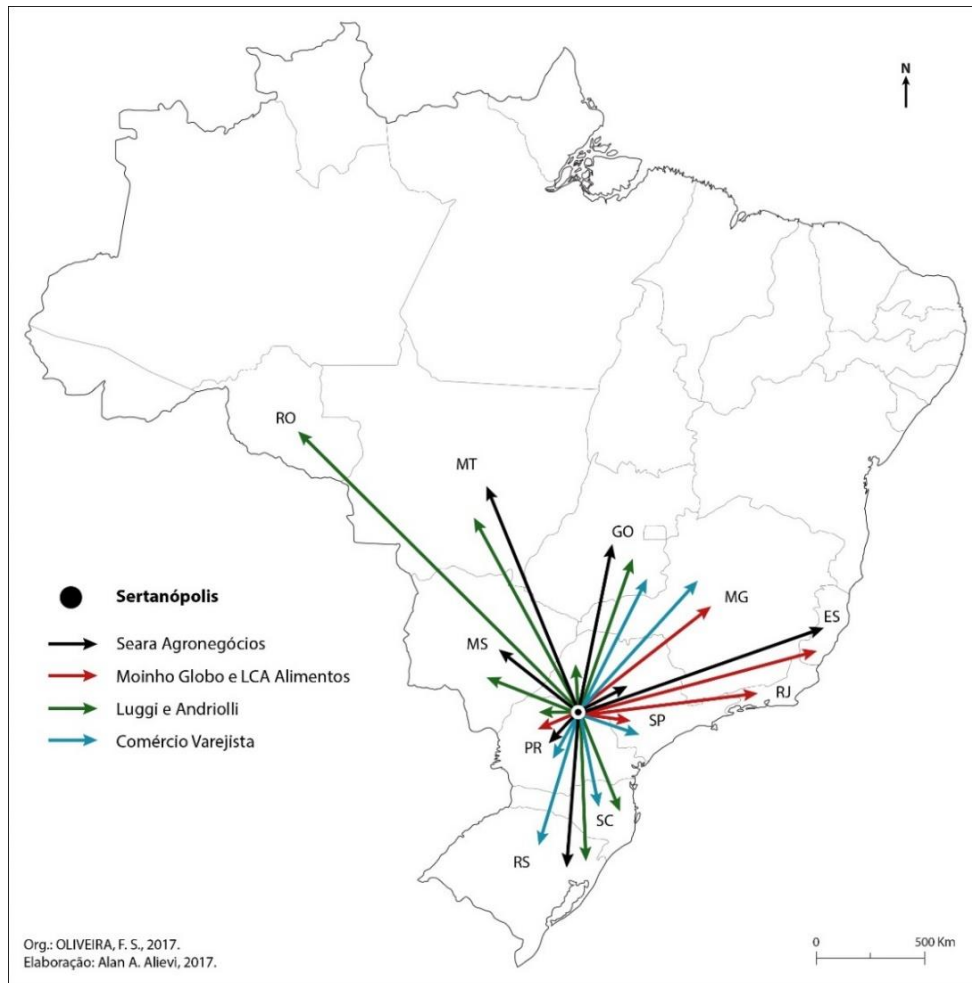
Existem ainda outros serviços públicos que são obtidos através do Cadastro Único (CadÚnico) para programas sociais, um instrumento voltado para famílias de baixa renda (meio salário mínimo por pessoa ou total de até três salários mínimos por família). O CadÚnico levanta a realidade socioeconômica das famílias de baixa renda, como

características do domicílio, formas de acesso aos serviços públicos essenciais e os dados dos membros da família. É através deste cadastro que o governo federal, por meio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), realiza a inclusão de beneficiários nos programas sociais, a exemplo do Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada (BCP).

Em Sertanópolis, segundo dados do relatório do GEMPAR (2015), em 2013 haviam 2.226 famílias inscritas no CadÚnico, das quais 586 (3,5% da população) eram beneficiadas pelo programa Bolsa Família; enquanto em 2015, apesar do número de famílias inscritas no CadÚnico aumentar para 2.381, o número de beneficiários do bolsa família caiu para 560 (3,4% da população). Com relação a emprego e geração de renda, segundo o IBGE (2010), com uma taxa de desemprego de 4,2%, Sertanópolis está a baixo da média nacional (6,7%), ou seja, das 8.341 pessoas que representavam a PEA local em 2010, apenas cerca de 350 estavam desempregadas ou exercendo atividades informais. Isso, somado ao baixo índice de deslocamento diário para trabalho - cerca de 9% da população (757 informantes) - mostra que o município possui uma dinâmica econômica favorável no que tange mercado de trabalho e geração de renda, pois, mais de 86% da população trabalha no próprio município e apenas 4,2% da PEA encontra-se desocupada ou em situação de trabalho informal. Assim, nota-se a importância das atividades ligadas ao agronegócio para a dinâmica econômica e social de Sertanópolis que, como pode-se notar a partir da discussão elaborada, são predominantes no município e responsáveis pela maioria dos empregos e da receita local.

3.2.3. A Inserção de Sertanópolis na Região Metropolitana de Londrina

Para dar clareza a discussão e ao próprio tema desta dissertação, é preciso definir o que se entende aqui como a inserção da pequena cidade. Não se trata apenas das funções urbanas da pequena cidade, mas principalmente do alcance e do tipo de relações que se estabelecem com estas cidades ou a partir delas, seja no contexto metropolitano ou fora dele. Essas relações e os fluxos gerados a partir delas mostram como se dá a inserção da pequena cidade na divisão territorial do trabalho (FRESCA, 2012). Neste sentido, diferentes atividades significam diferentes tipos de inserção, ou seja, são as atividades urbanas e rurais que definem as diferentes inserções de Sertanópolis na RML e no território nacional. Como mostra o mapa 5, as atividades que estabelecem fluxos de maior alcance, estão vinculadas ao agronegócio (Seara), a indústria de alimentos (Moinho Globo, LCA, Luggi e Andriolli) e ao comércio atacadista.



Mapa 5 - As diferentes inserções de Sertanópolis no território nacional.
Org.: Oliveira, F. S.

A cadeia produtiva de soja e milho, no caso referente a Seara Agronegócios, abrange as regiões Sul (PR, SC, RS) e Centro-Oeste (MT, MS, GO), sendo que sua rede de logística e transporte se estende até os principais portos do país ligados a exportação de grãos (SP, ES, PR, SC, RS). Os fluxos gerados pela Seara na RML também são relevantes, pois, a partir de Sertanópolis, a empresa controla: uma planta industrial e uma unidade em Ibiporã; um escritório em Assaí, um terminal de transporte em Londrina, uma unidade em Primeiro de Maio e outra em Bela Vista do Paraíso; além de todas as demais unidades.

A Moinho Globo e a LCA Alimentos, através do seu mercado consumidor, estabelecem relações no Paraná - com maior intensidade no Norte e na RML - e na região Sudeste (MG, SP, RJ e ES), tendo projeção nacional no mercado de farinha de trigo; além dos serviços que contratam em Londrina e São Paulo. Da mesma forma, as indústrias de alimentos, Luggi e Andriolli, compram matéria prima (milho, trigo e soja) na região Centro-Oeste e na própria RML, sendo que, através de representantes comerciais, seu mercado consumidor se distribui por diversos estados brasileiros (PR, SC, RS, SP, RO, MT e MS);

existem ainda maquinários comprados em São Paulo e importados da China, além da prestação de serviços, em parte buscada em Londrina. Quanto as relações estabelecidas pelo comércio varejista, embora o mercado consumidor seja de natureza local e, eventualmente, de outras localidades da RML, as mercadorias são procedentes das regiões Sul (PR, SC, RS), Sudeste (SP, MG) e Centro-Oeste (GO).

Ainda com relação as principais atividades econômicas de Sertanópolis, é importante discutir os fluxos estabelecidos no contexto metropolitano, pois estes dinamizam a economia regional. Neste sentido, do ponto de vista da prestação de serviços, devido ao maior nível de especialização e diversificação, Londrina é o centro mais relevante em articulação com Sertanópolis. Em Londrina se concentram: as regionais bancárias; as regionais de órgãos públicos; serviços de *marketing*; publicidade e propaganda, além das geradoras de rádio e televisão (Band, SBT, CNT, dentre outras); serviços de assessoria jurídica e administrativa; dentre outros serviços e especialidades presentes apenas nos maiores centros urbanos.

Além da circulação de mercadorias, capitais e informações, os fluxos gerados pela circulação contínua de pessoas é outro ponto importante a ser discutido, haja vista de que os deslocamentos pendulares são um dos principais indicativos da expansão urbana e integração metropolitana (MOURA; CASTELLO BRANCO; FIRKOWSKY, 2005). Alguns destes fluxos são difíceis de mensurar devido a indisponibilidade de dados⁴⁰. Por isso discutiremos os deslocamentos com dados vinculados a serviços de saúde; os realizados via transporte coletivo metropolitano; e os deslocamentos pendulares vinculados a trabalho e estudo. Estes deslocamentos devido a sua natureza contínua, evidenciam com quais locais da RML (ou não) Sertanópolis se articula cotidianamente, ou seja, como se dá a integração metropolitana da cidade.

O estudo da dinâmica metropolitana com base nos movimentos pendulares está vinculado a uma das linhas tradicionais de pesquisa em Geografia Urbana: a identificação de áreas de influência ou regiões funcionais. [...] Tais áreas seriam, essencialmente, de mercado de trabalho, econômicas e metropolitanas. [...] os deslocamentos para o trabalho assumem importância crescente, integrando o núcleo metropolitano, que é o centro da produção [...] (MOURA; CASTELLO BRANCO; FIRKOWSKY, 2005, p.122).

Quanto aos fluxos para trabalho, segundo o IBGE (2010), haviam em Sertanópolis 7.214 informantes (86,4% da PEA) trabalhando no próprio município, sendo que 757 informantes (cerca de 9% da PEA) realizavam deslocamento diário para trabalho em outros

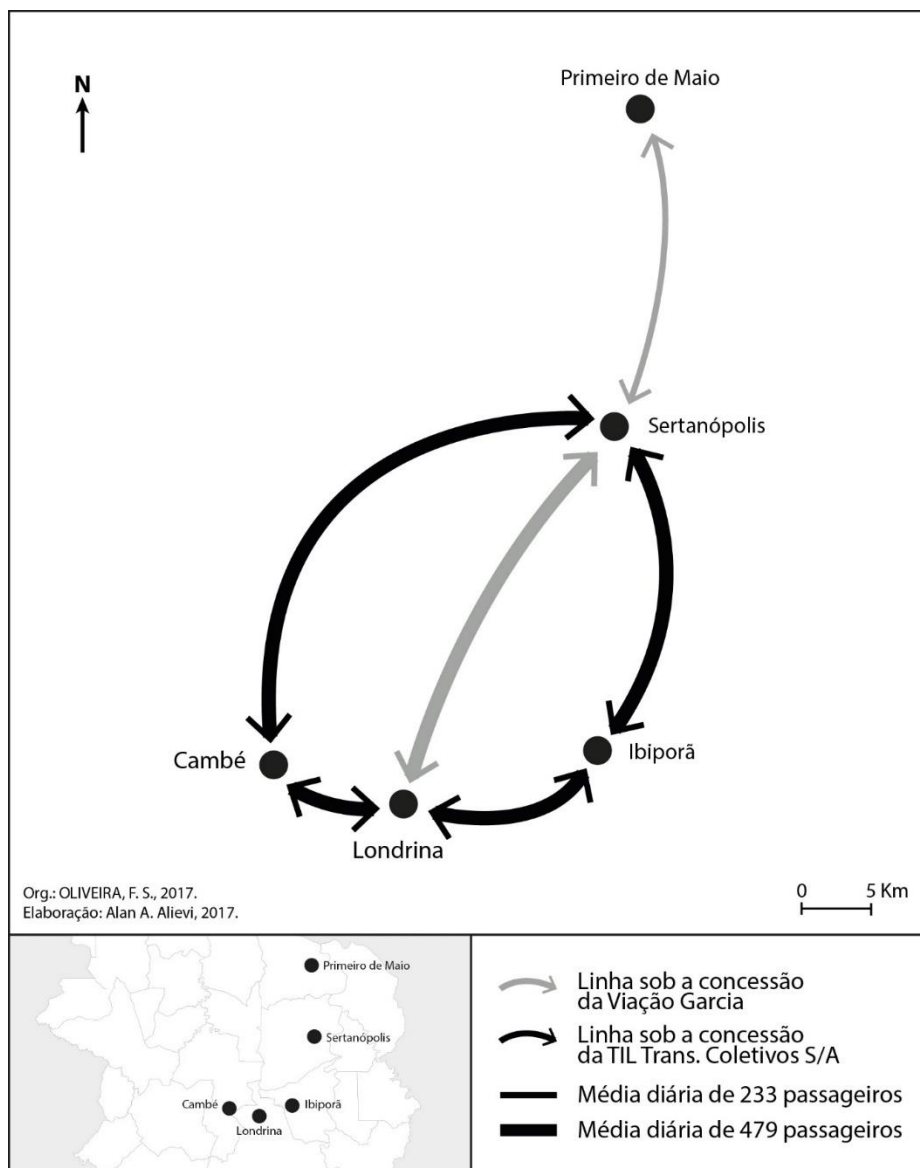
⁴⁰ A exemplo dos deslocamentos para consumo, lazer e os realizados com veículos particulares, que não entram nos dados estatísticos do governo, como censos e demais estudos populacionais e urbanos.

municípios. Devido a sua dinâmica econômica e baixo nível de desemprego, Sertanópolis não caracteriza um alto índice de deslocamentos para trabalho, como ocorre em outros municípios da RML segundo a mostra a discussão do segundo capítulo.

Com relação aos deslocamentos para estudo, segundo dados do IBGE (2010), Sertanópolis tinha 4.066 informantes que estudavam; deste montante, 86,5% estudavam no próprio município, enquanto 13,5% (549 pessoas) estudavam fora, predominantemente em Londrina. O transporte de estudantes em Sertanópolis é realizado apenas em caráter privado. Em junho de 2016, foi possível entrevistar um representante da TD Turismo. Na entrevista foi possível levantar que, além da TD, existem mais pessoas prestando este tipo serviço: Bafa, Alan e Carlos de forma regulamentada, além de outros não regulamentados. A TD possui 3 vans, cada uma com capacidade para 15 pessoas; o Bafa possui 1 micro-ônibus (28 pessoas) e 1 van (15 pessoas); o Alan possui 3 micro-ônibus (28 pessoas cada); e o Carlos 2 micro-ônibus (23 e 26 lugares). O entrevistado estimou que, em 2016, mais de 300 alunos eram transportados diariamente, sendo Londrina e Cornélio Procópio os principais destinos. Ao todo, para trabalho e estudo, mais de 1.300 pessoas deslocavam-se diariamente em 2010.

Segundo o mapa 6, com dados do DER-PR de 2011, as linhas entre Londrina e Sertanópolis transportaram 114.949 pessoas no ano de referência - uma média diária de 479 passageiros, enquanto a linha entre Sertanópolis e Primeiro de Maio transportou 63.378 pessoas, uma média diária de 233 passageiros.

De acordo com o mapa 6, o transporte metropolitano de passageiros é realizado em Sertanópolis pela TIL Transportes Coletivos S/A e pela Viação Garcia. A TIL possui linhas a partir de Sertanópolis, ambas tendo Londrina como destino final: uma para o terminal central via Ibiporã-terminal central; outra para o Shopping Catuaí via Cambé-Terminal central, passando pelo Jd. Ana Eliza, Jd. Ana Rosa, Jd. Santo Amaro, Jd. Silvino, Jd. Tarobá, e Jd. Tupy. A Viação Garcia possui duas linhas, uma entre Londrina e Sertanópolis, outra entre Primeiro de Maio e Sertanópolis. Vemos então, que as linhas de transporte coletivo metropolitano estabelecem um eixo de integração entre Sertanópolis, Primeiro de Maio, Londrina e Cambé.



Mapa 6 - Fluxos de Passageiros do Transporte Coletivo Metropolitano a partir de Sertanópolis - 2011 (média diária – ida e volta).

Fonte: DER-PR (2011); Fresca (2012).

Obs.: Mapa baseado no modelo de Fresca (2012).

Os fluxos são mais intensos entre Sertanópolis e Londrina porque, conforme já pontuado, em Londrina se concentram atividades com maior nível de especialização (comércio e prestação de serviços), instituições de ensino superior, maior mercado de trabalho, etc. (FRESCA, 2012).

Segundo Fresca (2012) e os dados disponibilizados pela Secretaria Municipal de Saúde de Sertanópolis (SERMUSA), os serviços de saúde são buscados em Londrina devido ao contrato celebrado com o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Paranapanema - CISMENPAR. Fazem parte deste consórcio 21 municípios, dentre os quais apenas Cafeara não compõe a RML. O CISMENPAR presta aos municípios consorciados, serviços assistenciais de saúde de média complexidade e serviços de maior complexidade através do Centro Regional

de Especialidades – CRE, todos concentrados em Londrina, sede da 17ª Regional de Saúde. De acordo com relatório da SERMUSA, no segundo quadrimestre de 2016, foram transportados no total 6.633 pacientes; isso corresponde a uma média superior a 1.600 atendimentos realizados por mês através do CISMENPAR.

Outros fluxos existentes são constatados por Moreis (2011), mostrando que, mediante o uso de comprovantes de residência de terceiros, algumas pessoas de Sertanópolis utilizam o sistema de saúde de Ibiporã. Segundo Moreis (2011), o comércio varejista de Ibiporã também recebe clientes de Sertanópolis, indicando que, além dos principais fluxos direcionados para Londrina, existem outros que denotam a complexidade dos fluxos presentes na RML, onde verifica-se “[...] uma intensa divisão social do trabalho, vinculada à oferta de empregos, serviços, comércio, infraestrutura, dentre outros” (FRESCA, 2012, p.02). Isso acontece também, porque:

As pessoas estão ampliando seu espaço de vida, acompanhando o processo de desconcentração produtiva e reorganizando seu modo de usar e consumir o espaço (OJIMA, 2006). E isso não está restrito apenas à centralidade das grandes cidades ou regiões metropolitanas. Trata-se de um fenômeno mais amplo, que possui rebatimentos em diversas escalas de análise e afeta diretamente as condições de vida da população (OJIMA; MONTEIRO; NASCIMENTO, 2015, p.135).

No caso específico de Sertanópolis, trata-se de uma cidade com dinâmica econômica e social própria que, não tem seu desenvolvimento dependente diretamente da sede metropolitana.

3.2. Jataizinho: Uma Cidade Dormitório

Jataizinho é o município com histórico de ocupação mais antigo da Região Metropolitana de Londrina, iniciado pela criação de uma colônia militar e um aldeamento em meados do século XIX. Existem diversas bibliografias⁴¹ sobre a ocupação e colonização pretérita do Norte paranaense, que explicam o processo de formação da colônia de Jatahy e do aldeamento São Pedro de Alcântara, marco histórico para a criação de Jataizinho. Contudo, nos interessa discutir os processos ocorridos a partir do século XX em razão dos objetivos estabelecidos.

⁴¹ Stier (1981, 1983); Reis (1988); Wachowicz (2001); Nogueira (2005); Chagas e Mota (2011), dentre outros. A denominação de Jataizinho ocorreu somente em 1947.

Segundo Reis (1988), nas primeiras décadas do século XX, após um progressivo reordenamento territorial, a antiga colônia militar de Jatahy e o aldeamento São Pedro de Alcântara deram origem ao núcleo de povoamento de Jatahí. Este processo foi provocado pelo desenvolvimento da cultura cafeeira, por interesses políticos e econômicos locais e por empreendimentos de capitais estrangeiros, ligados inicialmente a atividades de loteamento de terras (Companhia de Terras Norte do Paraná - CTNP) e posteriormente, à produção de alimentos e criação de suínos, atraindo novas famílias para o núcleo em questão (REIS, 1988; NOGUEIRA, 2005).

Até a década de 1920, Jataizinho era um ponto avançado da ocupação no norte do Paraná, nas margens do rio Tibagi. Se caracterizava por um número pequeno de habitantes que, majoritariamente, praticava agricultura de subsistência em razão da ausência de meios de transporte com condições para que o excedente fosse comercializado; não obstante, não havia ainda um mercado regional consolidado, seja para consumo ou comercialização de produtos nas proximidades, pois, habitava a área uma população esparsa, composta por caboclos e posseiros.

A partir de meados dos anos de 1920, o local passa a ser alterado pela presença da CTNP. Essa companhia necessitava transpor o rio Tibagi através de balsas, para então iniciar, efetivamente, os preparativos para a ocupação de suas terras, as quais foram obtidas por intermédio de compra junto ao governo do Paraná. Para tanto, Jataizinho cumpriu papéis importantes nesse momento, oferecendo certo apoio para construção das balsas, da primeira ponte e no fornecimento de alojamento e alimentos básicos aos trabalhadores da CTNP.

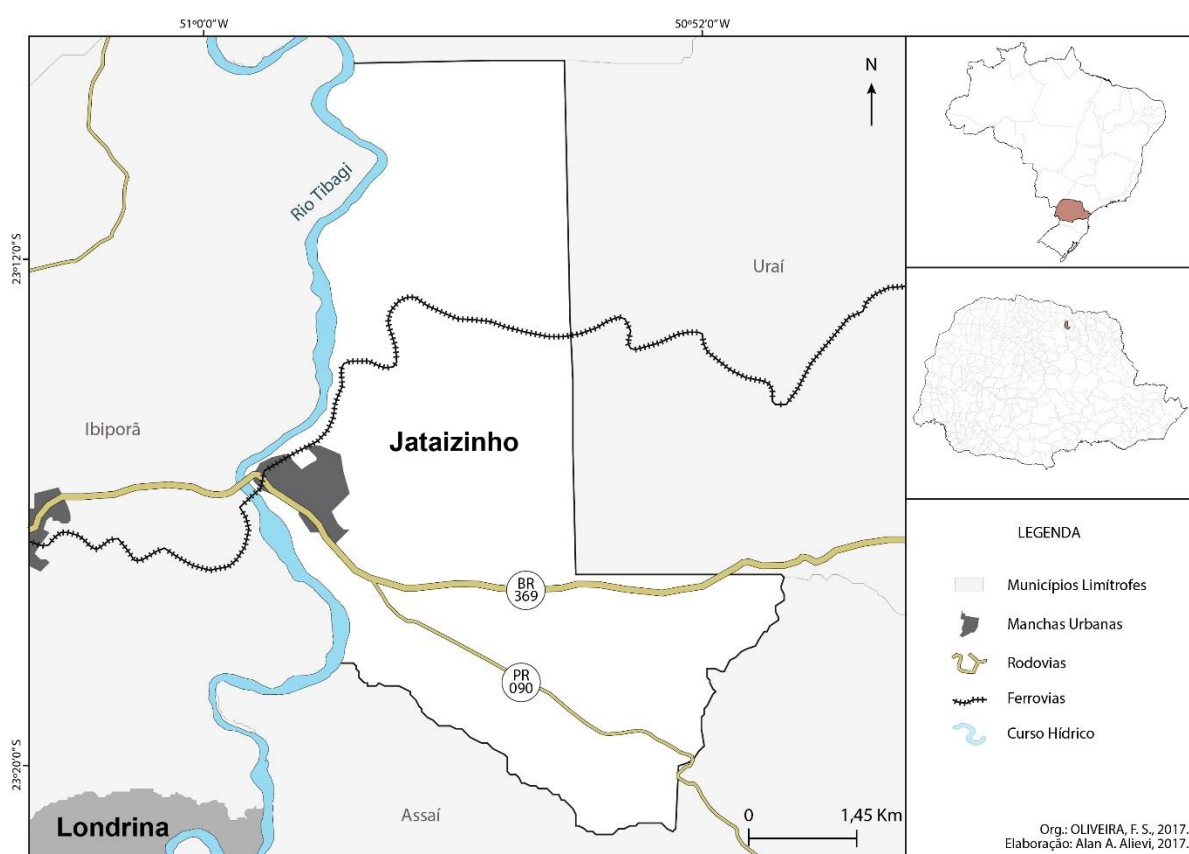
Somente em 1929, o governo do Paraná sancionou lei conduzindo Jatahí à condição de cidade e município. No entanto, convém salientar que tal elevação à condição de município se relaciona diretamente à presença e atuação da CTNP, que havia adquirido uma vasta gleba de terras a oeste do rio Tibagi e iniciado atividades para a construção de ferrovia. Isso colocava Jataizinho em posição estratégica para os negócios da CTNP, haja vista ser o último núcleo urbano antes da ocupação à oeste, bem ofertar diversas atividades para travessia do rio Tibagi.

Além da suinocultura que se desenvolvia em Jatahí, a partir da década de 1930 o cultivo de algodão e o extrativismo de madeira foram inseridos nas atividades agrárias, que contavam até então, com culturas de subsistência como milho, arroz e feijão (REIS, 1988). Havia também a atividade oleira, que se tornaria muito importante no município. Localizado às margens do Rio Tibagi como mostra o mapa 7, Jataizinho teve sucesso no setor oleiro devido sua proximidade das fontes de argila ou “barreiros”, de onde se extraía matéria prima

para fabricação de telhas e tijolos. As principais fontes de argila ficavam numa área de várzea conhecida com Taquari, próxima de onde se localiza atualmente o município de Sertaneja.

Neste ponto, precisamos elucidar que Jataizinho possuía grande extensão territorial no passado; são diversos os municípios que se originaram a partir de desmembramentos realizados de sua área: Londrina, Sertanópolis, Assaí, Uraí, Rancho Alegre, Cornélio Procópio, Sertaneja, dentre outros (REIS, 2002). A crescente ocupação do Norte paranaense também está relacionada ao desenvolvimento do setor oleiro de Jataizinho, pois, a demanda⁴² gerada por telhas e tijolos impulsionou a produção local, transformando essa atividade em uma das principais atividades do município.

A partir do mapa 7, verifica-se a localização de Jataizinho às margens do rio Tibagi, bem como ser ponto de referência para a travessia do rio, pelo fato de que não havia outro sistema de transporte até então, somente as balsas, e precário transporte por picadas e estradas sem conservação. Isso perdurou até a década de 1936, quando a ferrovia atinge Londrina – PR.



Mapa 7 - Jataizinho-PR, localização e caracterização geográfica.
Org.: Oliveira, F. S. (2017).

⁴² As olarias de Jataizinho atendiam os núcleos em desenvolvimento de Assaí, Uraí, Cornélio Procópio e Londrina (STIER, 1983).

Em 1932 a ferrovia São Paulo-Paraná chegou a Jataizinho (REIS, 1988) e foi concluída a construção da ponte para travessia do Rio Tibagi, facilitando a ocupação das terras em Londrina (STIER, 1983; NOGUEIRA, 2005); em 1934 foi construída também a ponte férrea sobre o Tibagi, viabilizando a construção do trecho Jataizinho-Londrina.

Na década de 1940, Londrina já era o principal núcleo urbano regional, vinculado as ações do empreendimento da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, enquanto Jataizinho mantinha relativo pequeno desenvolvimento, o que gerou ao mesmo em 1943, ser tornado distrito de Assaí. Somente em 1947, sob a lei estadual n°. 199, o então distrito retoma à condição de município, passando a se denominar Jataizinho.

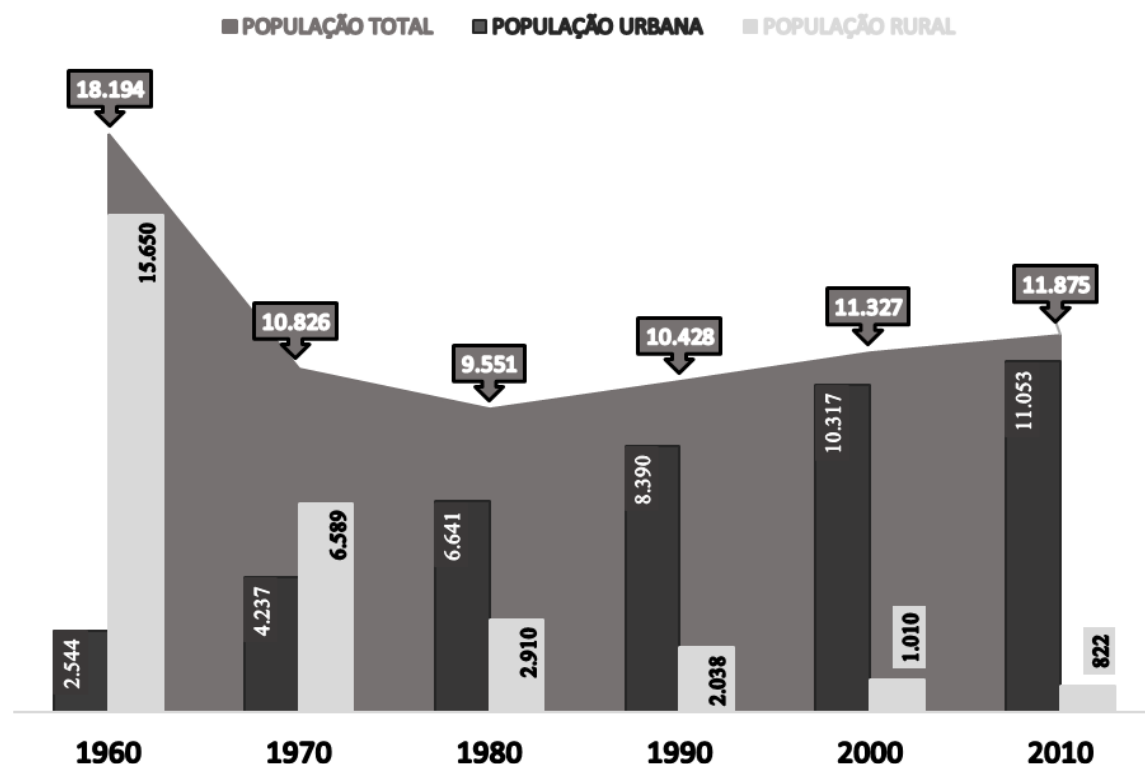
Ainda durante os anos de 1940, a produção de algodão para exportação se apresentou como uma importante atividade econômica através da atuação de uma empresa de capital norte-americano, a Anderson Clayton Cia. Ltda. No entanto, no município só havia a produção, enquanto o beneficiamento era realizado em Londrina. A produção de algodão se manteve até o início da década de 1950, quando passou a apresentar sucessivas quedas em área plantada e quantidade colhida, até desaparecer em 2015⁴³ (IBGE, 1960b, 1970, 1980, 1996, 2006, 2016a).

Na década de 1950, o café se tornou produto fundamental para o desenvolvimento no Norte do Paraná. No ano de 1957, em termos valor gerado pela produção, o café já havia superado o algodão e outros cultivos importantes em Jataizinho, como milho, arroz e feijão (REIS, 1983; STIER, 1988). Com uma população total superior a 13 mil habitantes em 1950, Jataizinho havia atingido uma taxa de urbanização de 7,6% (REIS, 1988).

Enquanto avançava o desenvolvimento do Norte paranaense, houve uma conjuntura favorável para o setor oleiro de Jataizinho, maior produtor e fornecedor regional de cerâmicas entre 1940 e 1960. Na década de 1960, a indústria oleira “[...] incorporou máquinas e equipamentos com um potencial [...] superior em termos de capacidade produtiva. As ‘carriolas’ foram substituídas por pás-carregadeiras e os processos manuais tornaram-se mecânicos [...]” (NOGUEIRA, 2005, p.52). Entre os anos de 1950 e 1960 o sucesso da atividade cafeeira e do setor oleiro impulsionou a dinâmica econômica e social do município. Em 1960, como mostra abaixo o gráfico 8, a população apresentou crescimento de 30% em relação à década anterior, saltando para mais de 18 mil habitantes, enquanto a taxa de urbanização atingiu 13,9%.

⁴³ A evolução da produção algodoeira em Jataizinho pode ser vista na tabela 16 (p.151).

Gráfico 8 - Evolução da população total, urbana e rural em Jataizinho-PR, 1960 - 2010.



Fonte: IBGE (1960b, 2017).

O contexto econômico e social começou a passar por transformações importantes a partir dos anos 1970, principalmente em razão das questões econômicas conjunturais e dos processos gerais já discutidos. No caso do café, a atividade entrou em declínio devido eventos climáticos como as geadas de 1962/63 e 1968, bem como política governamental de erradicação do café. Isso resultou na queda de produção do café e gradativa substituição por atividades pecuárias, além da inserção dos agronegócios da soja, milho e trigo. Na década de 1970 houve ainda um evento de grande impacto na dinâmica econômica e social de Jataizinho. Trata-se da construção da Usina de Capivara, que trouxe reflexos negativos tanto para atividade oleira quanto para as atividades agropecuárias.

A Usina Hidrelétrica de Capivara⁴⁴, que pertence atualmente a empresa estadunidense Duke Energy, foi construída no Rio Paranapanema entre os municípios de Porecatu-PR e Taciba-SP, na região de Porto Capim. Mesmo não estando na imediação direta de Jataizinho, sua construção gerou impactos no município pelo: represamento de cursos d'água que

⁴⁴ A Usina de Capivara foi um empreendimento construído sob responsabilidade da Companhia Energética de São Paulo (CESP), uma autarquia que desde os anos 1990, tem passado junto as suas subsidiárias, por processo de privatização, envolvendo empresas nacionais de capital misto, além de empresas e capitais privados nacionais e estrangeiros.

inundou grandes porções de terras; demarcação da área de segurança para transbordo englobou um amplo território da bacia do Paranapanema, incluindo o de Jataizinho, que teve 70% da área dos barreiros reduzida, prejudicando a extração de argila para as olarias - (REIS, 1988).

Com a conclusão das obras em 1978 e o enchimento do reservatório até a cota de 344 metros, uma grande área de extração mineral de argila em Jataizinho ficou impossibilitada de ser explorada em virtude de estar situada em área de segurança, restrita para transbordo dos níveis de operação da barragem ou ainda se apresentar sob a faixa de domínio da Companhia Hidrelétrica (NOGUEIRA, 2005, p.53).

Áreas agrícolas também foram prejudicadas, tendo sido desapropriados 32 estabelecimentos em Jataizinho (cerca de 318 hectares), e outros 445 hectares na margem oposta do rio Tibagi, pertencentes a Ibiporã (STIER, 1983). A maioria dos entrevistados por Stier (1983) alegaram grande prejuízo em razão do ocorrido, seja a través da perda de barreiros ou de produção agrícola; muitos deles tiveram que se mudar para outros municípios ou procurar novas terras para desenvolver suas atividades. Todo este processo gerou, além de impactos negativos nas principais atividades econômicas, decréscimo populacional em Jataizinho.

Fatores conjunturais contribuíram para a fuga da população: ‘acrescenta-se a estas razões, [...] a Usina de Capivara [...] provocando inundações nas áreas que forneciam matéria-prima para as olarias’ [...], da ocupação das águas não escaparam áreas destinadas à agricultura e a pecuária. Em 1985, haviam proprietários que acionaram a CESP na justiça (STIER, 1983, p.82).

Assim, nota-se no gráfico 8, forte redução populacional na década de 1970, cujas razões vinculam-se a: aos processos gerais e sua realização no município com decadência da cultura do algodão e do café; efeitos negativos da construção da Usina de Capivara; bem como a baixa oferta de emprego em atividades urbanas e rurais. Por outro lado, ocorreu aumento da população urbana, atingindo 39,1% do total; em 1980 a população urbana superou a rural, passando a representar 69,4% do total. Essa tendência se mantém até 2010, quando a taxa de urbanização atingiu 93%.

Além da construção da Usina, o avanço no processo de industrialização vinha operando mudanças na estrutura produtiva e no mercado consumidor nacional, sendo este outro entrave para o setor oleiro de Jataizinho, pouco modernizado e com baixo nível de competitividade. Segundo Reis (1988), apenas ¼ dos empresários oleiros de Jataizinho tinham experiência no ramo e já exerciam estas atividades como herança familiar. Significa que cerca de 75% dos demais donos de olarias eram pessoas que exerciam atividades agrárias

anteriormente, tendo migrado para o setor oleiro durante sua fase de prosperidade econômica, ou empresários oriundos de diversos ramos de atividades⁴⁵ (REIS, 1988).

Devido à falta de formação profissional, acadêmica ou até mesmo do ensino médio, a maioria destes empresários contavam, segundo Reis (1988), apenas com sua própria intuição para tocar seus negócios, o que dificultou muito sua permanência no setor oleiro diante das mudanças estruturais e conjunturais pelas quais passava o país; o que resultou na modernização, mecanização e tecnificação do sistema produtivo, além da mudança no nível de exigência do consumidor.

Além disso, ainda se somam outros fatores:

[...] algumas transformações ocorreram na indústria da construção civil, onde, novos produtos vieram a substituir a cerâmica, tais como, fibrocimento à base de amianto para uso nas telhas utilizadas nas coberturas e os derivados plásticos que constituem os tubos hidráulicos. [...] Em meados da década de 1980, a legislação ambiental passa a proibir a utilização de áreas ripárias e a restringir o uso indiscriminado dos recursos minerais e florestais sem a devida outorga de manejo pelos órgãos ambientais competentes. Assim, as indústrias cerâmicas foram diretamente afetadas nesta conjuntura de inovações tecnológicas e ambientais (NOGUEIRA, 2005, p.53).

Todos estes fatos e fatores implicaram na redução da atividade oleira em Jataizinho, uma vez que a maioria dos empresários locais não conseguiu acompanhar as transformações do sistema produtivo e do mercado consumidor. Assim, desde a década 1980 até os anos 2000, poucos estabelecimentos conseguiram manter suas atividades. Segundo Nogueira (2005), até 1985, contando indústrias e olarias, havia cerca de 60 estabelecimentos, sendo este número reduzido para 12 até o ano 2000; em 2015, segundo dados do MTE (BRASIL, 2015b), haviam apenas 10 estabelecimentos ativos no setor cerâmico em Jataizinho.

O comércio varejista de carnes também foi impactado pelas mudanças ocorridas no sistema produtivo. Segundo entrevistas realizadas em outubro de 2016, alguns pequenos produtores relatam que a atuação de grandes empresas da região, como a Big Frango, controlada pelo Grupo JBS, prejudicou as atividades do frigorífico local. Este frigorífico local, cujo dono não reside no município, se encontra fechado atualmente, mas, segundo relatos, está em processo de reforma para reabertura. No caso da pecuária, não foi possível especificar como se dão as relações de mercado com o gado de corte, mas quanto ao gado leiteiro, os entrevistados afirmam que a produção é absorvida por grandes empresas regionais,

⁴⁵ Comerciantes, colonizadores, políticos, pedreiros, operários, empreiteiros, estudantes, dentre outros (REIS, 1988).

como a Cativa, dentre outras. Já com relação ao setor de aves, empresas como a JBS acaba dominando a produção e mercado, pois fornecem toda a estrutura⁴⁶ para o produtor, que, em contrapartida, vende toda sua produção para a empresa.

O setor algodoeiro, outro ramo de atividade importante em Jataizinho, também entrou em decadência a partir dos anos de 1980. Conforme já discutido, Jataizinho não se inseriu no ramo industrial de produção têxtil, ficando restrito apenas ao beneficiamento do algodão. No início dos anos 1990 foi desativada a última estrutura em operação, a antiga agência da Algodoeira Pernambucana (NOGUEIRA, 2005).

O fechamento do açougue e da beneficiadora de algodão impactou fortemente no mercado de trabalho e na dinâmica econômica local. Segundo Reis (1988), até 1985 os dois setores juntos empregavam 310 funcionários e, se comparados ao setor oleiro, possuíam estrutura de funcionamento mais profissionalizada e adequada ao modo de produção capitalista. A decadência das principais atividades econômicas locais impactou diretamente na dinâmica populacional, cuja tendência de esvaziamento populacional só se estabilizou entre 2000 e 2010, quando o município volta a apresentar discreto crescimento demográfico (4,6%).

3.2.1. As Atividades Agrárias

Quanto as atividades agrárias, foi a partir dos anos de 1970 que as principais transformações foram intensificadas. A partir da tabela 16 nota-se que, até os anos de 1960, a soja e o trigo sequer apareciam nos dados do IBGE; mas, após a década de 1970, estes cultivos foram inseridos e gradativamente ampliados em sua produção e área plantada. Conforme já discutido, o café e o algodão tiveram tendo redução expressiva da produção e área ocupada. Durante os anos de 1970 e 1980, a soja e o trigo foram os principais cultivos dentre a produção agrícola local, enquanto o milho apresentou oscilação na área e produção, vinculado, sobretudo, ao preço no mercado e ampliação da avicultura e sua demanda por ração.

Tabela 16 - Evolução da produção e área ocupada dos principais gêneros agrícolas entre 1960 e 2015 em Jataizinho-PR.

		1960	1970	1980	1995/96	2006	2015
Soja	Área Ocupada (ha)	-	574	3.581	4.850	2.414	7.730
	Produção (t)	-	805	8.738	11.105	6.468	23.963

⁴⁶ Segundo os entrevistados, o contrato destas empresas oferece a montagem da granja, rações e os próprios animais para criação e engorda.

Milho	Área Ocupada (ha)	4.017	790	851	3.600	1.090	3.350
	Produção (t)	3.713	1.225	1.664	9.840	4.480	18.620
Trigo	Área Ocupada (ha)	-	1.030	3.246	3.000	158	1.500
	Produção (t)	-	713	4.774	5.205	130	4.463
Café	Área Ocupada (ha)	9.120	134	198	-	125	20
	Produção (t)	7.925	72	156	-	188	18
Algodão	Área Ocupada (ha)	5.222	4.151	133	500	205	-
	Produção (t)	4.930	4.535	2.553	818	428	-

Fonte: IBGE (1960, 1970, 1980, 1996, 2006, 2017).

Org.: Oliveira, F. S.

Acompanhando a evolução do cultivo de soja, verifica-se na tabela 16 que, entre 1970 e 2015, houve um aumento de 2.876% na produção, saltando de 805 toneladas para 23,9 mil toneladas; a área ocupada cresceu 1.246%, saltando de 574 hectares para 7,7 mil hectares. O milho, entre 1960 e 2015, teve sua área ocupada reduzida (16,6%), mas a produção aumentou 401,4% (de 3,7 mil toneladas para 18,6 mil t).

De modo geral, a soja foi a cultura que mais se destacou nas últimas décadas, pois, desde os anos de 1980, vem sendo o maior cultivo em Jataizinho em termos de produção e área plantada. Mesmo com as oscilações ocorridas, o milho pode ser apontado como segundo maior item dentre a produção agrícola. De acordo com informações levantadas - em outubro de 2016 - junto ao Sindicato Patronal Rural e ao Departamento de Agropecuária, Abastecimento e Meio Ambiente da Prefeitura de Jataizinho, os grãos representam cerca de 70% da produção agrária do município, sendo a pecuária responsável pelos demais 30%. Dentre os grãos predomínio da soja e milho, enquanto na pecuária - segundo entrevistas - prevalecem aves e gado de corte, tendo o gado leiteiro pequena participação.

Tabela 17 - Evolução no uso da terra em Jataizinho-PR, 1960 - 2006.

	1960		1970		1980		1995/96		2006	
	Info*	Área Ocupada (ha)	Info*	Área Ocupada (ha)	Info*	Área Ocupada (ha)	Info*	Área Ocupada (ha)	Info*	Área Ocupada (ha)
Lavoura Permanente	906	9.605	78	533	108	451	34	126	38	238
Lavoura Temporária	1.182	7.515	492	6.117	285	6.448	305	6.334	98	3.349
Pastagem	712	5.868	313	6.539	204	7.155	189	7.981	108	5.563
Matas e/ou Florestas	242	1.332	27	86	139	476	63	697	108	1.921
Outros**	156	1.360	90	667	28	183	39	422	178	598
Total	3.198	25.680	1.000	13.942	764	14.713	630	15.560	530	11.669

Fonte: IBGE (1960, 1970, 1980, 1996, 2006).

Org.: Oliveira, F. S.

* Número de Informantes. / ** Área plantada com forrageiras para corte; Sistemas agroflorestais; Tanques, lagos, açudes e/ou área de águas públicas para exploração da aquicultura; Construções, benfeitorias ou caminhos; Terras inaproveitáveis para agricultura ou pecuária (pântanos, areais, pedreiras, etc.).

Com relação ao uso da terra, a tabela 17 mostra que houve diminuição na área total ocupada por lavouras, que atualmente são majoritariamente temporárias (28,6%). Em 1960, as lavouras ocupavam 66,6% da área total, tendo reduzido essa participação para 30,7% em 2006. A área ocupada por pastagens, que em 1960 representava 22,8% do total, sofreu oscilações, tendo apresentado aumento significativo até 2006 (47,6%), ou seja, mais que o dobro em relação a 1960. É importante observar que, a área total do município passou por uma redução de 45,7% entre 1960 e 1970; isso ocorreu em razão do desmembramento⁴⁷ que deram origem aos municípios de Rancho Alegre e Uraí.

Tabela 18 - Evolução do número de estabelecimentos agropecuários por grupos de área total em Jataizinho-PR, 1960 - 2006.

	1960		1970		1980		1995/96		2006	
	Info*	Área (ha)	Info*	Área (ha)	Info*	Área (ha)	Info*	Área (ha)	Info*	Área (ha)
Menos de 50 (ha)	1.590	16.465	481	7.731	268	4.697	344	4.782	119	1.761
De 50 a menos de 100 (ha)	44	3.180	38	2.781	36	2.605	25	1.874	14	1.082
De 100 a menos de 200 (ha)	10	1.303	9	1.177	23	2.938	14	1.757	16	1.983
De 200 a menos de 500 (ha)	8	2.331	1	242	7	1.906	8	1.903	9	2.530
Mais de 500 (ha)	4	2.650	3	2.976	4	4.598	5	5.735	5	4.320
Total	1.656	25.929	532	14.907	338	16.747	396	16.051	167	11.676

Fonte: IBGE (1960, 1970, 1980, 1996, 2006).

Org.: Oliveira, F. S. / * Número de Informantes.

Outro ponto importante a ser analisado em Jataizinho é a estrutura dimensional dos estabelecimentos rurais, permitindo entender aspectos da questão fundiária, conforme mostra a tabela 18. Observa-se que os grupos de estabelecimentos com área acima de 200 hectares são majoritários em Jataizinho em termos de área (ocupavam 75,7% do total), enquanto aqueles com até 100 ha apresentaram contínua diminuição, alcançando 79,6% do número de estabelecimentos e apenas 24,3% da área ocupada em 2006. Isso demonstra que, em Jataizinho houve maior concentração de terras entre os médios e grandes estabelecimentos. Observa-se ainda que o número total de proprietários foi reduzido fortemente nas últimas décadas, mesmo considerando o desmembramento ocorrido: em 1970 haviam 532 proprietários informantes, sendo que em 2006 o número caiu para 167, uma queda real de 68,6%.

Ainda com relação a questão fundiária, segundo entrevistas realizadas em outubro de 2016 junto ao Sindicato Patronal Rural e ao Departamento de Agropecuária, Abastecimento e

⁴⁷ Criação do município de Rancho Alegre e Uraí, desmembrados de Jataizinho pela lei estadual nº. 4.245 de 1960.

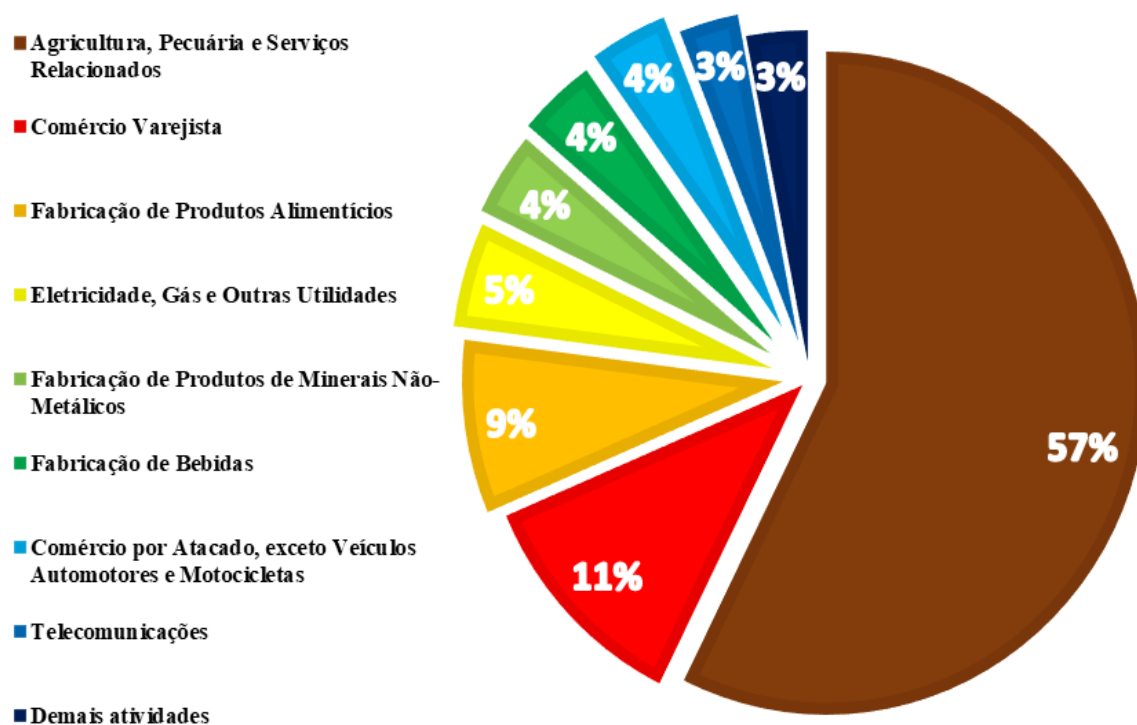
Meio Ambiente da Prefeitura de Jataizinho, mais de 60% dos proprietários de terras não residem no próprio município. Segundo Corrêa (2006), existem implicações em formações espaciais relacionadas ao predomínio de grandes propriedades, que se reflete diretamente na dinâmica econômica e social das pequenas cidades.

A drenagem da renda fundiária rural pela cidade, a partir do absenteísmo dos grandes proprietários, constitui-se em parte integrante das relações espaciais da formação espacial calcada na grande propriedade. A modernização da agricultura criou condições de ratificar ampliadamente esta característica, graças às transformações técnicas e sociais na agricultura e à melhoria geral da circulação. Referências às capitais regionais como sendo um 'fazendão iluminado' ou uma 'fazenda asfaltada' são reveladoras dessa concentração de grandes proprietários rurais nessas cidades (CORRÊA, 2006, p.284).

Como coloca Corrêa (2006), grandes proprietários tendem a fixar residência nos maiores centros urbanos, a partir dos quais estabelecem seus negócios e investimentos; para municípios cujas sedes são pequenas cidades como Jataizinho, onde grandes fazendeiros têm propriedades rurais, resta a extração da renda fundiária, de modo que o município pouco se beneficia das atividades agrárias. Quando a estrutura agrária está baseada predominantemente em grandes propriedades, caracterizada por maior grau de tecnificação e mecanização, menor emprego de mão de obra, inserção em cadeias produtivas nacionais e internacionais, etc., isso traz fortes implicações negativas para as pequenas cidades. Os reflexos desta estrutura produtiva para a pequena cidade podem ser: queda na arrecadação; evasão dos lucros e rendas; menor oferta de empregos relacionadas as atividades agrárias e urbanas, menor grau de dinamização da economia, etc.

Do ponto de vista do valor gerado para o município, a agropecuária não é representativa para a receita de Jataizinho, tendo correspondido a apenas 11% da composição do PIB municipal em 2014 (IBGE, 2016b); no entanto, como mostra o gráfico 9, a agropecuária é responsável pela maior parcela de arrecadação do ICMS, o que não reflete diretamente em receita para o município, pois se trata de imposto com competência estadual e federal.

Gráfico 9 - Principais atividades na arrecadação de ICMS em Jataizinho, 2014.



Fonte: IPARDES (2014).

Atualmente, segundo o IBGE (2016b), a maior parte do PIB municipal é composta por atividades urbanas, sendo 14% referente a indústria e os demais 51,4% gerados pelo comércio e prestação de serviços⁴⁸.

3.2.2. As Atividades Urbanas

No que tange a geração de empregos, predominam as atividades ligadas a administração pública, indústria, comércio e serviços, conforme mostra a tabela 19. Dentre as atividades industriais, o setor oleiro ainda é o que mais emprega pessoas, existindo ainda uma fábrica de bebidas que opera desde a década de 1990. Como os dados se referem a 2015, ainda contabilizam os números referentes ao encerramento de atividades do frigorífico ocorrido em 2016, provocando desemprego de mais de 100 pessoas (5,8% dos empregos locais).

De acordo com a tabela 19, entre criação de gado bovino para corte e cultivo de soja e outros cereais, o setor agropecuário emprega pouco mais de 80 pessoas, representando 4,6%

⁴⁸ Este montante não contabiliza serviços públicos, como administração, saúde, educação e seguridade social.

dos empregos locais em 2015. Excluindo a fabricação de alimentos, que majoritariamente se devia ao frigorífico, se destacam na geração de empregos, o comércio atacadista, o setor oleiro e o de fabricação de bebidas.

Tabela 19 - Número de trabalhadores e estabelecimentos por atividade, de acordo as subclasses da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAES 2.0) - Jataizinho, 2015.

	nº. Trab.	nº. Estab.
Administração pública em geral	473	2
Fabricação de artefatos de cerâmica e barro cozido para uso na construção, exceto azulejos e pisos	208	10
Frigorífico - abate de bovinos	103	1
Comércio varejista de mercadorias em geral, com pred. de produtos alimentícios - supermercados e minimercados	70	17
Fabricação de refrigerantes	45	1
Atividades de contabilidade	40	2
Concessionárias de rodovias, pontes, túneis e serviços relacionados	34	1
Cultivo de outros cereais não especificados anteriormente	33	8
Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	32	10
Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores	32	4
Cultivo de soja	27	16
Restaurantes e similares	27	8
Incorporação de empreendimentos imobiliários	22	1
Criação de bovinos para corte	21	15
Atividades de associações de defesa de direitos sociais	20	3
Atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências	19	1
Comércio varejista de materiais de construção em geral	15	5
Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente	14	3
Construção de edifícios	14	3
Educação infantil - pré-escola	14	1
Comércio varejista de bebidas	13	4
Comércio varejista de móveis	13	3
Comercio varejista de artigos de armarinho	12	5
Serrarias sem desdobramento de madeira	12	3
Cooperativas de crédito mútuo	11	2
Padaria e confeitaria com predominância de revenda	11	3
Bancos múltiplos, com carteira comercial	10	2
Comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas	10	8
Prestação de serviços não especificados e atividades com até 9 trabalhadores informados por subclasse	403	132
Total	1.758	274

Fonte: BRASIL (2015b).
Org.: OLIVEIRA, F. S.

Na indústria cerâmica, foi possível entrevistar 3 estabelecimentos em outubro de 2016: Cerâmica Planalto, Cerâmica Germano e Cerâmica Palmeira. Segundo Brasil (2015), ainda operam 10 estabelecimentos no ramo, empregando mais de 200 trabalhadores em 2015, cerca de 11,8% dos empregos locais. Como a retirada de matéria-prima foi prejudicada pela

construção da Usina de Capivara na década de 1970, todos os entrevistados relataram que atualmente o barro argiloso é adquirido junto a empresas terceirizadas, as quais retiram o material na região de Sapopema-PR (108 km de distância) e Congonhinhas-PR (85,8 km de distância).

A Cerâmica Planalto, segundo entrevista realizada em outubro de 2016, existe desde 1980, emprega atualmente cerca de 80 funcionários e possui uma linha de 21 produtos, entre tijolos, blocos cerâmicos e lajes. O mercado consumidor da empresa se concentra no norte do Paraná, abrangendo também a região de divisa com o estado de São Paulo.

A Cerâmica Germano, segundo entrevista realizada em outubro de 2016, existe desde 1979, tendo sido criada por Pedro Germano, cujo pai, Francisco Germano, já atuava no ramo desde o fim da década de 1950. A empresa emprega atualmente cerca de 30 funcionários e tem como foco a produção de tijolos, possuindo uma linha de 7 produtos. O mercado consumidor da empresa se concentra num raio de 100 km, que abrange o Norte do Paraná e região de divisa com o estado de São Paulo.

Existem ainda outras empresas no setor oleiro em Jataizinho, tais como, Cerâmica Palmeira, Cerâmica Santa Mônica, Cerâmica Águia Dourada, dentre outras. Contudo, a Cerâmica Planalto é atualmente a empresa local de maior porte neste ramo de atividade, empregando quase 100 trabalhadores. O mercado consumidor destas empresas, incluindo a maior delas, tem alcance regional e, mesmo extrapolando para a divisa com o estado de São Paulo, estas empresas não possuem competitividade ou estrutura para se inserir ou atender o mercado em escala nacional.

Depois da administração pública e do setor oleiro, o comércio varejista é o terceiro maior gerador de empregos em Jataizinho atualmente. Totalizando 27 estabelecimentos informados no ano de 2015, 102 pessoas trabalhavam no setor, responsável por 5,8% dos empregos locais (BRASIL, 2015).

Tabela 20 - Principais informações das empresas de comércio varejista em Jataizinho - entrevistas realizadas em outubro de 2016.

Empresa	Ramo	Origem das mercadorias	Mercado Consumidor	Número de funcionários
Modas Rio	Roupas, Calçados e Acessórios	São Paulo e Santa Catarina	Local (90%), Ibiporã, Londrina e zona rural.	5
Multi Modas	Roupas femininas	Curitiba, Cianorte e Rio Grande do Sul	Local (75%), Ibiporã, Londrina, Assaí, Uraí.	2
Zuazen	Utilidades p/ lar e roupas	São Paulo, Santa Catarina, Minas Gerais e Paraná	Local (80%), Ibiporã, Sertanópolis e Londrina	15
Loja da Maria	Utilidades p/ lar, acessórios, cama, mesa e banho.	São Paulo	Local (70%), Ibiporã, Uraí e Assaí	2

Móveis Estrela	Móveis e eletrodomésticos	São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul	Local (95%), Ibiporã, Uraí	5
Azevedo Comercial	Materiais de construção, acessórios p/ casa, equipamentos agrícolas e de mecânica	Paraná, Santa Catarina e São Paulo	Local (90%) e outros*	7

Fonte: Entrevistas realizadas pelo autor nas empresas, outubro de 2016.

*a empresa atende órgãos públicos através de licitações e vendas diretas, com clientela em mais de 30 cidades num raio de 150 Km.

Dentre as empresas entrevistadas conforme tabela 20, destaque para a Zuazen e a Comercial Azevedo. A Zuazen, voltada para utilidades do lar e roupas, é uma loja de grande porte para a cidade, cujo destaque se dá pelo fato da mesma ter sua matriz em Jataizinho e três filiais, sendo duas em Assaí e uma em Ibiporã, empregando um total 60 funcionários nas 4 unidades. A Comercial Azevedo, do setor de materiais para construção civil, se destaca pela atuação junto a órgãos públicos, abrangendo mais de 30 cidades num raio de 150 Km; assim, a maior parte dos lucros da empresa não vem dos clientes local, mas das licitações e vendas realizadas para órgãos públicos.

A partir das entrevistas foi possível notar que, apesar de atrair clientes de outras cidades, Jataizinho não exerce centralidade do ponto de vista do comércio varejista e prestação de serviços. Por outro lado, do ponto de vista da arrecadação do ICMS, o gráfico 9 mostrou que o comércio varejista é a segunda atividade mais importante.

Como quarta atividade com maior geração de empregos, se tem a fabricação de refrigerantes, com 45 empregos em 2015 (BRASIL, 2015). Neste setor atua a Allston Brew do Brasil, uma empresa do ramo de bebidas, refrigerantes e águas minerais, criada em 1994. Segundo entrevista realizada em outubro de 2016, o grupo Allston Brew iniciou suas atividades adquirindo uma estrutura fabril onde funcionava a antiga cervejaria Brahma em Jataizinho; atualmente tem como principais produtos no mercado: cerveja Zanni; refrigerantes e o chopp Guaratuba; além de alguns rótulos de cervejas artesanais e refrigerantes de segunda linha.

Com relação as matérias primas utilizadas, para a fabricação de cerveja, grande parte do malte é de origem nacional, comprado em Guarapuava, sendo o restante oriundo do Uruguai e Argentina; as matérias filtrantes e demais compostos são comprados do México, EUA e Alemanha. Para refrigerantes a matéria prima é 70% de origem nacional, sendo o restante oriundo do Paraguai e EUA. O mercado consumidor da empresa é regional, abrangendo um raio de aproximadamente 250 km, com algumas exceções como Cascavel, Guarapuava, Pato Branco e Medianeira. A empresa só utiliza serviços de contabilidade em Jataizinho, sendo que os demais serviços, como assessoria administrativa, jurídica, *marketing*,

etc., são realizadas em Londrina. A empresa já teve mais de 200 funcionários, mas em 2015 empregava apenas 45 pessoas (BRASIL, 2015), tendo reduzido o quadro de funcionários para 36 pessoas em 2016, quando foi realizada a entrevista.

Jataizinho apresenta um fraco conjunto de atividades urbanas tanto em quantidade como diversidade, gerando um relativo desenvolvimento econômico. Isso fica evidente no setor bancário que conta com apenas duas agências: Banco do Brasil e Bradesco; existe ainda, um representante da Caixa Econômica Federal, a Casa Lotérica Ohashi.

No sistema educacional, segundo o GEMPAR (2015), Jataizinho possui plano e Conselho Municipal de Educação, mas não implantou o Fundo Municipal de Educação. Entre ensino infantil, fundamental e médio, colégios públicos e privados, existem 17 estabelecimentos locais atuando no setor educacional, conforme mostra a tabela 21.

Tabela 21 - Número de estabelecimentos e matrículas no ensino regular em Jataizinho, 2010.

Nível		Matrículas			Estabelecimentos		
		Público	Privado	Total	Público	Privado	Total
Infantil	Municipal	426	31	457	-	-	-
	Estadual	-			-		
Creche	Municipal	169	13	182	2	1	3
	Estadual	-			-		
Pré-escolar	Municipal	257	18	275	5	1	6
	Estadual	-			-		
Ensino Fundamental	Municipal	922	75	1.781	4	1	7
	Estadual	784			2		
Ensino médio	Municipal	-	-	615	-	-	1
	Estadual	615			1		
Total		3.173	137	3.310	14	3	17

Fonte: IBGE (2010).

Org.: Oliveira, F. S. (2017).

Jataizinho conta com educação infantil, creche, ensino pré-escolar, fundamental e médio, todos em caráter público e privado, não oferecendo ensino de nível superior e técnico. Quanto ao nível de instrução, o município se encontra relativamente abaixo da média nacional (Censo IBGE 2010), tendo: 60,7% da população com ensino fundamental incompleto (nacional 50,2%); 15,7% com ensino médio incompleto (nacional 17,3%); 18,2% com ensino superior incompleto (23,4%); apenas 4,1% com ensino superior completo (8,3%) e 1% indeterminado (0,5% nacional) (GEMPAR, 2015).

Na área da saúde, existem conselho, plano e fundo municipal. A cidade conta com três UBSs e um hospital privado que presta serviços para a prefeitura através de contratos de curta duração, frequentemente renovados. Por estar em processo de renovação de contrato e se tratar de uma empresa privada no final de 2016 e início de 2017, não foram cedidos dados sobre os atendimentos realizados no hospital. Quanto as UBSs, além dos clínicos gerais, existem profissionais de algumas especialidades, como ginecologia, pediatria (e pré-natal), cardiologia e odontologia. As unidades realizam procedimentos básicos de enfermagem, exames ligados a saúde feminina (colo do útero e mama), acompanhamento pré-natal e visitas domiciliares através de agentes comunitários de saúde. Segundo o relatório de prestação de contas do Departamento de Saúde e Bem-Estar Social de Jataizinho, no 3º quadrimestre de 2016, as 3 UBSs juntas realizaram mais de 6 mil atendimentos entre clínica geral e especialidades, uma média de 1.500 atendimentos mensais e cerca de 61 diários - número bem aproximado dos deslocamentos realizados para saúde que giram em torno de 50 pessoas por dia.

Com relação aos serviços públicos obtidos através do CadÚnico, em Jataizinho, segundo dados do relatório do GEMPAR (2015), em 2013 haviam 2.026 famílias inscritas no CadÚnico, das quais 916 eram beneficiadas pelo programa Bolsa Família. Em 2015, apesar do número de famílias inscritas no CadÚnico aumentar para 2.163, o número de beneficiários do bolsa família caiu para 806, ou seja, algumas destas famílias apresentaram evolução no quadro socioeconômico e deixaram de ser contemplados pelo programa. Quanto ao BPC (benefício de prestação continuada), ano de 2013 havia um total de 260 beneficiários - 104 idosos e 156 pessoas com deficiência - enquanto no ano de 2015 este número aumentou para 187 - 127 idosos e 160 pessoas com deficiência.

A partir dos dados e discussão realizada, nota-se que as atividades urbanas são pouco diversificadas em Jataizinho, o que torna o mercado de trabalho muito limitado. Com uma População Economicamente Ativa – PEA - de 5.411 pessoas em 2010, Jataizinho apresentava uma taxa de desemprego de 6,56%, algo próximo a média brasileira (6,7%) (IBGE, 2010). No ano de 2010, segundo IBGE (2010), 33,9% da PEA do município realizava deslocamento diário para trabalho, haja vista o fato de que, o mercado formal de trabalho em Jataizinho não ofertava emprego para grande parte dos trabalhadores locais. De acordo com os dados da tabela 19, em 2015 apenas 32,4% da PEA de Jataizinho trabalhava no próprio município; percentual que foi reduzido após o fechamento do frigorífico local e o corte de funcionários verificado no Grupo Allston Brew.

Conforme já pontuado no segundo capítulo, em 2010 Jataizinho estava entre os municípios da RML com maior taxa de deslocamento diário para trabalho e estudo (41,2% da PEA) (IBGE, 2010). Por isso, os deslocamentos pendulares é destaque para Jataizinho. Em outros termos, grande parte da PEA trabalha em outras cidades, caracterizando-a como cidade-dormitório.

[...] uma das evidências empíricas que caracterizam as cidades-dormitório é o fato que essas, como o nome sugere, são cidades essencialmente utilizadas como local de residência e as demais atividades cotidianas, sobretudo o trabalho, são realizadas em outros municípios. [...] Uma das maneiras de captar empiricamente a dinâmica populacional que configura as cidades-dormitório é a utilização da informação censitária que registra o município que a pessoa trabalha ou estuda. Assim, é possível captar a mobilidade das pessoas em um contexto regional quando o município de residência é diferente daquele no qual a pessoa informa como local de trabalho ou estudo. Essa modalidade é normalmente denominada como “deslocamento pendular” por se considerar que trabalhando ou estudando em municípios distintos este movimento possui uma regularidade cotidiana (OJIMA; SILVA; PEREIRA, 2017, p.07).

Isso ocorre devido a fatores como: baixa geração de empregos e riqueza nas atividades urbanas; pouca diversificação do comércio e prestação de serviços; além da ausência de instituições de ensino superior em Jataizinho.

3.2.3. Os Deslocamentos Pendulares e a Inserção de Jataizinho na Região Metropolitana de Londrina.

Em razão das transformações ocorridas nas últimas décadas, Jataizinho apresenta atualmente fraco desenvolvimento econômico; isso gera forte dependência de outros centros urbanos para atender as necessidades da população, sejam de ordem básica (estudo, trabalho e consumo) ou de natureza mais complexa (especialidades médicas, produtos diversificados, dentre outros). Soma-se ainda a restrita oferta de emprego, a ausência de ensino superior ou técnico na cidade, assim como do ensino particular em nível médio e pré-vestibular, outro fator importante relacionado a necessidade de deslocamentos diários.

Com relação aos deslocamentos para estudo, existe apenas uma empresa privada na cidade que presta o serviço, a Transportes Toninho Tur. Segundo entrevista realizada, a empresa transporta diariamente cerca de 270 alunos (7,8% dos estudantes locais); deste montante, aproximadamente 120 alunos são de ensino superior e técnico e deslocam-se no período noturno para Londrina e Cornélio Procópio (38,3 Km); os demais são alunos de ensino infantil, fundamental, médio e pré-vestibular, cujos principais destinos são Londrina e Ibiporã durante o período diurno. Os números informados pela empresa estão bem próximos

aos do IBGE (2010), que informava 285 estudantes em 2010; alguns alunos utilizam o transporte coletivo intermunicipal, além dos que se deslocam com veículo próprio.

Com realação aos deslocamentos para trabalho, o meio de transporte mais utilizado é o coletivo intermunicipal, porém, também existem fluxos não mensurados de veículos e motos próprios daqueles que realizam os mesmos trajetos. Segundo o IBGE (2010), mais de 1.800 pessoas em Jataizinho se deslocavam diariamente para trabalho em 2010 (33,9% da PEA).

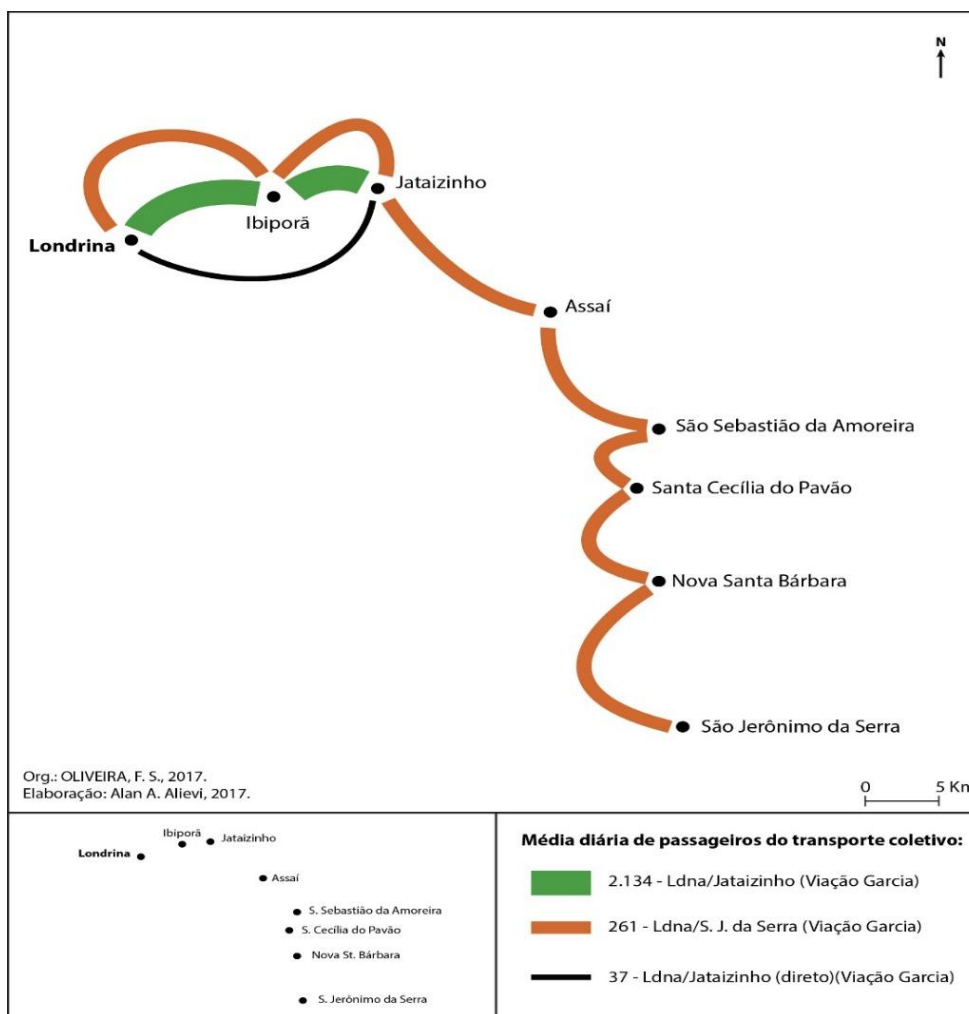
Para ter uma noção mais aproximada dos sentidos destes deslocamentos e suas principais motivações, foram realizadas entrevistas qualitativas com a finalidade de confirmação dos principais destinos dos deslocamentos pendulares em outubro e novembro de 2016. Foram entrevistadas 85 pessoas nos pontos de embarque e nos ônibus durante seu trajeto entre a rodoviária e o trevo de Jataizinho, na saída para Londrina. A partir das entrevistas, pudemos concluir que: a) o principal motivo dos deslocamentos realizados através do transporte coletivo intermunicipal é o trabalho (94%); b) o principal destino dos passageiros é para Londrina (62%) e Ibiporã (38%); c) a parcela majoritária dos deslocamentos é composta por mulheres (59%). Além da proximidade, Londrina (33 Km) e Ibiporã (17,7 Km), são núcleos urbanos com maior desenvolvimento econômico e oferta de empregos em relação as pequenas cidades de seu entorno imediato.

Foi realizado também um levantamento junto ao DER-PR, para levantar as linhas de transporte coletivo intermunicipal que passavam por Jataizinho, que tinha a cidade com destino final ou ponto de partida, conforme tabela 22.

Tabela 22 - Médias do transporte coletivo metropolitano nas principais linhas entre Jataizinho e Londrina, 2011.

Linha	Itinerário	Média Diária Viagens	Média Diária Passageiros
Londrina - Jataizinho (via Ibiporã) (Viação Garcia)	Londrina - Ibiporã - Jataizinho	53	2.134
Londrina - São Jerônimo da Serra (Viação Garcia)	Londrina - Ibiporã - Jataizinho - São João - Assaí - São Sebastiao da Amoreira - Santa Cecília do Pavão - Nova Santa Bárbara - São Jerônimo da Serra	4	261
Londrina - Jataizinho (direto) (Viação Garcia)	Londrina - Jataizinho	2	37
TOTAL		59	2.432

Fonte: DER-PR (2011).



Mapa 8 - Fluxo de Passageiros do Transporte Coletivo Metropolitano a partir de Jataizinho - 2011 (média diária – ida e volta).

Fonte: DER-PR (2011); Fresca (2012).

Os dados da tabela 22 e o mapa 8, em analogia ao estudo de Fresca (2012), permitem mensurar a quantidade de passageiros transportados em cada linha e observar que há um grande fluxo de passageiros entre Jataizinho e Londrina. Porém, não é possível precisar o número exato de passageiros referente a cada ponto do trecho, uma vez que os dados trazem apenas o número de passageiros das linhas em sua totalidade.

[...] em razão da fonte utilizada, não é possível obter os dados por cidade, mas apenas da linha completa. [...] os deslocamentos pendulares mais importantes ocorrem entre as cidades de Apucarana, Arapongas, Rolândia, Cambé, Londrina, Ibiporã, Bela Vista do Paraíso e Jataizinho. [...] As demais cidades apresentam fluxos menos intensos de deslocamentos diários [...]. Chama a atenção os dados destes últimos pelo fato de serem muito restritos, enquanto Jataizinho, que mesmo sendo um município com pequena população total e urbana, apresenta elevado número de deslocamentos (FRESCA, 2012, p.13).

Mesmo sem mensurar exatamente os deslocamentos realizados a partir de Jataizinho nas linhas levantadas, se se comparar os dados do IBGE (2010) sobre os deslocamentos diários para trabalho e estudo foi: 2.231 pessoas em 2010, enquanto no transporte coletivo intermunicipal foi de 3.443 pessoas. Os deslocamentos diários com origem em Jataizinho, corresponde a aproximadamente 64% do total de passageiros que utilizam o transporte coletivo intermunicipal de passageiros nas linhas levantadas.

Não obstante, Jataizinho foi, em 2010, um dos municípios da RML com maior taxa de deslocamentos diários para trabalho e estudo (41,2% da PEA), sendo superado apenas por Cambé (43%) e Prado Ferreira (42,1%) (IBGE, 2010). O que chama a atenção no caso de Jataizinho é que aproximadamente 25% do total de seus habitantes trabalham ou estudam em outra cidade.

De acordo com Corrêa (2011), cidades que apresentam elevado número de deslocamentos diários e características funcionais similares às de Jataizinho, tratam-se de subúrbios-dormitório:

Os subúrbios-dormitório constituem, em muitos casos, o resultado da absorção de um antigo lugar central por uma grande cidade em crescimento e expansão. [...] Estas pequenas cidades localizam-se a uma distância próxima que viabiliza migrações pendulares daqueles que ali vivem mas trabalham na cidade maior. O mercado de trabalho da cidade em expansão, a acessibilidade e a perda do papel de lugar central [...] parecem explicar a transformação dessas pequenas cidades. As relações com o mundo rural se fazem de duas maneiras, ou porque atraem mais excedentes rurais ou porque em suas proximidades há sítios de fim-de-semana de habitantes da grande cidade. Localizam-se sobretudo no Centro-Sul (CORRÊA, 2011, p.12).

Deve-se considerar que, Jataizinho antecede a criação de Londrina e nunca foi de fato um lugar importante, mas um lugar de passagem que vem resitindo e permanecendo mesmo diante das transformações e condições desfavoráveis observadas ao longo das décadas. Assim, não se pode aplicar com rigor o conceito e a caracterização feitos por Corrêa (2011), mesmo que haja semelhanças no presente estudo de caso. O conceito mais preciso para definir a principal função urbana de Jataizinho, segundo a ótica deste estudo, é o de cidade-dormitório, um termo clássico da Geografia. Cidade-dormitório, em sua acepção clássica, refere-se à cidades com fortes laços de dependência em relação a outros centros de suas imediações, cujas dinâmicas econômica e social acabam absorvendo parte considerável de sua força de trabalho, além de suprir demandas ligadas ao consumo e prestação de serviços diversificados.

O termo cidade-dormitório é recorrente na literatura brasileira, sobretudo quando se trata de analisar os processos sociais e demográficos que se desenham dentro dos contextos metropolitanos. Sendo assim, não é raro

encontrar referências a cidades que são classificadas dentro deste ambíguo termo, sempre associadas às situações de desvantagem econômica e social em relação a uma cidade que polariza os fluxos regionais tanto pelos aspectos econômicos quanto populacionais (OJIMA; SILVA; PEREIRA, 2017, p.02).

Alguns autores tem discutindo novas dinâmicas das relações de pendularidade e mobilidade urbana, que atualmente não se restringem mais ao contexto metropolitano, mas envolvem cidades de tamanhos distintos situadas em diferentes áreas.

Como mostrou a pesquisa, Jataizinho é uma pequena cidade com fraco desempenho econômico, fato este que não se deve tão somente a polarização que Londrina exerce, mas, principalmente, a fatores históricos e a concentração de terras perpetuada ao longo de sua existência. Conforme levantado, grande parte dos seus habitantes passam o dia trabalhando em outras cidades, onde também se alimentam e, muitas vezes, consomem - sejam produtos de primeira necessidade ou supérfluos - voltando para casa apenas para o descanso ou pernoite.

Corrêa (2011) aponta que, muitas vezes pequenas cidades não apresentam uma única função urbana, podendo ser caracterizadas a partir de outros tipos de atividades com alguma expressividade. No caso de Jataizinho há duas atividades que apresentam destaque pelas suas dinâmicas, particularmente as interações espaciais. A primeira vinculada ao setor oleiro e a segunda pelo Grupo Allston Brew. Com relação ao setor oleiro, conforme levantado, a atuação das empresas locais se dá na escala regional, mais especificamente ao Norte paranaense e parcela do interior paulista, abrangendo um raio de aproximadamente 150 km a partir do município. A atuação do Grupo Allston Brew, segundo entrevista, também se limita a escala regional, se estendendo num raio aproximado de 250 km. Estas empresas do setor industrial estabelecem relações espaciais de venda de mercadorias majoritariamente no Norte paranaense.

Mesmo verificando-se que algumas empresas locais atuam e estabelecem relações em nível regional, as atividades urbanas e agropecuárias presentes em Jataizinho não resultam em dinâmica capaz de gerar empregos para uma considerável parcela de sua PEA; tampouco as atividades urbanas são diversificadas a ponto de inserir a cidade em outra divisão territorial do trabalho. Diante deste quadro, nota-se um centro local cuja capacidade se limita a atender as necessidades básicas de sua população; isso implica diretamente em forte dependência das relações que se estabelecem com outros centros mais dinâmicos nas imediações. Deriva desses elementos - restrito mercado de trabalho e fraco desempenho econômico - a articulação

de Jataizinho na Região Metropolitana de Londrina através dos deslocamentos pendulares, haja vista do elevado percentual da PEA que trabalha em outros municípios.

Conforme levantado, os principais destino dos trabalhadores que se deslocam de Jataizinho, são Londrina e Ibiporã. No caso dos deslocamentos para estudos, Londrina e Cornélio Procópio têm sido os principais destinos devido a maior oferta de instituições de ensino (regular, técnico e superior). Contudo, ainda existem outros fluxos importantes relacionados a utilização de serviços educacionais, médicos e hospitalares; neste sentido, a centralidade de Londrina se destaca pela oferta de serviços de maior complexidade, que atendem não apenas a população de Jataizinho (e de outros centros da região), mas também as empresas locais.

Na caracterização de Jataizinho como cidade-dormitório, deve-se considerar novas conotações e elementos para seu entendimento, tornando a temática cada cada vez mais complexa. A constante evolução do capitalismo promove sucessivas transformações no espaço; um dos resultados destas mudanças é o aumento considerável dos deslocamentos pendulares entre diferentes centros urbanos, observado com maior intensidade nos países periféricos:

No caso dos países subdesenvolvidos, essas mudanças nas relações sociais de produção ocorrem de forma mais rápida e desigual. As antigas estruturas urbanas de produção convivem ainda com as mais recentes [...]. Nesse espaço urbano de conflitos, a segregação torna-se mais latente, seja entre bairros, classes, profissões, idade, etnia, sexo ou gênero. [...] Ou seja, muda-se o modo de produção e ao mesmo tempo se transfere para a sociedade uma maior complexidade de rotas e trajetos de deslocamento para atender à velocidade e desconcentração das atividades econômicas. Portanto, a mobilidade espacial da população surgirá no contexto da separação e distanciamento dos meios de produção e da localização de residência da força de trabalho [...]. De certa maneira, significaria dizer que neste novo contexto produtivo, as migrações (mudança de residência) dão lugar ao aumento da mobilidade pendular cotidiana. Com um mercado de trabalho mais flexível e incerto, mudanças permanentes de residência ampliam a insegurança, portanto, manter-se no seu porto seguro e deslocar-se diariamente para trabalhar em outras localidades/municípios parece se tornar o melhor mecanismo de adaptação (OJIMA; MONTEIRO; NASCIMENTO, 2015, p.137).

Jataizinho não é, então, um caso isolado, mas resultado de tendências geradas a partir das mudanças que se sucedem na lógica do capitalismo. Neste sentido, a condição atual de Jataizinho corresponde a um conjunto de elementos internos e externos que, além de resultar numa dinâmica econômica de fraco desempenho, impele grande parte da PEA local aos deslocamentos diários para trabalho e estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo se concentrou na discussão sobre as articulações de duas pequenas cidades no contexto da Região Metropolitana de Londrina, Sertanópolis e Jataizinho. A discussão mostrou que, após as mudanças ocorridas no Brasil durante as últimas décadas, diferentes atividades passaram a ser desenvolvidas nas pequenas cidades da RML, alterando a dinâmica econômica e social destes centros. Por outro lado, as alterações não resultaram em desenvolvimento para outras cidades, evidenciando relativo fraco desempenho econômico, desemprego e maior dependência de outros centros.

Sertanópolis e Jataizinho demonstram diferentes caminhos para articulações com cidades da RML, permitindo entender alguns aspectos da dinâmica metropolitana a partir de pequenas cidades. Isso nos permitiu também identificar a importância das pequenas cidades para além do recorte metropolitano, em um contexto mais amplo, de alcance regional (Norte do Paraná) ou até mesmo nacional.

A partir dos estudos de caso foi possível observar duas situações distintas: Sertanópolis, em razão de atividades ligadas ao agronegócio da soja, milho e trigo, tem apresentado maior dinâmica nas últimas décadas; Jataizinho, por outro lado, vem apresentando declínio de suas atividades urbanas, vinculado às mudanças conjunturais ocorridas nas últimas décadas. Na pequena cidade de Sertanópolis, evidenciaram-se fortes articulações com atividades urbanas relacionadas às demandas do campo, particularmente do agronegócio da soja, milho e trigo. Isso se explica pelo fato de que, a produção agrária propriamente dita, envolve e depende atualmente de uma série de atividades urbanas, tais como: financiamento junto a bancos; aquisição de insumos, máquinas e implementos agrícolas; contratação de profissionais qualificados de diversas áreas (agrônomos, contadores, advogados, etc.); oficinas para manutenção de máquinas e equipamentos; dentre outras. Assim, a pequena cidade passa a desenvolver todo um leque de atividades, adaptando-se para atender as novas demandas que emanam do campo (SANTOS, 1993).

Por isso Santos (1993), chamava a atenção para o fato de que o consumo produtivo adapta a pequena cidade para a produção agrícola, tornando-a uma cidade do campo. Não obstante, no caso de Sertanópolis, a produção da soja gerou a perspectiva para a implantação de uma das empresas de capital local, que se tornou uma das maiores do país no transporte de grãos. Trata-se de uma ampla rede logística, voltada para a compra, venda e transporte de cereais, atuando nos estados com maior produção do Brasil. De Sertanópolis, onde está a matriz desta grande empresa, se comanda uma extensa cadeia logística que engloba o Paraná,

Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e São Paulo. Atuando também no setor de exportações, os grãos comercializados pela Seara atingem os mercados europeu e asiático, ampliando ainda mais o alcance das relações estabelecidas. No mesmo segmento, outras empresas regionais do agronegócio da soja, como a Bela Agrícola, Agro 100 e Cocamar, também atuam em Sertanópolis.

Nesse mesmo percurso, a atividade de processamento de trigo foi implantada na pequena cidade desde os anos de 1950, dando origem a uma grande empresa de capital local. Este setor produtivo acabou por ter sua produção dinamizada ainda mais com a criação de outra grande empresa do ramo de moagem de trigo, tornando Sertanópolis referência no Norte do Paraná.

Além destas empresas ligadas diretamente aos agronegócios da soja, milho e trigo, outras atividades indiretas se desenvolveram em Sertanópolis prestando serviços, como casas agropecuárias, restaurantes, lojas de máquinas e implementos agrícolas, dentre outras. Deriva da presença de tais atividades, sua caracterização como cidade do agronegócio, o que inclui ainda a importância das mesmas na geração de valor. Para além do agronegócio, a cidade abriga também outras atividades importantes, como a confecção de roupas masculinas e indústrias alimentícias de salgadinhos a base de trigo, milho e polvilho.

Em razão disso, a cidade tem ampliado sua importância no contexto regional, colocando-se como uma centralidade dentre as pequenas cidades da RML. Sua inserção na divisão territorial do trabalho e na própria RML se dá principalmente vinculada aos agronegócios. Do ponto de vista metropolitano, Sertanópolis estabelece diversas relações com várias cidades. Existem 6 unidades da Seara presentes em cidades da RML: Bela Vista do Paraíso, Primeiro de Maio, escritório em Assaí, planta industrial em Ibiporã, terminal de transporte em Londrina. Além das relações estabelecidas por essas unidades, em tem ainda fluxos de serviços que são buscados em Londrina, como *marketing* e propaganda; assessoria jurídica, dentre outros.

As outras empresas locais também dependem de Londrina para prestação de serviços, presentes apenas nos maiores centros. Como um centro urbano de relevância do Norte paranaense, Londrina sedia uma série de atividades importantes, como: sedes regionais de bancos públicos e órgãos federais e estaduais; emissoras filiadas as grandes redes de rádio e televisão; serviços com alto nível de especialização nas áreas jurídica, administrativa, contábil, publicitária, de tecnologia da informação, da saúde, educação, etc.; transporte aéreo; além de centros de eventos e convenções, hotéis, restaurantes diversificados, etc.

Ao se tornar um centro dinâmico da economia regional, Sertanópolis passou a se articular de diferentes maneiras com outros centros da RML, promovendo diversos fluxos no contexto metropolitano. Estes fluxos não estão vinculados apenas ao agronegócio, mas também a outras atividades que se desenvolveram na cidade, majoritariamente de capital local. A diversificação das atividades urbanas é reflexo das transformações ocorridas durante as últimas décadas, em razão de fatores como: a gênese de Sertanópolis vinculada a uma estrutura fundiária baseada em pequenos e médios estabelecimentos, que mesmo ao longo das transformações após os anos de 1970, não se caracterizou por forte concentração de terra; dessa condição, até o presente momento, parcela considerável dos proprietários de terras residem no próprio município; isso significa que, parte dos agentes capitalistas locais, realizaram investimentos e desenvolveram negócios na cidade, bem como os lucros dos negócios não se evadem na sua totalidade, pois, grande parte destes capitais foram reinvestidos localmente para ampliar e modernizar empresas, inclusive dando origem a outros negócios e ramos de atividades.

Jataizinho por outro lado, não teve a mesma gênese e se constituiu a partir de meados dos anos de 1920, em ponto de apoio para o início do processo de ocupação de vasta parcela do Norte paranaense. Era a partir dessa cidade que se realizava a travessia do rio Tibagi para iniciar a frente pioneira levada à cabo pela CTNP; participou ainda desse processo mediante oferta de telhas e tijolos para a criação de cidades recém fundadas. Como não houve ali a atuação efetiva dos empreendimentos da CTNP, o município não passou pelo mesmo tipo de loteamento ocorrido em Sertanópolis. Em outras palavras, devido a concentração de terras que se realizou em Jataizinho historicamente, a renda da terra não tem beneficiado a dinâmica econômica e social do município. Isso porque, desde o século XIX os proprietários de terras não residem no lugar. Tal condição foi relativamente alterada a partir da década de 1930, com o início da produção cafeeira, no entanto foi realizada numa lógica de grandes estabelecimentos. Contribuía ainda para a ausência dos proprietários, o fato de que, Londrina tornava-se a cada dia um lugar com melhores condições de atendimento de demandas diversas, atraindo parcela da elite para nela residir. Evidente que houve investimentos em Jataizinho, mas não foram capazes de colocar a cidade em outro patamar de oferta de atividades terciárias e industriais.

Em razão disso, o desenvolvimento do município se deu através das atividades urbanas inicialmente vinculadas ao setor oleiro, acompanhado depois pelo beneficiamento de algodão; no período mais recente houve a implantação de uma indústria de bebidas e um

frigorífico. Contudo, constatou-se que todas estas atividades vêm apresentando declínio nos últimos anos.

Jataizinho apresenta restrita dinâmica econômica, a começar pelo fato de que a própria atividade agrícola de soja e milho são comandadas a partir de outras cidades, através de filiais diversas, ligadas a venda de insumos, máquinas e equipamentos, prestação de serviços ao produtor, compra e comercialização de grãos, etc. Neste sentido, a cidade mostrou forte dependência para com outros centros da RML, como Londrina e Ibiporã, identificados como mais importantes pela intensidade das articulações.

A articulação de Jataizinho com esses centros, ocorre principalmente por meio de trabalho e estudo, como mostrou a discussão sobre os deslocamentos pendulares. Nestas cidades há maior diversificação de atividades e oferta de emprego, atraindo parcela importante da população da cidade. Os deslocamentos pendulares realizados a partir de Jataizinho, tem como razão principal o trabalho, enquanto os deslocamentos pendulares para estudo se concentram em Londrina e Cornélio Procopio. Existem outros deslocamentos, motivados por consumo e lazer, tal qual ocorre a partir de Sertanópolis. A maioria destes fluxos se direcionam para Londrina em razão do diversificado leque de atividades presentes nesta grande cidade.

A característica fundamental de Jataizinho está nos deslocamentos pendulares, haja vista o elevado percentual da sua população que viaja diariamente para outros centros, seja a trabalho, estudo, consumo ou buscando serviços de saúde. Por isso, foi aqui denominada cidade dormitório, como colocado por Corrêa (2011).

Concluindo, foi possível traçar neste estudo, as diferenças existentes entre as pequenas cidades da RML, a exemplo de Sertanópolis e Jataizinho. Mesmo estando inseridas na mesma formação econômica e social (SANTOS, 1982), as duas cidades, como tantas outras, passaram por mudanças nas últimas décadas que vieram a alterar seu conteúdo e função urbana; da mesma forma alterou-se a inserção destas cidades na divisão territorial do trabalho e nas articulações com outras cidades da Região Metropolitana de Londrina.

REFERÊNCIAS

AGEITEC. **Adubos e fertilizantes**. Disponível em:<<http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/>>. Acesso em 18 out. 2016.

ALMEIDA, A. P. **A Especialização industrial metalmecânica e transformações espaciais em Assaí-PR**. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2011.

ALMEIDA MERCADOS. **Website da empresa**. Disponível em:<<http://www.almeidamercados.com.br/institucional.php>>. Acesso em 10 jan. 2017.

ANDERSON, P. O Brasil de Lula. **Novos Estudos**. São Paulo, n. 91, p.23-52, nov. 2011.

BADO, A. L. R. **A política externa do Governo Castelo Branco (1964-1967)**. 2006. Tese (Doutorado em Ciências)- Universidade de São Paulo. São Paulo.

BANCO DO BRASIL. **Website**. Disponível em:<<http://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial#/>>. Acesso em 30 nov. 2016.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Website**. Disponível em:<<http://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/home>>. Acesso em 30 nov. 2016.

BARBOSA, N. 10 anos de política econômica. In: SADER, E. (org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO. 2013, p.69-102.

BASTOS, P. P. Z. A Construção do Nacional-Desenvolvimentismo de Getúlio Vargas e a Dinâmica de Interação entre Estado e Mercado nos Setores de Base. **Economia**, Brasília, v.7, n.4, p.239–275, dez. 2006.

BELAAGRÍCOLA. **Website**. Disponível em:<<http://www.belagricola.com.br>>. Acesso em 20 set 2016.

BRAGUETO, C. R.; CUNHA, F. C. A. A Divisão Territorial do Trabalho e o Processo de Industrialização da Microrregião Geográfica de Londrina. **Geografia**, Londrina, v.11, n.1, 2002. p.31-43.

BRAGUETO, C. R. **O aglomerado urbano-industrial de Londrina: sua constituição e dinâmica industrial**. 2007. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e

Ciências Humanas da Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo.

BRASIL. Lei Complementar nº 14, de 8 de jun. 1973. Estabelece as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza.

Diário Oficial da União, Brasília, 11 jun. 1973, p.1, seção 1.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988.

Presidência da República, Casa Civil - subchefia para assuntos jurídicos, Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1988.

_____. **Os Presidentes e a República**: Deodoro da Fonseca a Luiz Inácio Lula da Silva. Rio de Janeiro, 4ª ed., 2009.

_____. Estatuto da cidade: Lei nº 10.257, de 10 julho de 2001, e legislação correlata. 2. ed.

República Federativa do Brasil, Câmara dos Deputados, Brasília: Edições Câmara, 2009.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação anual de informações sociais (RAIS)**. 2014. Disponível em:< <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/login.php>>. Acesso em 30 mar 2015.

_____. Lei nº 13.089, 12 jan. 2015a. Institui o Estatuto da MetrÓpole, altera a Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 12 jan. 2015, p.2, sessão 1.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação anual de informações sociais (RAIS)**. 2015b. Disponível em:<<http://bi.mte.gov.br/bgcaged/login.php>>. Acesso em 20 mai 2016.

_____. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. Rio de Janeiro, 2015c. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/apoio/pronaf.html>>. Acesso em: 12 fev. 2017.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Crédito Rural**. Disponível em:<<http://www.agricultura.gov.br/politica-agricola/credito-rural>>. Acesso em 30 nov. 2016.

_____. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. **Balança comercial brasileira**: Acumulado do ano. Disponível em:< <http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/balanca-comercial-brasileira-acumulado-do-ano>>. Acesso em 20 jan 2017.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Da crise fiscal à redução da dívida. In: VELLOSO, J. P. R. (org.). **Dívida Externa e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1990, p. 16-46.

BRITO, F. A.; PINHO, B. A. T. D. **A dinâmica do processo de urbanização no Brasil, 1940-2010**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2012.

BROIETTI, M. H. **O bóia-fria e a (de)formação do espaço agrário de Florestópolis-PR**. 1999. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

CAGNIN, R. F. et al. A gestão macroeconômica do governo Dilma (2011 e 2012). **Novos Estudos**, São Paulo, n.97, p.167-185, nov. 2013.

CÂMARA, G. M. S. **Introdução ao agronegócio soja**. 2011. Disponível em:<
<http://www.esalq.usp.br/departamentos/lpv/lpv584/584%20Soja%2001%20-%20Apostila%20Texto%20%20Agronegocio%20Soja%202011.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

CAPITANI, D. H. D. et al. **Introdução ao agronegócio**. 2011. Disponível em:<
<http://www.economia.esalq.usp.br/~les202/Aula1/Introdu%E7%E3o%20ao%20Agroneg%F3cio.pdf>>. Acesso em 6 out. 2016.

CAPUTO, A. C.; MELO, H. P. A Industrialização Brasileira nos Anos de 1950: Uma Análise da Instrução 113 da SUMOC. **Estudos econômicos**, São Paulo, v. 39, n. 3, jul/set 2009, p. 513-538.

CARDOSO, E. J.; SANTOS, M. J.; CARNIELLO, M. F. O processo de urbanização brasileiro. Encontro Latino-americano de Iniciação Científica. 15. São José dos Campos. **Anais...** São José dos Campos: UNIPAV, 2011. p.1-4.

CARLOS, C. C. **Elementos de relacionamento em marketing internacional: um estudo exploratório entre empresas comerciais exportadoras (ECE) e fornecedoras (EF) situadas no município de Ribeirão Preto (SP)**. 2009. Dissertação (Mestrado em Administração de Organizações). USP - Ribeirão Preto, 2009.

CASTELLO BRANCO, M. L. G. A Dinâmica Metropolitana, Movimento Pendular e Forma Urbana: o espaço urbano do Rio de Janeiro. Encontro Nacional de Estudos Populacionais. 15. 2006. Caxambu. **Anais...** São Paulo. 2006, p. 1 - 13.

CATAIA, M.; SILVA, S. C. Considerações sobre a teoria dos dois circuitos da economia urbana na atualidade. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas, v. 3, n. 1, p.55-75. 2013.

CINTRA, A. P. U.; DELGADO, P. R.; MOURA, R. Movimentos pendulares no Paraná. **Caderno IPARDES**. Curitiba, v.2, n.2, p.15-31, jul./dez. 2012.

COCAMAR. **Website da empresa**. Disponível em: <www.cocamar.com.br>. Acesso em 20 set 2016.

COLLE, C. A. **A cadeia produtiva do trigo no Brasil**: Contribuição para a geração de emprego e Renda. 1998. Dissertação (Mestrado em Economia Rural). UFRGS - Porto Alegre, 1998.

CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento). **Séries Históricas**. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1252&ordem=produto&Pagina_objcmsconteudos=3#A_objcmsconteudos>. Acesso em 20 dez 2016.

CONTINI, E. *et al.* Evolução recente e tendências do agronegócio. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, v.15, n.1, 2006, p. 5-28.

CORIAT, B. **Pensar pelo avesso**: o modelo japonês de trabalho e organização. Rio de Janeiro: Editora Revan/UFRJ, 1994.

CORRÊA, R. L. **A rede Urbana**. São Paulo: Editora Ática, 1994.

_____. **O espaço urbano**. 3 ed. São Paulo. Ática: Série Princípios, n.174, 1995. p.1-16.

_____. Os centros de gestão do território: uma nota. **Revista Território**. Rio de Janeiro. v. 1, n. 1, p.23-30, 1996.

_____. Rede urbana: reflexões, hipóteses e questionamentos sobre um tema negligenciado. **Cidades**, Presidente Prudente, v. 1, n. 1, p.65-78, jan-jun. 2004.

_____. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo. [S.v.], n. 30, p.05 - 12, 2011.

COSTA, F. N. **Interpretação desenvolvimentista da história do capitalismo brasileiro**. 2014. Disponível em: <<https://fernandonogueiracosta.wordpress.com/2014/02/27/interpretacao-desenvolvimentista-da-historia-do-capitalismo-brasileiro/>>. Acesso em 18 mai. 2016.

CUNHA, F. C. A. **A metrópole de papel**: a representação “Londrina Metrópole” na institucionalização da Região Metropolitana de Londrina. 2005. Tese (Doutorado em Geografia) - UNESP, Presidente Prudente.

CUNHA, H. S. **Juscelino Kubitschek 1956 – 1960**: características de uma trajetória do padrão de desenvolvimento econômico brasileiro. 2012. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) - UFSC, Florianópolis.

CUNHA, R. C. C.; ESPÍNDOLA, C. J. A relevância do progresso técnico na consolidação da cadeia produtiva da soja no sul do Estado do Maranhão (Brasil). **Geografia**, Londrina, v.25, n.1, p.87-106, jan./jun. 2016.

CUNNINGHAM, D. The Concept of Metropolis: philosophy and Urban Form. **Radical Philosophy**, 133 . pp. 13-25. set./out. 2005.

CURADO, M. Uma avaliação da economia brasileira no Governo Lula. **Economia & Tecnologia**. Curitiba. V. Especial, p.91-103. 2011

CHAGAS, N. M.; MOTA, L. T. O Guairá: a conquista e as relações interculturais nos territórios indígenas no Paraná, de 1500 a 1630. In: MOTA, L. T. (Org.). **História do Paraná**: pré-história, colônia e império. Maringá: EDUEM, 2011. p.44-79.

C.M.N.P. (Companhia Melhoramentos Norte do Paraná), 1975. **Colonização e desenvolvimento do norte do Paraná**. Maringá: C.M.N.P., 1975.

DAVIDOVICH, F. R.; LIMA, O. M. B. Contribuição ao estudo de aglomerações urbanas no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 37, n. 1, p. 50-84, jan/mar 1975.

DAVIDOVICH, F. MetrÓpole e território: metropolização do espaço no Rio de Janeiro. **Cadernos MetrÓpole**. São Paulo, n. 6, 2001 a.

_____. MetrÓpole : escalas, questões e situação no Brasil. ENANPOCS. 25. 2001. Caxambu. **Anais...** São Paulo: ANPOCS. 2001b, p. 1-32.

_____. Diferenciação da espacialidade da metrÓpole no Brasil: referências para a gestão **Cadernos MetrÓpole**, São Paulo, n. 9. 2003a.

_____. Regiões Metropolitanas no Brasil: referências para debate. In: ENA. 10. 2003. Belo Horizonte. **Anais...** Recife: ANPUR. 2003b, p. 1-17.

DELGADO, L. A. N. O Governo João Goulart e o Golpe de 1964: da construção do esquecimento às interpretações acadêmicas. **Grafia**. [s.l.], v. 9, p. 175-191, jan./dez. 2012

DER-PR (Departamento de Estradas e Rodagem do Paraná). **Anuário estatístico 2011**. 2011. Disponível em:< <http://www.der.pr.gov.br/>>. Acesso em 15 dez 2015.

DERAL-PR (Departamento de Economia Rural do Paraná). **Soja – Análise da Conjuntura Agropecuária**. 2014. Disponível em:< http://www.agricultura.pr.gov.br/arquivos/File/deral/Prognosticos/Soja__2014_15.pdf >. Acesso em 10 jan 2017.

EARP, F. S.; PRADO, L. C. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e distribuição de renda 1967-1973. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. (orgs.). **O tempo da Ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.1-29.

ECONOMIABR. **Dicionário de economia**. Disponível em:< http://www.economiabr.net/dicionario/economes_e.html>. Acesso em 27 jan. 2016.

ENDLICH, A. M. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do noroeste do Paraná**. 2006. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2006.

_____. Território e morfologia urbana em pequenas cidades: o que revelam? **Revista geográfica da América Central**. San Jose, v.2, n.47, 2011. p.1-11. Disponível em:< <http://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2275>>. Acesso em 20 abr. 2016.

ERBER, F.S. As convenções de desenvolvimento no governo Lula: um ensaio de economia política. **Revista de Economia Política**. São Paulo, v.31, n.1, jan/mar 2011. p.31-55.

FERREIRA, Y. N.; PANTALEAO, S. C. Pequenas cidades paranaenses: transitoriedade e redefinições espaciais: 1940-2000. **Geoingá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Maringá**, v.1, n.1, 2009. p. 29-48.

FERRER, W. M. H. O Brasil na década de 1990: o início do processo de inserção no mercado mundial. **Derecho y Cambio Social**. Lima-Peru, nº28, ano 9, mar. 2012, p.01-19.

FIRKOWSKI, O. L. C. F. Por que as regiões metropolitanas no Brasil são regiões, mas não são metropolitanas. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 122, 2012. p. 19-38.

FIRKOWSKI, O. L. C. F.; MOURA, R. **Estatuto da metrópole: contribuição ao debate**. 2013. Disponível em:<http://www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br/download/ESTATUTO-METROPOLE_Rosa_Olga.pdf>. Acesso em: 01 set. 2014.

FONSECA, P. C. D; MOREIRA, C. S. **O projeto do governo Goulart e o II PND: um cotejo**. Porto Alegre: UFRGS/FCE/DERI, 2012.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 32. ed, 2003.

FNEM. **Legislações**. Disponível em:< https://www.emplasa.sp.gov.br/Cms_Data/Sites/EmplasaDev/Files/fnem/legislacao.asp>. Acesso em 20 out. 2015.

FRANCISCONI, J. G.; SOUZA, M. A. A. **Política nacional de desenvolvimento urbano: estudos e posições alternativas**. Brasília: IPEA, 1976.

FRESCA, T. M.; CARVALHO, M. S. (orgs.). **Geografia e Norte do Paraná: um resgate Histórico**. Londrina: Humanidades, 2007.

FRESCA, T. M; VEIGA, L. A. Pequenas cidades e especializações funcionais: o caso de Santa Fé-PR. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, ano 23, n.3, set./dez. 2011. p.387-396.

FRESCA, T. M. **A rede urbana do norte do Paraná**. Londrina: Eduel, 2004.

_____. A rede urbana norte-paranaense e cidades especializadas em produções industriais: Arapongas, Apucarana e Cianorte. ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA. 10, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2005. p.5554-5574.

_____. Análise da dinâmica da produção industrial no interior paranaense. **Terr@Plural**, Ponta Grossa, v.2, n.2, jul./dez. 2008. p.227-239.

_____. Centros locais e pequenas cidades: Diferenças necessárias. **Mercator**, Fortaleza, n. especial, 2010. p.75-81.

_____. Rede urbana e divisão territorial do trabalho. **Geografia**, Londrina, v.19, n.2, 2010. p.115-126.

_____. Uma discussão sobre o conceito de metrópole. **Revista da ANPEGE**, v.7, n.8, ago./dez. 2011. p. 31-52.

_____. Deslocamentos pendulares na região metropolitana de Londrina-PR: uma aproximação. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, v. 1, nº. 23, jan./jun. 2012. p. 167-191.

_____. A centralidade de Londrina – PR na rede urbana brasileira: de centro regional ao nível submetropolitano. **Geografar**, Curitiba, v.9, n.2, p.121-145, dez. 2014.

_____. Londrina como centro de gestão do território: uma discussão a partir de atividades privadas. **Geosul**, Florianópolis, v. 31, ESPECIAL, p 11-56, jul./dez. 2016.

GALINARI, R.; LEMOS, M. B. Economias de aglomeração no Brasil: evidências a partir da concentração industrial paulista. ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 35, Recife. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPEC, 2007. p.01-20.

GALVÃO, M. V. *et al.* **Áreas de pesquisa para determinação de áreas metropolitanas.** Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 31, n. 4, 1969, p. 53-128.

GARSON, S. **Regiões metropolitanas: por que não cooperam?** Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles: Belo Horizonte, MG: PUC, 2009.

GARSON, S. *et al.* **Regiões metropolitanas do Brasil.** 2010. Disponível em:< http://www.observatoriodasmetrolopes.net/download/observatorio_RMs2010.pdf>. Acesso em: 11 maio 2015.

GEIGER, P. P.; DAVIDOVICH, F. R. Reflexões sobre a Evolução da Estrutura Espacial do Brasil sob o Efeito da Industrialização. **Revista Brasileira de Geografia.** Rio de Janeiro, nº 3, jul./set. 1974. p.03-106.

GEMPAR. **Informações municipais para planejamento institucional - Jataizinho.** 2015. Disponível em:< <http://www2.mppr.mp.br/cid/jataizinho.pdf> >. Acesso em 10 jan. 2017.

_____. **Informações municipais para planejamento institucional - Sertãoópolis.** 2015. Disponível em:<<http://www2.mppr.mp.br/cid/sertanopolis.pdf>>. Acesso em 10 jan. 2017.

GONÇALVES, J. S.; SOUZA, S. A. M.; VICENTE; J. R. Agricultura sob a égide do capital financeiro: passo rumo ao aprofundamento do desenvolvimento dos agronegócios. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 35, 2005. p. 7-36.

GONÇALVES, J. S.; *et al.* Novos títulos financeiros do agronegócio e o novo padrão do financiamento. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 35, 2005. p. 63-90.

GONÇALVES, J. S. Agricultura sob a égide do capital financeiro: passo rumo ao aprofundamento do desenvolvimento dos agronegócios. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 35, 2005. p. 7-36.

_____. Reprimarização ou desindustrialização da economia brasileira: uma leitura a partir das exportações para o período 1997-2010. In: **Análises e Indicadores do Agronegócio**. v. 6, n.12, São Paulo: IEA, 2011.

GOTTMANN, J. A dinâmica das grandes cidades. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 255, out./dez., 1976. p. 5-14.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

LONDRINA, Prefeitura Municipal – Secretaria de Planejamento. **Perfil da região metropolitana de Londrina – 2014 (Ano-Base 2013)**. 2013. Disponível em: <<http://www.londrina.pr.gov.br/>>. Acesso em: 05 de maio de 2015.

_____. **Perfil dos Distritos 2013**. 2013. Disponível em: < <http://www.londrina.pr.gov.br/>>. Acesso em: 05 de maio de 2015.

LOPES, A. L. A desconstrução da indústria automobilística brasileira constituída no governo JK pela política setorial do governo FHC. **Revista Uniara**. Araraquara, n.17/18, 2006. p.63-144.

LOPES, J. R. B. **Desenvolvimento e mudança social: formação da sociedade urbano-industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

LOPES, M. A. F. **O fracasso da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU) e os rumos da política econômica no segundo governo Vargas (1951-54)**. 2009. Dissertação (Mestrado em Economia). Pontifícia Universidade Católica. São Paulo.

LOPES, D.; LOWERY, S.; PEROBA, T. L. C. Crédito rural no Brasil: desafios e oportunidades para a promoção da agropecuária sustentável. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, n. 45, jun. 2016. p.155-196.

LÖWY, M. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. **Actuel Marx**, v.117, n.18, 1995. p.73-80.

I CONFEGE: Recomendações e moções aprovadas. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro: IBGE, n. 207, ano 27, nov./dez. 1968. p. 127-137.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Censo demográfico 1960**. Rio de Janeiro: IBGE, 1960a.

- _____. **Censo agropecuário 1960**. Rio de Janeiro: IBGE, 1960b.
- _____. **Censo agropecuário 1970**. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.
- _____. **Censo agropecuário 1980**. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.
- _____. **Aspectos da metropolização brasileira**: Comentários sobre os resultados preliminares do censo demográfico de 1991. Rio de Janeiro: IBGE, 1994.
- _____. **Censo agropecuário 1995/96**. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.
- _____. **Censo demográfico 2000**: migração e deslocamentos: resultados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. CD-ROM.
- _____. **Censo agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.
- _____. **Regiões de influência das cidades 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.
- _____. **Censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- _____. **Redes e fluxos do território**: gestão do território 2014. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.
- _____. **Arranjos populacionais e concentrações urbanas do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.
- _____. **Produção agrícola municipal 2015**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016a.
- _____. **Cidades**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>. Acesso em: 11 jan 2016b.
- _____. **Séries históricas e estatísticas**. Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/>>. Acesso em 10 jan. 2017.

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil**. Brasília: IPEA, 1996. Volume II.

IPPUL (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina). **Região metropolitana de Londrina**. 2014. Disponível em: <http://www.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/storage/ippul/mapas_tematicos/rml_londrina.pdf>. Acesso em 20 mai. 2016.

JORNAL DE LONDRINA. **Carente de estrutura, RML não consegue integrar municípios**. 2014. Disponível em: <http://www.paiquerefm.com.br/home.php?pg=2&id_categoria=2&id=8815>. Acesso em 07 jul. 2016.

JORNAL DIA DE CAMPO. Sua prioridade: peso de abate, resultados e relação de troca. 2010. Disponível em: <<http://www.diadecampo.com.br/zpublisher/materias/Materia.asp?id=22689&secao=Sua%20Propriedade>>. Acesso em 15 fev. 2017.

JORNAL ESTADO DE MINAS. **Novas fontes de dinheiro no campo**. 2016. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/agropecuaria/2016/04/04/interna_agropecuaria,749769/novas-fontes-de-dinheiro-no-campo.shtml>. Acesso em 14 dez 2016.

JORNAL FOLHA DE LONDRINA. **Integração regional aumentaria preço da tarifa em Londrina**. 2013. Disponível em: <<http://www.acil.com.br/noticias-detalle/08/04/2013/integracao-aumentaria-preco-da-tarifa>>. Acesso em 07 jul. 2016.

JORNAL O BONDE. **Victor Hugo deixa a coordenação da região metropolitana de Londrina**. Disponível em: <<http://www.bonde.com.br/bondenews/londrina/victor-hugo-deixa-a-coordenacao-da-regiao-metropolitana-de-londrina-409902.html>>. Acesso em 05 jun. 2016.

JORNAL O BONDE. **Seara investe R\$ 30 milhões em fábrica na região de Londrina**. 2014. Disponível em: <<http://www.bonde.com.br/economia/noticias/seara-investe-r-30-milhoes-em-fabrica-na-regiao-de-londrina-348619.html>>. Acesso em 18 out. 2016

MACARINI, J P. A política econômica do governo Médici: 1970-1973. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 15, n 3, set./dez. 2005. p.53-92.

MAMIGONIAN, A. Kondratieff, ciclos médios e organização do espaço. **Geosul**, Florianópolis, v. 14, n. 28, jul.dez. 1999. p. 152-157.

_____. Teorias sobre a industrialização brasileira. **Cadernos Geográficos**, Florianópolis: CFH/UFSC, n. 2, mai. 2000.

_____. A Escola Francesa de Geografia e o papel de A. Cholley. **Cadernos Geográficos**, Florianópolis, n. 6, mai. 2003. p. 1-47.

_____. O enigma brasileiro atual: Lula será devorado?. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 10, n. 2, maio/ago. 2004. p. 127-131.

MARTINS, A. A. B. Crédito rural: evolução histórica, aspectos jurídicos e papel do conselho monetário nacional e do banco central do Brasil. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, a. 13, n.73, fev. 2010. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7156>. Acesso em 30 nov. 2016.

MONTEIRO, S. **Política econômica e credibilidade: uma análise dos governos Jânio Quadros e João Goulart**. 1999. Tese (Doutorado em Economia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

MORAES, R.. O governo João Goulart e o empresariado industrial: uma abordagem alternativa da história econômica do período de 1961 a 1964. ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA. XL. 2012. Porto de Galinhas. **Anais...** Brasília: ANPEC, 2012. p.1-20.

MOURA, R.; BARION, M. I.; LIBARDI, D. Institucionalização de Regiões Metropolitanas: qual o sentido? **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, n.111, jul./dez. 2006.

MOURA, R; CASTELLO BRANCO, M. L. G.; FIRKOWSKY, O. L. C. F. Movimento pendular e perspectivas de pesquisas em aglomerados urbanos. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 19, n. 4, out./dez. 2005. p. 121-133.

MOURA, R. A dimensão urbano-regional na metropolização contemporânea. **Eure**. San Tiago de Chile, v.38, n.115, set. 2012, pp. 5-31.

NEGRÃO, J. J. O. **O governo FHC e o neoliberalismo**. Disponível em:<http://www4.pucsp.br/neils/downloads/v1_artigo_negrao.pdf>. Acesso em 03 jun. 2016.

NOGUEIRA, G. F. **Caracterização geográfica e aspectos socioambientais da mineração de argila em Jataizinho-PR**. 2005. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina. Londrina.

OJIMA, R.; MONTEIRO, F. F.; NASCIMENTO, T. C. L. Deslocamentos Pendulares e o Consumo do Espaço: explorando o tempo de deslocamento casa-trabalho. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v.36, n.128, p.133-147, jan./jun. 2015.

OJIMA, R.; SILVA, R. B.; PEREIRA, R. H. M. **A mobilidade pendular na definição das cidades-dormitório: caracterização sociodemográfica e novas territorialidades no contexto da urbanização brasileira**. Disponível em:<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/5encnacsobremigracao/comunic_sec_1_mob_pen_def.pdf>. Acesso em 10 mar 2017.

OLIVEIRA, S. C. A economia cafeeira no Paraná até a década de 1970. **Vitrine da Conjuntura**, Curitiba, v.2, n.4, jun. 2009

OLIVEIRA, F. O Estado e o urbano no Brasil. **Espaço e Debates**, São Paulo: NERU/Cortez, 1982, v. 1, n. 6, p.36-54.

OLIVEIRA, H. A. **A construção da riqueza no sul de Goiás: 1835-1910**. 2006. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca.

OLIVEN, R. G. **Urbanização e mudança social no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1980.

PAULA, H. R. G.; CUNHA, F. C. A. O alcance do sistema de transporte público metropolitano em Londrina-PR: algumas considerações. In: ENANPEGE, 11, 2015, Presidente Prudente. **Anais...** UNESP, 2015. p.1059-1071.

PARANÁ. Lei complementar nº 81, de 17 de junho de 1998. Institui a Região Metropolitana de Londrina, constituída pelos municípios que especifica. **Diário Oficial do Estado do Paraná**, n.5272, de 17 de junho de 1998.

PARANÁ. **Mapa do Paraná**. Disponível em:< https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/c/c6/Parana_MesoMicroMunicip.svg/250px-Parana_MesoMicroMunicip.svg.png>. Acesso em 20 mai. 2016.

PELLEGRINI, D. **Entre o trigo e o pão**. Londrina: Midiograf, 2014.

PISSOLOTO RESORT HOTEL. **Website da empresa**. Disponível em: <<http://pissolotoresort.com.br/>>. Acesso em 10 jan. 2017.

POCHMANN, M. Políticas públicas e situação social na primeira década do século XXI. In: SADER, E. (org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO. 2013, p.145-171.

PRADO, C. G. **Avaliação econômica e política da economia brasileira de 1961-1964: O alcance e os limites dos governos Jânio e Jango**. 2013. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

PRADO JUNIOR, C. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 26. ed., 1981.

PREFEITURA DE SERTANÓPOLIS. **História**. Disponível em:< <http://sertanopolis.pr>.

gov.br/index/historia>. Acesso em 23 nov. 2016.

RANGEL, I. A paralização do Estado. **Revista de Economia Política**. São Paulo, v.1, n.1, jan./mar. 1981. p.133-134.

_____. Recessão, inflação e dívida externa. **Revista de Economia Política**. São Paulo, v.5, n.3, jul./set. 1985. p.5-25.

REIS, J. C. **Estudo de uma comunidade pioneira no Norte do Paraná: Jataizinho, 1950-1985**. 1988. 217f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual Paulista, Assis.

_____. **Olarias: espaço de subsunção formal ou real?** Curitiba: Ed. Aos Quatro Ventos, 2002.

RIBEIRO, L.C. Q. (org.). **A Metrópole: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

RIBEIRO, L. C. Q.; SILVA, E. T.; RODRIGUES, J. M. Metrópoles brasileiras: diversificação, concentração e dispersão. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.120, 2011. p.177-207.

RIBEIRO, L. C. Q. et. al.. **Níveis de integração dos municípios brasileiros em RMs, RIDEs e AUs à dinâmica da metropolização**. 2012. Disponível em:< http://observatoriodasmetropoles.net/download/relatorio_integracao.pdf >. Acesso em: 01 set. 2014.

ROMANELLI, C.; ABIKO, A. K. Processo de metropolização no Brasil. **Texto Técnico da Escola Politécnica da USP**, São Paulo, n.1, 2011.

SADER, E. (org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO. 2013.

SANTOS, M. Sociedade e Espaço: Formação Espacial como Teoria e como Método. **Antipode**, nº 1, vol. 9, jan./fev. 1977.

_____. **O espaço dividido**. Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

_____. **Espaço e sociedade**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

_____. **O espaço do cidadão.** São Paulo: Nobel, 1987.

_____. **Espaço e método.** São Paulo: Nobel, 1988.

_____. **Urbanização brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção.** São Paulo: Edusp, 1996.

SOARES, P. R. R. Regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas? Contribuição para o debate no rio grande do sul. **e-metropolis**, Rio de Janeiro, n. 15, dez. 2004. Disponível em: <<http://www.emetropolis.net/>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA. **Oleaginosas de inverno para rotação de culturas são opção econômica e sustentável.** 2014. Disponível em: <<http://sna.agr.br/oleaginosas-de-inverno-para-rotacao-de-culturas-sao-opcao-economica-e-sustentavel/>>. Acesso em: 25 nov. 2016.

SOJA, E. W. **Postmetropolis: critical studies of cities and regions.** Oxford: Blackwell Publishing, 2000.

SOUZA, M. A. **A territorialização do agronegócio canavieiro no norte do Paraná: estudo de caso.** 2008. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina. 2008.

STIER, K. K. **Contribuição ao estudo de transformações agrárias ocorridas na ocupação do espaço em Jataizinho.** 1981. Dissertação (Mestrado em Geografia Agrária), Universidade de São Paulo-SP, 1981.

_____. Jataizinho: as olarias e cerâmicas na ocupação do espaço. **Geografia.** Londrina, v.1, n.1, 1983. p.29-35.

TEIXEIRA, R. A.; PINTO, E. C. A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. **Economia e Sociedade.** Campinas, v.21, dez. 2012. p.909-941.

VALARINI, J. P. **O mercado da soja: evolução da commodity frente aos mercados Internacional e doméstico.** 2010. Disponível em: <http://mackenzie.br/fileadmin/Graduacao/CCSA/Publicacoes/Jovens_Pesquisadores/06/4.6.10.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2016.

VEIGA, Léia Aparecida. **Jaguapitã-PR**: pequena cidade da rede urbana norteparanaense especializada na produção industrial de mesas para bilhar. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia Meio Ambiente e Desenvolvimento), Universidade Estadual de Londrina. Londrina – PR, 2007.

WACHOWICZ, R. C. **História do Paraná**. 9ª ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001.